

RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI

DESATANDO NÓS

**ASSOCIATIVISMO CIVIL, DEMOCRACIA E EMPODERAMENTO NA COLÔNIA
DE PESCADORES DE MATINHOS, PARANÁ**

**Tese apresentada, como requisito
parcial à obtenção do título de Doutor
em Sociologia Política, ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política,
Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Universidade Federal de
Santa Catarina.**

**Orientadora:
Prof. Dra. Ilse Scherer-Warren**

FLORIANÓPOLIS

2007

Para Marisete T. Hoffmann-Horochovski

AGRADECIMENTOS

Incontáveis pessoas e organizações concorreram para a realização deste trabalho. Assumindo o risco de cometer injustas omissões, quero assinalar algumas delas. Em primeiro lugar, registro um agradecimento especial a Ilse Scherer-Warren, professora e pensadora de rara qualidade e generosidade. Como orientadora, apresentou-se diligente e compreensiva e, principalmente, fez-me enxergar várias coisas que inicialmente não percebi nos dados que trazia de campo (nunca, entretanto, limitou minha autonomia de ação).

Agradeço aos professores que aceitaram participar da banca de defesa da tese: Aloisio Ruscheinsky (Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos), Lucia Avelar (UnB – Universidade de Brasília), Julian Borba e Ricardo Silva (UFSC). Sou grato, também, à banca de qualificação, formada, além da orientadora, pelas professoras Lígia Lüchmann e Teresa Kleba Lisboa, da UFSC.

Algumas pessoas ajudaram de forma decisiva.

Umberto Giacomoni apresentou-me ao universo da pesca e o presidente da Colônia de Pescadores de Matinhos, Mario Jorge Hanek, abriu-me as portas da organização. Trinta pescadores e pescadoras gentilmente concordaram em ser entrevistados, bem como o vereador de Matinhos, Márcio José do Nascimento, e o presidente da Federação das Colônias de Pesca do Paraná, Edmir Manoel Ferreira.

Minha mulher, Marisete T. Hoffmann-Horochovski, transcreveu várias entrevistas, leu e revisou originais e assumiu encargos decorrentes de minha dedicação a este trabalho. Giselle Meirelles, colega na Universidade Federal do Paraná (UFPR) campus Litoral, realizou mais de uma dezena de entrevistas e transcrições. Eduardo Harder, outro colega na instituição, contribuiu com importantes *insights* sobre a dinâmica participativa e a democracia na contemporaneidade. Aproveito para agradecer a compreensão do diretor do campus Prof. Valdo José Cavallet e de todos os demais colegas de trabalho.

O Prof. Sérgio Soares Braga, do Departamento de Ciências Sociais da UFPR, deu-me orientações decisivas em minhas leituras sobre empoderamento, que se transformaram em trabalho sob sua orientação que lastreia capítulo desta tese sobre o tema.

As amigas Adalgisa Clerici e Nara Lee Hewitt também transcreveram entrevistas e Luciana Cabral Doneda fez comentários enriquecedores às minhas reflexões sobre democracia, que incorporei na medida do possível.

Alguns colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal da Santa Catarina (UFSC), de diferentes maneiras, muito ajudaram nessa caminhada. Kelly Prudencio, além da participação em banca de avaliação do referido trabalho sobre empoderamento, brindou-me com sua inteligência e amizade, além de dividir angústias que acometem todo estudante de pós-graduação. Joel Paese sempre esteve disponível para avaliar o desenvolvimento dessa investigação. Adalto Guesser graciosamente forneceu-me bibliografia essencial, que não consegui encontrar em bibliotecas brasileiras.

Agradeço ainda aos Colegas dos cursos de doutorado e mestrado do PPGSP e do Núcleo de Pesquisas em Movimentos Sociais: Cleiton, Ginez, Iuri, Ivete, Karine, Marcos, Marivone, Marli, Murilo, Rita, Sonia e Viviane. Às servidoras técnico-administrativas da Coordenação do Programa, Albertina Buss Volkmann e Maria de Fátima Xavier da Silva, agradeço o denodado apoio sempre que precisei.

Deixo consignado reconhecimento às colegas e amigas Simara Greco e Joana Machado, do Global Entrepreneurship Monitor (GEM), projeto de pesquisa em que trabalhei até ingressar como docente na UFPR, no início de 2006.

Não poderia deixar de mencionar as professoras do Departamento de Ciências Sociais da UFPR, Sílvia Pereira de Araújo e Roseli Rocha dos Santos, decisivas nas primeiras etapas de minha formação como cientista social.

Por fim, quero lembrar os amigos de sempre: César Serbena e Patrícia Moraes, Cláudio Skora, Danilo Doneda, Eduardo Scoville, José Renato Cella, Luciana H. Bonancio, Marcos Drehmer e Luciana Trintin, Mario Pailo e Marcia Sagati, Paulo Bastos Jr. e Deise Bastos, Sidnei M. Wakizaka e Lucy (in memoriam).

"Democracia serve para todos ou não serve para nada"

Herbert José de Souza

RESUMO

Este trabalho constitui um estudo de caso sobre a Colônia de Pescadores da Cidade de Matinhos, no Paraná, e seus membros, pescadores e pescadoras artesanais. O objetivo é verificar como a dinâmica associativa nessa organização da sociedade civil afeta o comportamento político dos sujeitos envolvidos e da própria organização e seu entorno. Perseguir tal objetivo implica averiguar, no plano empírico, o funcionamento de categorias discutidas na teoria democrática, sobretudo em suas vertentes normativas deliberativas e participativas. Essas perspectivas enxergam, no alargamento da participação dos sujeitos nas diversas esferas políticas, um efeito pedagógico na formação da personalidade democrática e a constituição de estruturas de oportunidades com que se espera incrementar indicadores de *accountability* e cultura política, bem como as condições de fruição dos direitos de cidadania. As conseqüências seriam o aprofundamento da democracia e a emancipação dos sujeitos, num processo em que o empoderamento destes é causa e conseqüência. Tais pressupostos compõem as hipóteses orientadoras da tese. Por meio de técnicas qualitativas e quantitativas – entrevistas, observação, pesquisa documental e análise de conteúdo – a investigação revelou ambigüidades que relativizam tais hipóteses e sugerem que o vigor explicativo das referidas teorias, ainda que de modo algum possa ser depreciado, está longe de ser ilimitado quando se confrontam as categorias às condições concretas de seu funcionamento.

Palavras-chave: *Pescadores, Democracia, Participação, Associativismo Civil, Empoderamento*

ABSTRACT

This work comprises a case study on Fishermen's Association of Matinhos town, in Paraná State, Brazil, and its members, handicraft fishermen and fisherwomen. The aim is to verify how the associative dynamics in this civil society organization affects both actors and organization itself, as its surroundings, political behavior. Persecuting such goal implies checking the operation of categories discussed by democratic theory in empirical plan, mainly in its normative and participative branches. These perspectives see, in the actors' participation enlargement in several political fields, a pedagogical effect on democratic personality building besides the constitution of opportunity structures which are expected to improve the accountability and political culture indicators, as well as the enjoyment of citizenship rights. The consequences would be the democratic deepening and the actors' emancipation, in a process which their empowerment is cause and consequence. Such assumptions compound the hypothesis of this thesis. The investigation, by qualitative and quantitative procedures (interviews, observation, documentary research and content analysis), revealed ambiguities that soften such hypothesis and suggest that the explicative power of theories under discussion (even though it cannot be neglected) is far away from being unlimited when the studied categories are brought face to face to the concrete conditions of its operation.

Key-Words: *Fishermen, Democracy, Participation, Civil Associativism, Empowerment*

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Mapa Político do Estado do Paraná e Localização do Município de Matinhos	19
Figura 2 - Estruturas de participação cidadã	117
Quadro 1 - Pescadores artesanais de Matinhos - vantagens e desvantagens da profissão	168
Quadro 2 - Pescadores artesanais de Matinhos – influência sobre outras Pessoas	175
Quadro 3 - Pescadores artesanais de Matinhos – Como se vêem	177
Quadro 4 - Pescadores artesanais de Matinhos - do que gostam mais em si mesmos	178
Quadro 5 - Pescadores artesanais de Matinhos - do que gostam menos em si mesmos	180
Quadro 6 - Pescadores artesanais de Matinhos – como vêem-se nas relações com os outros	181
Quadro 7 - Pescadores artesanais de Matinhos – como acreditam que os outros os vêem	181
Quadro 8 - Pescadores artesanais de Matinhos – fontes de recursos de auxílio à sobrevivência	184
Quadro 9 – Pescadores artesanais de Matinhos – acesso a bens de conforto selecionados	186
Quadro 10 - Pescadores artesanais de Matinhos – principais fontes de informação	187
Quadro 11 - Pescadores artesanais de Matinhos - Atividades comunitárias de que participam	193
Quadro 12 - Pescadores artesanais de Matinhos - com quem, onde e quando discutem política	194

Quadro 13 - Pescadores artesanais de Matinhos – razões para participar ou não de campanhas eleitorais	197
Quadro 14 - Pescadores artesanais de Matinhos pedidos a políticos	199
Quadro 15a - Pescadores artesanais de Matinhos – para que foram à Prefeitura Municipal	203
Quadro 15b - Pescadores artesanais de Matinhos – para que foram à Câmara Municipal	204
Quadro 15c - Pescadores artesanais de Matinhos – para que foram ao Fórum da Comarca	205
Quadro 16 - Pescadores artesanais de Matinhos –partidos citados	206
Quadro 17 - Pescadores artesanais de Matinhos - razões declaradas para posicionamentos políticos	210
Quadro 18 - Pescadores artesanais de Matinhos - atribuições de agentes governamentais.....	214

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pescadores artesanais de Matinhos - faixa etária.....	162
Tabela 2 - Pescadores artesanais de Matinhos - Região de origem	164
Tabela 3 - Pescadores artesanais de Matinhos – escolaridade	165
Tabela 4 - Pescadores artesanais de Matinhos – participação no dia-a-dia da Colônia de pescadores.....	167
Tabela 5 – Pescadores artesanais de Matinhos – renda familiar média	183
Tabela 6 – Pescadores artesanais de Matinhos – composição da renda familiar – pessoas	185
Tabela 7 - Pescadores artesanais de Matinhos – condição da posse da residência	188
Tabela 8 - Pescadores artesanais de Matinhos – material de construção da residência	189
Tabela 9 - Pescadores artesanais de Matinhos - participação percebida na comunidade local.....	192
Tabela 10 - Pescadores artesanais de Matinhos - número de siglas partidárias citadas corretamente	207
Tabela 11 - Pescadores artesanais de Matinhos - Posição política	210
Tabela 12 - Pescadores artesanais de Matinhos – número de direitos de cidadania citados	217

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

CEB - Comunidade eclesial de base

CNPA - Confederação Nacional da Pesca e da Aqüicultura

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

COLIT - Conselho do Litoral do Paraná

COPEL - Companhia Paranaense de Energia

CORDRAP - Conselho Regional de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e do
Artesanato do Litoral Paranaense

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

DHESCA - Direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais

DL - Decreto Lei

DPA - Departamento da Pesca e da Aqüicultura

ECO 92 - 2ª Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente

FEPESPAR - Federação das Colônias de Pesca do Paraná

FMI - Fundo Monetário Internacional

FSM - Fórum Social Mundial

GFIP - Guia do Fundo de Garantia e Informações à Previdência

GPS -Global Positioning System

IAP - Instituto Ambiental do Paraná

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

ISER - Instituto de Estudos da Religião

LBA - Legião Brasileira de Assistência

MONAPE - Movimento Nacional da Pesca

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

ONG - Organização não governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OSCIP - Organização da sociedade civil de interesse público

PcdoB - Partido Comunista do Brasil

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PFL - Partido da Frente Liberal

PL - Partido Liberal

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP - Partido Progressista

PPS - Partido Popular Socialista

PROCON - Procuradoria de Defesa do Consumidor

PRONA - Partido da Reedificação da Ordem Nacional

PROZEE - Fundação de Amparo à Pesquisa de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva – Fundação PROZEE

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSDB - Partido da Social-Democracia Brasileira

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PV - Partido Verde

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

SEAP - Secretaria Especial da Aqüicultura e da Pesca

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UNE - União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 QUESTÕES METODOLÓGICAS	24
2.1 A PERGUNTA	27
2.2 HIPÓTESES ORIENTADORAS	27
2.3 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE	28
2.4 COMO A PESQUISA FOI FEITA – INSTRUMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	30
2.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	33
3 DEMOCRACIA.....	35
3.1 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO	37
3.2 DEMOCRACIA E <i>ACCOUNTABILITY</i>	52
3.3 DEMOCRACIA E CULTURA POLÍTICA.....	63
3.3 DEMOCRACIA E DIREITOS DE CIDADANIA	69
3.4 SÍNTESE	78
4 ASSOCIATIVISMO CIVIL	81
4.1 O CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL.....	81
4.2 EXPRESSÕES E TRAJETÓRIAS DO ASSOCIATIVISMO CIVIL	89
4.2.1 Nota Introdutória: Trajetórias Sociais Contemporâneas	89
4.2.2 Expressões do Associativismo Civil Brasileiro	91
4.2.3 Sujeitos Coletivos: os Novos Movimentos Populares Urbanos	92
4.2.4 As ONGS “Cidadãs”	95
4.2.5 Outras Expressões do Associativismo Civil no Brasil: Assistencialismo e Filantropia	100

4.2.6 Alguns Aspectos Formais do Associativismo Civil no Brasil.....	103
4.3 ASSOCIATIVISMO CIVIL HOJE: APONTAMENTOS CRÍTICOS	105
5 EMPODERAMENTO.....	112
5.1 UM CONCEITO POLISSÊMICO	118
5.2 O EMPODERAMENTO COMO CATEGORIA EMPÍRICA – ALGUMAS DEFINIÇÕES OPERACIONAIS	121
5.2.1 Níveis ou sujeitos de Empoderamento	122
5.2.2 Motivações do Empoderamento.....	124
5.2.3 Poderes (ou Recursos do Empoderamento)	125
5.2.4 Modalidades de Empoderamento.....	127
5.3 BARREIRAS, LIMITES E PONTOS CRÍTICOS DO EMPODERAMENTO.....	128
5.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	130
6 A PESCA E O PESCADOR ARTESANAL	132
6.1 CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA.....	132
6.2 O PESCADOR ARTESANAL	133
6.3 ASPECTOS POLÍTICOS E ORGANIZATIVOS DA PESCA ARTESANAL.....	136
6.4 A PESCA NO LITORAL DO PARANÁ.....	141
6.5 PESCA E GÊNERO	143
7 OS PESCADORES ARTESANAIS DE MATINHOS.....	146
7.1 O CONTEXTO – MATINHOS.....	146
7.2 A COLÔNIA DE PESCADORES DE MATINHOS	149
7.3 O PESCADOR ARTESANAL DE MATINHOS	162
7.3.1 Caracterizando o Pescador – Aspectos Demográficos	162
7.3.2 Como os Pescadores de Matinhos Percebem seu Trabalho.....	174

7.3.3 Como os Pescadores de Matinhos se Percebem.....	174
7.3.4 Aspectos Econômicos e de Acesso à Informação.....	183
7.3.5 Aspectos Políticos	191
8 CONCLUSÃO	223
9 REFERÊNCIAS.....	232
APÊNDICES	245
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	246
APÊNDICE B – NOTAS DOS ENTREVISTADOS PARA VALORES, PESSOAS, INSTITUIÇÕES ETC.....	250
ANEXOS	251
ANEXO A – ESTATUTO DA COLÔNIA DE PESCADORES DE MATINHOS.....	252
ANEXO B – REGIMENTO INTERNO DO MERCADO DE PESCADOS DE MATINHOS	260
ANEXO C – ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COLÔNIA DE PESCADORES DE MATINHOS. REALIZADA EM 12/09/1972	264

1 INTRODUÇÃO

Nas três últimas décadas, a sociedade brasileira vive um duplo movimento no sentido de sua democratização:

- No plano institucional, além do restabelecimento da ordem democrática no que se refere aos sistemas político e partidário, abriram-se, principalmente a partir da Constituição de 1988, espaços públicos que oferecem uma inédita estrutura de oportunidade política para ampliação e democratização da esfera pública, com novas possibilidades de participação cidadã na discussão, elaboração e execução de políticas e programas, bem como na *accountability* política, no controle social das ações dos governantes.
- No plano da sociedade civil, a partir dos anos 1970, há uma modificação nas formas tradicionais de luta mediadas pelos partidos e sindicatos, com o afloramento de novas formas associativas advindas das bases comunitárias. Plurais e autônomas, elas animaram-se (e animam-se) pelo alargamento da cidadania, com a inclusão de novos temas na pauta tradicional dos direitos civis, políticos e sociais: direitos relacionados à diversidade e às identidades, à cultura e à preservação ambiental.

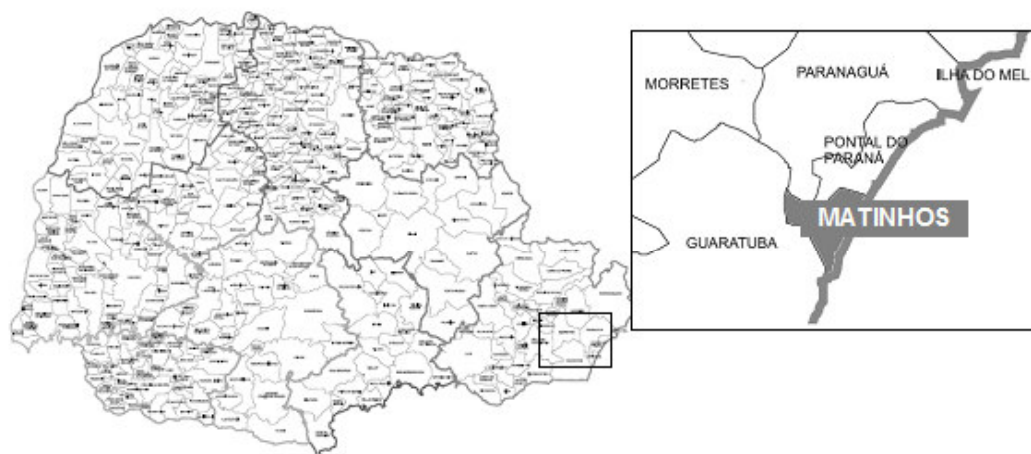
Um inédito fortalecimento da sociedade civil é causa e consequência desse processo, o qual foi exaustivamente investigado, sendo ocioso citar, por hora, a gigantesca literatura que se construiu sobre o tema. A presente tese insere-se nessa linha de pesquisas e enfoca processos políticos de uma organização da sociedade civil e seus integrantes: respectivamente, a Colônia de Pescadores de Matinhos e os pescadores e pescadoras artesanais a ela associados¹.

O Município de Matinhos localiza-se no litoral do Paraná (Figura 1), a cerca de cem quilômetros da capital do Estado, Curitiba, e tem uma população residente de aproximadamente 35 mil habitantes, que se multiplica por dez durante as férias de verão, em função das centenas de milhares de veranistas que para lá se dirigem. A pesca é uma das principais e mais tradicionais atividades do município, com

¹ Neste trabalho, o termo pescador artesanal designa qualquer pessoa, independentemente de gênero e idade, que trabalhe na atividade pesqueira artesanal, na água ou em terra.

influências importantes na cultura, economia e até na política da cidade, estando o Mercado de Pescados e a Colônia de Pescadores entre seus pontos de referência.

Figura 1 – Mapa Político do Estado do Paraná e Localização do Município de Matinhos



Fonte: Ipardes (2002)

A colônia, termo que doravante emprego, é uma organização que se insere na esfera pública não estatal do associativismo civil, a qual compõe um campo, no sentido dado ao termo por Pierre Bourdieu (1982)². A esfera associativa está longe de ser homogênea. Ao contrário, constitui realidade multifacetada, formada pelos mais diferentes tipos de organizações – movimentos sociais, sindicatos, associações de bairro, organizações não-governamentais (ONGs), entre muitas outras –, cujos propósitos e orientações políticas configuram um vasto gradiente no qual se encontram desde iniciativas filantrópicas ou assistencialistas até aquelas voltadas à transformação das relações econômicas e políticas, bem como de valores e práticas culturais, no sentido de reduzir as assimetrias que caracterizam a sociedade capitalista.

² Para o autor francês, campo é o espaço estruturado de lutas por capitais, inclusive simbólicos, e posições de poder. O campo em questão recebe mais de uma designação, sendo as mais comuns “associativismo civil”, adotada nessa tese, e “terceiro setor”. A designação não é mera questão de preferência; tem a ver com os objetivos atribuídos ao campo por diferentes perspectivas teóricas e políticas que sobre ele se constituem, como tentarei expor ao longo do trabalho.

A organização aqui estudada é uma associação que detém a representação formal dos pescadores artesanais de sua área de abrangência que, em geral, equivale a um município. Uma colônia de pescadores, porém, ultrapassa o caráter sindical – representativo e reivindicatório da categoria – tendo também prerrogativas de permitir o exercício formal da profissão e auxiliar na organização do ciclo produtivo da pesca, mediante a busca e obtenção de financiamento, solicitações de licença de pesca, registro de embarcações e assim por diante. Além disso, normalmente uma organização como esta é o próprio local em que parte significativa do trabalho se desenvolve: nela vendem-se produtos resultantes da atividade, pois as sedes das colônias de pesca muitas vezes são também mercados de pescados. As colônias, ainda, assistem seus membros nas dificuldades de sobrevivência que enfrentam, às vezes possuindo estrutura de atendimento à saúde, com consultórios médicos e odontológicos e, até mesmo, farmácias.

Em suma, uma colônia de pescadores faz às vezes de sindicato, ONG, prestadora de serviços, cooperativa, unidade de produção, loja, entidade filatropico-assistencial e movimento reivindicatório. Essa característica multifacetada, que reúne, em um único espaço, diversas formas organizativas da sociedade civil, enseja o interesse em estudar as conseqüências políticas das ações da organização e as de seus integrantes, internamente ou em seu entorno.

Pesquisar uma colônia de pescadores implica, por outro lado, entrar em contato com uma população que está formalmente filiada a uma associação civil. Ou seja, diferentemente do que ocorre na sociedade brasileira em geral, o conjunto dos pescadores artesanais de uma cidade participam, na quase totalidade, do fenômeno associativo. Adicionalmente, essa população consiste de indivíduos envolvidos na mesma e tradicional atividade, próximos uns dos outros e que convivem diariamente. Por essas características, poder-se-ia pensá-la, à primeira vista, como um grupo razoavelmente homogêneo nos modos de ser, viver e autodefinir-se e em suas percepções, aspirações, ações e assim por diante, em sua identidade, enfim, ainda que composto por pessoas de ambos os gêneros e de quase todas as faixas etárias.

Decidi fazer esta investigação durante palestra de um jovem pescador de Matinhos, chamado Umberto Giacomoni, para professores e alunos da Universidade Federal do Paraná, campus Litoral, em meados de 2006. Um grupo de docentes da instituição, do qual faço parte, pediu a esse jovem para falar sobre um tema complexo: as relações do local com o global tendo a pesca como eixo. Seu

desempenho foi tal – explicou rica e didaticamente aspectos técnicos, econômicos e sociais da atividade pesqueira, mantendo foco no tema proposto – que me atraiu a atenção para esta personagem: o pescador artesanal. Como ele ou ela vive, define-se, relaciona-se com fenômenos políticos e socioeconômicos? Após breve pesquisa exploratória, estabeleci como **objetivo principal** da pesquisa:

- Analisar os processos organizacionais e políticos na Colônia de Pescadores de Matinhos, principalmente, entre seus associados, no tocante ao aprofundamento da democracia, aqui entendido a partir: (1) da ampliação da participação ativa dos sujeitos nas decisões que lhes afetam (2) e de seu correspondente empoderamento.

Para a consecução dessa proposta, foram arrolados os seguintes **objetivos específicos**:

- Definir democracia e empoderamento debatendo as teorias que tratam dessas categorias e discutindo suas múltiplas conceituações.
- Definir associativismo civil e descrever suas expressões e trajetórias, principalmente a partir da década de 1970 até hoje, com o fito de contextualizar e compreender as ações dos sujeitos que o compõem.
- Estabelecer e coletar indicadores das categorias estudadas – democracia, associativismo civil e empoderamento – que permitam a compreensão do comportamento dessas categorias na Colônia de Pescadores de Matinhos e entre os pescadores artesanais e ela filiados.
- Descrever aspectos técnicos, históricos e socioeconômicos da atividade pesqueira e do pescador artesanal no Brasil e no Paraná.
- Descrever a Colônia de Pescadores de Matinhos, principalmente em seus aspectos político-organizacionais.

Quer-se saber, enfim, se os pescadores artesanais, por estarem inseridos em uma organização da sociedade civil, constituem-se como os sujeitos coletivos de que trata a literatura dos novos movimentos sociais, sobretudo a partir da obra de Sader (1995). Pelo menos um autor assim o considera (Cardoso, 2001) e insere a trajetória das organizações de representação dos pescadores artesanais na tendência de fortalecimento de uma sociedade civil ativa, plural e autônoma, na

esteira da transição democrática consolidada pela Constituição de 1988. No entanto, tal literatura normalmente avalia as ações das lideranças e dos fóruns que se constituem em torno desses movimentos. A questão, aqui, é saber se a tendência de constituição de um novo sujeito, imbuído de valores cívicos e engajado na reivindicação de ampliação de direitos de cidadania, repercute nos indivíduos que compõem a base da categoria dos pescadores artesanais.

A estrutura da tese compreende quatro partes, as quais se compõem de sete capítulos. A primeira parte é um capítulo dedicado à metodologia do trabalho e, conseqüentemente, à descrição dos procedimentos de coleta e análise dos dados empíricos da pesquisa.

A segunda parte traz o marco teórico a partir do qual desenvolvo a tese propriamente dita. Seu propósito é expor e debater os conceitos com os quais trabalho. Para tanto, subdivide-se em três capítulos. O primeiro tem como objetivo construir definições do conceito de democracia que baliza as análises, a partir de suas vinculações com três outras categorias: participação, *accountability*, cultura política e direitos de cidadania. A idéia é trabalhar com uma noção ampla, na qual a democracia não se restrinja a seu caráter representativo – com que muito poucos cidadãos participam da diretamente enquanto a maioria dela toma parte de forma episódica e praticamente limitada ao voto, como advogam teorias elitistas –, mas assimile a participação, por meio de modalidades semidiretas ou mesmo diretas, em debates e na deliberação das decisões políticas que lhes digam respeito.

O capítulo seguinte debruça-se sobre o associativismo civil, esfera pública não-estatal em que se insere a organização estudada. Nele, discute-se o conceito de sociedade civil e as expressões e trajetórias do fenômeno associativo bem como alguns de seus aspectos formais, especialmente no Brasil contemporâneo. A proposta é avaliar criticamente o associativismo civil, freqüentemente apontado como espaço da radicalização da democracia e alargamento da cidadania, por meio da participação ativa dos sujeitos que nele atuam. Malgrado assumir essa premissa como válida, exponho alguns de seus limites, apontados na literatura e observados em campo.

No terceiro e último capítulo da parte teórica, volto-me à noção de empoderamento que, resumidamente, é a capacidade de indivíduos e grupos, com o maior grau de autonomia possível, tomarem decisões sobre assuntos que afetam

suas vidas. O empoderamento é causa e consequência de processos de democratização e efetivação dos direitos de cidadania, tendo assim uma forte componente política. A operacionalização do conceito permite seu uso como instrumento de avaliação da organização e dos sujeitos ora estudados.

A segunda parte é de cunho mais empírico e dois capítulos a compõem. O primeiro é uma descrição da pesca em seus aspectos conceituais, formal-legais e históricos, com ênfase nos processos político-organizativos e na reconstituição da figura do pescador artesanal como o sujeito coletivo que este trabalho examina. O capítulo seguinte exhibe os resultados, análises e inferências da pesquisa na Colônia de Pescadores de Matinhos e junto aos pescadores artesanais a ela filiados – constitui, portanto, o relatório dos procedimentos de pesquisa de campo levados a efeito nesta investigação.

Finaliza a tese uma parte conclusiva, na qual aprofundo a análise dos resultados e testo as hipóteses que me orientaram em seu conjunto. É nesse trecho que finalmente respondo se, no caso estudado, o fato de pertencer a uma associação e nela conviver afeta o comportamento político das pessoas no sentido de uma maior participação em assuntos políticos. Na esteira dessa proposta, trago ainda um conjunto de sinalizações sobre como a organização poderia incrementar seus processos com o intuito de potencializar os resultados de suas ações democratizantes no sentido do empoderamento, individual e coletivo, de seus membros e, por que não, do contexto em que se insere.

2 QUESTÕES METODOLÓGICAS

Duas digressões abrem este capítulo, no qual se aduzem os aspectos metodológicos do trabalho: a primeira tem a ver com o método escolhido; a segunda concerne às *démarches* epistemológicas a partir das quais desdobra-se a pesquisa.

A tese contida nessas páginas é um estudo de caso sobre pescadores artesanais associados à Colônia de Pescadores de Matinhos, Paraná. O alvo principal são relações dos sujeitos com algumas categorias políticas assumidas como essenciais em processos de democratização, dentro e fora da esfera pública, tais como associativismo e sociedade civil, participação, *accountability* política, direitos de cidadania e empoderamento.

O estudo de caso, assim como outros métodos devotados à apreensão de realidades microssociais (e.g. estudo biográfico e história de vida), apresenta característica intensiva, na medida em que gera grande quantidade de informação sobre aspectos muito específicos. Nesse sentido, busca responder questões do tipo “como” e “por que”, ultrapassando a mera descrição do observado, o que demanda a construção de instrumentos – roteiros de questões, entrevistas, questionários etc. – adequados para captar e, principalmente, analisar, no plano empírico, as questões teóricas postas pela pesquisa.

O que particulariza o método em exame, no entanto, é a especificidade do caso como elemento que suscita questões ligadas a temas gerais da realidade social (Roese, 1998). Desse modo, estudos de caso bem conduzidos possibilitam que se aborde algo novo do ponto de vista da ciência, empregando uma pluralidade de técnicas quantitativas e qualitativas: “O estudo de caso nos permite responder como e porque aquelas características que observamos são possíveis, em um quadro teórico mais amplo, como as grandes tendências se manifestam, ou não, em realidades sociais concretas” (Roese, 1998, p. 193). Daí porque configura método adequado principalmente quando a padronização quantitativa dos macroestudos (*surveys*, por exemplo) impõe limites ao detalhamento de questões complexas, somente obtido com a observação densa da realidade concreta.

Como todo método, o estudo de caso apresenta limitações e riscos em sua utilização (Roese, 1998). O menor custo em seu emprego corresponde à necessidade de um alto investimento teórico, em que teoria e empiria devem

dialogar permanentemente sob pena de se produzir descrição sem vigor analítico. Por vezes, sucumbe-se à tentação de usar o estudo de caso como mero elemento de legitimação da teoria adotada, enquanto “o fato de um estudo de caso apresentar dados que contrariam uma teoria não a invalida, apenas lança dúvidas e suscita novas questões (genéricas e não específicas) para a referida teoria” (Roese, 1998, p. 195), o que, de algum modo, aconteceu no desenvolvimento desta tese.

Trata-se, enfim, de um método que exige do pesquisador olhar aguçado para discernir tênues fronteiras entre descrição e explicação. Além disso, há de se ter em mente o alcance do estudo de caso: ele é útil antes para detalhar e mesmo confrontar categorias analíticas no plano empírico, mas não serve por si só para gerar uma nova teoria social. Todavia, muitas das críticas que se lhe dirigem partem da falsa dicotomia entre qualitativo e quantitativo e entre teórico e empírico, acusando-se-o de produzir teorias sem fundamentação empírica na medida em que se reduzem os critérios desta à comprovação estatística (às vezes tomada como perfeito sinônimo de científica) de hipóteses³.

Afora o estudo de caso poder servir-se de procedimentos tanto qualitativos quanto quantitativos, micro e macroestudos são formas diferentes de se obter dados, que geram diferentes tipos de inferências, com propósitos específicos. Os primeiros possibilitam estabelecer perfis gerais de grandes populações e fenômenos mais amplos (pense-se numa pesquisa de emprego e desemprego), porém sem a minúcia dos últimos (por exemplo, conseqüências cotidianas para indivíduos desempregados e suas famílias).

A segunda digressão é de natureza epistemológica e ocupa papel central na definição das estratégias de pesquisa empregadas. A proposta assenta-se em duas perspectivas à primeira vista de difícil conciliação, uma representando a idéia de ciência mais dura, ainda que não propriamente positivista, e outra assumindo mais claramente elementos subjetivos na análise da vida social.

³ Pode-se responder a essas críticas com diversas pesquisas que, com menor ou maior alcance, constituem estudos de caso e tornaram-se valiosas à compreensão de aspectos da vida social. Três exemplos paradigmáticos me ocorrem, o último dos quais é uma das principais referências utilizadas aqui: *Os Estabelecidos e os Outsiders*, de Norbert Elias e John L. Scotson (2000); *Parceiros do Rio Bonito*, de Antônio Cândido (1987) e *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*, de Eder Sader (1995), cujos objetos e alcances estão nos subtítulos – respectivamente, *Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*; *Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*; e *Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*.

A primeira das perspectivas acima referidas é o método hipotético-dedutivo de inspiração popperiana, para o qual o trabalho científico tem como ponto de partida hipóteses refutáveis, vale dizer, testáveis, por informações empíricas e/ou racionalmente produzidas (Blaikie, 2000). Hipóteses, nesse caso, são as respostas que o pesquisador inicialmente dá às questões que deseja esclarecer sem, no entanto, ter ainda apreendido, sistematicamente, elementos da realidade empírica. Esses elementos normalmente constituem variáveis e categorias, cujo comportamento permite a compreensão do que se investiga. Pesquisar, nesse sentido, é realizar procedimentos de coleta e análise que os forneçam.

A proposta aqui não é reificar o papel das hipóteses, superestimando sua importância no desvelamento de aspectos da realidade social, mesmo porque, principalmente nesta, a multiplicidade de variáveis intervenientes relativiza as certezas que o senso comum espera da ciência – alerta de algum modo dado pelo próprio Popper. Ademais, a observação muito rígida das hipóteses engessa o trabalho. No entanto, elas são bússolas (ou aparelhos GPS para usar um termo mais moderno) que orientam a definição das categorias analíticas e empíricas de uma pesquisa, bem como sua operacionalização e a construção e aplicação de instrumentos de coleta e análise de dados. Tais elementos devem minimamente compor um trabalho que se pretenda científico, por menos preso aos cânones da ciência tradicional que ele seja, sob pena de se tornar um mero ensaio de opiniões de seu autor.

Outra das referidas perspectivas insere-se numa vasta linha que defende um papel mais amplo à auscultação dos indivíduos e à análise de suas interações nos microcosmos em que se inserem. Falo da perspectiva da estruturação, que tem em Giddens (1986) um de seus principais defensores e vale-se do legado das perspectivas acionistas e compreensivas que se constituem a partir da obra weberiana, mas também de elementos das análises macrosociológicas propostos pelo materialismo histórico e o método indutivo durkheimiano.

A perspectiva em questão não nega a importância das estruturas de larga duração e amplitude – econômicas, políticas, culturais – responsáveis pela reprodução do social na medida em que estratificam socialmente os sujeitos e exercem significativa influência em suas ações. Não as determinam, porém. Em vez disso, oferecem cursos e alternativas possíveis para suas condutas, com maior ou menor grau de liberdade para eles agirem na perseguição dos objetivos, que de

forma mais ou menos consciente se colocam, e em suas interações com os outros. Assim o fazendo os sujeitos e as interações acabam por influenciar também as estruturas, modificando-as, numa via de mão-dupla descurada nas visões mais deterministas.

Uma das contribuições que retenho da perspectiva em tela – e que está presente em diversos outros arcabouços, tais como o interacionismo simbólico, a etnometodologia, o método relacional de Elias – é a necessidade de a pesquisa social efetivamente dar voz aos sujeitos que quer compreender⁴. Isso não implica recair num relativismo em que qualquer fala de qualquer sujeito é válida por si só, o que reduziria a interpretação da realidade e a própria ciência social a um papel menos que secundário – moda perigosa do tempo em que vivemos. Feitas essas digressões, passo à descrição de como a pesquisa foi realizada.

2.1 A PERGUNTA

Quais as implicações da filiação de pescadores artesanais à Colônia de Pescadores de Matinhos – uma organização da sociedade civil – para os processos políticos internos e externos à organização em termos do aprofundamento da democracia considerado a partir das seguintes categorias: participação cidadã, direitos de cidadania, *accountability*, cultura e sofisticação política e empoderamento?

2.2 HIPÓTESES ORIENTADORAS

- A Colônia de Pescadores de Matinhos filia-se à tendência do novo associativismo civil, oferecendo uma estrutura de oportunidades à participação democrática ativa dos pescadores artesanais nos assuntos que lhe dizem respeito, dentro e fora da organização, e contribuindo para sua constituição como sujeitos coletivos e a democratização de seu entorno.

⁴ Explicá-los, no sentido mais forte do termo, é impossível, pois os fenômenos, principalmente humanos, não se dão à observação tal como eles realmente são, mas como eles são interpretados a partir das lentes, mais ou menos distorcidas, dos valores, ideologias e assim por diante. O trabalho científico consiste em ajustar essas lentes da forma mais precisa possível, o que exige uma explicitação dos e um diálogo com os valores do pesquisador, quando esses são confrontados com as realidades dos sujeitos.

- A filiação à Colônia de Pescadores, vale dizer, a participação no associativismo civil, influencia os indicadores de cultura e sofisticação política dos pescadores artesanais, com os quais se fortalecem o capital social e as ações políticas de mobilização entre esses sujeitos.
- O fato de pertencerem a uma Colônia de Pescadores contribui para que os pescadores artesanais detenham empoderamento individual, organizacional e comunitário, fornecendo-lhes recursos identitários, econômicos, sociais e políticos que lhes permitem ter autonomia num grau suficiente para protagonizar suas próprias vidas.

2.3 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

As definições abaixo são de natureza operacional, com que foi possível apreender as categorias empiricamente. As definições constitutivas distribuem-se pelos capítulos teóricos desta tese.

Associativismo Civil

Além da descrição da organização estudada em seus aspectos formais e no âmbito do associativismo civil, a operacionalização desta categoria se deu mediante análise de indicadores relativos a:

(i) *ações junto aos sujeitos* – como a organização relaciona-se com os pescadores artesanais, como faz a *advocacy* deles, que prerrogativas, direitos e benefícios esses pescadores têm ao filiar-se à organização, como a organização elabora e efetiva a participação nos processos políticos internos e assim por diante.

(ii) *ações junto a terceiros sujeitos*, como órgãos governamentais do legislativo, executivo e judiciário; conselhos gestores de políticas públicas; fóruns e redes de movimentos sociais entre outros.

Democracia e seu aprofundamento

Operacionalizei esta categoria partir da análise de indicadores internos e externos de participação, *accountability* e empoderamento:

(i) Participação:

- Internamente: avalio até que ponto a Colônia possibilita e encoraja, formal e substantivamente, a participação dos pescadores artesanais em seus processos decisórios. Para tanto, levanto a presença nos processos deliberativos da organização.
- Externamente: avalio se, como e até que ponto os pescadores participam de espaços participativos institucionais, como partidos políticos, sindicatos, conselhos gestores e fóruns da sociedade civil, por exemplo.

(ii) Accountability

- Internamente: avalio dois aspectos: se e como a Colônia presta contas de suas ações a seus filiados e aos demais sujeitos sociais; e se e como ela lhes é responsável, ou seja, até que ponto eles influem na formulação e aplicação de estratégias da organização.
- Externamente: avalio se ações coletivas protagonizadas pela Colônia e/ou pescadores artesanais, de fiscalização e controle, mobilizações e protestos, entre outras, contribuem para uma maior transparência e responsividade dos agentes públicos em seus diferentes órgãos e níveis. Ainda dentro desse tópico, verifico se os sujeitos têm um contato freqüente com a organização e em que medida isso os torna mais propensos a controlar a atuação dos governos e outros poderes sociais.

(iii) Empoderamento

A operacionalização dessa categoria – nos níveis individual, organizacional e comunitário – efetivou-se a partir de indicadores de quatro classes de poderes:

- Identitários: auto-estima, autoconfiança e proatividade dos sujeitos e seu auto-reconhecimento de um ponto de vista ético-cultural. Nesse caso, averiguo, por exemplo, como os pescadores vêem a si próprios e a sua profissão no contexto da cidade;

- Econômicos: condições de sobrevivência, medida pela renda – oriunda do trabalho e de outras fontes, como programas de assistência social, acesso a bens de consumo e condições percebidas da moradia;
- Sociais: ampliação da confiança, do associativismo e participação cívica no interior da comunidade, como, por exemplo, em atividades religiosas, lúdicas, esportivas, artísticas, comunitárias, filantrópicas etc; e,
- Políticos: participação, visibilidade e cultura e sofisticação políticas a partir da presença em ações e espaços políticos, da disposição de discutir política dentro e fora dos espaços institucionais, do reconhecer-se como portador de direitos, da posse de informações relevantes a tomadas de posição mais coerentes e vantajosas, pela capacidade de obter coisas e influenciar agendas políticas de tomadores de decisões.

2.4 COMO A PESQUISA FOI FEITA – INSTRUMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A realização da pesquisa, além de levantamento bibliográfico sobre os temas estudados, exigiu o emprego de diversos procedimentos de coleta e análise de dados primários e secundários, arrolados e descritos abaixo:

Pesquisa exploratória: foi o primeiro procedimento empírico, iniciado em meados de 2006, logo após a decisão de eleger a Colônia de Pescadores *lócus* da investigação⁵. Consistiu em visitas ao Mercado Municipal de Pescados, sede da organização, e à praia em frente, onde entabulei conversas com pescadores e dirigentes, registradas em diário de campo. Foi a partir desse procedimento que estabeleci a questão e as hipóteses que orientam a pesquisa.

Pesquisa documental de fontes primárias: a realização desse procedimento obedeceu ao propósito de reconstituir a trajetória da organização e descrever seus aspectos formais. Os documentos consultados foram o estatuto da Colônia de Pescadores de Matinhos, o Regimento Interno do Mercado de Pescados de Matinhos (Anexos A e B), atas das assembleias gerais e demais reuniões das

⁵ Relato como foi este processo na introdução.

Colônias entre 1972 e 2007, atas das reuniões de discussão do Plano Diretor do Município de Matinhos em 2006.

Observação participante: tal procedimento (o principal, frise-se) possibilitou-me vivenciar o cotidiano da organização por aproximadamente três meses. Durante esse período, participei de várias reuniões (cheguei a redigir duas atas) e dezenas de conversas informais, nas quais procurei monitorar todos os acontecimentos que apresentassem relevância para a pesquisa.

Entrevista semi-estruturada: com a utilização de um roteiro de questões abertas e fechadas (Apêndice A), entrevistei 30 pescadores e pescadoras, dos cerca de 250 que participam ativamente da Colônia⁶, com o objetivo de aprofundar aspectos captados nas observações. Para se chegar ao roteiro empregado, foram realizados pré-testes com o fito de avaliar a compreensão das questões, o que demandou diversas alterações no instrumento original. Trata-se de entrevistas em profundidade. Elas duraram, na maioria, cerca de uma hora cada uma (houve algumas que se estenderam por quase duas) e todas foram gravadas e degavadas⁷.

Por se tratar de um estudo de caso, o tamanho da amostra de entrevistas foi determinado antes pela conveniência do que pela representatividade puramente estatística, pois para que esta fosse observada, com razoáveis intervalo de confiança e erro amostral (por exemplo, 95% e 5%), teriam de ser realizadas cerca de 150 entrevistas o que, no caso, seria inviável em função da duração das entrevistas e dos recursos disponíveis. Este é um desafio em populações pequenas, pois, estatisticamente, quanto menor o universo pesquisado, relativamente maior deve ser a amostra.

Ainda que se tratasse de um estudo qualitativo, optei por selecionar os entrevistados de modo que eles representassem com alguma proporcionalidade o universo dos pescadores artesanais filiados à colônia de Matinhos. Os entrevistados

⁶ Em uma das questões (26, no roteiro de entrevista – ver Apêndice A) pedi que os entrevistados avaliassem pessoas (políticos, por exemplo), instituições, valores etc, classificando-os numa escala entre péssimo e ótimo, que transformei em médias entre -2 e 2. Os resultados estão no Apêndice B.

⁷ Nas transcrições, como não se trata de um trabalho de lingüística, grafei as palavras conforme a norma padrão, mantendo, contudo, as flexões de gênero e número como foram faladas. Logo após a realização de cada entrevista, anotei informações sobre as condições em que ela transcorreu: o nível de compreensão das questões, a postura e a desenvoltura dos entrevistados. Todos os entrevistados autorizaram, por escrito, a realização e a gravação da entrevista, sem identificação, no entanto, razão por que todos os nomes de informantes que concederam entrevistas semi-estruturadas são fictícios neste documento.

foram primeiramente selecionados segundo o gênero, com o cadastramento eletrônico de todos os indivíduos do universo dos pescadores, com ligeira sobre-representação da população feminina para que se pudesse ter um número razoável de observações de mulheres, conforme fui descobrindo que o gênero é a principal clivagem dentro do grupo.

A seguir, as populações feminina e masculina foram estratificadas por faixas etárias, dentro das quais se realizou sorteio dos entrevistados, com reposição dos informantes não encontrados, que se recusaram a responder ou que saíram da atividade (os quais foram poucos). No entanto, introduziu-se propositalmente um viés, pela escolha intencional de duas pessoas para compor a amostra: o presidente e um dos ex-presidentes da Colônia.

Entrevista não diretiva: essas entrevistas, num total de quatro, foram realizadas com informantes-chaves: o pescador que me introduziu na colônia, Umberto Giacomoni; o presidente da organização, Mario Jorge Hanek; o vereador Márcio José do Nascimento, cuja base eleitoral são os pescadores; e o presidente da Federação de Pesca do Paraná e ex-presidente da Confederação Nacional dos Pescadores, Edmir Manoel Ferreira.

Durante a realização de todos esses procedimentos, à exceção das entrevistas semi-estruturadas que possuíam roteiro próprio, municiei-me das categorias e indicadores descritos acima, de modo a verificar seu comportamento e testar as hipóteses orientadoras. Os procedimentos geraram dados quantitativos e qualitativos que foram dispostos em bancos, tabulados e agrupados em planilhas do software *Planilha Eletrônica* do pacote *Openoffice-Linux*.

Para os dados quantitativos a análise foi relativamente trivial, bastando programar as fórmulas de cálculo. Mais trabalhosas foram as análises de dados originalmente qualitativos, como os recolhidos nas observações, documentos e respostas das questões abertas. Nesse caso, lancei mão da técnica de análise temática de conteúdo⁸, com que, a partir das categorias de análise preestabelecidas, classifiquei e quantifiquei informações e respostas segundo percepções, menções e conotações – favoráveis, desfavoráveis e propositivas – em relação aos diversos

⁸ Uma boa descrição da técnica pode ser encontrada em Pereira (1998).

temas propostos. Isso possibilitou a transformação das falas dos sujeitos nas tabelas e quadros⁹ recheados de números que ilustram algumas destas páginas.

Conforme os dados vinham do campo, ficava patente a mencionada clivagem de gênero, razão por que, no capítulo dedicado aos resultados da pesquisa junto aos pescadores, decidi fazer a maior parte das análises estabelecendo comparações entre homens e mulheres. Embora a idade dos informantes pareça também afetar os resultados, o número de observações dentro de cada faixa etária é insuficiente para fazer aberturas minimamente significativas.

Mais importantes que tabelas e quadros, cujo objetivo sempre deve ser facilitar a compreensão do leitor, são as interpretações dos dados recolhidos na caça de respostas às questões a que o pesquisador se propõe. Dados são dados. Se coletados de maneira correta, são por si próprios praticamente inquestionáveis. A questão é que um mesmo dado pode gerar diferentes interpretações, conforme a perspectiva teórica e normativa adotada pelo observador, sobretudo na apreensão de fenômenos humanos. A pesquisa social tem muito de ciência, mas tem igual porção de arte.

2.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A primeira limitação desta pesquisa decorre da própria técnica escolhida: o estudo de caso. A par das considerações iniciais, friso que os resultados da investigação e suas análises têm maior validade empírica para o universo estudado, o seja a Colônia de Pescadores de Matinhos e seus associados. A extrapolação para outras organizações semelhantes é lícita – chego a postular que os resultados não difeririam muito. Fica, contudo, o alerta: deve-se ter cuidado na utilização dos resultados dessa pesquisa para afirmações do tipo “o pescador artesanal é...”.

Outra limitação refere à generalização dos dados dentro do próprio universo da colônia. Procurei cercar-me de todos os cuidados dentro dos recursos que tinha, para que a pesquisa retratasse com a maior fidelidade os sujeitos analisados, principalmente deixando que eles falassem por si próprios. Todavia, reitero que essa

⁹ Ressalto que a colocação de tabelas e quadros com porcentagens obedece a um propósito didático, explicativo, visto que, num sentido mais amplo, esta é uma pesquisa de natureza eminentemente qualitativa.

pesquisa registra meu olhar, particular e reflexivo, ainda que guiado pela teoria. Outros olhares poderiam enxergar outras coisas. A despeito de óbvia, a advertência sempre deve ser levada em consideração pelo leitor.

3 DEMOCRACIA

Democracia idealmente vincula-se à noção de equidade, i.e., a extensão de direitos de cidadania a todos, daí porque se afirma sua superioridade moral sobre quaisquer outros regimes¹⁰ (Kerstenetzky, 2003). Como ela constitui-se? A resposta não é simples. Aparentemente a democracia apresenta-se em variados graus e formas, com múltiplos arranjos possíveis, em relação aos quais formulam-se diversas teses, por vezes divergentes.

Para Kelsen (1998, p. 406), democracia corresponde a uma forma de Estado em “que a ‘vontade’ representada na ordem jurídica (...) é idêntica às vontades dos sujeitos”, devendo esses, direta ou indiretamente, incluir-se na criação das normas jurídicas, sem o que se está numa ordem autocrática¹¹. A democracia se operacionaliza quando a maior parte das normas jurídicas tem origem no povo, hodiernamente representado no Legislativo. Sendo impossível a unanimidade da vontade geral, aplica-se a regra da maioria o mais fielmente possível, respeitando-se a minoria, incluindo-a de algum modo no processo decisório¹².

Para Dahl (1998), a democracia foi inventada mais de uma vez em mais de um lugar, desde que houvesse condições para tanto, ou seja, uma lógica da igualdade, fundamentada em uma identidade grupal, em pequena interferência exterior e na assunção de igualdade pelo grupo. Entretanto, apenas o século XX testemunharia, mesmo nos países de maior consolidação democrática, uma extensão dos direitos básicos da democracia política a todos os cidadãos adultos, critério básico nestes dias.

O que, todavia, tornaria a democracia superior a outras formas de organização política, autoritárias de diferentes modos? Dahl (1998) enumera razões para isso. Em primeiro lugar, ela ajuda a evitar a tirania, a dominação autocrática na qual alguém impõe arbitrariamente sua vontade. Além disso, garantiria um número

¹⁰ No capítulo 4, *Associativismo Civil*, a vinculação entre democracia e igualdade é problematizada.

¹¹ O autor em tela rejeita a classificação aristotélica das formas de Estado pelo número de ocupantes. Rejeita também a idéia liberal de separação entre poderes independentes e autônomos. Na verdade, as funções do Estado (criar e aplicar as leis) distribuem-se em departamentos que se complementam e controlam mutuamente.

¹² Entretanto, no entender de Kelsen a representação parlamentar é na prática falaciosa, na medida em que os mandatos são independentes – uma verdadeira representação implicaria mandato imperativo. Para uma crítica de tal assertiva, ver Miguel (2005b).

mínimo de direitos essenciais ao conjunto dos cidadãos e um maior alcance de liberdade pessoal. A democracia ainda contribui para que as pessoas protejam seus próprios interesses fundamentais, ao permitir a participação cidadã na determinação da conduta do governo, de modo a evitar abusos por parte deste. (Como se dá esta participação é questão controversa, que discuto adiante.) Com isso, se oferecem maiores oportunidades de autodeterminação para as pessoas, desde que elas tenham condições de ter suas visões conhecidas por meio de processos de discussão, deliberação, negociação e conciliação na elaboração das leis da associação – diretamente ou por meio de representantes, dependendo do caso.

Apenas um governo democrático pode maximizar oportunidades para a responsabilidade moral dos cidadãos, por meio da reflexão, deliberação, escrutínio e consideração das alternativas para a tomada de decisão. Trata-se também de um regime que fomenta mais completamente o desenvolvimento humano (se se consideram maiores índices de desenvolvimento material e de bem-estar como indicador deste)¹³ e pode alimentar um grau relativamente alto de igualdade política.

Seguindo nas definições gerais de democracia, Bobbio a entende como “um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados (...) [e o] compromisso entre as partes através do livre debate para a formação de uma maioria” (Bobbio, 2004, p. 22). Bobbio se encontra entre aqueles que associam democracia e voto com representação, alertando, contudo, que não se deve confundir democracia representativa com “Estado parlamentar”: “A expressão ‘democracia representativa’ significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte mas por pessoas eleitas para esta finalidade” (Bobbio, 2004, p. 56). Destarte, a democracia está em diversos órgãos e não exclusivamente no Parlamento. Para o autor, haveria, com efeito, um continuum entre as duas formas (representativa e direta) e não uma bipolaridade. Ambas

¹³ Consulta ao Relatório do Desenvolvimento Humano 2006 (UNDP, 2006) revela que tal afirmação, apesar de verdadeira, tem limites. De fato, todos os 24 países mais bem classificados no ranking do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) são democracias estáveis. Já entre os países seguintes a relação não é tão óbvia. Tomando-se, por exemplo, os classificados entre o 25º e o 50º lugares, 17 são democracias muito recentes ou regimes autoritários. É de se ressaltar, no entanto, que com o passar do tempo a tendência é um fortalecimento da relação entre democracia e desenvolvimento social e econômico.

podem estar contidas numa democracia integral na medida em que o Estado não poderia funcionar exclusivamente a partir de assembléias gerais ou referendos.

Se os elementos destacados acima são praticamente consensuais nos escritos modernos sobre democracia, não se pode dizer o mesmo quando se examinam as condições concretas de seu funcionamento e os papéis que os diferentes atores sociais nela exercem¹⁴. As próximas seções tratam das referidas condições e discutem: o papel e o alcance da participação cidadã na democracia; os controles democráticos e a responsividade dos agentes públicos, ou seja, a *accountability* política; as relações entre democracia e cultura e sofisticação política; e, por fim, a vinculação entre democracia e direitos de cidadania. A eleição desta pauta de debates obedece aos propósitos de uma investigação sobre o papel do associativismo civil no empoderamento de indivíduos e grupos.

3.1 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

Um dos maiores pontos de controvérsia entre as perspectivas da democracia, questão central da teoria política contemporânea, é justamente o fulcro desta tese, ou seja, o lugar da participação dos cidadãos nas esferas políticas em uma teoria moderna e viável de democracia (Pateman, 1970; Ugarte, 2004)¹⁵, sendo o associativismo civil uma de suas múltiplas manifestações. Isso se explica pelos diferentes pontos de partida de cada uma dessas perspectivas, razão por que apresento algumas delas a seguir, quais sejam, as mais notadamente realistas/empiristas e as de ênfase normativa.

¹⁴ Daí várias taxonomias serem possíveis. Miguel (2005a) aponta algumas delas, como a dicotomia, em sua visão pouco frutífera, que Boaventura de Souza Santos estabelece entre democracia direta e democracia representativa, pendendo para a primeira. Ou a distinção, proposta por Sartori, entre democracia empírica, de caráter descritivo, e democracia racional, prescritiva, cuja limitação, para Miguel, é a negação do componente necessariamente normativo da democracia, na medida em que, acrescento, todas as teorias que de alguma forma considerem a democracia um sistema moralmente superior são normativas, por mais “realistas” que se repute. O autor destaca ainda as classificações de Macpherson e de Elster, para quem a distinção é entre a concepção dominante, a teoria da escolha racional e duas contestações a esta: a democracia participativa e a democracia deliberativa. Para Miguel, há cinco grandes correntes teóricas, todas no âmbito da democracia representativa: a democracia liberal pluralista, a democracia deliberativa, o republicanismo cívico, a democracia participativa e o multiculturalismo. Em grande medida, valho-me desta classificação como ponto de partida da discussão que proponho aqui, acrescida das contribuições de autores como Pateman (1970) e o próprio Macpherson (1982) entre outros citados ao longo das próximas páginas.

¹⁵ Embora Nobre (2004) afirme que a participação não outorga, por si mesma, significado ao conceito de democracia. Para este autor, é necessário saber: *quem* são os cidadãos, de *qual* participação se trata e quais suas necessidades, questões que tento explorar nesta tese.

Os principais formuladores do arcabouço “realista/empirista”¹⁶ asseveram fundamentar suas contribuições antes nos sistemas democráticos concretos, tal como eles são, do que na proposição de como eles deveriam ser, ainda que se possam encontrar formulações normativas, em maior ou menor grau, entre tais teóricos. Dentro desse vasto conjunto pode-se classificar desde o elitismo democrático até a teoria da escolha racional, passando pelo pluralismo. Em geral, essas teorias elegem o equilíbrio, a estabilidade do sistema político, suposto antídoto contra totalitarismos, como valor maior, em detrimento da participação cidadã ampliada nos processos (Pateman, 1970). Em maior ou menor grau, estabelecem uma analogia pela qual “a democracia é somente um mecanismo de mercado: os votantes são os consumidores; os políticos são os empresários” (Macpherson, 1982, p. 97)¹⁷.

A teoria competitivo-elitista: este modelo enxerga a democracia como um método de escolha de uma minoria legítima, via competição eleitoral. Schumpeter (1984), Mosca (1992) e Michels (1982) e, mais recentemente, Sartori (1994) estão entre os principais representantes dessa corrente, a despeito das diferenças em suas proposições¹⁸. A democracia, aqui, consiste, portanto, em um mecanismo para eleger e autorizar governos, que consiste numa competição de elites (Macpherson, 1982; Pateman, 1970; Nobre, 2004; Miguel, 2005a). Para a teoria elitista cabe aos votantes apenas escolher os representantes, ação que os protegeria contra a tirania. Desse modo, elimina-se o conteúdo pedagógico e moral da democracia dos antigos, para quem este sistema constrói um ser humano melhor, mais solidário. Caros são aos elitistas o respeito pelas regras e a alternância de elites no poder. Não se prevê participação pública ampliada na formulação de políticas. Seria esta uma questão dos partidos (Cohen e Arato, 1994).

No modelo em questão, portanto, o que conta é a eleição do líder (Ugarte, 2004) – uma participação integral restringe-se às elites políticas nos partidos e em

¹⁶ Cf. denominação de Cohen e Arato (1994). Para Pateman (1970) tal arcabouço constitui a própria “teoria contemporânea da democracia”, dada a hegemonia que alcançou no campo da ciência política.

¹⁷ Adianta-se aqui muito do conteúdo da teoria da escolha racional, que enxerga políticos e eleitores como maximizadores racionais em livre concorrência que, ao fim, levaria a uma distribuição ótima; e a democracia, como sistema empresarial de satisfação das demandas diversas e a maioria eleitoral como equilíbrio entre oferta e demanda. Para Macpherson, as diferenças entre Schumpeter e os teóricos da escolha racional reside na soberania dos consumidores políticos, baixa para o primeiro e praticamente plena, para os últimos.

¹⁸ E na crença em eleições como método de fato democrático, maior em Schumpeter e Sartori e menor em Michels, por exemplo.

cargos públicos, sendo indesejada a participação do cidadão médio, pois esta obstaculizaria o funcionamento eficaz do sistema. Ato contínuo, uma autora como Pateman (1970) argumenta que os elitistas chegam a considerar como positiva a apatia política, por servir de amortecedor de conflitos potencialmente protagonizados por uma massa de descontentes. Isso ocorre porque haveria, na sociedade, uma tendência à alienação das massas a propósito dos temas políticos, cuja discussão e encaminhamento, portanto, seria um apanágio de pequenos grupos. A própria competição entre eles promoveria um sistema de controles e a conseqüente manutenção das liberdades políticas. O processo eleitoral, basicamente, seria o único episódio de participação ampliada. A democracia, assim, reduz-se às instituições formais do Estado, não se considerando potenciais influências do tecido social mais amplo na difusão e consolidação do regime democrático.

A teoria da escolha racional: trata-se de outro modelo inserido na vertente realista das teorias democráticas, o qual abrange um vasto grupo de autores, entre os quais Downs (1999), Tsebelis (1998) e Olson (1999). Seu pressuposto básico é que o encadeamento de ações de indivíduos singulares e conscientes explica fenômenos sociais complexos¹⁹. A partir deste postulado, os representantes da escolha racional asseveram que qualquer mudança social ou institucional é resultado das ações e interações entre indivíduos. Esses apresentariam um nível de racionalidade suficiente para tomar decisões sensatas a partir do cálculo dos custos e dos benefícios presentes nos diferentes cursos de ação a considerar em qualquer processo de tomada de decisão²⁰. Tal assunção é fortemente influenciada pela noção de *homo economicus* da economia neoclássica – o ator egoísta que se move exclusivamente pela maximização dos lucros e a minimização das perdas que, deste modo, age na busca de benefícios seletivos cuja consecução depende de sua iniciativa.

Os teóricos da escolha racional acreditam, em suma, que as interações sociais e os recursos nelas envolvidos – informação, aprovação social, legitimidade, prestígio e assim por diante – são regidos pelos mesmos princípios que

¹⁹ Daí porque tal arcabouço alimenta-se diretamente na fonte do individualismo metodológico.

²⁰ O exemplo emblemático é o dilema do prisioneiro, pelo qual dois acusados de um crime são interrogados separadamente e sem possibilidade de se comunicarem previamente para combinarem a condução dos depoimentos. Se lhes oferecem as seguintes alternativas: confessar o crime e ver sua pena reduzida; negar o crime, mas ter sua pena aumentada se o outro o entregar; ambos negarem e serem libertos. A escolha racional seria a primeira, pois é a que oferece uma recompensa razoável com riscos reduzidos.

fundamentam os mecanismos de acumulação a partir das leis do mercado como bases da organização da produção, da distribuição e do consumo.

As motivações das ações individuais, portanto, são orientadas por objetivos que expressam as preferências de seus protagonistas, de acordo com as informações e o espaço de liberdade de que dispõem para tomar uma decisão qualquer. Eles são competentes para desenvolver estratégias com que consistente e conscientemente sopesam meios e fins para agir, buscando antecipar os resultados das diferentes alternativas que se colocam, finalmente escolhendo, é claro, aquele que maximiza as recompensas ou minimiza os prejuízos.

A despeito da elegância de suas formulações e de seu poder explicativo, inclusive para o comportamento dos sujeitos estudados neste trabalho, pode-se imputar à teoria da escolha racional um caráter reducionista, pelo qual os fenômenos sociais praticamente resumem-se a ações episódicas entre indivíduos e suas motivações mais imediatas. Está-se diante de uma teoria que talvez não dê o devido peso a contextos espaço-temporais específicos em termos culturais, econômicos e institucionais e que são responsáveis pela constituição do *ethos* de cada comunidade. Daí emergem outras implicações.

É um risco igualar toda e qualquer relação ao dilema do prisioneiro. O fenômeno associativista, por exemplo, mostra que os laços de confiança interpessoal podem orientar condutas em direções não egoísticas. Enfim, as ações visando a benefícios coletivos, mormente na esfera pública, têm forte impacto de orientações valorativas cujo sentido principal não são os fins e sim os próprios valores que as informam (ainda que se possa, cinicamente, considerar que estar bem com a própria consciência é, no limite, um objetivo egoísta), já que o custo da defecção pura e simples não raro é muito inferior ao do engajamento. Disso se infere que, malgrado permitir a compreensão do comportamento da maioria dos indivíduos, não tem a teoria em apreço o mesmo vigor analítico no que se refere a todo o processo associativo, mormente na interpretação das ações daqueles que o lideram sem necessariamente esperar ganhos que correspondam aos custos das ações.

Além disso, a teoria da escolha racional trata insuficientemente dos preconceitos e crenças forjados no processo de socialização do indivíduo e que norteiam suas ações para além de seus interesses. Tampouco das clivagens socioeconômicas a dividir a sociedade em estratos marcados por profunda

assimetria de informações e recursos. Com isso, numa relação de poder muitas vezes um ou outro pólo participante não age com o nível de consciência – vale dizer de racionalidade, sofisticação – preconizado pela teoria em questão. Negligencia enfim mecanismos como a manipulação e a condução que divide a sociedade (ao menos episodicamente) em líderes e liderados. Teoria com tais pressupostos esbate diferenças concretas que constituem a imperfeição do regime e a necessidade de problematizá-lo.

A *teoria* pluralista: esta teoria apresenta chave elitista, schumpeteriana, sendo Dahl (1971) seu grande formulador²¹. Como Schumpeter, este autor vê a democracia como método e suas análises também têm nas eleições sua centralidade. O sufrágio é visto aqui como mecanismo de *accountability*, de promoção da responsividade dos líderes perante os não líderes devido ao controle eleitoral. Porém, como no elitismo, as minorias é que terão poder final de decisão.

A diferença em relação ao elitismo original é a ênfase que o pluralismo dá aos grupos de interesse e a competição entre eles, na medida em que atores dos mais diferentes estratos podem constituir tais grupos e buscar a participação mais efetiva nos processos políticos. Regimes que permitem tal dinâmica, bem como a liberdade de contestação aos grupos que se encontram no poder, recebem a denominação de poliarquias²², em contraste com as hegemonias, onde tais condições não se positivam. Quanto maiores as possibilidades de participação e contestação, mais poliárquico é o regime. A poliarquia, enfim, permite, para além da igualdade de voto, a ampliação em número, tamanho e diversidade das oportunidades de participação.

A perspectiva em questão é passível de críticas. Sem assumir explicitamente o pressuposto da participação popular como indesejada, não deixa de atribuir um caráter ou personalidade autoritária a grupos de menor status socioeconômico. Como conseqüência, elege o consenso dos líderes sobre as normas de funcionamento do sistema como um elemento estabilizador da democracia (Pateman, 1970). Embora bem calçado empiricamente na obra de Dahl, este argumento não perscruta devidamente as causas do processo, na medida em que

²¹ Em seus trabalhos mais recentes, Dahl (1998) apresenta modificações importantes em suas formulações iniciais, reservando um papel mais importante à experiência da participação e à educação cívica dos cidadãos na qualidade da democracia.

²² Dahl prefere o termo poliarquia porque uma *democracia* de fato, com a participação igualitária do *demos* não existe tal como foi pensada (não praticada) pelos antigos.

não concede o devido peso ao desequilíbrio de poder subsistente nas democracias eleitorais. Acreditar que a multiplicação e a sobreposição de grupos de interesses propiciam por si mesmas iguais oportunidades de participar e influenciar processos político-decisórios é uma posição razoavelmente ingênua da qual o próprio Dahl iria se afastar em sua produção recente.

A partir da síntese de Pateman (1970), é lícito pensar que as teorias realistas focam a operação do sistema político e fundamentam-se nos fatos, comportamentos e atitudes do cotidiano. Para elas, a democracia é fundamentalmente um método ou um conjunto de arranjos institucionais em nível nacional pelo qual há competição de elites pelo voto em eleições livres e periódicas, com que os não líderes podem controlar os líderes. A igualdade política é considerada a partir do sufrágio universal e da igualdade de oportunidades de acesso a canais de influência sobre os líderes. Assim, a participação do conjunto dos cidadãos dá-se quase que exclusivamente na escolha de tomadores de decisão, exercendo mais uma função de proteção que de conduta proativa. Não se requer um “caráter democrático” do povo e sim que o sistema, no fim das contas, produza estabilidade.

A autora em pauta enumera alguns pontos críticos da teoria contemporânea, dos quais assumo aqueles mais importantes para esta tese. Em primeiro lugar, parte significativa de seus representantes não a vê como normativa, apresentando-se como livre de valores; não o é, na medida em que prescreve padrões do que é democrático com base no que acontece de fato no sistema anglo-americano, afirmando então que vivemos no sistema ideal. Outro ponto é praticamente relegar a participação a uma função protetora. Ainda que o sufrágio seja uma liberdade positiva, tem ele, para alguns dos teóricos em questão, uma função de proteção na medida em que a possibilidade de escolher entre diferentes elites reduz as possibilidades de um governo tirânico. Com isso, o sistema democrático praticamente reduz-se ao governo representativo, o que, no fim das contas, não muda substancialmente o velho modelo extremamente desigual de distribuição de poder político na sociedade, colocando em xeque a noção de democracia como igualdade para além de seu caráter formal.

Direcionada às teorias que se pretendem realistas, assoma crítica normativa, principalmente contra a visão negativa da participação popular, a falta da consideração de princípios ativos de cidadania (participação, diversidade, emancipação de grupos subalternos etc) e da formação discursiva da vontade

pública. Os modelos normativos, que elegem a participação como valor central, defendem a aquisição e o exercício de uma cultura política democrática por todos (não somente pela elite), pela qual “é através da experiência política que alguém desenvolve uma concepção de virtude cívica, aprende a tolerar a diversidade, a moderar o fundamentalismo e o egoísmo e tornar-se capaz de e disposto à conciliação” (Cohen e Arato, 1994, p. 7).

Antes de entrar no debate propriamente dito das teorias normativas, quero gastar algumas linhas nos fundamentos histórico-filosóficos da participação, arrolados na obra de Pateman (1970), na medida em que eles alicerçam as referidas teorias. A autora cita três fontes de tais fundamentos: Rousseau, J.S. Mill e G.D.H. Cole.

É o Rousseau do *Contrato Social* que, modernamente, preconiza uma democracia direta pela qual a participação significa os cidadãos tomarem parte das decisões conjuntamente, protegendo tanto os interesses privados quanto os coletivos e assegurando o bom governo. Para isso ser possível, afirma o autor franco-suíço, a principal condição é igualdade conjugada a independência econômica (daí ser ele a favor de um regime de pequenos proprietários). A participação nas decisões públicas geraria interdependência entre os cidadãos pela dependência deles em relação à república. Os cidadãos dividiriam igualmente benefícios e ônus.

Na assembléia de tomada de decisões, se constituiria o que Rousseau chama de vontade geral, na medida em que, do processo, nasce um governo da lei e não dos indivíduos singulares ou grupos organizados de interesse. Além disso, tal participação traria o impacto da ordem social em nossas mentes, das instituições no psicológico, formando uma personalidade democrática. Assim, segundo Rousseau, a primeira função da participação é pedagógica. Ela permite que o cidadão distinga seus interesses privados do interesse público e desenvolva a crença no não conflito entre demandas das esferas pública e privada. Haveria uma conexão íntima entre participação e controle, pela qual o cidadão, obrigado a ser livre, é forçado a obedecer à Lei que ele mesmo se prescreve, processo que se amplia conforme se aumenta a participação. A segunda função da participação é fazer com que as decisões coletivas sejam mais facilmente aceitas pelo indivíduo, na medida em que delas tomou parte. E, finalmente, uma terceira função é integrativa, incentivadora de um sentido de pertencimento ao grupo.

Ao propor a inter-relação entre as estruturas de autoridade das instituições e as qualidades psicológicas e atitudes dos indivíduos, Rousseau inaugura as teorias normativas modernas da democracia. No entanto, o pensador ainda pensava na implantação em seus cantões suíços, pouco crendo nas possibilidades de aplicação em associações políticas mais amplas. J.S. Mill e G.D.H. Cole, segundo Pateman, procuram levantar o debate sobre a participação ampliada para os complexos e enormes sistemas políticos modernos.

J. S. Mill (em *Representative Government*) é um dos principais defensores da democracia representativa. Coloca-se, por exemplo, contrariamente ao mandato imperativo por entender que o representante deveria ter liberdade em relação ao constituinte, sob pena de se gerar um legislação de cunho corporativo. Contudo, a despeito das críticas de Mill ao participacionismo, Pateman encontra na obra deste pensador fundamentos para defender a participação, a partir do argumento de que instituições de um tipo correto geram indivíduos de tipo correto, i.e., para que existam indivíduos e instituições democráticos é imprescindível um governo igualmente democrático e popular, participativo, que alimente um caráter ativo e não somente a posse de direitos legais. Daí a inferência de que é participando, enfim, que se melhora a participação e se ultrapassam interesses egoístas²³.

Pensando em sociedades de larga escala e em face dos limites à democracia direta, Mill advoga a construção de instituições democráticas que permitam e incrementem a participação nas decisões no nível local. Mill pensa no ambiente de trabalho, na indústria como local onde o indivíduo pode ganhar experiência na gestão de questões e negócios coletivos. Propõe, portanto, o fomento ao associativismo civil mediante a multiplicação de organizações voluntárias de caráter socialista em que se substitua a relação de superioridade/subordinação por uma de cooperação. A sociedade é vista como um organismo composto por vários pequenos sistemas políticos cuja estrutura de autoridade influencia as qualidades e atitudes dos indivíduos que neles interagem.

Influenciado, entre outros, por Rousseau e Marx, G. D. H. Cole, autor de *The world of labour*, elabora uma teoria das associações pela qual a vontade, e não

²³ Os termos em que Mill se expressa estão nesta bela passagem: "We do not learn to read or write, to ride or swim, by being merely how to do it, but by doing it, so it is only by practicing popular government on a limited scale, that the people will ever learn how to exercise it on a larger". In: (1963) *Essays on Politics and Culture*. New York: Himmelfarb, p. 186 (apud Pateman, 1970, p. 31).

força, constitui a base da organização política e social. A participação na organização e a regulação das associações são condições para preservar a liberdade individual. Preconiza o autogoverno, contra a interferência do Estado nas associações. A democracia é um sistema em que o indivíduo tem direito de participar em todas as instituições que lhe concernem. Como Rousseau e Mill, enxerga uma função educativa na participação: apenas com esta, no nível local e em associações locais, diante do tamanho do Estado moderno, é que o indivíduo pode “aprender democracia”.

A relação de subordinação no local de trabalho é para Cole o paradoxo da democracia política. O indivíduo que ali passa a maior parte de sua vida, obrigado a comportar-se servilmente, agirá do mesmo modo nas arenas políticas²⁴ onde seria o soberano, daí porque a democracia puramente eleitoral não proporciona igualdade política real. Na prática, a divisão de poder é desigual, sobretudo entre o grupo de administradores e o dos trabalhadores. A socialização dos meios de produção imporia a existência de um só grupo de iguais e tomadores de decisão, com a abolição das distribuições de status e do medo do desemprego²⁵. Cole propõe um sistema semelhante ao piramidal – híbrido de participativo e representativo, contemporaneamente defendido por Macpherson (1982) e Bobbio (2004) – por meio de guildas (de consumidores, de organização dos serviços públicos etc) organizadas a partir das bases e compondo uma estrutura participativa horizontal. Cada guilda elegeria representantes para estruturas de maior nível, formando uma estrutura representativa vertical. Segundo Pateman (1970), a questão colocada pela teoria contemporânea é se as estruturas de autoridade industrial podem ser democratizadas, e se tal democratização impacta na democratização de outras esferas.

A despeito de assumidamente normativas, as teorias baseadas na participação podem orientar trabalhos empíricos de grande força explicativa. Aqui também se pode estabelecer mais de uma taxonomia. Miguel (2005a), Nobre (2004), Vita (2004), Pateman (1970), Macpherson (1982), entre outros, propõem diferentes

²⁴ A noção de mundo da vida de Habermas (1986) de algum modo contrapõe-se a esta, na medida em que o autor alemão vê os espaços de sociabilidade fora do Estado e do Mercado como arenas de argumentação não-coercivas onde os indivíduos podem debater livremente assuntos de seu interesse, prática que levaria a mudanças de comportamento e a colonização dos sistemas coercivos pelo democrático mundo da vida. Volto ao tema adiante.

²⁵ A experiência das fábricas no socialismo real enfraquece esta tese.

classificações. Para os propósitos desta tese, discutem-se mais a fundo duas das teorias filiadas à tradição normativa – a democracia participativa e a democracia deliberativa – as quais em grande medida se aproximam, diferenciando-se em alguns pontos importantes que busco destacar a seguir.

A Democracia Participativa: Os teóricos da democracia participativa ganham espaço, sobretudo nas décadas de 1960 e 70, inicialmente nos movimentos estudantis e de trabalhadores dos países centrais. Para Miguel (2005a), esta perspectiva surge em função da baixa participação cidadã nos regimes eleitorais tidos como democráticos. Central na argumentação de autores como Pateman (1970) e Macpherson (1982), dois próceres da vertente em apreço, é a idéia de que a experiência de participação em fóruns de discussão e decisão, sobretudo de nível local, tem um efeito pedagógico, politizador do participante, dotando-lhe de maior competência para o exercício da cidadania.

Pateman cita estudos empíricos²⁶ que revelam, entre outras coisas: o maior sentimento de eficácia entre participantes de organizações voluntárias, inferior nos indivíduos e grupos de menor status socioeconômico; os efeitos psicológicos da subordinação no local de trabalho, já adiantados por Cole; a participação como fomento à personalidade democrática, enquanto a teoria contemporânea toma a personalidade autoritária como dado. A participação é considerada cumulativa do ponto de vista da competência política. Assim, os teóricos em análise defendem o crescimento da participação, mediante a construção de mecanismos democráticos nos espaços da vida cotidiana – escola, local de trabalho, organizações comunitárias etc –, para além do sufrágio, criando espaços menores, nos níveis da vida cotidiana, de decisões políticas para permitir a presença de todos os envolvidos.

No que se refere à mensuração da participação, Pateman (1970) a enxerga como um continuum. Explico: entendendo-se o poder como a capacidade de determinar resultados, há que se distingui-lo da influência (na realidade, influência é recurso e poder é resultante do jogo político). Na medida em que, por exemplo, a

²⁶ Em especial a escala de eficiência política, empregada por Almond e Verba (1989), em obra usada nesta tese, e o de Easton e Dennis (1969) *Children in political system*, no qual, como diz o título, investiga-se a relação entre educação (mais ou menos autoritária) e a personalidade política na infância. Frise-se, contudo, que Pateman reconhece as dificuldades de se obter resultados precisos, que indiquem uma relação causal pura entre participação e comportamento político. Chega afirmar a desnecessidade de uma estrutura de autoridade democrática para o desenvolvimento de um sentido de eficácia política (os resultados do *survey* de Almond e Verba para o México reforçam esta afirmação).

decisão final na indústria, em processos ditos participativos, acaba ficando com um dos lados (a administração), tem-se aqui uma participação *parcial*, em que os trabalhadores até tomam parte das discussões nos níveis decisórios inferiores e podem influenciar as grandes decisões, sem, contudo, tomá-las diretamente. Se não é completamente *nula* tampouco é *plena*. Esta, com efeito, “é um processo em que cada membro individual de um corpo de tomada de decisão tem igual poder de determinar o resultado das decisões”²⁷ (Pateman, 1970, p. 71). Uma democracia verdadeira requereria que todos participassem de todas as decisões. (Para a operacionalização do conceito, nesta tese, construí algumas escalas de participação com que avaliei esta categoria entre os pescadores artesanais de Matinhos, que apontam para a existência de diversas contradições e ambigüidades no plano empírico.)

Com efeito, para Macpherson (1982), um sistema mais participativo é necessário para que haja uma sociedade mais eqüitativa e humana, na medida em que levaria à superação das desigualdades materiais e dos déficits de formação política. Contrapõe-se, nesse sentido, ao modelo realista de democracia, que considera as instituições representativas como as instituições democráticas por excelência. A democracia participativa, segundo Nobre (2004) as vê como meros instrumentos da vontade dos cidadãos, daí porque esta vertente não crê na autonomia do Estado e reputa como muito tênues as fronteiras entre este e a sociedade civil.

Na tentativa de concretizar propostas de funcionamento da democracia participativa, Macpherson (1982) questiona as possibilidades de imediata ampliação da participação, afirmando ser ela difícil em grandes sociedades, caracterizadas por várias demandas conflituosas e complexidade de questões. Assim, as formulações continuariam competindo a um órgão estatal, cabendo à iniciativa popular perguntas de políticas mais gerais. Manter-se-ia a necessidade da democracia representativa e seus instrumentos, porém com a adição de mecanismos participativos, ou seja, assume-se que participação e representação não são excludentes, mas complementares e, combinados, dão mais qualidade à democracia.

²⁷ A tradução desta e de outras citações, quando se tratar de referências em outro idioma, são de responsabilidade do autor.

Para se avançar a uma democracia participativa, seria necessário eliminar algumas barreiras existentes no sistema representativo atual. A primeira é a consciência política existente pela qual os cidadãos se vêem mais como consumidores, o que, no caso dos pescadores estudados, é dramaticamente verdadeiro. Necessário se faz, portanto, que eles passem a ver-se como exercitando e desenvolvendo suas capacidades, mediante o fortalecimento de sentimento de comunidade, de civismo. A segunda barreira é a profunda desigualdade social e econômica. Tais limitações do sistema constituem um círculo vicioso, pois mudanças no quadro exigem justamente maior participação.

Para Macpherson (1982) a saída não está nem no marxismo, devido à diminuição da consciência revolucionária de classe verificada nas últimas décadas, nem em Mill, pois o sufrágio universal não implicou por si só maior participação nem se alterou a relação capital-trabalho, como acreditava o filósofo britânico. Entretanto, é crescente o número dos que começam a refletir sobre os custos da abundância (ambientais, por exemplo) e a pensar em termos de qualidade de vida antes da quantidade, distanciando-se da visão de que somos consumidores infinitos. Além disso, se estaria ampliando a consciência dos custos da apatia política (ao menos em círculos mais sofisticados), na medida em que esta gera políticos menos responsáveis aos cidadãos e seus problemas.

Se não é possível a implantação imediata de uma democracia participativa, notadamente nas sociedades de larga escala que são as democracias eleitorais, o autor em pauta defende, e nisso conta com a concordância de Bobbio, com um sistema piramidal, formado por várias instâncias de deliberação que se sobrepõem hierarquicamente, em que cada nível, em seu interior, experimenta formas participativas e diretas de discussão e deliberação e elege representantes para decidir na instância imediatamente superior e assim sucessivamente. Assim, assevera Macpherson (1982, p. 138), o modelo participativo de democracia, em que pese seu forte sentimento quanto ao valor da igualdade de direito do cidadão ao desenvolvimento de sua própria personalidade, não deixa de estar inserido na melhor tradição da democracia liberal e, por que não dizer, representativa.

Algumas das limitações à participação são apontadas pela própria Pateman (1970). Na prática, as pessoas tendem a prestar mais atenção a questões concretas, abstando-se de discutir temas mais amplos e gerais, assertiva amplamente confirmada nesta pesquisa. Nos diferentes fóruns, há uma tendência de os mesmos

participantes se repetirem e permanecerem. Os custos da ação coletiva são altos e há poucas oportunidades de participação em níveis locais, no dia-a-dia, numa espécie de confirmação da tese de Cole de que as pessoas são treinadas para a subserviência – não sendo “naturalmente” apáticas, como preconiza a teoria democrática contemporânea.

Para Pateman (1970), haverá necessidade de revisão da teoria participativa se se concluir pela impossibilidade de democratização das estruturas de autoridade industriais, em face da importância do local de trabalho para a vida e as experiências das pessoas. A pergunta subjacente é: como, afinal, ter uma cultura democrática quando se está sob condições autoritárias durante a maior parte do tempo em que se está acordado fazendo alguma coisa? Ademais, assim como Macpherson (1982), a autora aponta o problema de como replicar em larga escala experiências bem-sucedidas de democratização de pequenas comunidades.

Miguel (2005a) não chancela a crítica de Sartori, segundo a qual os teóricos da participação vislumbrariam um retorno à democracia direta. Eles visam, na verdade, ao aprimoramento das instituições representativas, pela maior qualificação política dos cidadãos e cidadãs comuns. No entanto, aquele autor aponta o que seriam algumas insuficiências da perspectiva em apreço, disfunções, enfim, no plano empírico. Na prática, os processos participativos abertos poderiam inibir a expressão das discordâncias. Sempre há quem estabelece a agenda e que, portanto, tem maiores condições de manter maiores parcelas de poder. Experiências bem-sucedidas, como o orçamento participativo, acabariam limitando-se ao sentido fraco da participação, dentro da estrutura delegativa piramidal, de modo que a participação popular consiste principalmente na escolha de delegados não diferindo tão substancialmente dos mecanismos eleitorais. Afora isso, representam uma duplicação de instâncias representativas, que, acrescento, geram um grande potencial de conflito (tema que retomo no capítulo sobre Empoderamento)²⁸.

A *democracia deliberativa*: a matriz contemporânea da democracia deliberativa localiza-se na obra de Habermas (1986) e reúne diversos autores como

²⁸ É importante frisar que não há consenso em torno desse diagnóstico. No caso específico do OP, há estudos empíricos que sugerem ser esta uma das possibilidades mais inclusivas do ponto de vista da participação de extratos normalmente não contemplados nas formas tradicionais de decisão política (Lüchmann e Borba, 2007) o que problematiza a idéia de que a participação no âmbito do OP tenha um sentido fraco.

Bernard Manin, Joshua Cohen, Seyla Benhabib, entre outros. Em direção distinta da escola do *public choice* e de todas as teorias “realistas” (Ugarte, 2004), preconiza que as decisões políticas devem ser tomadas pelos submetidos a elas, noutras palavras, a validez das normas, a legitimidade das decisões tem como requisito a anuência de todos os afetados (Nobre, 2004; Miguel, 2005a). A participação na deliberação, portanto, é o valor central à democracia, medida mesma de sua qualidade e condição necessária para decisões justas e corretas (Ugarte, 2004).

Sem negar os pressupostos básicos da tradição liberal, a democracia deliberativa a acusa de restringir a democracia ao seu aspecto representativo e de reduzir a cidadania política a estruturas transcendentais, exclusivamente relacionadas a direitos subjetivos e às liberdades negativas do cidadão em face do Estado (Lüchmann, 2003) deslocadas do que Habermas denomina mundo da vida, esfera de sociabilidade cotidiana livre das coerções dos poderes sistêmicos do Estado (poder político) e do Mercado (poder do dinheiro). Faltar-lhe-ia um caráter emancipatório, mesmo porque os direitos de cidadania não corresponderiam à vontade efetiva dos sujeitos produzidas em deliberações de que todos pudessem tomar parte livremente. Os instrumentos de persuasão constituem-se em ofertas condicionais de serviço e abstenção, não emergindo das reivindicações ou do discurso racionalmente formulados em uma arena política não coerciva (Habermas, 1986; Avritzer, 1996; Costa, 1997; Rodrigues, 1999).

A democracia deliberativa defende a ampliação da esfera pública e a constituição de espaços, institucionais ou não, em que, livres de coerções e em igualdade de condições, por meio da voz, do voto e da ação, cidadãos ativamente exerçam influência e, num processo de deliberação, tomem parte das decisões que afetam suas vidas. As instituições formais do Estado continuam existindo, porém plasmadas pelas influências das instâncias mais ou menos informais da esfera pública das mais simples e episódicas (a praça, o bar, a rua) às mais complexas e abstratas, onde a informação e a comunicação circulam. Democracia significa aqui interação, produção de consensos normativos, definindo-se em favor de uma cultura política pautada na formação de associações e na reprodução da solidariedade social, com vistas à promoção do bem comum e a emancipação (Cohen e Arato, 1994; Habermas, 1986; Avritzer, 1996). Ressalta-se, portanto, a construção de condições de igualdade de participação e autonomia dos participantes (Miguel, 2005a) que propiciem aquilo que Habermas denomina “boa política”. Esta se

constitui sob as condições oferecidas pela esfera pública burguesa – dos direitos individuais do liberalismo político – que aqui, no entanto, é substituída pela ação comunicativa, ação estratégica baseada no diálogo e no convencimento a partir da argumentação racional que se dá no mundo da vida, a situação ideal de discurso.

A deliberação, segundo Manin (apud Nobre, 2004), tem dois sentidos: o próprio “processo de discussão” e a “decisão” em si. A operacionalização deste processo demanda algumas condições (Miguel, 2005a): a participação deve dar-se a partir de normas de igualdade e simetria, ou seja, não pode haver desequilíbrios de recursos que façam emergir situações de dominação. Como consequência dessa regra, aparece a segunda condição, qual seja, todos os participantes têm direito de questionar os próprios tópicos fixados no diálogo e de introduzir argumentos sobre as normas do debate.

A literatura aponta várias limitações da teoria deliberativa. Para Miguel (2005a), ela desconsidera as condicionantes estruturais do jogo de forças e das exclusões – como a desigualdade material e o poder dos meios de comunicação de massa – dentro da noção de situação de fala ideal, de ausência de repressão, igualdade entre os falantes e busca de consenso. Com base em O’Donnel, Ugarte (2004) enxerga como grande limitação justamente a aposta em uma opinião pública livre, culta, responsável, informada, disposta a participar, politicamente sofisticada etc, sabidamente inexistente, enfim, pelo menos nos moldes pretendidos pelos deliberacionistas.

A ênfase no consenso elide a questão da busca do sucesso que, mais que a harmonia, caracteriza o processo político. A deliberação, ademais, pode ter caráter conservador e ser paralisante, quando não consegue sair da discussão. Miguel (2005a) aponta também, como limites da teoria deliberativa: a não compreensão dos interesses como produtos sociais, com constrangimentos econômicos, políticos e cognitivos, de modo que os grupos subalternos têm menor espaço nos âmbitos de produção de sentido, como a escola e a mídia. Com efeito, distintas posições na sociedade conferem diferentes graus de eficácia discursiva e uma capacidade diferenciada de universalização dos próprios interesses. Enfim, é difícil discordar de Vita (2004), para quem o principal problema da democracia deliberativa é o razoável hiato entre as condições ideais de deliberação e suas condições efetivas. Afora isso, continua o autor, o processo deliberativo não garante o resultado mais justo para o maior número de participantes. Os dados de campo desta pesquisa acrescem outro

ponto crítico: a mera discussão de temas políticos na esfera pública informal pode ter pouco efeito concreto sobre o comportamento político dos indivíduos – talvez servido mais à banalização da política do que ao aumento da informação, do civismo, da participação em esferas formais e do empoderamento.

A democracia participativa e a democracia deliberativa guardam similaridade conceitual e operacional. No entanto, tendo a concordar com Miguel (2005a) quando ele afirma que, à diferença desta, aquela vertente é significativamente mais sensível às desigualdades concretas e sua influência na prática política, pois não desloca da análise a centralidade do sistema econômico e as assimetrias que este gera na distribuição dos recursos de poder na sociedade e suas conseqüências para os processos políticos. Sob influência de Rousseau, vê a impossibilidade de igualdade política com extrema desigualdade material, sendo incompatível a democracia com manutenção do capitalismo tal como o conhecemos, ao menos quando se a assume como um sistema de igualdade.

Vita (2004) aponta objeções comuns tanto à democracia deliberativa quanto à democracia participativa. A primeira é que essas perspectivas elegem a participação como única forma de desenvolvimento das qualidades morais e intelectuais próprias do ser humano. Para o autor, não há superioridade moral na participação em longos e cansativos processos deliberativos. A segunda objeção inspira-se no elitismo democrático e diz respeito a uma suposta subestimação dessas teorias do déficit motivacional e cognitivo dos cidadãos para lidar com questões de políticas públicas. Critica-se, enfim, o caráter pedagógico da participação, defendido por Pateman, já que as pessoas mais atraídas à participação tenderiam sempre a ser aquelas com uma estrutura de preferências e de atitudes políticas similar à do *homo politicus*, outra afirmação amplamente confirmada neste trabalho.

A terceira objeção de Vita refere-se à questão dos resultados justos. Na medida em que cidadãos mais ativos teriam maior capacidade de proteger seus interesses, questiona o autor se uma maior participação leva de fato a uma maior justiça social. A desigualdade de participação tem relação com a distribuição desigual dos recursos políticos essenciais, como riqueza, dinheiro, educação, recursos cognitivos, tempo livre etc, fatores que não dependem de escolha individual. Diante disso, Vita defende uma ação consistente vinda de cima para dar voz aos menos privilegiados, em vez do mero aumento da participação. Outro problema é que os poderes econômicos, com mais disposição para enfrentar os

custos da comunicação política, podem direcionar a participação dos menos informados, em função do tipo de discussão que se tenha.

Os parágrafos acima provavelmente deixam entrever algumas preferências pessoais, minha simpatia, enfim, pelas teorias normativas, notadamente as participativas, com todas as ressalvas aduzidas. A assumir essas preferências, o faço sem deixar de reconhecer o vigor analítico das teorias realistas. O problema parece residir justamente nesse ponto: elas descrevem com rara acurácia “o que está aí”, algo quase trivial, exigindo do analista nada muito além de uma catalogação requintada dos fatos. E, mais grave, ao *normativamente* assumirem o real como ideal, tais teorias não deixam espaço a transformações que tragam algum alento para quem deseja mudanças no funcionamento da democracia e que tenha dificuldade em aceitar “o que está aí” tal como se encontra neste momento, sobretudo no que tange à participação cidadã e à emancipação das pessoas por meio de seu empoderamento.

Reconheço as profundas dificuldades de implementação de uma democracia participativa, ou mesmo emancipatória, nas sociedades complexas, de larga escala em que vivemos. No entanto, pergunto se não é realmente possível apostar num modelo misto, piramidal, composto por procedimentos participativos horizontais e representativos verticais. Ademais, nesta tese, trata-se de utilizar os elementos das teorias normativas como fundamento e, talvez, resultado do processo de empoderamento em um contexto menor, de uma associação, seus membros e interações com o entorno. É, em outras palavras, operacionalizar os conceitos, antes como categorias analíticas do que como categorias empíricas, para levantar como vive politicamente um conjunto de pessoas e as influências disso em suas ações e conquistas.

3.2 DEMOCRACIA E ACCOUNTABILITY

Em que pesem as prescrições das teorias normativas, nas modernas democracias eleitorais – competitivas e representativas – a imensa maioria da população não exerce o poder diretamente (mal o faz indiretamente, senão de maneira excessivamente mediada por um cipoal de regras e instituições). Isso ocorre devido ao grande hiato existente entre a igualdade formal, prevista no plano

institucional, e as desigualdades reais de empoderamento – a capacidade diferenciada de os indivíduos determinarem seus próprios interesses, exercerem, enfim, seus direitos de cidadania (Miguel, 2005b). Para este autor, os três principais problemas da democracia representativa são: 1) a profunda separação entre governantes e governados, que traz, como consequência, 2) uma elite política distanciada e muito diferente do conjunto da população; e 3) uma ruptura do vínculo entre a vontade dos representados e a vontade dos representantes, à medida que estes constituam, eles mesmos, um grupo de interesses. A *accountability* é a tentativa resposta das instituições democráticas²⁹.

Assim, além de ensejar a discussão do processo pelo qual cresce a participação cidadã, o debate da democracia traz ao lume a questão do controle dos governos pelos cidadãos e a responsividade dos agentes públicos perante eles. Tais controles compõem uma dimensão do empoderamento da sociedade civil, que inclui não apenas a possibilidade de fiscalizar a atuação do agente público e sanções a sua má gestão, mas também a participação na governança que, em sua vertente emancipatória, induz o aumento do poder social, vale dizer, a inclusão e o fortalecimento dos não-poderosos nos processo de tomada de decisão política (Frey, 2002, p. 146). Nesta concepção, a *accountability* não se restringe ao controle do que faz o Estado, mas incorpora a participação cidadã na constituição dos mecanismos que regem os processos de tomada de decisão bem como a obrigação de os governantes serem responsáveis às aspirações dos cidadãos – entendendo-se responsividade como a sensibilidade dos representantes à vontade dos representados (Miguel, 2005b).

Para O'Donnell (2000), ao mesmo tempo em que o Estado e as demais esferas sociais necessitam de efetividade em suas ações, o que implica seus agentes deterem poder para implementar políticas e prover bens que satisfaçam as necessidades comunitárias, investir grupos e indivíduos de poder acarreta perigos relacionados a abusos que põem em risco direitos consagrados desde o advento do liberalismo político. Em face dessa contradição, a fórmula madisoniana preconiza a divisão e o equilíbrio entre as instituições como forma de constituir *checks and*

²⁹ Miguel (2005b) argumenta que a *accountability* oferece uma visão mais sofisticada que as antitéticas do “mandato livre” e do “mandato imperativo”. Dois argumentos pró-mandato livre: o representante representa a nação, não seu distrito ou seus votantes em particular; os representantes são mais competentes para compreender melhor as questões públicas. Não prevê, no entanto, a interlocução entre representante e representado. A *accountability* entra, então, como um “termo médio” entre as duas formas de mandato.

balances entre poderes reciprocamente temidos, daí a necessidade de um poder ter certa jurisdição sobre decisões dos outros, sobretudo as mais importantes. Para tanto, não basta a existência de um sistema legal que preveja contrapesos entre os poderes. Tal sistema, além de ser efetivo, de modo que suas regras sejam aplicadas a todos dentro do território de um Estado, “demanda que não apenas indivíduos privados, mas também os mais poderosos e, conseqüentemente, ameaçadores poderes do Estado estejam sujeitos a normas” (O’Donnel, 2000).

A par das considerações acima, cada vez mais o Estado contemporâneo e os atores que com ele transacionam são impelidos a agir sob os imperativos da transparência – que na administração pública implica os observadores perceberem as relações concretas entre indivíduos e grupos atrás do invólucro das instituições (Pereira, 2002). A transparência é essencial para que a sociedade civil possa controlar a ação dos governos e, assim, informar melhor suas escolhas e ações políticas. Noutros termos, na sociedade contemporânea a qualidade da democracia é largamente tributária da *accountability* política. Esta, no entanto, não se restringe ao Estado. Sua presença faz-se necessária, também, em qualquer organização da sociedade que tenha caráter público, como a estudada nesta tese.

Em sua definição mais tradicional, o conceito de *accountability*³⁰ exprime a necessidade de os governos prestarem contas de seus atos para os cidadãos, ou seja, trata-se do controle social destes sobre o poder estatal. Naturalmente, isso só é possível no contexto de uma democracia, ainda que burguesa e com todos os seus defeitos.

Carneiro e Costa (2001, p. 1-2), com base nas reflexões de Andréas Schedler, afirmam que a noção de *accountability* é bidimensional; envolve “(a) a capacidade de respostas dos governos (*answerability*), ou seja, a obrigação dos detentores de mandato público informarem e explicarem seus atos; e (b) a capacidade das agências de *accountability* (*accounting agencies*) de impor sanções e perda de poder para aqueles que violarem os deveres públicos (*enforcement*)”. Em outros termos, *accountability* pressupõe poder e limitações ao seu exercício: “A *accountability* política limita o uso e impõe sanções ao abuso de poder político (...) A

³⁰ Aqui, trata-se especificamente da *accountability* política, não se discutindo outras das variadas acepções do termo. A manutenção do vocábulo inglês ocorre porque não há palavra portuguesa que a traduza. Alguns chegam a considerar a expressão “responsabilidade política” como sinônima, porém esta designa apenas parte do vasto significado de *accountability*.

accountability política pode ser promovida tanto por instituições estatais quanto não estatais e resultados *pró-accountability* freqüentemente dependem de *interações mutuamente reforçadas entre ambos os tipos*” (Fox, 2000, p. 2, grifo meu).

Outra faceta da questão é que um governo *accountable* (i.e., sujeito a *accountability*) é responsável aos cidadãos. Isso significa que estes podem avaliar se seus interesses estão sendo atendidos nas ações dos governantes, sancionando-as, ou não, por meio de mecanismos institucionais eficazes (Cheibub e Przeworski, 1997), os quais não se restringem ao voto, sendo necessário, ainda, o permanente acompanhamento das ações dos governos, ou seja, a eficácia da *accountability* necessita dos cidadãos ativos de J. S. Mill (Figueirêdo, 2002).

Fox (2000) lista um conjunto de quatro assunções sobre o funcionamento concreto da *accountability*: 1) a relação entre processo democrático e *accountability* é politicamente contingente, se esta é produzida por aquele varia muito³¹; 2) a transparência é condição necessária, mas não suficiente – não se pode confundir os meios (transparência) com os fins (*accountability*), pois muitas vezes a primeira não leva a sanções eficazes; 3) a *accountability* é inerentemente relacional, na medida que se refere a relações entre atores e instituições com diferentes níveis de poder, informação etc; 4) é também inerentemente relativa, na medida em que se pode estabelecer padrões de medida social e politicamente construídos, de modo que se tenham variáveis graus de *accountability*.

O'Donnel (1998) assevera existirem dois tipos de *accountability*: a vertical e a horizontal. A primeira tem a ver com a noção tradicional referente ao controle dos atos dos governantes pelos cidadãos em uma sociedade política, por meio de ações assimétricas de baixo para cima, cujo mecanismo mais conhecido é o voto, e de cima para baixo, por meio de controles burocráticos.

A *accountability* vertical pode ser objeto de constrangimentos os mais variados (Fox, 2000). Sob o prisma do Estado, os legislativos não raro são pouco responsáveis ao cidadão quando os partidos que os formam são fracos. Por um lado, estabelecem listas nas sombras, por outro, vivem a tensão entre estarem sujeitos a *accountability* dos eleitores ou submeter-se aos interesses dos financiadores

³¹ Afora o fato, apontado pelo autor, de que mesmo em democracias avançadas, instituições estratégicas, como bancos centrais, agências de inteligência e certas forças de segurança isolam-se dos cidadãos, não lhes sendo responsáveis.

privados. Os grupos de oposição não têm interesse em possuir autonomia apenas perante o governo, mas também em relação aos eleitores em geral.

Raramente o desenho institucional dos judiciários os faz sujeitos à *accountability* da sociedade civil. Adicionalmente, como ocorre no Brasil, o federalismo pode conflitar com a *accountability* vertical, na medida em que estados e municípios combinam forte autonomia com legislativos fracos, além dos custos dos *checks and balances* serem elevados e em alguns níveis subnacionais de governo faltarem condições mínimas para uma democracia política efetiva.

É preciso, segundo o autor em apreço, considerar o outro lado da moeda: o clientelismo autoritário constitui uma “*accountability* vertical reversa”. Nesses contextos, há redução de competição eleitoral democrática e alto nível de abstenção dos cidadãos em participarem de organizações de vigilância, enfraquecendo-se a sociedade civil – sendo este um custo concreto da apatia política tratada na seção anterior e celebrada pelos teóricos realistas. Assim, são eles, os cidadãos, que acabam por tornar-se sujeitos à *accountability* dos políticos³².

Para Miguel (2005b), as esperanças depositadas na *accountability* vertical não se efetivaram: “A capacidade de supervisão dos constituintes sobre seus representantes é reduzida, devido a fatores que incluem a complexidade das questões públicas, o fraco incentivo à qualificação política e o controle sobre a agenda” (p. 27). Apatia e alienação são os resultados do não sucesso dos mecanismos verticais, segundo o autor, fato até certo ponto constatado nessa pesquisa.

O conceito de *accountability* horizontal, por seu turno, refere-se a um conjunto de agências, órgãos simétricos entre si, em constante interação, que proporcionem um sistema de *checks and balances*, ou seja, de autonomia e equilíbrio entre os poderes de Estado, que são incentivados a controlar-se mutuamente. Naturalmente, um desenho institucional favorável é essencial para seu funcionamento, devendo proibir explicitamente o *de legibus solutions*, o ato arbitrário por parte dos funcionários. Na prática, as agências de *accountability* necessitam possuir mandato

³² Nesse contexto, a fraude eleitoral sequer é necessária diante do medo que o cidadão tem de perder o pouco que consegue. Ainda segundo Fox (2000), o clientelismo parece ser resistente aos esforços das organizações da sociedade civil, na medida em que estes necessitam de cidadãos empoderados e organizados para lhe fazer frente.

para prevenir, compensar (*redress*) os lesados e punir, o que resulta em forte complexidade institucional³³:

Para que a *accountability* horizontal efetivamente funcione não é necessário que [somente] para um determinado assunto uma dada instituição do Estado esteja legalmente empoderada e tenha vontade de agir. É necessário também que haja toda uma rede de instituições do Estado, finalmente culminando no domínio de altas cortes, consistentemente comprometidas em prevenir e impor a *accountability* horizontal, se necessário contra os mais altos poderes do Estado. De outro modo, como freqüentemente temos visto em novas democracias, as investigações de *auditorias*, *fiscalías* e outras podem alimentar uma opinião pública furiosa, mas não atingir uma resolução legalmente apropriada (O'Donnel, 2000).

Evidentemente, tais agências de equilíbrio devem ter limites legalmente definidos, sob risco de usurparem direitos. Por outro lado, excessos cometidos em nome da *accountability* horizontal geram riscos de impasses e baixo nível de decisão. Entretanto, a despeito de visões contrárias, de substrato delegativo ou autoritário, o balanço geral é positivo. Por um lado, a *accountability* permite a integridade das instituições, uma parte crucial do processo democrático de decisão; por outro, apresenta-se como importante fonte de informações, que podem ser apropriadas por mecanismos de *accountability* social, como organizações da sociedade civil, mídia (principalmente a independente) etc.

Os obstáculos à efetivação da *accountability*, para Miguel (2005b), resultam do caráter multifuncional da representação, o que implica altos custos de informação para os eleitores. Daí o surgimento de propostas redutoras, minimalistas (e.g., a do Banco Mundial, que em seus documentos praticamente reduz a *accountability* ao combate à corrupção). Com isso, abre-se mão da idéia de governo popular, rebaixando o sentido da democracia. Se os regimes democráticos garantem (até certo ponto) sanções de tipo eleitoral, falham nos demais quesitos, principalmente em possibilitar o pluralismo dos meios de informação e o acesso a eles. Isso explicaria o reduzido interesse dos grupos menos empoderados – mulheres, trabalhadores, minorias étnicas – em participar das esferas decisórias, o que confirmaria o interesse como função das oportunidades de participação nessas

³³ Além de mecanismos tradicionais – como, por exemplo, tribunais de contas e comissões parlamentares – surgem novas agências de *accountability* horizontal, que, à diferença das antigas, não apenas reagem às ameaças, mas têm um papel proativo de permanente controle da usurpação e da corrupção. Entre essas se destacam instituições como controladorias, ombudsmen, promotorias especiais, entre outras.

instâncias³⁴. Além disso, na atual ordem global, há limites à efetividade de os representantes implantarem as políticas que preferem, serem, enfim, responsáveis a seus eleitores, devido a um marco regulatório que, crescentemente, retira dos Estados nacionais parcelas de sua soberania.

Os sistemas tradicionais de *accountability*, como o próprio O'Donnel reconhece, apresentam fraquezas quando ignoram formas alternativas de controle político que repousam sobre as ações dos cidadãos e organizações, os mecanismos sociais³⁵. A importância desses repousa, entre outros fatores, na ativação que promovem dos demais mecanismos. Antes de tocar nesse ponto, é necessário entender o que é *accountability* social (*societal accountability*), definida por (Smulovitz e Peruzzotti, 2000a) como

um mecanismo de controle não eleitoral, que emprega ferramentas institucionais e não institucionais (ações legais, participação em instâncias de monitoramento, denúncias na mídia), que se baseia na ação de múltiplas associações de cidadãos, movimentos, ou mídia, objetivando expor erros e falhas do governo, trazer novas questões para a agenda pública ou influenciar decisões políticas a serem implementadas pelos órgãos públicos.

Na noção de *accountability* social, é possível perceber a influência das perspectivas normativas, de caráter participativo e emancipatório, já discutida neste trabalho. Em que pese seu caráter prescritivo, tal vertente orientou e continua a orientar a ação de parcelas organizadas da sociedade civil que, por meio de suas pressões, viram crescer as possibilidades de ampliação da eficácia da *accountability* política, mediante o aperfeiçoamento ou a constituição dos mecanismos institucionais ou não. Aqui se inserem, entre outras formas de ação coletiva e participação, as associações, como a que constitui o objeto deste estudo, no sentido de avaliar se elas, por um lado, têm contribuído para o aumento da *accountability* dos governos e, por outro lado, verificar se elas mesmas têm-se submetido a controle, principalmente, da sociedade civil e dos sujeitos que a compõem.

³⁴ Outra asserção confirmada na pesquisa de campo, que mostrou, como se pode confirmar nos capítulos empíricos, discrepância acentuada na participação dos gêneros em praticamente tudo que se refere à política.

³⁵ Em O'Donnel, os esforços da sociedade civil para encorajar a governança sujeita à *accountability* encontram-se ao longo da dimensão vertical da *accountability*, como contrapeso ao processo eleitoral, mas como o tema recentemente vem recebendo maior atenção (Fox, 2000), novos conceitos vem surgindo, como o que debato a seguir.

A partir da constatação de que é possível ativar mecanismos horizontais por meio de pressões de baixo para cima, Smulovitz e Peruzzotti (2000b, p. 3) afirmam que a “*accountability* social envolve ações realizadas por atores com diferentes graus de organização que se reconhecem como legítimos reclamantes (*claimants*) de direitos”. Nesse processo, associações, movimentos e mídia expõem a má-conduta governamental, trazem novos temas à agenda pública, influenciam ou reverterem decisões políticas, mediante ferramentas institucionais ou não-institucionais. Os mecanismos em exame assemelham-se aos verticais, porém não são eleitorais – independem, portanto, dos calendários das eleições. Diferem ainda dos mecanismos horizontais por não necessitarem de mandatos ou requisitos legais de quorum.

As sanções que os mecanismos sociais impõem não têm caráter de determinação legal, mas principalmente simbólico, fato que leva Miguel (2005b) a não reconhecê-los como uma dimensão da *accountability*, justamente devido à falta de capacidade para aplicação de sanções. Nesse caso, o autor utiliza uma peneira de malha muito estreita para considerar o que é ou não sanção, fixando-se nas sanções formais³⁶.

Ora, o que os mecanismos sociais fazem é expor e denunciar más-condutas e problemas em geral – ressaltar, aliás, que dificilmente podem funcionar dissociados dos demais mecanismos, verticais e horizontais. Visam, portanto, controlar demandas e temas específicos, transformando-os em tópicos da agenda pública, podendo expandir os temas sob vigilância, afetando os mecanismos horizontais, aumentando, com efeito, o número de questões a que os agentes públicos são responsáveis. Além disso, monitoram e alimentam a performance de agentes e agências de vigilância (como, por exemplo, ouvidorias e órgãos semelhantes) bem como articulam e dão visibilidade a demandas de atores excluídos das arenas de representação, cujas chances de ativar mecanismos horizontais, no judiciário e no legislativo, são baixas devido a seus poucos recursos. Em síntese,

³⁶ Na realidade, Miguel engrossa o coro pessimista dos descontentes com o funcionamento dos mecanismos de *accountability*, que se mostrariam insuficientes para garantir a responsividade. Propõe substituí-la, com fulcro em idéias de pensadores como Iris Marion Young, pela *similitude*, com que as esferas de decisão seriam ocupadas mediante mecanismos distintos da competição eleitoral, como sorteios e cotas, por exemplo, de modo a refletir melhor a sociedade e suas clivagens. A principal objeção, apontada pelo próprio autor, é que, sem as possibilidades de sanções, aumentaria a tendência de o cidadão comum, uma vez na esfera decisória, legislar em benefício próprio, corromper-se etc.

mecanismos sociais podem permitir que atores incapacitados ou excluídos da ação na arena representativa atinjam a atenção do público através de um caminho alternativo. Se esses atores são capazes de produzir “ruído” e de inserir assuntos na agenda, é possível que os mecanismos sociais possam ser capazes de forçar os horizontais a considerar tópicos que as exigências majoritárias podem converter em “não-assuntos” (Smulovitz e Peruzzotti, 2000b, p. 6)

Para ativar a operação dos mecanismos horizontais, os sociais podem utilizar um amplo leque de estratégias – organização em torno de demandas; acionamento da cobertura midiática; utilização de procedimentos judiciais regulares, nacionais e internacionais etc. – as quais podem funcionar principalmente devido aos custos de ameaças à reputação ou de processos contra agentes públicos. Isso pode acontecer direta ou indiretamente: *indiretamente*, pela produção de custos reputacionais por meio de mobilizações e denúncia na mídia, cuja eficácia é dada pela avaliação que o agente faz dos custos, podendo tornar-se responsável às denúncias³⁷; *diretamente*, mediante processos judiciais ou agências de controle, a cujas petições o Estado deve responder. Em suma, apontam Smulovitz e Peruzzotti (2000b), os mecanismos sociais de *accountability* parecem ser efetivos quando é possível a interação entre mobilização social, ações legais (judicialização) e exposições e denúncias na mídia³⁸ (midiatização).

Para Fox (2000), outra importante contribuição da sociedade civil – seja esta movimentos sociais, ONGs ou outras expressões associativas – para a *accountability* política é influenciar a cultura política das populações, num contexto de declínio da participação, que na América Latina ocorreu após a transição democrática. As organizações da sociedade civil *com foco* na transformação da cultura política têm papel essencial no sentido de aumentar a compreensão dos cidadãos sobre os deveres do Estado para com eles e reconhecer padrões mínimos de *accountability* que um governo democrático deve seguir.

De todo modo, o impacto potencial das iniciativas de monitoramento de políticas, segundo o mesmo autor, depende fortemente da integração vertical dos atores da sociedade civil na medida em que os tomadores de decisão encontram-se

³⁷ Um exemplo disso são CPIs que nascem das pressões da sociedade. Um efeito colateral, segundo os autores citados, é a conversão da mídia em promotor público e juiz, com o pré-julgamento dos envolvidos, como parece ter ocorrido nas CPIs para investigar supostos escândalos de corrupção no Brasil atual.

³⁸ A necessária *accountability* dos *mass media* é problemática devido a serem simultaneamente uma instituição do mercado e da sociedade civil que contribui para a *accountability* do Estado sem submeter-se a *accountability* de nenhum setor, a não ser o mercado. Exemplo recente é o da cobertura do processo eleitoral brasileiro de 2006, francamente favorável a um dos lados em disputa.

em diferentes níveis – internacional, nacional, subnacional – o que demanda acesso à informação, pois decisores tendem a atribuir os problemas a atores de outros níveis, quando a tomada de decisão é custosa (como, por exemplo, os governos atribuírem decisões restritivas de políticas a pressões de agências internacionais, como o FMI e o Banco Mundial).

Em suma, por não sofrerem os mesmos constrangimentos que limitam as ações de agentes estatais, os atores da sociedade civil podem ter vantagens comparativas no monitoramento das políticas. Entretanto, para que isso ocorra, é necessário que suas organizações sejam, em primeiro lugar, sustentáveis, i.e., tenham fontes de recursos que lhes permitam sua atuação autônoma. Além disso, precisam “beber do próprio veneno”, prestar contas de suas ações à sociedade.

Para Fox (2000, p. 10) “se os atores sociedade civil são eles mesmos publicamente sujeitos à *accountability*, mais provavelmente contribuem para a reforma do Estado” no sentido de sua democratização e maior transparência. Entretanto, estudos empíricos, como o de Esman e Uphoff (1984) (apud Fox, 2000), confirmam a proposição de Merton, segundo a qual as organizações, à medida que se tornam mais complexas, tendem a que suas lideranças desenvolvam interesses distintos, que as encorajam a autonomizar-se em relação às bases. Assim, não obstante encorajarem a *accountability* do Estado, organizações da sociedade civil não se sujeitam necessariamente à *accountability*³⁹, fazendo-se necessárias instâncias internas horizontais e verticais de controle (a cujo conjunto denomino *accountability* interna) e opções de saída para que a oposição seja menos custosa. Para tanto, segundo Fox (2000), o ideal é que existam subgrupos participativos cuja ausência faz com que os líderes se relacionem com indivíduos atomizados⁴⁰.

A *accountability* das organizações da sociedade civil, para além dos mecanismos internos e externos, pode-se dar principalmente umas em relação a outras em coalizões e redes – nacionais e internacionais – que, uma vez

³⁹ Para Fox (2000) isso é muito comum na América Latina. No caso do Brasil, ele cita especificamente a Contag e o MST. Enquanto aquela seria mais responsável às bases em função de seu modelo institucional democrático, o segundo obedeceria a um desenho mais autoritário e verticalizado, no qual as bases raramente participam das decisões estratégicas.

⁴⁰ Tais subgrupos “podem aumentar o poder dos membros (*accountability* vertical) mediante o monitoramento do desempenho do líder e o controle do acesso deste aos votos dos membros e outros recursos” (Fox, 2000, p. 11). Mesmo inexistindo esses mecanismos internos, as organizações da sociedade civil podem ser publicamente sujeitas à *accountability* das *grassroots*, com líderes carismáticos, partidos políticos, determinadas correntes ideológicas ou religiosas, seus fundadores, entre outros, podendo exercer este papel.

consolidadas, constituiriam um minirregime de autogovernança. Por outro lado, a competição e a dispersão podem reduzir incentivos à transparência (Fox, 2000).

De todo modo, é sua própria atuação que sujeita uma organização à *accountability*, na medida em que quando a distância dos padrões a que ela publicamente se impõe e sua prática concreta for muito grande, a consequência é um *gap* de credibilidade. E credibilidade é o principal recurso de sobrevivência de organizações desse tipo: “Credibilidade junto à mídia para ter voz pública, aos parceiros das bases (*grassroots*) para ter legitimidade popular e aos fundadores para obter apoio material essencial à sobrevivência institucional” (Fox, 2000, p. 12-13).

Em síntese, o tema da *accountability* relaciona-se diretamente ao debate das organizações da sociedade civil e sua atuação, por duas razões principais. Em primeiro lugar, elas podem ter uma participação decisiva no controle dos processos de discussão, implementação e aplicação das políticas públicas bem como da atuação dos governos e quaisquer outros poderes sociais, o que pode ocorrer de dois modos: 1) ações de pressão que promovam a responsividade dos agentes públicos, introduzam temas na agenda política, levem a sanções quando da má-conduta, modifiquem as instituições no sentido de sua democratização etc; 2) ações de reforço da cultura política de modo que os cidadãos sejam eles diretamente ligados ou não às organizações, constituam-se eles mesmos agentes da *accountability*, empoderados e rompendo com a lógica clientelística. Em segundo lugar, as organizações da sociedade civil, para exercer com eficácia os papéis acima (e esse é um postulado desta tese), necessitam elas mesmas constituir mecanismos que permitam sua avaliação pelos atores internos e externos. Na medida em que trato a *accountability* como dimensão da democracia, a operacionalização deste conceito configura-se essencial.

3.3 DEMOCRACIA E CULTURA POLÍTICA

A busca recente de fundamentos culturais da democracia inicia-se com o seminal estudo de Almond e Verba (1989), no qual constroem um modelo interdisciplinar – utilizando ferramentas da sociologia, antropologia, psicologia entre outras. Esses autores defendem a necessidade de não restringir a análise da

qualidade da democracia às instituições formais – sufrágio universal, o partido político, a legislatura eletiva –, posto que, para eles, o modelo de Estado democrático participativo necessita de uma cultura política que lhe corresponda.

O termo “cultura política” distingue-se da cultura em geral e refere-se a condutas e orientações politicamente dirigidas – atitudes em direção ao sistema político e suas várias partes e atitudes em direção ao papel do indivíduo no sistema. Em cada tipo de cultura política, os indivíduos apresentam orientações cognitivas, afetivas e avaliativas em relação a três objetos: aos papéis ou estruturas do sistema político, a quem se incumbem desses papéis e aos processos de formação das políticas públicas (*inputs*) e decisões sobre elas (*outputs*). A partir disso, Almond e Verba estabelecem três tipos ideais de cultura política: paroquial, súdita e cívica ou participativa. Na primeira, os indivíduos são completamente alienados de todos os objetos acima (p. ex. o familismo amoral); na segunda, apresentam aderência ao sistema e suas decisões, mas estão alijados do processo de formação das políticas. A cultura cívica participativa implica engajamento nas três classes de objetos. Os autores salientam que raramente esses tipos aparecem em suas formas puras, sendo mais comuns combinações entre eles.

A partir dos resultados de *surveys* aplicados em cinco países – EUA, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e México – no início dos anos 1960, Almond e Verba concluem que as melhores condições para a democracia nos dois primeiros países têm como causa o fato de seus cidadãos apresentarem maior conhecimento do sistema e maior preocupação com as decisões políticas bem como serem mais propensos a participar dos processos de formulação de políticas públicas.

Seguindo a linha em análise, Putnam e seus colaboradores (1986) buscaram explicações para as diferenças políticas entre o norte e o sul da Itália. A primeira região apresentaria forte conteúdo democrático, com altos níveis de participação cidadã nos negócios públicos. A segunda, por seu turno, se caracterizaria pela alienação ao nível do familismo amoral. Putnam parte do princípio de que o arcabouço institucional – composto por normas jurídicas e a dinâmica partidária e eleitoral – seria igual em ambas as regiões estudadas.

A explicação para as diferenças no comportamento político residiria, dessa forma, na variável cultural. Na Itália Meridional, historicamente haveria uma cultura paroquial e clientelística e um baixo nível de capital social. Este, para Putnam,

compreende altos níveis de associativismo decorrentes de uma forte cultura cívica pautada em relações horizontais de alta confiança, tanto interpessoal quanto nas instituições públicas. Para Reis (2003), porém, o conceito de capital social, de utilização freqüente em estudos políticos de viés normativo, mantém-se ambíguo – ao enfatizar-se a confiança interpessoal e intragrupal pode-se dizer que mesmo uma organização criminosa é detentora de capital social, com que, nesse sentido, o conceito tem uma neutralidade moral. O próprio Putnam não o definiria com acurácia já que, no fundo, sua obra não tem foco neste conceito, mas sim no bom desempenho institucional.

É temerário destacar a cultura política como variável independente para explicar fenômenos políticos. Dahl (1971), embora reconheça que as crenças, constituídas no processo de socialização dos indivíduos, sejam cruciais para a existência de uma poliarquia⁴¹, afirma ser vão isolá-las na análise de um regime político. Elas são apenas uma das variáveis que podem intervir e estão sujeitas a modificações, possibilidade muitas vezes negligenciada, como evidentemente ocorre em Putnam (à parte as distorções históricas presentes em sua obra). A exposição a uma crença política, seu prestígio e consistência com crenças anteriores e com experiências de vida são responsáveis pela receptividade a uma ou outra crença. Contudo, seu conteúdo não é determinado, dado que o processo de socialização é marcado por acidentes e incertezas.

Mesmo em períodos de relativa estabilidade, de cristalização de idéias, alguns ativistas e membros das elites estão receptivos a novas idéias. Em períodos de receptividade, toda a população está. Como os indivíduos morrem e são substituídos por jovens, as crenças mudam mesmo que o indivíduo não as mude, processo que recrudescer quando a crença dos mais velhos enfraquece. Assim é impossível a uma teoria preestabelecer satisfatoriamente as crenças de ativistas políticos e líderes – necessário se faz considerar outras variáveis: a natureza e o tamanho das desigualdades, as clivagens socioculturais, o nível socioeconômico etc.

⁴¹ Tais crenças são: legitimidade do sistema, no que tange tanto à contestação quanto à participação pública; autoridade; eficácia governamental; confiança entre as pessoas, para que essas se organizem e confiem no oponente durante o conflito; cooperação, na busca de soluções mutuamente benéficas para os conflitos, embora Dahl afirme que ambientes de estrita cooperação ou estrita competição desfavorecem a poliarquia, que requer tanto a cooperação quanto à competição em instituições como eleições, partidos e parlamentos.

Estudos de inspiração institucional revelam, ademais, poder ser fraca a correlação entre democracia e indicadores comumente usados para compor o capital social no nível nacional da política – relações interpessoais, participação em associações esportivas, confiança, entre outros (Rennó, 2003). A partir de uma análise de indicadores políticos e econômicos de um vasto conjunto de países, Przeworski, Cheibub e Limongi (2003) refutam a tese de que esta ou aquela cultura constitua barreira irremovível à democracia⁴². Dentro dessa linha, Marengo dos Santos (2004), à luz de modelo proposto por Lijphart, argumenta haver uma relação modesta entre o bom funcionamento da democracia e valores cívicos. Ademais, como asseverava Mill, as pessoas aprendem a fazer coisas novas e as tradições não são dadas de uma vez por todas e sim continuamente inventadas e reinventadas.

Os autores em exame apóiam-se em estatísticas em favor de explicações não culturais. Para eles, a democracia sobrevive quando, no sistema econômico, é mais vantajoso para as forças políticas relevantes respeitar os princípios democráticos, principalmente o veredicto das urnas, independentemente dos resultados. À luz da análise de indicadores acima referida, os autores procuram demonstrar ser forte a correlação entre riqueza e democracia no sentido da força e da estabilidade das instituições políticas e da não dominação completa de uma força política⁴³.

A força do argumento institucional revela-se nas evidências empíricas de suas teses. Entretanto, há nele certo reducionismo. Por um lado, o número de variáveis consideradas é pequeno e ao se considerar a estabilidade do sistema democrático a partir de seu tempo de duração contínua em diferentes países corre-se o risco de ser atropelado pela histórica⁴⁴. Por outro lado, não se encontram considerações

⁴² Criticam, em especial, as tentativas de associar crenças religiosas – catolicismo, islamismo, confucionismo – a barreiras à democracia, defendendo, por exemplo, que a argumentação em torno das propriedades democráticas do protestantismo foi construída *ex post* e que cada tradição religiosa foi historicamente compatível com uma ampla gama de arranjos políticos.

⁴³ A renda per capita é o principal fator de sobrevivência da democracia, existente, segundo os autores em tela, quando não há controle superior a 2/3 das cadeiras legislativas e ocorre mudança freqüente dos chefes de governo. Assim, a riqueza, e não a cultura, a habituação à democracia, a mantém. Em países muito pobres, como os recursos em disputa são muito escassos, a tendência é a subversão da democracia por ocupantes e não ocupantes de cargos governamentais. Nos países de renda média, os *outsiders* do sistema tentam subvertê-lo. Nos países de renda alta, no caso, acima de seis mil dólares anuais segundo a paridade do poder de compra, a democracia conta com o apoio de ambos os grupos, já que os recursos são suficientes e os custos de uma tentativa de subversão superam os da aceitação das regras do jogo.

⁴⁴ As novas poliarquias do fim da década de 1980 e início da década seguinte já estão indo para o terceiro decênio de razoável estabilidade, por exemplo, de modo que não é fácil encontrar regularidades para essa questão.

sobre o papel que o altruísmo ou o engajamento sincero ou atávico a esta ou aquela crença política possa ter na evolução dos negócios políticos, indicador essencial na compreensão do associativismo civil. A ação política enfatiza demasiadamente o cálculo dos custos da participação. Ainda que se possa considerar, no limite, como egoísta o interesse nas recompensas de natureza não-material, o fato é que não se pode negligenciar a existência, na sociedade, de uma parcela, maior ou menor, de indivíduos e grupos dispostos a aderir voluntariamente aos valores democráticos e a ações coletivas organizadas, com todos os custos que isso implica, certamente maiores que o da defecção e indiferença pura e simples.

Em suma, as perspectivas institucionais combatem certo determinismo das explicações culturalistas, que colocam a cultura política como variável independente de outros fatores, com o determinismo das instituições, como alerta Borba (2005). Não pensada como causa determinante, a variável cultural, segundo este autor, contribui para a compreensão de como os indivíduos se comportam politicamente.

No caso brasileiro e latino-americano, haveria uma “cultura política fragmentada, com predisposição ao individualismo e à pouca valorização do coletivo, gerando um cenário prejudicial para a materialização de uma base normativa que valorize a democracia institucional” (Baquero, 2003, p. 7). Contribui para a prevalência dessa cultura a subsistência de um Estado oligárquico ao longo dos processos de transição democrática, responsável pela manutenção de características como clientelismo, paternalismo, patrimonialismo e personalismo. A consequência é a dificuldade de ultrapassar um modelo democrático minimalista, mediante a construção de um sistema de maior qualidade, voltado para o social (Baquero, 2003).

O resultado é que o eleitor brasileiro em geral descrê da política, desconfia dos políticos e é tipicamente personalista e pragmático, o que em grande medida explica a apatia e o cinismo revelados em diversas pesquisas sobre comportamento eleitoral. Para agravar, em sua maioria, os eleitores têm pouco conhecimento dos temas gerais da política, em função não apenas dos referidos traços culturais, mas também de uma estrutura econômico-social caracterizada pela profunda desigualdade de acesso a recursos materiais e educacionais. Aqui entra outra categoria central para análise de como os sujeitos agem politicamente: a noção de sofisticação política.

À luz das contribuições de Reis e Castro (2001), pode-se pensar sofisticação política como uma noção que tem a ver com fatores cognitivos acerca de conteúdos normativos, procedimentais e éticos com que os indivíduos avaliam e apreendem racionalmente o conteúdo dos processos políticos, de modo a comportar-se politicamente com o maior grau de consciência em relação aos seus interesses e valores. Em suma, trata-se da capacidade de fazer escolhas políticas (Krischke, 2005?)⁴⁵.

Para Reis e Castro (2001), o grau de sofisticação é função de variáveis como a posição socioeconômica dos indivíduos e sua inserção em ambientes urbanos ou rurais (que eles denominam “centralidade”) e a consciência de classe, com que o comportamento dos agentes se constitui em função da defesa dos interesses específicos dos estratos a que pertencem no sentido da maximização dos ganhos.

Os autores confrontam, então, índices de sofisticação política de diferentes estratos populacionais com outras variáveis, encontrando fortes correlações para indicadores de escolaridade e adesão à democracia. Em trabalho anterior, Castro (1994) havia demonstrado o poder explicativo da sofisticação política para o comportamento eleitoral dos brasileiros, pelo qual os eleitores mais sofisticados têm opiniões sobre grandes questões do debate político, ausentes entre imensa maioria a que falta informação sobre tal debate. Os eleitores deste grupo não votariam propriamente de modo aleatório e não previsível, mas a partir das “imagens” que os candidatos conseguem transmitir “de defensor privilegiado dos ‘pobres’, dos ‘trabalhadores’, da ‘maioria da população’ (Borba, 2005, p. 158)”.

Enfim, há mais de uma maneira de operacionalizar o conceito de sofisticação política conforme os objetivos e o alcance da pesquisa. As obras citadas o fazem a partir de diversas referências e, em geral, trata-se de estudos de alcance maior e sobre comportamento eleitoral. O conceito, entretanto, pode ser valioso também em estudos de caso como este para apreensão de aspectos cognitivos do comportamento político dos sujeitos pesquisados (em face, é claro, dos significados

⁴⁵ Este autor, com base em pesquisa de Moisés (1995) acerca do apoio dos brasileiros à democracia, aponta a escolaridade como fator preponderante da sofisticação política e a relação entre esta (afetada pela urbanização) e o referido apoio. Carreirão (2002) é outro autor que associa sofisticação política e escolaridade, o que, de algum modo, é comprovado nesta pesquisa não se podendo, contudo isolar uma ou outra variável como independente e explicativa da outra, já que encontrei, como se verá adiante, baixa sofisticação entre pessoas as mais escolarizadas. Aparentemente a própria participação associativa tem mais força explicativa no caso estudado.

que os termos da política têm para o campo acadêmico). Nesse sentido, trata-se de categoria cuja definição operacional constitui a partir das circunstâncias específicas do contexto que avalio, no caso, foram levantados indicadores como conhecimento de políticos locais e partidos políticos, atribuições do poderes, distinção entre esquerda e direita, opiniões sobre democracia e ditadura, entre outros.

3.4 DEMOCRACIA E DIREITOS DE CIDADANIA

Em geral, teorias que conceituam direitos afirmam que esses constituem proteções a interesses e bens que cada sociedade reputa importantes para sua manutenção e a de seus membros (Silva, 2004). O gozo de direitos pressupõe que seus titulares detenham a condição de cidadãos e, hodiernamente, costuma-se vincular a própria democracia a direitos de cidadania. Sem travar um debate especializado sobre o tema, examino tal vinculação e o alcance dos direitos de cidadania, de modo a possibilitar a análise de como os sujeitos investigados – pescadores artesanais de Matinhos – relacionam-se com essas categorias. Nesse sentido, empiricamente a idéia foi localizar em que ponto tal relação se encontra, num continuum cujas extremidades são:

- O não reconhecimento (ou a não consciência) de si como portadores de tais direitos, com as prováveis conseqüências disso (apatia, relação heteronômica e clientelística com os poderes, familismo amoral etc);
- O reconhecimento de si como sujeitos que se percebem titulares de tais direitos e, em função disso, os reivindicam por meio de ações coletivas de cunho participativo e emancipatório, as quais, postulo, são as que empoderam mais efetivamente.

Antes de chegar nesse ponto, porém, é necessário circunscrever alguns tópicos da discussão. O primeiro passo é expor elementos históricos da questão no mundo ocidental, culminando na descrição que Marshall faz do que se convencionou denominar “gerações de direito”. O destaque a esse autor faz sentido: sua obra constitui importante baliza para a discussão contemporânea dos direitos de cidadania, presente inclusive nas perspectivas que apontam seus pontos críticos. Encerram a discussão, apontamentos sobre questões contemporâneas relacionadas ao tema e com relevância para o desenvolvimento desta pesquisa.

O conceito de cidadania no Ocidente remonta à Antigüidade clássica greco-romana. No entanto, a transição da Idade Média para a Moderna, com o surgimento dos estados nacionais, será o marco inicial da construção das noções de cidadania que teríamos na contemporaneidade. Ainda sob regimes absolutistas, emergem algumas noções centrais para a configuração da cidadania moderna, principalmente as de que uma mesma Lei tem abrangência sobre todo o território de uma nação soberana e seus súditos e a de que a condução dos negócios do Estado demanda corpos especializados de agentes públicos, seja para formular ou aplicar políticas e leis. No entanto, Bodstein (1997), com fulcro em Lefort (1987), enxerga na emergência da ideologia individualista da modernidade a base que permite falar na constituição de uma ordem democrática fundada sobre direitos inalienáveis dos homens, presentes na teoria do direito natural. Pela ideologia contida nesta, os direitos não se constituem a partir de seres sociais, mas do indivíduo considerado fora e acima

de qualquer ordem, vínculo ou hierarquia social, (...) [de modo que] é a concepção individualista que permite, ainda, conceber a construção da cidadania moderna não vinculada à luta de uma determinada classe social em um período histórico específico. Além de tudo, é a ideologia individualista que possibilita compreender a cidadania como um processo desencadeado com base em um projeto de sociedade que estabelece princípios básicos (os direitos humanos) que viabilizam a constituição de novos sujeitos e atores sociais (Bodstein, 1997).

Em que pese seu substrato a-histórico (ela mesma é produto de uma época histórica assim como os direitos por ela preconizados), a ideologia individualista constituída na modernidade – voltairiana, lockeana etc – fornece fundamentos da própria luta social pela conquista e ampliação dos direitos de cidadania, mormente a partir dos séculos XVII e XVIII, com suas revoluções burguesas mais ou menos sangrentas, num processo identificado, entre outros, pelo próprio Tocqueville.

No entanto, dos primórdios a meados da modernidade faltava a condição minimamente necessária (embora insuficiente) para se falar efetivamente em uma cidadania, pelo menos no espaço dos estados nacionais: a existência de um corpus de direitos que garantisse liberdades individuais e a possibilidade de escolher os governos e deles participar a todos os cidadãos de um Estado. Na Europa Ocidental, a referida condição começa a aparecer só durante a modernidade tardia e a

contemporaneidade, entre os séculos XIX e XX, em processo inventariado por T.H. Marshall (1967)⁴⁶, logo após a Segunda Guerra Mundial. Alertando de que não se trata de uma evolução linear – sua análise é mais ditada pela história do que pela lógica – divide os direitos em três partes, que ficariam conhecidas como as três gerações de direitos de cidadania: civis, políticos e sociais.

Os direitos civis nasceram no século XVIII e referem-se às liberdades individuais: ir e vir, trabalhar, de culto, direito à propriedade e de concluir contratos válidos, o direito à justiça e liberdade de pensamento e expressão, este já na fronteira dos direitos políticos. Trata-se de liberdades negativas, dado que protegem o indivíduo contra o arbítrio, principalmente do Estado. As instituições mediadoras dos direitos civis são os órgãos do judiciário, como os tribunais. Os direitos civis propiciaram a democratização do status de homem livre, com que a cidadania, que prendia os indivíduos a um local, transforma-se em uma instituição nacional, quando a liberdade se torna universal.

No século XIX, constituíram-se os direitos políticos que, em síntese, permitem ao cidadão participar do e no exercício do poder, tanto como membro de organismos de governo quanto como eleitor desses membros – é o direito, enfim, de votar, ser votado e governar⁴⁷. As instituições correspondentes a esta classe de direitos são inicialmente os legislativos, nacionais e locais, sendo os partidos políticos as organizações por meio das quais se almeja o poder estatal (nos regimes presidencialistas, os executivos também o são.) Na realidade, não se tratou propriamente da criação de uma classe nova de direitos, mas a concessão de velhos direitos a novos setores da população. Os direitos relativos a escolher governantes e a participar do governo, antes um monopólio da aristocracia, continuariam a constituir praticamente um monopólio, que, contudo, se abre a outros grupos que

⁴⁶ Este autor é, dentro da teoria social contemporânea, um dos pioneiros na discussão dos direitos de cidadania. Inspirou-se, para tanto, nas discussões teóricas de Alfred Marshall sobre a igualdade e seus limites. Na realidade, este autor prescreve que a cidadania política modernamente pressupõe que os indivíduos tenham acesso à herança social do tempo em que vivem. Desse modo, aceita as desigualdades do sistema de classes sociais desde que a igualdade da cidadania seja reconhecida, ponto que renderia às maiores críticas ao trabalho de T.H. Marshall. Vale frisar, ainda, que a trajetória de direitos descrita pelo autor exprime principalmente a história inglesa e britânica.

⁴⁷ Silva (2004) arrola requisitos ligados à pessoa e requisitos ligados à forma para aquisição de direitos políticos. Os primeiros são: a nacionalidade do país que lhe outorga os direitos políticos, a capacidade política e a ausência de causas de perda ou suspensão de direitos políticos. Os últimos relacionam-se ao alistamento eleitoral.

consigam poder político por meio de processos cada vez mais inclusivos, até o advento do sufrágio universal, com os votos não censitário e feminino.

Entretanto, a situação socioeconômica da maioria colocava (no caso brasileiro ainda coloca) sérios empecilhos à efetivação dos direitos de cidadania pelos grupos de menor status socioeconômico. Na sociedade capitalista do século XIX, os direitos políticos ainda eram secundários aos direitos civis, havendo barreiras censitárias a seu exercício. E o corpus normativo do que viriam a ser os direitos sociais aparecia desligado do status de cidadania, devido à vinculação, à época predominante, entre assistência e indigência e falta de cidadania. Na realidade, segundo Marshall (1967), havia mesmo a idéia de que direitos sociais contrapunham-se aos direitos civis, na medida em que se os considerava uma intromissão na vida das pessoas.

Somente no século XX, os direitos sociais seriam associados à cidadania em si⁴⁸ e os direitos políticos, transferidos do substrato econômico-censitário para o status pessoal, sendo finalmente universalizados. Os direitos sociais são aqueles que proporcionam a seus titulares um mínimo bem-estar econômico e segurança, e, mais recentemente, o direito de participar, por completo, na herança social do tempo histórico e levar a vida de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade, o que resulta na gradativa ampliação desses direitos e em sua permanente inatingibilidade. As instituições onde os direitos sociais se efetivam são o sistema escolar e os serviços sociais.

A consolidação da cidadania não foi empreendimento simples. Inicialmente, temiam as classes dominantes que seu alargamento para os demais estratos pudesse colocar em risco o modelo econômico. Entretanto, num aparente paradoxo, o desenvolvimento da cidadania deu-se *pari passu* ao desenvolvimento de um sistema de desigualdade, ou seja, o capitalismo. Na realidade, passou-se de um sistema de classes baseado na hierarquia de status – em que direitos e costumes são formalmente distribuídos conforme a posição social dos indivíduos normalmente dada por seu nascimento, e que têm caráter coercivo – para um sistema de classes baseado no status social não definido por direitos e costumes, mas que se baseia na

⁴⁸ O primeiro direito social foi a educação, na verdade, um tipo especial de direito. Atinge não o cidadão adulto, mas em sua infância de cidadão em formação. Marshall, assim como os teóricos normativos acima discutidos, vê a educação como requisito necessário da liberdade civil, um dever não apenas individual, mas também social, porque a sociedade precisa de cidadãos educados – política e tecnicamente – para seu bom funcionamento. Sua universalização (na Europa Ocidental e nos EUA) foi o primeiro passo decisivo para os direitos de cidadania no século XX.

dinâmica de distribuição dos recursos pelo sistema de trocas econômicas e aquisição de bens culturais (sem desconsiderar a assimétrica alocação do poder e seus recursos). No primeiro sistema, não há direitos compartilhados por todos e o impacto da cidadania seria perturbador e mesmo destrutivo. No entanto, no segundo sistema, há uma mediação dos níveis sociais tendo por referência um padrão de vida comum. Na medida em que não há barreiras formais à mobilidade social, a desigualdade, na visão marshalliana, quando não excessiva, pode tornar-se um incentivo ao esforço e determinação pela distribuição do poder.

Visando a sua própria sobrevivência, o sistema de classes baseado no status social e na universalização da cidadania criou, adicionalmente, condições para eliminar suas conseqüências menos defensáveis. Trata-se de um mecanismo de correção, de aumento do nível do piso do porão do edifício social, mas sem afetar os andares mais altos. A idéia aqui é que se necessitam meios para garantir os direitos se não eles pouco significam: “[o desenvolvimento] de um interesse crescente pela igualdade como um princípio de justiça social e uma consciência do fato de que o reconhecimento formal de uma capacidade igual no que diz respeito a direitos não era suficiente” (Marshall, 1967, p. 83).

No século XX, os direitos sociais são finalmente incorporados ao status de cidadania⁴⁹. O processo, contudo, não se deu placidamente, de modo linear, como a leitura de Marshall pode sugerir. A incorporação definitiva dos direitos sociais e sua transformação em políticas de governo e Estado – que, juntamente com os direitos civis e políticos e outros que foram se incorporando no caminho, formam os direitos humanos – percorreu longo caminho. Por um lado, as conseqüências danosas de duas guerras mundiais – genocídio, perda de nacionalidade de enormes contingentes entre outras – impuseram a necessidade de uma ordem internacional protetiva de direitos humanos, de que os países fossem signatários (Silva, 2004)⁵⁰.

⁴⁹ É importante frisar que, para Marshall, os benefícios propiciados pelos direitos sociais devem ser proporcionalmente maiores para os de menor renda, de modo que eles representem um fator de mitigação das distâncias socioeconômicas. Além disso, tais benefícios não podem ser definidos de modo preciso, constituem um alvo que se move para a frente, conforme aumentem as expectativas reconhecidas como legítimas, incorporando, inclusive, o trabalho como direito de cidadania.

⁵⁰ Tal ordenamento começa a se conformar com a criação da ONU, em 1945, e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, juridicizada a partir de 1949, com a elaboração de dois tratados, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que em tese devem ser efetivados nos territórios dos países signatários.

O advento do *welfare state*, sobretudo no pós-segunda guerra, foi o momento de maior avanço na incorporação e democratização dos direitos sociais nas economias centrais do capitalismo. Esse fato deveu-se a um duplo movimento: de um lado, um crescimento econômico acelerado e, de outro, no contexto da Guerra Fria, o temor do Ocidente em relação ao avanço do socialismo real. Nessa fase, constitucionalizam-se em diversos países os direitos sociais⁵¹.

A atual agonia do *welfare state* remonta a década de 1970, quando das duas crises do petróleo (1973 e 1979) e da balança de pagamentos, que afetou em maior ou menor grau países ricos e pobres e atingiu o Brasil em sua fase de maior expansão econômica e autoritarismo no campo da política. A débâcle do socialismo real no Leste Europeu e o fim da Guerra Fria acarretaram o triunfo inicial do neoliberalismo, o consenso de Washington e todo o seu conjunto de proposições acerca da mudança do papel do Estado: apelos à redução de sua influência no setor produtivo, restando-lhe a regulação das relações econômicas e a realização do equilíbrio fiscal, com a redução de gastos públicos, inclusive na área social. Se não houve um retorno ao quadro anterior a 1930, esse momento representou um ponto de inflexão na tendência histórica de ampliação e consolidação substantiva dos direitos sociais, trazendo, às populações dos países mais ricos, a perspectiva de empobrecimento e redução das proteções da cidadania estatal a cada nova geração.

A obra de Marshall, a despeito de suas múltiplas virtudes, atrai alguns apontamentos críticos. Um primeiro é endereçado às interpretações que, inspiradas no esquema interpretativo daquele autor, tratam as gerações de direitos como se “elas se inscrevessem num simples contínuo” (Cabral, 2003). Tais interpretações não enxergam características essenciais que distinguem os direitos políticos dos outros dois. Estes, para seu exercício, exigem postura ativa dos cidadãos, ao contrário dos direitos civis e sociais, para cujo exercício não é necessária a mesma mobilização: “Ao contrário dos direitos cívicos e sociais, os atributos da cidadania política nunca são automáticos, mas sim algo que tem de ser exercido individualmente de forma ativa” (Cabral, 2003, p. 32). O autor em parte tem razão,

⁵¹ Embora no Brasil tal classe de direitos já fosse objeto de preocupação de governos e legisladores desde a década de 1930, ainda que combinada com severas restrições a direitos civis e políticos (no âmbito da cidadania regulada, cf. noção proposta por José Murilo de Carvalho), sua consolidação e universalização no sistema constitucional se darão tardiamente, no fim da década de 1980, quando o Estado de Bem-Estar social é desafiado nos países centrais e o próprio País viveria uma de suas maiores crises econômicas.

embora a conquista de direitos civis e sociais historicamente tenha demandado toda sorte de ações políticas.

Outro reparo não é, propriamente, à obra de Marshall. Para Traparelli (2001), a incorporação dos direitos de cidadania no Brasil não seguiu a linearidade que Marshall atribui a sua trajetória no mundo anglo-saxão. Com base nas reflexões de José Murilo de Carvalho, aquele autor aponta um caráter autoritário e paternalista na construção da cidadania neste País, capitaneada pelo Estado e usufruída quase exclusivamente pela elite, fruto de uma herança ibérica caracterizada por uma cultura política súdita e paroquial. Trata-se de cidadania regulada (Santos, 1998⁵² *apud* Cabral, 2003) em que a incorporação de direitos sociais se dá *pari passu* ao confisco de direitos políticos.

Ponto de polêmica também suscitado pela obra de Marshall emerge em torno do próprio *Welfare State* (Cohen e Arato, 1994). Para seus defensores, que têm naquele autor uma das principais inspirações, os direitos sociais são pressuposto da democracia, ou seja, haveria requisitos mínimos de bem-estar sem cujo suprimento a efetiva democracia é um discurso vazio, por inoperante.

Argumenta, contrariamente, o pensamento neoconservador, sob a égide do neoliberalismo, tratar-se o bem-estar social de um sistema altamente burocrático, que desincentiva o investimento e o trabalho, além de impor altas cargas tributária e regulatória, colocando em risco a viabilidade de uma classe média independente. Segundo essa visão, o welfare teria criado conflitos e permitido a violação de direitos e da liberdade de uns, notadamente de empreender e de propriedade, em proveito de outros. Ademais, seria incapaz de atender as demandas auto-impostas, gerando crise de autoridade, além de, em função do elevado nível de gastos, provocar mais crise e recessão do que desenvolvimento econômico. A proposta neoconservadora promove um deslocamento da política para a administração. A contradição nela contida é a necessidade de um Estado forte, com tendência ao autoritarismo, para garantir a segurança jurídica dos negócios.

À esquerda marxista, o *Welfare* também tem recebido críticas. Para estes, o capitalismo do pós-Guerra teria enxergado no Estado de Bem-Estar uma forma de legitimar-se para sobreviver, logrando reduzir e equacionar os conflitos, por meio de

⁵² SANTOS, W. G. (1998) **Décadas de espanto e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro: Rocco.

mecanismos compensatórios dos efeitos dessa exploração – desigualdade social e miséria. O efeito, para a perspectiva em questão, é que além de não realizar seu intento, mantendo-se a desigualdade e suas conseqüências, tal Estado despolitiza as relações de classe e busca encobrir a exploração do trabalho (Pfeiffer e Adams, 2005). Para Bodstein (1997), tal visão nasce do pressuposto marxista de que a democracia burguesa, e seus correspondentes direitos e políticas sociais, são acima de tudo aparatos ideológicos de sustentação do sistema. No entanto não se pode reduzir o *Welfare State* a políticas pontuais e assistencialistas. Suas ações de amplas duração e abrangência têm impacto redistributivo real.

Além dos elementos acima, uma crítica recorrente é a de que a exposição dos direitos de cidadania tal como realizada por Marshall leva a que se os enxergue como três classes distintas de direitos. Tal separação, na atualidade, teria natureza mais didática do que substantiva (Silva, 2004), dado que os direitos da cidadania formariam uma unidade, subsumida na noção de direitos humanos.

De modo mais ou menos explícito, distintas perspectivas asseveram a indissociabilidade dos direitos de cidadania (Habermas, 1986; Bodstein, 1997; Traparelli, 2001; Gohn, 2004; Scherer-Warren, 2006; Plataforma DhESCA, 2007), seja do ponto de vista das lutas para sua conquista, seja pela noção, sutilmente identificável em Marshall, de que tais direitos só têm substância quando aparecem em conjunto⁵³. Nas palavras de Silva (2004, p. 5): “Todo o processo de criação de um sistema de proteção internacional para os direitos humanos, iniciado em meados do século XX, evidencia que eles são indissociáveis, que o ser humano deve ser protegido em todas as suas dimensões individual, política, social, econômica e cultural”.

Nas últimas décadas, novos direitos emergem, não contemplados no registro de Marshall. São direitos de caráter difuso, cuja titularidade não pertence a indivíduos singulares, mas a coletividades, e que visam a proteger bens e sujeitos como o meio ambiente, minorias em geral – políticas, como as mulheres, e/ou numéricas e discriminadas como homossexuais, grupos étnicos, idosos etc –, identidades e culturas e assim por diante, e seu usufruto não se resume a seres

⁵³O problema é que uma visão maximalista da indissociabilidade dos direitos pode levar à interpretação de que simplesmente não se os tem, ao menos no sentido da igualdade, na medida em que sua lógica cooperativa seria incompatível com a lógica seletivo-competitiva do mercado (Traparelli, 2001).

humanos, mas inclui outros entes como animais, vegetais, o patrimônio cultural e artístico, as paisagens etc. Segundo Bodstein (1997),

o sentido democrático dos direitos modernos repousa na reinvenção de novos espaços e de novos atores, ou seja, na fluidez e na pluralidade inerentes ao conflito moderno. Dessa forma, os direitos sociais pressupõem o reconhecimento e a legitimidade da fala e da opinião de sujeitos que se conformam justamente nos movimentos de reivindicação por novos direitos.

A ampliação dos direitos de cidadania, no entanto, corre paralelamente à referida crise do *Welfare State*. O Estado, que se notabilizara pelo atendimento de demandas sociais crescentes, em função da necessidade auto-imposta (ou imposta pelos poderes econômico-financeiros globais) de ajustes fiscais, tem sua capacidade de promover os direitos sociais reduzida e enfrenta dificuldades para atender a novos pleitos, o que impõe a co-participação de outros sujeitos e organizações, de fora da esfera estatal, na construção desses novos direitos. Se, por um lado, vasta parcela da literatura enxerga aí uma tendência neoliberal e privatizante (Montaño, 2002; Teodósio, 2002), por outro, a tendência pode abrir novas possibilidades ao protagonismo da sociedade civil na medida em que se fortalece uma esfera pública não-estatal, caracterizada pela pluralidade de atores e questões (Gohn, 2004). Assim, não se deixa de reconhecer que, diante da persistente trajetória de miséria, iniquidade e exclusão social, se está longe de ultrapassar questões fundamentais colocadas no projeto da modernidade, de multiplicação e universalização dos direitos de cidadania. No entanto, abrem-se perspectivas de luta política em torno da redução da iniquidade, para o que se faz necessário o fortalecimento de uma sociedade civil pluralista, marcada por compromissos éticos, de solidariedade e autonomia:

O exercício e a afirmação de direitos devem ser analisados como um problema de ação coletiva, visando redefinir relações sociais e o próprio espaço público dentro da ordem democrática. É através do exercício da cidadania que massas amorfas (ou a sociedade fragmentada) pode constituir novos vínculos e identidades sociais, redefinindo formas inovadoras de solidariedade. É por aí também que se introduz, ao que parece, de forma definitiva, no selo da modernidade, a junção entre as condições de igualdade política e social, isto é introduz-se a questão social na agenda pública (Bodstein, 1997).

Para Scherer-Warren (2006) as lutas da sociedade civil referenciam-se na indissociabilidade e transversalidade dos direitos (como, por exemplo, na Plataforma

DhESCA – direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais), o que implica dizer que tais direitos se relacionam mutuamente, sendo causa e consequência uns dos outros. Tais lutas, prossegue a autora, dão-se por meio da constituição de fóruns e redes, nacionais e transnacionais, de organizações e movimentos, tais como o Fórum Social Mundial (FSM) e a Rede Mundial de Mulheres. A luta, aqui, é pela superação de barreiras à construção de um outro mundo, legadas pela tradição do capitalismo e do patriarcalismo. Os valores de referência dessa luta pela transversalidade dos direitos humanos compõem-se de direitos humanos de todas as gerações: igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz.

Tais propostas têm o espírito das teorias deliberativa e participativa da democracia, debatidas em seção anterior, pelas quais a democracia e sua qualidade não se limitam ao sistema político e seu desenho institucional, estando conectadas principalmente à efetividade dos direitos de cidadania, cuja conquista empodera os sujeitos, tornando-os protagonistas de suas vidas (Gohn, 2004). Sob este prisma, democracia vincula-se a direitos efetivos de cidadania como conjunto indissociável de direitos civis, políticos, sociais, culturais, ambientais etc. Parte-se, aqui, da premissa de que os procedimentos de formação da opinião e da vontade “democráticas [são as] únicas fontes de legitimação das leis e políticas governamentais” (Schumacher, 2004). A questão é saber até que ponto o associativismo civil dos pescadores de Matinhos contribui para a efetivação desses direitos entre os próprios sujeitos e em seu entorno.

3.5 SÍNTESE

Função essencial da pesquisa social em uma tese é avaliar o funcionamento de conceitos em realidades espaço-temporais particulares, onde provavelmente eles encontram-se relativizados, apresentam-se de modo específico (quando não ambíguo), num movimento que permite sua atualização. Aqui, como já mencionei, vinculo-me mais às teorias normativas trazidas à discussão neste capítulo, ou seja, a democracia deliberativa e a democracia participativa. Penso que a integração de elementos dessas perspectivas tão congruentes permite análises profícuas de ações, individuais e coletivas, voltadas ao aprofundamento da democracia em seus mais diversos aspectos.

Ambas as vertentes preconizam a importância da participação para o incremento democrático, seja por seu caráter pedagógico (a prática democrática formaria a personalidade democrática), seja porque, a princípio, trata-se de processo mais justo, na medida em que os sujeitos tomam parte mais diretamente dos processos decisórios que lhes afetam. Está implícito aqui a conquista de maior autonomia, de um sujeito – individual ou coletivo – emancipado no maior grau possível, em diferentes âmbitos de sua vida: político, cultural, econômico, psicológico etc.

Da teoria participativa, incorporo principalmente a noção de que as assimetrias de recursos de poder existentes na sociedade afetam as condições concretas de funcionamento da democracia, limitando-a. A superação dessas assimetrias afigura-se, então, necessária à promoção da justiça e à criação de uma verdadeira democracia. Por outro lado, a desigual distribuição do poder é uma causa direta do afastamento da política, da apatia, sobretudo entre os grupos de menor status socioeconômico, devido ao sentimento de irrelevância e aos maiores custos da participação a que são submetidos. Trata-se, portanto, de um círculo vicioso de difícil superação. A teoria diz que a ação em espaços da vida cotidiana, de menor alcance, institucionais ou não, é mais eficaz no sentido de se criar instâncias participativas mais igualitárias, cuja difusão pode ter efeitos sobre sociedades complexas e de larga escala.

A contribuição mais interessante da teoria deliberativa é a idéia habermasiana da constituição de espaços deliberativos em que os participantes discutem em iguais condições, devendo prevalecer a lógica do argumento, do convencimento e a busca do consenso normativo em detrimento da força. Inclui-se, aí, a liberdade de se discutir as próprias normas do debate.

Ainda que os poderes do Estado e do mercado obedeçam a uma lógica coerciva, a constituição de mundos da vida pode dar-se numa lógica distinta, mais próxima da deliberação livre e igualitária. Embora a realidade dos desenhos institucionais e das estruturas de oportunidade políticas coloque em xeque esta proposição, a questão que se coloca é até que ponto os sujeitos não encontram/constroem em seus cotidianos espaços em que podem discutir com maior autonomia e participação e, até mesmo, oportunidades concretas de decidir. Em parte, tento enfrentar esta questão e falar das possibilidades de participação independentemente de as instituições políticas se tornarem mais abertas a ela.

Pode-se, por exemplo, pensar momentos em que os sujeitos exercem uma *accountability* social, como consumidores, defendendo interesses de sua classe laboral, repassando e recebendo informações do que acontece na esfera da política e que têm importância imediata para si, e assim por diante.

Enfim, as teorias acima constituem uma base teórico-metodológica para operacionalização do conceito de democracia e a análise de processos de democratização junto ao estrato populacional investigado aqui, os pescadores do município de Matinhos, no Paraná. Para isso, é claro, investigo também o contexto sociopolítico em que esses sujeitos estão inseridos, sua relação com diversos atores, principalmente locais, representando o Estado, o Mercado, ações organizadas da sociedade civil e atores muito específicos da realidade local, por exemplo, veranistas, entre vários outros.

A partir da assunção crítica de alguns pressupostos das teorias discutidas ao longo deste capítulo, avalio o empoderamento dos sujeitos, principalmente no âmbito de suas práticas associativas, entendendo a democracia e seus conceitos como um pressuposto e um resultado deste processo. Nos próximos capítulos, conceituo justamente associativismo e empoderamento, com que concluo o marco teórico desta tese. Posso adiantar que os resultados da pesquisa colocam desafios à realização, no plano empírico, das categorias e pressupostos assumidos.

4 ASSOCIATIVISMO CIVIL

Desde as primeiras páginas desta tese, tenho reiterado que a razão precípua para a escolha de pescadores artesanais como alvo de investigação reside no fato de esse grupo de pessoas constituir uma organização no âmbito do associativismo civil – uma das principais formas de participação política cidadã. Isso oferece a oportunidade de averiguar, no plano empírico, a ação de categorias analíticas comumente relacionadas ao fenômeno e centrais à compreensão dos processos políticos aqui debatidos: democratização e suas dimensões de participação, *accountability*, direitos de cidadania, cultura política e empoderamento.

Antes, portanto, de exibir os achados da pesquisa relativos às supraditas categorias, trago neste capítulo alguns apontamentos teóricos sobre o associativismo, na medida em que este constitui a forma mais permanente e duradoura pela qual se engendram estratégias e ações coletivas da e na sociedade civil. Adicionalmente, o associativismo baliza várias propostas de aprofundamento da democracia por meio de uma participação cidadã ativa, fulcro do estudo que levo a efeito.

O capítulo traz, inicialmente, diferentes noções do conceito de sociedade civil, esfera em que – pode-se afirmar, independentemente do prisma que se adote – perfila-se o fenômeno associativo. As diferentes expressões e trajetórias – movimentos populares, ONGs entre outros – do associativismo civil compõem o assunto tratado a seguir. Nesse sentido, busco descrever como elementos que caracterizam cada uma delas se apresentam numa colônia de pescadores.

Na seção que remata o capítulo, destaco a relação, investigada nesta tese, entre a dinâmica associativa e as possibilidades de incremento da qualidade da democracia no que tange à participação cidadã na deliberação de temas públicos e o empoderamento de indivíduos, organizações e comunidades.

4.1 O CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL

O debate sobre o conceito de sociedade civil é encetado na modernidade por autores de diversas correntes do pensamento social, de Rousseau a Gramsci, de

Hobbes a Tocqueville, passando por vários clássicos. Trata-se, portanto, de conceito com diversos significados (Witehead, 1999⁵⁴).

Pode-se localizar nas obras de contratualistas, a partir do século XVII, os primeiros usos da expressão sociedade civil, porém num sentido razoavelmente distinto do assumido na contemporaneidade. Em comum, as referidas obras partem da noção de que a sociedade civil nasce do acordo entre os indivíduos para superar a condição original do estado de natureza, equivalendo, portanto, à própria sociedade política. Seus próceres, contudo, têm diferentes perspectivas acerca das razões por que a sociedade civil se teria constituído.

Locke sintetiza a primeira visão burguesa de sociedade civil, entendendo-a como esfera do privado que se contrapõe à do público, subsumido na sociedade política, ou seja, o Estado. Para o pensador inglês, as duas esferas seguem princípios e normas próprias. A primeira funda-se nas diferenças sociais engendradas no campo econômico pela livre iniciativa e a propriedade privada, cujas garantias fundamentam-se nas liberdades civis negativas cuja afirmação é dever da esfera estatal. Rousseau preconiza papel distinto para a sociedade civil. Enxergando-a, num primeiro momento, como corruptora de indivíduos originalmente virtuosos e promotora da desigualdade entre eles, propõe o autor sua transformação em uma esfera de liberdade na qual esta equivalha mais à igualdade e à participação ativa em uma assembléia soberana do que a garantia de liberdade econômica e preservação da propriedade privada.

Para Hobbes, o conceito tinha a equivalência de “cidade” ou “união”: trata-se do domínio em que os indivíduos, por meio de contrato, admitiram subordinar suas vontades individuais a uma vontade coletiva visando proteger-se dos perigo a sua segurança, presente em uma população em que tal contrato não vigesse. “Sociedade civil”, nessa perspectiva, é o meio pelo qual uma associação de indivíduos busca evitar a reversão da vida política ao “estado de natureza”, em que os referidos perigos são constantes, devido à não existência de um poder soberano em uma normatividade coercitiva.

É com Hegel, porém, que o conceito de sociedade civil começa a adquirir seu uso contemporâneo mais corrente. Para compreendê-lo é necessário um breve

⁵⁴ Salvo indicação, extraio dessa obra a maior parte das informações para a conceituação a seguir.

resgate filosófico. O autor concebe o ideal como sendo o real, a substância. Espírito/idéia como razão última, determinante das coisas; devir, cuja busca, no processo de desenvolvimento dos conceitos, obedece a processo dialético tendente ao infinito, no qual a realidade subjetiva gera a vontade, que se remete ao universal, que realimenta a realidade subjetiva e assim por diante. Por meio deste processo, produzem-se, positivam-se e desenvolvem-se os conceitos, aproxima-se o pensamento das coisas em sua imanência, em sua realidade, enfim. No plano do direito o norte é a liberdade, entendida como vontade livre e consciente, em si e para si, correspondente ao dever e à probidade. Trata-se do campo da moralidade objetiva, da eticidade, que se opõe aos instintos naturais, às idiossincrasias das vontades particulares. Trazendo o raciocínio para a compreensão da vida social, a objetivação do espírito desenvolve-se em três momentos, quais sejam, a família, a sociedade civil e o Estado. A primeira constitui o “espírito moral objetivo imediato ou natural” (Hegel, 1976, p. 154), que, ao perder a unidade, torna-se sociedade civil, espaço de transição da família para um princípio mais amplo.

Na sociedade civil afirmam-se as particularidades individuais que perseguem seus próprios interesses e a satisfação de suas carências. Para Hegel, o suprimento destes implica a realização da subsistência, do bem-estar coletivo e da existência jurídica, numa relação dialética entre particularidade e universalidade. A sociedade é, portanto, espaço de satisfação das necessidades via solidariedade/regulação, deveres e direitos recíprocos, o que necessariamente conduz ao Estado, fim último do processo. Nas palavras do autor,

como cidadãos deste Estado, os indivíduos são pessoas privadas que têm como fim o seu próprio interesse; como este só é obtido através do universal, que assim aparece como um meio, tal fim só poderá ser atingido quando os indivíduos determinarem o seu saber, a sua acção e sua vontade de acordo com um modo universal e se transformarem em anéis da cadeia que constitui o conjunto (Hegel, 1976, p. 174).

Em suma, Hegel via a sociedade civil como decorrência da divisão social do trabalho, sendo, portanto, “campo da racionalidade instrumental e individualista” (Witehead, 1999), diferindo da esfera doméstica e das associações religiosas e políticas. Em comum a ambos – Hobbes e Hegel – encontra-se a concepção de que a sociedade civil se opõe à ausência da lei, sendo uma órbita em que os indivíduos – por medo, para o primeiro autor, ou perseguindo seu auto-interesse, para o segundo – mutuamente reconhecem a necessidade de um direito que regule as

relações em sociedade. Hegel, contudo, admitia riscos de autodestruição para uma sociedade civil que se restringisse a uma esfera de produção econômica materialmente rica e espiritualmente pobre. Defendia, assim, que a sociedade civil fosse incorporada na sociedade política, vale dizer, no Estado.

Marx partiu da lógica hegeliana em sentido diverso. Repôs a divisão do trabalho e a sociedade civil burguesa que lhe subjaz na condição de força propulsora da mudança social que subordina as esferas política, ideológica e normativa. A democracia burguesa, aqui, é meramente formal. Marx, em vez de considerar tal força como um elemento autodestrutivo da sociedade, como fizera Hegel, a colocou em perspectiva dialética para afirmar que a destruição de um modo de produção seria acompanhada pela substituição deste por outro mais avançado e verdadeiramente democrático, dado não apresentar desigualdades econômicas e de poder político. Nesse âmbito, o movimento operário seria a contraparte, revolucionária, da sociedade civil burguesa. A sociedade civil e a democracia em si não seriam contrapostas ao crime, na medida em que a Lei não é resultado de um acordo coletivo entre todos os membros da sociedade, como na tradição contratualista, mas aparato ideológico para preservação de interesses de uma determinada classe, máxime a propriedade privada dos meios de produção.

Witehead (1999) atribui a Tocqueville a primazia de ter associado a sociedade civil à democracia constituída na esteira do associativismo, em vez de colocá-las em pólos opostos. O autor francês – de modo diverso de Hegel e Marx, que enfatizavam a busca de resultados econômicos – enxergava nas associações voluntárias um freio ao materialismo e ao auto-interesse. A abundância e pluralidade de toda sorte de associações voluntárias – religiosas, educacionais, comerciais etc – nos EUA sustentaria as instituições políticas, impelindo, à cooperação, indivíduos isolados, dispersos em um vasto território, distantes do governo central e sem a presença de uma ordem aristocrática que preestabelecesse os papéis de cada um.

Gramsci introduz importantes modificações na reflexão marxiana e leninista, numa visão ampliada do Estado e seu papel, o qual não constitui mera expressão da sociedade política, apartada da sociedade civil. Distintamente, entende-a como o espaço de interesses organizados de classe e de lutas pela direção da sociedade, ou seja, pela conquista da hegemonia, a qual pressupõe o controle dos dispositivos éticos e culturais, de modo que repensa a relação estrutura e superestrutura, no sentido de ultrapassar seu caráter dicotômico.

Em sua acepção gramsciana original, sociedade civil é não apenas um conceito, mas principalmente um projeto político relacionado a uma totalidade histórico-social, à busca enfim da hegemonia e da direção ético-política da sociedade, o que, diferentemente do afirmado na perspectiva tocquevilleana, não se faz fora da sociedade política; ao contrário, incorpora um conjunto de múltiplos atores, representante de diferentes classes e candidatos a se tornar Estado. No que tange às classes subalternas, tais lutas implicam justamente o rompimento com a condição de subalternidade (i.e., a subordinação de classes tanto ao domínio econômico e à força quanto à cultura das classes hegemônicas) com a conquista da hegemonia por meio da ação política.

À luz de um modelo tripartite, atribuído a Gramsci⁵⁵ e notadamente normativo, Cohen e Arato (1994) dão contribuição fundamental ao atualizar o debate do conceito de sociedade civil, na esteira das profundas transformações políticas ocorridas na virada da década de 1980 para a seguinte (as revoluções democráticas no Leste Europeu, por exemplo). Os autores em questão destacam a sociedade civil como um subsistema distinto tanto da sociedade política quanto da economia, na medida em que, nestas, prevaleceria a racionalidade instrumental de que trata Habermas, regendo-se pela razão comunicativa (ver seção 3.1).

Para Cohen e Arato, a sociedade civil – composta pela esfera íntima das famílias, por associações voluntárias, movimentos sociais e espaços públicos de discussão – constituiria o espaço da autonomia⁵⁶, contraposto à lógica coercitiva do Estado e do Mercado. Não se opõe, contudo, a esses dois subsistemas; influi sobre eles, exerce papel de mediação em processos comunicativos, daí a defesa, já debatida neste trabalho, que esses autores promovem de processos participativos e deliberativos no âmbito do fortalecimento e da ampliação da esfera pública. Com isso, possibilita-se que a sociedade civil e seus atores, sobretudo em sua parcela organizada em movimentos, influam na economia e no Estado e os fiscalizem. Revolução, aqui, não implica ruptura, no sentido marxista, e sim democratização dos espaços de interação social (incluindo as organizações do Estado e do Mercado,

⁵⁵ Como visto nos parágrafos acima, a constituição de um modelo tripartite não é propriamente gramsciana, senão de seus seguidores contemporâneos, dado que, para Gramsci, as fronteiras entre sociedade política e sociedade civil não são tão bem delimitadas.

⁵⁶ Ainda que as liberdades e direitos necessários ao seu desenvolvimento sejam institucionalizadas no Estado liberal.

com a colonização destes pela lógica do agir comunicativo) bem como a promoção da solidariedade e do bem comum.

À luz desse vasto conjunto de definições de sociedade civil, as distorções conceituais de que fala Nogueira (2003) talvez sejam mero reflexo das múltiplas noções que se lhe atribuem, não sendo o conceito um monopólio da esquerda. Se esta o emprega para defender ações de resistência ao capitalismo e mudança social, posições mais próximas ao liberalismo econômico, entretanto, aplicam-no com diferente conotação. Inspirada na noção toquevilleana e opondo sociedade civil à esfera governamental, esta perspectiva contemporaneamente tem utilizado a noção de sociedade civil para cancelar ajustes fiscais que reduzem o papel do Estado na prestação dos serviços públicos, de modo que as correntes mais recentes, neste espectro, tendem a separá-la do Estado e do mercado.

Nogueira (2003), contudo, proporciona importante contribuição para o debate ao discutir duas concepções contemporâneas de sociedade civil, às quais denomina *liberista* e *social*. Na primeira, o mercado comanda, e a sociedade civil é vista como setor público não-estatal, por ser composta por organizações que visariam ao interesse geral. Inserida no universo gerencial, prega o Estado mínimo, a ser substituído pelo “terceiro setor”, e a participação em termos de cooperação com governos devido a supor ser maior a competência da iniciativa privada. No que tange às políticas públicas, é comum esta ala defender a focalização versus a universalização. Eu arrolaria diversos trabalhos dentro desta corrente, como os de Bresser Pereira (1999), Fischer e Falconer (1998), Franco (1998), Salamon (1998) entre outros, do mesmo modo que programas levados a efeito, como, por exemplo, o Comunidade Solidária e as organizações que em torno dele orbitavam durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

A *sociedade civil social*, para Nogueira (2003), isola-se das outras esferas, recusando-se a diluir no institucional, evitando mesmo o epíteto “terceiro setor”. Tem forte influência de uma leitura de Gramsci, além de Habermas (1986) e Cohen e Arato (1994), dentre outros, em que a sociedade civil é entendida como esfera social potencialmente livre do controle da economia e do Estado, uma esfera *contra-hegemônica* a cujas organizações caberia “a tarefa de institucionalizar espaços democráticos inclusivos que se contraponham às relações de paternalismo, dependência e discriminação raciais vigentes” (Reiter, 2004, p. 118).

Aqui se encontrariam os novos movimentos sociais de base, cuja maior virtude seria a autonomia em relação ao sistema contra o qual se batem. A atuação é na fronteira do Estado, pois os recursos materiais e institucionais deste são necessários para a ampliação dos direitos de cidadania visando constituir uma sociedade civil mundial, disposta em redes, informada por princípios de uma democracia cosmopolita e sustentada “sobre uma concepção dicotômica: nela estariam o universalismo, a ética, o diálogo, ao passo que no político estariam o particularismo, a força, a corrupção” (Nogueira, 2003, p. 194). A vertente em consideração tem vários representantes na academia, como, entre outros, Avritzer (1996), Costa (1997), Vieira (2001), Santos (2003) e Scherer-Warren (1998, 2001) e no campo associativo, como a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, a ABONG e o Fórum Social Mundial, entre outros. No que tange à pesca (Cardoso, 2001) inscreve o Monape – Movimento Nacional dos Pescadores, nessa perspectiva.

Em ambas as vertentes, nota-se uma valorização da sociedade civil em detrimento do Estado, concedendo-se àquela o monopólio da virtude cívica, muitas vezes não se reconhecendo que se está tratando de um campo marcado, como qualquer outro, por contradições e ambigüidades, por interesses às vezes contrapostos e nem sempre comprometidos com a cidadania política e a vida democrática, ponto a que volto na parte final deste capítulo.

É possível considerar também que ambas as concepções estão brigando pela hegemonia em relação à legitimidade de um léxico. Nogueira (2003) enxerga também uma certa ingenuidade na segunda concepção, quando esta subestima a importância do Estado nacional como espaço necessário à efetivação de uma democracia ampliada. Há, na posição do autor, algum exagero e um certo aferro a categorizações tradicionais, insuficientes para dar conta da dinâmica das múltiplas formas de ação e organização na sociedade civil contemporânea – principalmente os novos movimentos sociais.

Tradicionalmente inspirados no marxismo, os movimentos sociais tinham como principais atores o sindicato e o partido que, mesmo atuando em conjunto com ações específicas, por exemplo, o feminismo e a luta anticolonialista, visavam ao objetivo maior de ultrapassar o modo de produção capitalista. Contudo, desde o fim da década de 1960, há mudanças tanto em seus conceitos quanto em suas ações.

Para autores como Laclau⁵⁷ e Touraine⁵⁸ (apud Goss e Prudêncio, 2003⁵⁹), mesmo partindo de referenciais distintos, o conceito de movimentos sociais e a atuação destes vêm sendo objeto de transformações nas últimas décadas, gradativamente incorporando em suas definições elementos culturais e identitários, fazendo emergir o que se viria denominar de novos movimentos sociais (NMS). Segundo Scherer-Warren (1998, p. 16), estes teriam superado princípios da luta de classes e adquirido, juntamente com as noções de sujeito popular ou ator social, centralidade enquanto categorias analíticas.

Autônomos e variados, os movimentos em apreço articulam-se mediante ações locais de base (*grassroots*) por meio de redes (*networks*) de nível global, lutando também por direitos difusos (ecológicos, de gênero, étnicos, etc.), animando-se, enfim, pelo reconhecimento do direito de ter direitos. Constituem-se, nesse sentido, em lócus privilegiado de participação política. Isso ocorre a partir de algumas idéias-força que presidem as reivindicações em torno desta, quais sejam: ética na política, democratização da esfera pública, superação das exclusões (social, econômica, cultural) com redefinição de prioridades, solidariedade, responsabilidade social e individual com o social e o bem comum.

O conceito de sociedade civil têm, portanto, diversas definições e varia conforme a época histórica, o contexto de sua elaboração e o arcabouço teórico-epistemológico de seus formuladores. Destarte, variam também as formas de ação e organização que nele se circunscrevem, bem como a relação de diferentes instituições – Estado, religião, mídia entre outras – com essas formas de ação e organização.

⁵⁷ LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 2, vol. 1, out. ,1986.

⁵⁸ TOURAINE, Alain. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 2003.

⁵⁹ As autoras, na obra citada, fazem um balanço teórico acurado do conceito de movimentos sociais, de onde retiro parte das informações dos parágrafos seguintes.

4.2 EXPRESSÕES E TRAJETÓRIAS DO ASSOCIATIVISMO CIVIL

4.2.1 Nota Introdutória: Trajetórias Sociais Contemporâneas

Para a dinâmica contemporânea do associativismo civil no Brasil, além dos processos de urbanização e industrialização, concorrem as mudanças políticas das últimas décadas: a transição democrática⁶⁰, a partir do fim dos anos 1970, e a crise do Estado desenvolvimentista. Assim, antes de entrar propriamente nas trajetórias específicas do associativismo, exponho as mudanças sofridas pelas sociedades política e civil a partir da segunda metade do Século XX, mormente nos Estados capitalistas, as quais configuram o contexto no qual e contra o qual se batem atores da sociedade civil.

Como visto anteriormente, o Estado do Bem-Estar Social passou a dar sinais de esgotamento nas décadas de 1970 e 80 no vórtice de dois choques do petróleo e da crise da balança de pagamentos, além da “Revolução” Conservadora, que leva ao poder uma direita fundada nos valores do mercado e na crítica radical da suposta ineficiência do Estado. Ápice do processo, o Consenso de Washington repõe a estratégia de acumulação dos primórdios do capitalismo e a exclusão social na ordem do dia. O papel do Estado, agora neoliberal, passa a ser o de legitimar as exigências do capitalismo global no espaço nacional (Santos, 1999).

Atualmente, vivenciam-se trajetórias de transição (Offe, 1999). Uma delas é a mencionada gradativa difusão do modelo liberal de democracia no mundo. Outra, é a globalização econômica que, do ponto de vista político traz, entre outras implicações, a redução do poder de regulação estatal sobre o funcionamento do mercado, mormente sobre transações financeiras para a maioria dos estados nacionais. Em larga medida, isso ocorre devido a mudanças tecnológicas (transportes, automação e novas tecnologias informacionais) que permitem processos integrados em rede (Ortiz, 1994; Castells, 1999). Nessa marcha histórica,

⁶⁰ Artigo de Kinzo (2001) traz um balanço didático e positivo da transição democrática brasileira – com suas conquistas e limites. Para a autora, o autoritarismo aqui foi uma experiência singular na América Latina. Como não houve rupturas drásticas, o resultado foi acomodação e entrelaçamento de estruturas antigas e novas que estruturaram as opções e estratégias seguidas pelos atores relevantes. Apesar do aparente desencanto com a democracia, hoje, conquistou-se uma Poliarquia, com a ampliação das condições de participação e contestação. Todavia, a questão social continua a ser um constrangimento, além da persistente existência de problemas de representação, fragmentação partidária, necessidade de coalizão/barganha pela governabilidade, dificultando a ação governamental coordenada de implementação de políticas públicas.

relações sociais são desencaixadas de seus contextos específicos, à medida que o domínio humano do tempo e do espaço autonomiza-se em relação às contingências naturais (Giddens, 1991). A geografia deixa de ser uma barreira determinante à circulação da informação e a transações em vários domínios. Como efeito colateral, porém, atores hegemônicos, dentro e fora dos governos, buscam impor um modelo comum civilizatório, planetário, bem como uma agenda política única, de chave neoliberal, formulada, basicamente, nos países centrais.

A contemporaneidade tem, ao mesmo tempo, uma face distinta: a fragmentação das identidades e dos discursos diante da desconstrução do sujeito moderno, do indivíduo centrado, racional, que se forjou no Iluminismo. Constitui-se um sujeito de múltiplas identidades, por vezes antitéticas, em torno de classe, gênero, etnias, entre outros, devido à aceleração do ritmo da vida, das incertezas e das mudanças sociais. A globalização tem papel essencial no processo em questão, pois fortalece resistências locais, promove a emergência de identidades híbridas e faz ressurgir particularismos, principalmente étnicos, feitos de símbolos tradicionais e religiosos (Foucault, 1995, Canclini, 1998; Hall, 2000). Assim, o estiolamento das fronteiras econômicas, a desterritorialização e o desencaixe das relações sociais e as tentativas de homogeneização da cultura têm seu contraponto: como aspecto favorável, as resistências e críticas que se lhe opõem podem valorizar o reconhecimento das diversidades, promover férteis hibridações culturais e identitárias e fazer emergir propostas de uma globalização menos excludente. Porém, há uma face ameaçadora, cujos traços são as possibilidades de fragmentação da vida societária, fragilização de comunidades e de encontros face a face, reações fundamentalistas, terrorismo e recrudescimento do uso de força militar em questões geopolíticas.

As tendências arroladas acima, várias delas apontadas por Scherer-Warren (1998), ao mesmo tempo em que impõem desafios aos atores da sociedade civil, abrem, segundo esta autora, perspectivas de construção de uma solidariedade cosmopolita, de cidadania ou sociedade civil planetária. Movimentos sociais, ONGs e outras formas de organização emergem como protagonistas da transformação, por meio da denúncia, cooperação e da construção de uma utopia da transformação. Ato contínuo, segundo parcela da literatura, crescem as pressões pela participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva e sobrevém um espaço plural onde

o direito de participação é enfatizado, com relações entre atores com identidades, valores, representações e interesses divergentes e conflitantes.

O fortalecimento de uma esfera pública plural, autônoma e solidária presumivelmente exige a ampliação do domínio público, ou seja, da participação da sociedade civil, produtora da esfera pública como espaço de comunicação interpessoal onde se relativiza a ação manipuladora da mídia e de outros poderes (Habermas, 1986; Costa, 1997; Lüchmann, 2002). A questão que se coloca é justamente como fazer para que propostas contra-hegemônicas povoem o cotidiano de pessoas e experiências associativas distantes dos grandes centros de decisão política e econômica, como a estudada nessa tese.

4.2.2 Expressões do Associativismo Civil Brasileiro

Este tópico faz uma espécie de morfologia do associativismo civil, por meio da descrição de diversas modalidades que este assume, notadamente a partir dos anos 1970. Desde então ocorreram as principais transformações que configuram o atual cenário político brasileiro. A formação do associativismo, no entanto, é bem anterior àquela década. Sem entrar nos pormenores dessa história, cumpre destacar que desde o período colonial até a metade do século passado o que viria a constituir o associativismo civil tinha forte preponderância da Igreja Católica e suas ações de caridade.

Em outro pólo da dinâmica associativa, pode-se incluir o sindicalismo, bastante incipiente até a década de 1940, e sociedades beneficentes de auxílio mútuo, de caráter filantrópico, mas cujo escopo se restringia ao público-alvo (Landim, 1993). Notadamente a partir dos anos 1930, com o fim da República Velha e o início da Era Vargas, o Estado gradualmente estende suas políticas para todo o âmbito de atuação do associativismo, trazendo as organizações componentes deste para sua órbita, em relações marcadas pelo paternalismo e o controle estatal.

É apenas a partir do fim do Estado Novo, no regime democrático de 1946, que emerge um associativismo civil mais plural, fortalecido e relativamente autônomo em relação ao Estado. Isso se dá sobretudo no período compreendido entre a década de 1950 e o movimento militar de 1964, quando o Brasil vive um momento até então inédito de liberdade política e associativa.

Se num primeiro momento o associativismo de então ainda esteve mais relacionado à órbita governamental – organizações como a UNE, a ABI, os serviços sociais autônomos e mesmo os partidos e o sindicalismo podem ser aí incluídos – no final do período, em meio aos pleitos de reformas de base pelas forças à esquerda, houve um avivamento de ações mais autônomas e engendradas nas bases da sociedade, entre os quais pode-se destacar as ligas camponesas, os movimentos estudantis, operários e da juventude católica, além de movimentos políticos de educação popular, de forte inspiração freireana.

O movimento militar de primeiro de abril de 1964, de deposição do governo constitucional de João Goulart impôs, contudo, uma inflexão no processo retro-aduzido. As organizações da sociedade civil, principalmente as identificadas com a esquerda e setores progressistas, sofreram violenta repressão em meio a um autoritarismo que paulatinamente recrudesce até, pelo menos, os primeiros anos da década seguinte.

Sem poupar nenhuma das mencionadas organizações, a violência da repressão foi tanto maior quanto maior fosse a radicalidade das ações da oposição, atingindo seu ápice no combate às organizações que optaram pela luta armada e/ou declaradamente marxistas. Em face desse contexto, atores da sociedade civil tiveram, à época, de desenvolver diferentes estratégias para sobreviver e robustecer-se, aproveitando as brechas do sistema, reduzindo o alcance das reivindicações, adotando ações menos visíveis, com efeitos decisivos na configuração do associativismo civil no País. Algumas dessas estratégias são descritas nas próximas páginas.

4.2.3 Sujeitos Coletivos: os Novos Movimentos Populares Urbanos

Diversos autores debruçaram-se sobre o tema dos movimentos populares urbanos e seu desenvolvimento nos anos 1970 e 80, dentre os quais se pode destacar Boschi (1987), Doimo (1995) e Sader (1995). É com fulcro na obra do último que se desenvolve a descrição que segue. Embora localizado na cidade de São Paulo, seu estudo contém elementos que permitem a compreensão do fenômeno no meio urbano brasileiro e até fora dele, com a emergência de novos movimentos populares, como clubes de mães, oposições sindicais, os movimentos de saúde, movimentos pelo custo de vida, o novo sindicalismo entre outros.

As estratégias e ações dos movimentos populares da década de 70 afastam-nos das esquerdas tradicionais na medida em que estão calcadas na valorização da sociabilidade, das práticas do cotidiano popular, de lutas e conquistas mais tópicas, considerando as coerções do autoritarismo vigente, recusando-se à redução às condições estruturais dadas (a correspondente teórica que Sader aponta encontra-se no Touraine de *Le Retour de L'auteur*). Ademais, abrem-se a formulações dos próprios sujeitos, rompendo com o exclusivismo da teoria e permitindo a emergência de novas identidades coletivas.

Aqueles movimentos eram plurais, destituídos de “centro estruturante”, indo de encontro à clássica noção marxista de “sujeito histórico” (aqui Sader cita Guattari e Laclau). O “sujeito popular” seria agora constituído em diversas instâncias, para além do local de trabalho, ocupando múltiplas posições, construindo diversos projetos a partir da diversidade de interesses de seus protagonistas. Todavia, a descentralização não implica, segundo Sader, em fragmentação, pois há convergência dos pequenos movimentos, de modo a se poder falar na constituição de um sujeito coletivo, cujo anelo comum é a “*autonomia*, como elaboração da própria identidade e de projetos coletivos de mudança social a partir das próprias experiências” (Sader, 1995, p. 53).

Os novos sujeitos, para o autor em apreço, constituem-se a partir de suas próprias falas e, com isso, revelam sua identidade (Hannah Arendt). Seu discurso abriga um modo de nomear os problemas, objetivos, valores, os quais se imbricam: “constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma nova matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados” (Sader, 1995, p.60).

Os estratos dominados reinterpretam a retórica dominante. O cotidiano aparece, aqui, como instância de resistência, não sem ambigüidades, na medida em que o conformismo também está presente (o autor fala em “consciência fragmentada” da cultura popular). Entretanto, os sujeitos recorrem a matrizes discursivas constituídas, reproduzidas a partir de uma pluralidade de agências sociais, algumas expressando práticas de resistência e projetos de ruptura. Elas são, portanto, modos de abordagem da realidade que implicam diversas atribuições de significados, uso de categorias de nomeação e referência a valores e objetivos.

São três as agências de produção dos novos discursos: a Igreja Católica e suas CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, grupos de esquerda com novas formas de integração com os trabalhadores e o novo sindicalismo. Cada uma dessas instâncias tem suas forças: a Igreja, as tradições populares; os grupos de esquerda, a sistematicidade teórica; e, o novo sindicalismo, o lugar institucional de agências de conflitos trabalhistas.

Para Sader, os movimentos se caracterizam ainda pela pluralidade de temas e por novas representações das condições de classe, diferentes das existentes antes de 1964, principalmente a desconfiança da institucionalidade que escapa ao controle das pessoas implicadas e a valorização da autonomia de cada movimento.

O repúdio à forma instituída da prática política, encarada como manipulação, teve por contrapartida a vontade de serem sujeitos de sua própria história, tomando nas mãos as decisões que afetam suas condições de existência. Com isso, acabaram alargando a própria noção da política, pois politizaram múltiplas esferas do seu cotidiano (Sader, 1995, p. 312).

Na essência dos novos movimentos, mantém-se e revigora-se a idéia, herdada dos meados do século XIX, de que só com lutas grupos não pertencentes às elites conquistam direitos. A organização não obedece a um plano único, mas a vários, conforme o lugar de moradia ou trabalho, problema específico ou princípio comunitário, entre outras condições concretas. Sem substituir os partidos, os movimentos populares passam a atingir outros espaços da política, não cobertos por aqueles. Sader (1995) reconhece, porém, a derrota do projeto político implícito nos movimentos sociais do fim da década de 70, de conquista de autonomia e ampliação da cidadania social. Para o autor, isso aconteceu por causa de uma imaturidade, de uma recusa inicial à diluição no institucional, que por fim, acabaria mesmo ocorrendo.

Nas décadas seguintes, mais ou menos contextualizadas no início do capítulo, e com a transição democrática, o Estado, por um lado, reconhece os movimentos populares como interlocutores válidos (Jacobi, 1996). De adversários, tais movimentos passam a ser vistos como portadores de legítimas reivindicações de acesso a serviços urbanos. Há, portanto, uma admissão pública das carências dos direitos, inclusive o de participar da condução das políticas. Com isso, continua Jacobi, os movimentos precisaram modificar sua postura de desconfiança em relação à participação política institucional, processo agudizado a partir das vitórias

do PT nas eleições municipais de 1988, mesmo ano de entrada em vigor da atual Constituição Federal. A dinâmica partidário-eleitoral juntamente com um novo desenho institucional favorecerão, portanto, a que os movimentos incorporem às suas estratégias ações que ultrapassam a pressão sobre os órgãos públicos, mas deles participem. Na visão de Gohn (2004), a sociedade civil entrelaça-se com a sociedade política, conforme se constitua e amplie o espaço público não exclusivamente estatal – em fóruns, redes, conselhos etc – em que atores da sociedade civil e do Estado encontram-se, principalmente para o enfrentamento da questão social.

Por outro lado, a partir dos anos 1990, o referido entrelaçamento colabora para “o novo caráter contraditório e fragmentado que o Estado passa a ter” (Gohn, 2004, p. 23). O diagnóstico de crise dos movimentos populares urbanos nessa época, presente em parte da literatura, decorre desse processo. Com efeito, a necessidade de atuar efetivamente no plano institucional – no sentido de sua democratização e da regulamentação da nova ordem constitucional – e as tendências neoliberais instaladas no Governo Federal, levam a mudanças na dinâmica das lutas sociais, antes mais direta e na forma de pressão, agora mediada. Esses fatores, aliados ao agravamento da crise econômica e certa perplexidade provocada pela institucionalização farão com que os movimentos alarguem sua presença em espaços institucionais de deliberação e incorporem novos temas em suas agendas. Processo análogo é vivido pelas ONGs cidadãs, coetâneas dos movimentos em questão.

4.2.4 As ONGs “Cidadãs”

ONGs (organizações não governamentais) são organizações civis, privadas, sem fins lucrativos e que comportam interesses difusos, não possuindo, portanto, caráter representativo⁶¹ (Fernandes, 1994). Tal definição, no entanto, não esgota a caracterização dessas organizações, principalmente das ONGs comprometidas com

⁶¹ Frise-se, contudo, que esta figura jurídica inexistente no país. É uma categoria política com que, primeiramente, se autodenominou determinado tipo de organização da sociedade civil. Assim, ser ONG representa a escolha de uma identidade por diversas razões: seja porque a organização insere-se nas reivindicações tradicionais das ONGs cidadãs, seja porque, como veremos à frente, o termo tornou-se uma “grife”, às vezes utilizada por organizações que tradicionalmente compõem outros campos, como a filantropia. Ao optar pela formalização, uma ONG adota o estatuto de associação civil. Assim, é impossível precisar sua quantidade, sendo possível apenas levantar, a partir de dados oficiais, quantas podem se autodenominar ONG se assim o desejarem. Este último aspecto é crucial. Trata-se de questão hamletiana posto que qualquer pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e de finalidade social pode se apresentar como tal.

o aprofundamento da democracia, que Scherer-Warren (2001) denomina “cidadãs”, daí a necessidade de expor sua trajetória recente.

A emergência de um campo não-estatal de organizações de reivindicação pela ampliação da cidadania coincide com uma mudança nas tradicionais lutas pela igualdade de direitos. Sem deixar de existir, essas passam a reconhecer a diversidade das demandas de grupos diferentes, incluindo direitos difusos em sua pauta de reivindicações. Desse modo, mediante ações mais tópicas e capilares, mulheres, homossexuais, negros, índios, entre outros, afirmam sua identidade em meio à estratégia geral de luta política.

O termo ONG foi cunhado na Europa, a partir da nomenclatura do sistema de representações das Nações Unidas. Isso ocorreu porque com a criação dessa entidade supranacional no Pós-Guerra várias organizações internacionais não constituídas por acordos governamentais passaram a participar das discussões sobre os temas que afetavam o planeta (Haddad, 2002). No Brasil, o termo ONG identifica “um conjunto de entidades que veio se formando a partir dos anos 70, misturando cristianismo e marxismo, militância e profissionalismo, dentro de um quadro de crescente cooperação internacional não governamental” (Landim, 1993a, p. 33).

Durante o regime militar, organizações ligadas a religiões, por serem menos visadas, pois não precisavam operar as clivagens que os partidos precisam (Oliveira, 2001), serviam de guarda-chuva para líderes de movimentos sociais considerados subversivos (Scherer-Warren, 1996). Em outra frente, exilados políticos atuaram decisivamente, estabelecendo importantes contatos com atores dos países em que se encontravam (Grynzpan e Pandolfi, 2003). Juntamente⁶² com os movimentos populares urbanos, foi uma inovação da esquerda brasileira contra a cerrada vigilância a que estavam submetidas organizações tradicionais, sobretudo partidos e sindicatos (Landim, 1993b).

As ONGs da década de 1970 eram, então, espaços mais ou menos informais, flexíveis, em que pequenas reuniões eram preferidas às mobilizações de massa. Francisco de Oliveira (2001) também chama a atenção para outro fator que teria contribuído para o florescimento dessas organizações: o aumento da complexidade

⁶² Que nesse caso, além de simultaneamente, também quer dizer junto, ou seja, as duas formas de associativismo normalmente estiveram na mesma trincheira.

brasileira durante o regime militar, que paradoxalmente permitiu a importação de recursos e temas (gênero, meio ambiente etc.), para um ambiente autoritário e provinciano.

Até meados dos anos 1980, as ONGs não nasciam prontas e acabadas e emergiam sejam como espaços de luta em torno de questões do cotidiano, contra o autoritarismo, a carestia e seja como novos movimentos sociais, como o feminismo e outros (Scherer-Warren, 1996; 1998). Naquela década, o nome ONG ganha reconhecimento e visibilidade social (Landim, 2001), e essas organizações da sociedade civil reorientam-se em direção a redes mais amplas de pressão e resistência, buscando novas articulações em redes estabelecidas na procura por novas formas de viver (Scherer-Warren, 1996). Com a institucionalidade democrática, o campo das ONGs consolida-se e, nos anos 90, acaba sendo fortalecido pela crise do Welfare State, além das crises do meio ambiente e do socialismo real. É nessa época que o uso do termo se populariza.

Em 10 de agosto de 1991 é fundada a ABONG e, em junho do ano seguinte, a sigla ONG passa a fazer parte do cotidiano da sociedade brasileira com a realização, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, conhecida como Eco 92 (Landim, 1993b). É o período do ápice neoliberal e da pregação por descentralização de atividades e o repasse de atribuições (Salamon, 1998). As ONGs passam a pleitear recursos públicos e privados para prestar serviços à medida que o Estado as quer como parceiras no suprimento de necessidades, processo que faz emergir uma saraivada de críticas ao campo (assunto que discuto adiante).

As ONGs e o Estado finalmente se encontram. Segundo Teixeira (2002), os encontros, muitas vezes relações de amor e ódio, assumem três formas: pressão, prestação de serviço e participativo. Os encontros pressão são menos formais. A organização assume uma postura mais crítica, eventualmente colaborando na implementação de políticas que o Estado conduz. O problema aqui é a possibilidade de rompimento, de falta de diálogo. No segundo (prestação de serviço) prevalecem relações burocráticas, exigindo-se eficiência, otimização de recursos e qualificação, comprometendo-se a autonomia e implicando enfraquecimento político das organizações. Os riscos neste caso são os de subordinação e de prevalência de uma lógica mercantil, de competição no campo. No último (participativo), há um projeto de elaboração conjunta, com maior compromisso do órgão governamental e

divisão de responsabilidades. Para a referida autora, uma esfera pública democratizada, resultado de pactos políticos e busca de consensos, emerge dos “encontros participativos”.

Os encontros apresentam dificuldades, mas chegam também a resultados positivos. Dentre as dificuldades citam-se: a burocracia estatal, que impõe barreiras para os repasses e o excesso de procedimentos que tomam tempo das organizações; o despreparo e falta de sensibilidade do Estado para algumas questões, devido à distância entre ele e as comunidades; a alta rotatividade de programas de governo dentro do Estado; e a perda de autonomia das organizações. Como resultados positivos tem-se a melhora na qualidade dos trabalhos das organizações, além destas adquirem prestígio e aprendizado sobre o funcionamento do governo (Teixeira, 2002).

O fortalecimento do campo e a crescente presença de seus representantes no marco institucional-legal brasileiro posicionam as ONGs sob holofotes, o que lhes traz efeitos benéficos e problemas também. Se ao tempo da Eco-92 as ONGs viraram grifes midiáticas, capitais distintivos, novidade sem contestações tão significativas, atualmente assomam como alvo de críticas as mais variadas, tanto à “direita” quanto à “esquerda”. À “direita”, emerge o discurso de que tais organizações agiriam livremente, sem controle estatal, e recebendo recursos governamentais de destinação desconhecida, quando não representando interesses estrangeiros contrários ao desenvolvimento e à soberania nacional. Seus porta-vozes lograram constituir, em 2002, a “CPI das ONGs”, uma Comissão Parlamentar Mista (do Senado e da Câmara Federal) para investigar irregularidades e atos lesivos supostamente cometidos pelas ONGs, sem chegar a qualquer resultado importante⁶³.

⁶³ Para seus críticos, o projeto em questão é fruto de uma CPI que não chegou a qualquer resultado conclusivo que desabonasse a atuação do conjunto das ONGs. Além disso, constitui, na prática, tentativa de tutelar, enquadrar, enfim, uma parcela da sociedade civil que, embora auxilie o poder público na prestação de serviços, o faz de maneira demasiado autônoma e muitas vezes contestatória. Gera duplicidade, na medida em que, ao contrário do afirmado pelo Relatório da CPI, já existem os controles a que se submetem toda e qualquer pessoa jurídica de direito privado, mormente a que recebe recursos públicos, e das dificuldades impostas pela necessidade de cadastramento junto ao Governo Federal. O maior problema — assevera Falcão (2004) em artigo denominado *A estatização da sociedade civil* — é transformar “a falta de consenso sobre o que é uma ONG num cheque em branco ao Executivo e ao Ministério Público. A vaga expressão ‘entidade de fins de interesse público’ coloca sob a discricionariedade do Executivo a prerrogativa de determinar quem está obrigado ou não a se cadastrar. Não pode ser o Executivo quem define o sujeito do dever. É inconstitucional”.

À esquerda, além da discutida crítica de Nogueira à ingenuidade da visão de uma sociedade civil social, em que se inseriram a parcela das ONGs “cidadãs”, medra uma oposição marxista de contornos ortodoxos. Esta acusa o terceiro setor, incluindo aí, indistintamente, todas as ONGs, de exercer papel funcional ao neoliberalismo (Teodósio, 2002; Montaña, 2002).

As ONGs da democratização, como as denomina Francisco de Oliveira, estão, portanto, numa encruzilhada, perguntando-se por suas identidades. Um campo constituído por entidades denominadas pela negação não poderia estar livre de uma “invasão” de atores que tradicionalmente não compuseram as fileiras dos movimentos sociais informados pela radicalização democrática, principalmente a safra de organizações filantrópicas do novo credo ético das empresas (Oliveira, 2001). Trata-se de uma vicissitude do campo em questão. ONGs filiadas à trajetória de resistência e luta emancipatória reivindicam para si a constituição de um “campo do bem”, visando distinguir-se de outras organizações (Landim, 1993a).

Há uma zona cinzenta, opaca na qual as ONGs sujeitas a “fraudes vocabulares”, ora desempenham o papel de bode expiatório das vicissitudes da sociedade civil, ora sofrem de uma incômoda consciência de capitulação (Landim, 2001, Oliveira, 2001). As ONGs estão em busca de identidade nas relações com outras organizações: movimentos, partidos, igrejas, sindicatos etc. Todavia, “quanto mais se torna reconhecida socialmente, mais a sigla se esvazia de significados específicos e distintos”. (Landim, 2001, p. 22).

É em face de tal situação que se compreende a tentativa de se delimitar fronteiras. A ABONG, por exemplo, frisa a existência de ONGs “de fato”, compostas em sua maioria por profissionais capacitados e militantes das causas pelas quais trabalham, em oposição às demais entidades que, denominando-se ou não ONGs, não teriam o “direito” desta nomeação. No entanto, trata-se de uma questão cuja resposta resvala no arbitrário ou no normativo. Esta se existe, não evita que se utilize uma terminologia de um projeto emancipatório com objetivos que lhe são contrários ou, pelo menos, estranhos. Além disso, os campos que compõem organizações civis de diferentes propósitos se interpenetram; suas fronteiras são frágeis. Organizações formal e declaradamente voltadas ao empoderamento muitas vezes, em suas ações cotidianas, obrigam-se a governar por princípios gerenciais ou assistencialistas, para sua sobrevivência e para o atendimento de seu público-alvo. O evidente entrelaçamento entre as ONGs e os movimentos sociais na década

de 1970 vai ficando menos claro conquanto parte significativa daquelas organizações não representa mais um espaço de protagonismo dos sujeitos populares, numa lógica heteronômica que as colocam, e a seu discurso, em lugar distinto do dos movimentos.

É provavelmente em face dessa preocupação que Scherer-Warren (1998, p. 32) pergunta: de que ONGs se está falando? A autora alerta que em meio a elas, é necessário destacar as organizações que participam e atuam nas políticas públicas e na politização do social, ou seja, aquelas que têm como finalidade melhorar ou fortalecer a própria sociedade civil, objetivando provocar microtransformações, locais ou no cotidiano, ou macrotransformações, mais globais ou sistêmicas.

4.2.5 Outras Expressões do Associativismo Civil no Brasil: Assistencialismo e Filantropia

O associativismo civil compreende outras expressões que, a despeito das semelhanças com as apresentadas nas seções anteriores – principalmente o fato de constituírem uma esfera pública não estatal –, tem características muito próprias que as distinguem. Refiro-me, em especial, ao assistencialismo e à filantropia, os quais, durante a maior parte da história brasileira, confundiram-se com o próprio campo associativo.

A filantropia se distinguiria da caridade cristã, a partir do Iluminismo, quando “fazer o bem”, deixa de ser uma virtude cristã para ser uma virtude social (Sanglard, 2003). No entanto, por aqui, seguindo tradição luso-brasileira, durante muito tempo caridade e filantropia significaram a mesma coisa, na medida em que aquela se ligava à Igreja Católica, por meio de ordens religiosas ou confrarias de leigos, cuja constituição remonta à Idade Média e que foram responsáveis pela constituição de organizações voluntárias, como hospitais, orfanatos e asilos, patrocinados por fundos patrimoniais e doações (Sanglard, 2003; Lessa e Rossetti, 2005).

Somente na virada para o século XX, outros tipos de organização filantrópica se constituem com mais frequência, notadamente de prestação de serviço e sociedades de ajuda mútua formadas principalmente por trabalhadores bem como associações profissionais, científicas, entre outras (Landim, 1993a; Lessa e Rossetti, 2005).

O setor filantrópico floresceu nas três primeiras décadas do século passado e, a partir de 1930, tem marcos bastante semelhantes aos das expressões discutidas anteriormente. Naquele ano, com a ascensão de Getúlio Vargas, o Estado centraliza a execução de ações relacionadas à questão social e antes realizadas por organizações assistenciais e filantrópicas. Além disso, passa a exercer um controle maior sobre a sociedade civil por meio de leis do trabalho, regulamentações e subsídios. É no regime de 1964, porém, que a tutela do Estado sobre o setor filantrópico alcança seu maior grau (Lessa e Rossetti, 2005).

A transição democrática também trouxe oportunidades de fortalecimento para o setor em análise. Este, no entanto, entra em crise no início dos anos 90. Escândalos, como o da extinta LBA – Legião Brasileira de Assistência, durante o Governo Fernando Collor, abalaram a reputação das ações assistenciais. No mesmo período, o Brasil sentia os efeitos de uma grave crise econômica combinada ao recrudescimento do neoliberalismo. Um efeito imediato foi a retração do Estado, a qual abriu lacunas nos serviços públicos, com que se criaram espaços para o atendimento privado da questão social.

Sem deixar de subsistir, as organizações assistencialistas tradicionais passam a conviver com a filantropia liderada pelas empresas do mercado, não que antes inexistissem ou fossem escassas iniciativas filantrópicas de empresários. Entretanto, a partir de meados dos anos 1990 elas passaram a compor as estratégias empresariais, não mais se restringindo à concepção de ação altruística da pessoa do empresário (Araújo, 2006). Trata-se de movimento orgânico, não circunscrito a empresas isoladas, mas que inclui a constituição de organizações e fóruns, como o Instituto Ethos e o GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Lessa e Rossetti, 2005).

A filantropia empresarial resulta do “novo credo ético das empresas” (Oliveira, 2001) e constitui um subcampo ou setor do associativismo civil e, atualmente, recebe denominações como cidadania empresarial (Queiroz, 2000; Araújo, 2006), cunhada no âmbito das organizações referidas acima, ou, na expressão de Fabião (2003), Terceiro Setor Empresarial. Uma empresa cidadã seria aquela preocupada com o desenvolvimento social sustentável e que converte tal preocupação em ações concretas para o benefício da sociedade e promoção da cidadania. Na prática, isso se traduz na criação de institutos e fundações, geridos profissionalmente.

Como resultado, além da realização dos objetivos específicos das ações filantrópicas, a empresa melhoraria sua imagem perante os *stakeholders*⁶⁴. Por esta razão, tais ações, dentro do que se denomina responsabilidade social corporativa, são incorporadas pelas empresas em seus modelos de gestão estratégica (Pinheiro Machado Filho, 2002), em fórmula contraposta à neoclássica, sintetizada por Milton Friedman na idéia de que as corporações tem responsabilidade social com a geração de dividendos para os seus acionistas (*stockholders*).

Críticos de um caráter supostamente neoliberal e privatizante do fortalecimento do campo das ONGs parecem esbater as diferenças das expressões do campo associativo, confundindo experiências muito distintas, como os movimentos sociais e as ONGs tradicionais com a ação filantrópica. Por outro lado, é comum enxergar a responsabilidade social corporativa como mais um meio para reprodução ampliada do capital e de manipulação de trabalhadores, consumidores e comunidades assistidas (Araújo, 2006), de modo que a ação é vista mais como estratégia mercadológica do que como meio de efetivar transformações concretas. Sem querer diminuir as responsabilidades de atores do próprio campo associativo nesse processo (as confusões em torno do nome ONG o comprovam), muitas das censuras a uma lógica gerencial e mesmo antiestatal deveriam dirigir-se especificamente ao setor em análise e serem cautelosas nas generalizações.

Para Lessa e Rossetti (2005) um problema do atual setor filantrópico brasileiro é justamente a predominância das organizações oriundas do setor empresarial. Segundo os autores, isso gera forte dependência das empresas-mães, já que poucas organizações possuem fundos patrimoniais. Adicionalmente, apesar do papel essencial das empresas na modificação da lógica da filantropia como caridade, elas trazem para o setor um *ethos* empresarial, com o qual se mantém indefinida a fronteira entre investimento social privado e responsabilidade social corporativa.

Fabião (2003) indica outro ponto passível de crítica: a falta de diálogo com os beneficiários da maioria dos projetos apoiados pelas empresas, os quais se propõem ensinar coisas que os sujeitos supostamente não sabem. A consequência disso é a limitação do desenvolvimento político dos agentes das comunidades e,

⁶⁴ Todos os envolvidos com a empresa e que, por isso mesmo, influenciam seu comportamento, desde os acionistas, até os consumidores, passando pelos empregados, governos, parceiros etc.

conseqüentemente, da ampliação dos direitos de cidadania. Nesse sentido, não se rompe substancialmente com os processos *top-down* que historicamente caracterizaram a filantropia no País, sobretudo em sua vertente caritativa.

4.2.6 Alguns Aspectos Formais do Associativismo Civil no Brasil

Afora as formas legalmente especificadas – sindicato, partido político, cooperativa etc – uma organização sem fins lucrativos pode, segundo o Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002), assumir somente duas formas e suas respectivas subdivisões: fundação e associação. A primeira origina-se de um patrimônio ou um conjunto de bens e somente pode visar fins religiosos, morais, culturais ou de assistência; a segunda nasce da vontade de um grupo de pessoas com uma causa ou objetivos comuns, sociais e não econômicos, a partir dos quais a organização define-se politicamente como ONG, clube de serviço, entidade filantrópica, associação de categorias profissionais entre outras. As Colônias de Pescadores, mesmo equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais como entidades representativas desses trabalhadores, ainda não conquistaram o direito de pleitear o código sindical no Ministério do Trabalho e do Emprego, que, formalmente, instituiu os sindicatos. Segundo o ex-presidente da Confederação Nacional de Pesca e Aqüicultura e atual presidente da Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Paraná, essa uma discussão em amadurecimento na categoria hoje (Ferreira, 2007).

Como qualquer pessoa jurídica, a organização sem fins lucrativos é obrigada a seguir procedimentos formais. Em específico, deve ter seu estatuto e a ata da reunião que a constituiu registradas em cartório de registro civil, inscrever-se no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, e apresentar declaração de informações, junto à Receita Federal. Além disso, deve obter alvará de localização, junto à Prefeitura do Município e apresentar anualmente a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, e o Guia do Fundo de Garantia e Informações à Previdência – GFIP, junto aos ministérios do Trabalho e da Previdência. No caso de se tratar de organização de origem estrangeira deve constituir filial no país seguindo todos esses procedimentos (Ciconello, 2004). Enfim, para “existir” de fato, a associação necessita enfrentar o vasto arcabouço burocrático com que se defronta toda e qualquer pessoa jurídica no Brasil.

Diante da profusão de expressões associativas, é difícil saber ao certo quantas organizações e pessoas compõem o associativismo brasileiro, bem como seus integrantes, voluntários ou não⁶⁵, ou como público beneficiário das ações por elas desenvolvidas. Isso pode ser uma razão por que escasseiem análises globais que logrem demonstrar os resultados obtidos pelo associativismo civil, quer do ponto de vista do incremento da participação e da cultura cívica, quer em relação aos benefícios concretos que sua atuação propicia.

O aumento da esfera associativa está diretamente ligado a um arranjo institucional mais favorável, principalmente com a promulgação da Constituição de 1988. Seus princípios participativos e o chamado às parcerias e à participação mais direta da sociedade civil na formulação e aplicação de políticas públicas fortaleceram as bases normativo-institucionais do associativismo civil. A cognominada “Constituição Cidadã” tornou mais substantivo o exercício dos direitos de associação e organização política, ao prever instrumentos de ampliação da presença de organizações da sociedade civil em foros públicos de discussão e deliberação e ao eliminar os óbices à sua atuação erigidos pelo regime militar.

No caso específico da pesca, o resultado é a liberdade associativa e a redução da tutela estatal com a mencionada equiparação das colônias de pescadores aos sindicatos de trabalhadores rurais (Cardoso, 2001), embora, as colônias continuem sendo associações. Destaca-se o crescente poder dos conselhos gestores, que fomentam a democratização das políticas públicas, na medida em que prevêm a participação paritária e/ou de membros da sociedade civil. O resultado, para alguns, é um inédito empoderamento da sociedade brasileira (Tatagiba, 2002, Dagnino, 2004).

Com efeito, à medida que avançam os encontros do Estado com a sociedade civil – suas organizações e movimentos – altera-se também o marco legal dessas relações. Definições oficiais adicionam mais uma fonte de legitimidade a essas organizações num contexto de mudanças no ordenamento jurídico que teve como pano de fundo as mudanças na esfera pública nos anos 90. Entre 1995 e 1996 passa-se a buscar um marco legal – de que leis como a das Organizações Sociais,

⁶⁵ Segundo pesquisa internacional liderada por Solomon, Sokolowski e List (2003), cerca de 12% dos trabalhadores que compõem força de trabalho civil brasileira trabalham no setor associativo (no Brasil, a pesquisa esteve a cargo do ISER – Instituto de Estudos da Religião e foi coordenada por Leilah Landim).

do voluntariado e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs⁶⁶ são exemplos ilustrativos – ao mesmo tempo em que cresciam as interações entre as organizações do campo associativo e os campos de ação empresarial e de assistência social (Landim, 2001).

4.3 O ASSOCIATIVISMO CIVIL HOJE – APONTAMENTOS CRÍTICOS

O Brasil do início do século XXI vive processo aparentemente inexorável de institucionalização de aspectos essenciais a um Estado Democrático de Direito, ainda que marcado por diversas insuficiências. Apesar disso, seja na literatura ou no imaginário sobre o processo político brasileiro, freqüentemente apresenta-se um país cuja cultura política continuaria a colocar empecilhos a um engajamento ampliado que permitisse o efetivo incremento de práticas democráticas inscritas em uma cultura cívica fundamentada na participação ativa da sociedade civil, sobretudo diante de uma realidade fortemente marcada pela crescente desigualdade na distribuição de capitais simbólicos e materiais. Em torno dessa visão, constitui-se um debate entre perspectivas que vêem o processo com mais otimismo e outras, que elaboram posições mais críticas.

Para as primeiras, o crescimento quantitativo e qualitativo das práticas associativas revela a existência de uma verdadeira “revolução associativa” (Boschi, 1987; Landim, 1993a; Fernandes, 1994; Salamon, 1998; Vieira, 2001), caracterizada pelo empoderamento da sociedade civil e a democratização da esfera pública, com a constituição de espaços públicos de deliberação (Costa, 1997; Avritzer, 1998).

Pesquisas empíricas estariam a demonstrar o crescimento da participação na sociedade brasileira, ainda que este não se dê nas mesmas proporções entre os diferentes estratos da população e regiões do país. Tal crescimento aconteceria não exclusivamente pela busca de recompensas materiais imediatas, mas com a presença de um forte componente cívico que, se não é totalmente desinteressado, se anima por objetivos de natureza coletiva (Avritzer, 1998).

⁶⁶ Respectivamente as Leis nº 9637/1998, 9608/1998 e 9790/1999.

Em suma, a perspectiva em exame relaciona fortemente o aprofundamento da democracia ao incremento de um tipo de associativismo civil nas últimas décadas composto pelas formas descritas neste capítulo. Sem abandonar tais pressupostos, trago argumentos provenientes de perspectivas que, de diferentes formas, problematizam tal relação, debate que se mostrou importante às análises produzidas a partir dos dados que coletei na Colônia de Pescadores de Matinhos.

Para Ferreira (1999), considerando-se a dinâmica associativa e a variação nas taxas de participação política, esta é baixa mesmo com a recente democratização da sociedade brasileira. O crescimento tanto no número quanto nos objetivos de associações, apontado por Avritzer, escamoteia o fato à primeira vista paradoxal de que o número de filiados a partidos, sindicatos e outros tipos de organização e movimentos continua ínfimo e que a filiação existente muitas vezes obedece a imposições da realidade eleitoral ou à adesão, de cunho assistencialista, a canais de redistribuição de recursos – o que até certo ponto parece ser o caso da Colônia (ver adiante, capítulo 7). O motivo, segundo Ferreira, é a enorme distância que separa o eleitorado de seus representantes, em face de uma cultura política desmoralizada por ser predatória e da ausência do Estado do cotidiano da imensa maioria da população. A alienação, segundo Baquero (2001), acaba sendo a resposta para isso.

Baquero (2001) atribui o declínio da confiança nas instituições políticas, o que ele chama de desconsolidação da democracia, a fatores diversos, como a fragilização dos laços sociais, individualismo, institucionalização de atitudes de indiferença, apatia e distanciamento da arena política devido à não resolução de problemas em torno dos quais a sociedade chegou a se mobilizar durante seu processo de redemocratização.

Sem reduzir o associativismo à filiação formal a associações ou a jogos não solitários de boliche, o fato é que há uma forte clivagem de acesso a capitais ou recursos de poder, na gramática que adoto neste trabalho, na medida em que a mera filiação não garante politização. Aparentemente, o associativismo mais sofisticado, cosmopolita, comprometido com o aprofundamento da democracia é protagonizado por sujeitos distintos do conjunto da população, dos rincões etc. Trata-se aparentemente, de um público que detém maiores quantidades de diferentes tipos de capitais.

Dagnino (2004) apresenta-nos visão pouco otimista em relação ao presente momento vivido pela sociedade civil brasileira. Haveria, para a autora, uma confluência perversa entre o projeto político democratizante e participativo e o projeto neoliberal, que gera deslocamentos de sentido, re-significações de termos como sociedade civil, participação e cidadania. O segundo projeto, com as já mencionadas propostas de Estado mínimo, traz o risco de que a atuação dos setores ligados ao primeiro projeto acabe por servir a seus interesses, na medida em que se produz um obscurecimento das distinções entre ambos, haja vista as “coincidências” de discurso e referências a uma terminologia comum. Haveria uma “onguização” dos movimentos sociais, com a redução do termo Sociedade Civil ao “Terceiro Setor”⁶⁷. Re-significa-se também a noção de participação, restringindo-a à gestão, com implicações despolitizadoras as mais diversas.

Finalmente, o projeto neoliberal se apropria da noção de cidadania, buscando superar o projeto universalista que se vinha constituindo nos anos 1980. Redefine-se a noção com um entendimento estritamente individualista, conectando cidadania e mercado, enxergando o cidadão como consumidor e produtor. Ocorreria uma fragmentação, com a focalização dos serviços, com o desmantelamento das políticas sociais universais e as organizações da sociedade civil comprometidas com a mudança podendo sucumbir a este jogo. Vive-se, enfim, numa época de reducionismo – caracterizado por ressemantizações, anulação das diferenças, apropriação de termos, em face da elasticidade semântica reinante (na mídia usa-se, por exemplo, o termo ONG para designar mesmo organizações terroristas).

Whitehead (1999, p. 21), tendo por baliza as idéias de Putnam sobre a importância de um forte associativismo para a qualidade da democracia, traz a lume a questão da distribuição desigual do associativismo (e, ato contínuo, dos recursos que dele resultam):

os padrões resultantes de vida associativa e comunicação social serão altamente estruturados, com setores tradicionalmente mais favorecidos e centrais e outros marginais ou excluídos. Dependendo da localização de cada pessoa nessa estrutura de privilégios e oportunidades, e do grau de abertura e flexibilidade do sistema, é possível considerar a sociedade civil resultante tanto como a expressão mais autêntica e a garantia durável de uma democracia política, quanto como a mais flagrante negação da sua promessa universalista.

⁶⁷ Aqui está o porquê do alerta que fiz em nota (2) da parte introdutória.

Trata-se de visão bastante crítica acerca do tema, mas que faz emergir a questão: até que ponto o associativismo concorre para a constituição de uma democracia mais substantiva do ponto de vista da justiça social e da própria participação política? Aparentemente, o primeiro não pode ser tomado pela segunda, até porque também não pode ser tomado pela organização política que, de fato, leva à democratização mediante processos como organização e conscientização, na medida das múltiplas dimensões do fenômeno associativo. Ademais, a democratização é um processo multifacetado, de mudança das relações de poder em vários lugares – na própria sociedade civil, mas também nas instituições do Estado, nas esferas doméstica e do trabalho etc – os quais se imbricam.

A relação entre associativismo, igualdade e democracia é justamente o debate trazido por Kerstenetzky (2003). A autora questiona tal relação à luz de uma premissa eminentemente normativa: a de que a igualdade política e social é condição necessária para a democracia. A referida relação seria tributária da tradição toquevilleana, continuada por Putnam, que concebe a vida associativa estadunidense como um sistema de autogoverno, responsável, no limite, pelo vigor democrático daquele país (daí o desconsolo deste último autor ao constatar a diminuição da atividade cívica naquele país, para ele o componente genuinamente democrático daquele sistema político).

Ademais, continua a autora, pelo menos a parcela do “novo associativismo”⁶⁸ formada por associações voluntárias, com sua pluralização temática e a heterogeneidade de atores, se afastaria do debate político, tido como produtor de tensões e de enfraquecimento da coesão interna, produzindo apatia política. Surgiria uma etiqueta cívica, com que os participantes da associação se autocensurariam e não trariam à tona temas que fugissem ao escopo da ação específica.

Para os propósitos desta tese, no entanto, o mais importante na argumentação de Kerstenetzky é a problematização que propõe da capacidade de o associativismo reduzir desigualdades sociais e políticas. Tomando esta como um axioma, segue a autora, deixar-se-ia de inquirir se as desigualdades sociais não

⁶⁸Expressão com mais de um significado possível. Não se trata, naturalmente, da conotação dada por Scherer-Warren (2006), que nesse campo coloca as organizações comprometidas com o aprofundamento da democracia.

correspondem a desigualdades associativas e à assimetria de recursos entre grupos mais ou menos organizados, as quais produziriam um duplo efeito: a reprodução da desigual distribuição de capital social, com vantagens evidentes para os grupos que dele já detêm maiores quantidades, e a produção de novas desigualdades conforme a dinâmica associativa permita que alguns grupos excluídos aumentem sua participação, sem fazer o mesmo com outros grupos, principalmente os mais desempoderados.

Silva (2006) é outro autor que discute as críticas que a perspectiva do protagonismo da sociedade civil vêm recebendo nos últimos tempos, mormente por seu caráter normativo e essencialista. Sem negar a fertilidade analítica de tal perspectiva e reconhecendo que ela ultrapassa a abordagem meramente político-institucional do processo de democratização brasileiro, o autor em questão perscrute um ocultamento de objetos empíricos que ela estaria a promover, naturalizando supostas virtudes democráticas da sociedade civil.

O autor, contudo, não chancela críticas como as de Kerstenetzky (2003), em sua opinião também essencialistas, na medida em que, também normativamente, acusam a sociedade civil de se tornar um espaço de reprodução das desigualdades. A partir da sociologia relacional de Elias, Silva propõe então superar análises essencialistas, dicotômicas, maniqueístas e estáticas – que tomam a sociedade civil como um “objeto” com características intrínsecas, dotado, portanto, de uma “natureza” preestabelecida – e se considerem as condições específicas em que o associativismo se constitui.

O argumento central de Silva, a que me filio, é

de que não existe uma relação unívoca entre sociedade civil e construção democrática. Ao contrário, esta relação apresenta diferenciações de acordo com os distintos contextos locais analisados, os quais constituíram, ao longo de suas trajetórias, configurações locais específicas, nas quais e pelas quais se definem as relações entre os atores da sociedade civil e a democratização da gestão pública (Silva, 2006, p. 161).

Outra questão é se estariam as organizações da sociedade civil (ou ao menos parcela delas) inseridas no arco do associativismo informado por valores verdadeiramente democratizantes e, desse modo, contribuiriam para a emancipação dos cidadãos, por meio da melhoria dos indicadores de empoderamento e accountability na “apática” sociedade brasileira.

Ao menos uma pesquisa, realizada em Salvador (Bahia), por Reiter (2004), revela os limites desta contribuição. O referido autor estudou o que ele denomina potencial democrático de ONGs, tendo como objeto organizações voltadas à promoção da cidadania dos afrodescendentes. A partir de três indicadores de empoderamento – *práxis democrática*: a participação de forma ativa e regular nas tomadas de decisões; *representação*: a presença dos beneficiados nos colegiados de decisão; e o *acesso à informação* do que acontece na organização –, o autor em análise conclui que todos esses indicadores apresentam desempenho insatisfatório ou inexistente entre as ONGs estudadas, não se podendo estabelecer uma relação direta entre sociedade civil e democratização: “em outras palavras, em vez de aproveitar sua potencial autonomia em relação ao Estado e ao mercado excludente, eles acabam reproduzindo no âmbito dessas organizações os mecanismos dominantes” (Reiter, 2004, p. 125), as hierarquias sociais, significando uma colonização do mundo da vida pelas lógicas do poder e do dinheiro.

Na Colônia de Pescadores de Matinhos, na prática, a situação é semelhante, o que não deixa de ser mais grave na medida em que se trata de uma organização de caráter representativo, cujos beneficiados são seus próprios associados. Embora os três aspectos – *práxis democrática*, *representação* e *acesso à informação* – estejam previstos formalmente e seja visível nos dirigentes a vontade de efetivá-los, muitos pescadores se auto-alijam das possibilidades de empoderamento abertas pela participação na política interna da organização.

A dinâmica da sociedade civil e suas organizações não é, portanto, unívoca e depende das condições empíricas em que se constitui. Ao mesmo tempo em que é possível listar inúmeras experiências em que a experiência da participação levou a um aprofundamento da democracia e a um alargamento de valores republicanos e emancipatórios, seja no âmbito do Estado ou das próprias organizações e indivíduos, há a possibilidade de, mesmo com um desenho institucional favorável, o resultado ser particularismos os mais diversos, clientelismo, autoritarismo e heteronomia. Ou ambos os tipos de coisas nas mesmas experiências.

A relação entre associativismo e participação, bem como promoção de direitos de cidadania, não é universal. Depende muito do tipo de associativismo de que se está falando. No caso estudado, não dá para fazer afirmações peremptórias, mas em geral esta relação não é tão relevante. Se

não se pode atribuir a apatia identificada à filiação à Colônia de Pescadores – ou seja, não é a vida associativa que é desmobilizante – por outro lado não se pode atribuir a esta, por si só, o poder de fazer as pessoas participarem mais.

5 EMPODERAMENTO⁶⁹

Sinteticamente, Perkins e Zimmerman (1995, p. 1) definem empoderamento como “um construto que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais”. Trata-se da constituição de organizações e comunidades responsáveis, mediante um processo no qual os indivíduos que as compõem obtêm controle sobre suas vidas, participam democraticamente no cotidiano de diferentes arranjos coletivos e compreendem criticamente seu ambiente.

A definição de empoderamento é próxima da noção de autonomia, tanto individual quanto política, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito⁷⁰, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas – política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. Desse modo, trata-se de um atributo, mas também de um processo pelo qual notadamente aqueles que se encontram em posição desfavorável na estrutura social e econômica auferem poder e liberdades negativas e positivas. Pode-se, então, pensar o empoderamento como resultante de processos políticos no âmbito dos indivíduos e grupos. Seu emprego nessa tese segue tal definição. Ao analisar o grau de empoderamento dos pescadores artesanais, no fundo avalio seu grau de participação e relevância nas decisões que lhe dizem respeito, ainda que a idéia de todos terem autonomia seja uma perspectiva normativa sem adesão unânime. (Teóricos elitistas e do *rational choice*, por exemplo, não lhe atribuem tanta importância, isso para ficar nas teorias democráticas.)

Numa perspectiva emancipatória, empoderar é o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter

⁶⁹ Nesse capítulo, além das sugestões da banca de qualificação (de que participaram, além da orientadora, as professoras Lígia Lüchmann e Tereza Kleba Lisboa) incorporei muitas das questões feitas no GT Poder Político e Controles Democráticos, em que apresentei painel sobre o tema (Horochovski, 2006), cujo texto embasa este capítulo. Agradeço as contribuições dos seguintes coordenadores e participantes do referido grupo: Fernando Lattmann-Weltman, Fernando Abrucio, Bruno Wanderlei Reis, Cláudio Couto e Paulo Mesquita D'Ávila Filho.

⁷⁰ Decidir, no caso, tem o sentido mais amplo possível. Por exemplo, a decisão de adquirir um bem de consumo e ter a capacidade de fazê-lo é sinal de empoderamento, maior ou menor, dependendo dos desejos e da capacidade aquisitiva do consumidor, numa perspectiva de poder em que este, no limite, é entendido como fazer o que se quer mesmo que a isso se oponham resistências (conflitos, falta de recursos, impossibilidades as mais diversas etc).

voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão. Nesse sentido, empoderamento equivale os sujeitos terem poder de agenda nos temas que afetam suas vidas. Como o acesso a esses recursos normalmente não é automático, ações estratégicas mais ou menos coordenadas são necessárias para sua obtenção. Ademais, como os sujeitos que se quer ver empoderados muitas vezes estão em desvantagem e dificilmente obtiveram os prefalados recursos espontaneamente, intervenções externas de indivíduos e organizações são necessárias, consubstanciadas em projetos de combate à exclusão, promoção de direitos e desenvolvimento, sobretudo em âmbito local e regional, mas com vistas à transformação das relações de poder de alcance nacional e global. Trata-se, portanto, da promoção de direitos de cidadania que propiciem, principalmente aos estratos de menor status socioeconômico, a ampliação do que Sen (2000) denomina liberdades substantivas⁷¹. Na síntese de Friedmann, o objetivo do processo é

reequilibrar a estrutura de poder na sociedade, tornando a ação do Estado mais sujeita a prestação de contas, aumentando os poderes da sociedade civil na gestão dos seus próprios assuntos e tornando o negócio empresarial socialmente mais responsável. Um desenvolvimento alternativo consiste na primazia da política para proteger os interesses do povo, especialmente dos setores *disempowered* (sic), das mulheres e das gerações futuras assentes no espaço da vida da localidade, região e nação (Friedmann, 1996, p. 32-3).

A pobreza, portanto, desempodera (Friedmann, 1996), retira dos pobres a condição de usufruir substantivamente os direitos de cidadania.

O empoderamento vem-se transformando em categoria analítica e empírica de diversas disciplinas – administração, economia, saúde pública – incluindo a sociologia política, além de constituir uma ferramenta com que governos, organizações da sociedade civil e agências de desenvolvimento buscam, a princípio, transformar a vida de pessoas e comunidades. Com essa conotação, são ações com “capacidade de gerar processos de desenvolvimento auto-sustentável, com a

⁷¹ Para o referido autor, liberdades substantivas são aquelas que garantem aos indivíduos a capacidade de participar efetivamente dos destinos de sua comunidade, sendo *agentes*, em vez de *pacientes*. Assim, para além de seu aspecto político, as liberdades substantivas implicam direitos que garantam qualidade de vida, tais como segurança econômica e física, proteção contra fomes e doenças tratáveis, mecanismos de combate a diversas formas de discriminação, transparência nas relações sociais. Para tanto, é necessário atacar as fontes de privação da liberdade, que constituem barreiras ao desenvolvimento: a pobreza econômica, a carência de serviços públicos e de assistência social e a negação de liberdades políticas e civis. Assim o autor em apreço, em sua proposta de desenvolvimento como liberdade, para além do crescimento econômico preconizado pelas teorias desenvolvimentistas tradicionais, introduz indicadores como participação democrática e sustentabilidade para avaliar o desenvolvimento das sociedades.

mediação de agentes externos – os novos educadores sociais – atores fundamentais na organização e o desenvolvimento de projetos” (Gohn, 2004, p. 23).

A trajetória do conceito remonta os anos 1960, quando a sociedade civil dos países centrais constitui-se como sujeito coletivo e se fortalece, processo que no Brasil iria ocorrer a partir de meados da década seguinte, como visto no capítulo anterior. O termo empoderamento, com a conotação política emancipatória aqui assumida, foi ouvido pela primeira vez no início dos anos 1970, ainda no original inglês *empowerment*⁷², tendo como seus emissores principais movimentos feministas e negros (Solomon, 1976; Perkins, 1995; Costa, 2000; Cornwall, 2000; Antunes 2002).

Rapidamente, a palavra foi apreendida pelo discurso do desenvolvimento alternativo, o qual se fortaleceu em face do não cumprimento das promessas do modelo tradicional de desenvolvimento que, com centralidade quase absoluta no crescimento econômico, não logrou acabar com a exclusão social, antes a promoveu, na medida em que deixou em segundo plano dimensões outras – como liberdade política, respeito ao meio ambiente, solidariedade, paz e segurança material (Friedmann, 1996, Sen, 2000). Conseqüências desse processo – o crescimento da população sem terra, êxodo rural, precarização do trabalho e marginalização – continuam bem visíveis, mesmo com o exponencial aumento do capital econômico-financeiro no mundo.

No entanto, à medida que o empoderamento torna-se termo de uso corrente, apresenta-se como um guarda-chuva conceitual, que se presta a vários usos, por diferentes perspectivas intelectuais, políticas e de intervenção na realidade. Na perspectiva que adoto, empoderamento traz como resultado o aprofundamento da democracia, por várias razões. Para que o empoderamento signifique pessoas e comunidades sendo “protagonistas de sua própria história”⁷³, são prementes o aumento da cultura e da sofisticação políticas, o adensamento do capital social e o aperfeiçoamento da democracia representativa, incluindo, em seu desenho

⁷² O termo foi utilizado inicialmente em países de língua inglesa, sobretudo os EUA. Os primeiros estudos sobre o tema que apareceram em língua portuguesa – traduções ou originais – traziam a grafia primitiva. Entre esses estudos, talvez o principal seja o seminal *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, de John Friedmann (1996). Após, passou-se a colocar o termo, já em português, entre aspas (como em Lisboa, 2000), que caíram conforme o vocábulo foi-se incorporando à língua, mesmo que ainda não se o encontre nos principais dicionários.

⁷³ Expressão de Gohn (2004).

institucional, instâncias diretas e semidiretas de participação e deliberação, no modelo piramidal preconizado, entre outros, por Macpherson (1982).

Trata-se, na visão de Rich et al. (1995) e Jacobi et al. (2004), da criação de novas institucionalidades, mais participativas, em que os debates, negociações, deliberações e informações relativas às políticas públicas de algum modo atinjam os cidadãos afetados e estes possam delas tomar parte, ainda que de forma indireta, por meio do alargamento dos fóruns representativos. Além disso, é necessário que as preocupações dos cidadãos sejam levadas em consideração, em processos transparentes (Rich et al., 1995).⁷⁴

No que tange ao empoderamento, pode-se pensar as estruturas de participação cidadã seguindo uma matriz na qual um eixo representa a relação entre cidadãos e os agentes governamentais e outro, a localização da participação nas esferas de reprodução social (Figura 2). O primeiro eixo compõe-se de dois modelos de participação, os quais constituem extremos de uma escala, que vai do *modelo adversarial* ao *modelo de parceria*. Naquele, os envolvidos (*stakeholders*) não constroem os acontecimentos e decisões que lhes afetam, a eles reagindo, por vezes de forma conflituosa na busca de seus interesses. Sem diminuir a importância do conflito, esse modelo de participação acarreta custos de mobilização mais expressivos. No entanto, e a pesquisa de campo o revela (ver, adiante, seção 7.3.5 *Aspectos políticos*), na medida em que às vezes aparecem como reação a ameaças, têm razoável poder de mobilização.

Pelo modelo de parceria, os acontecimentos e/ou decisões têm a participação de todos os *stakeholders*, que, portanto, podem agir proativamente, pois estão presentes nas instâncias deliberativas, sendo a princípio facilitada a busca de consenso entre as partes. Esse modelo, preferido por parte da literatura estadunidense (Rich et al., 1995), embora apresente menores custos de mobilização e permita a participação na construção das agendas políticas, enfrenta barreiras não negligenciáveis, sobretudo na política brasileira de nível local: relação clientelística

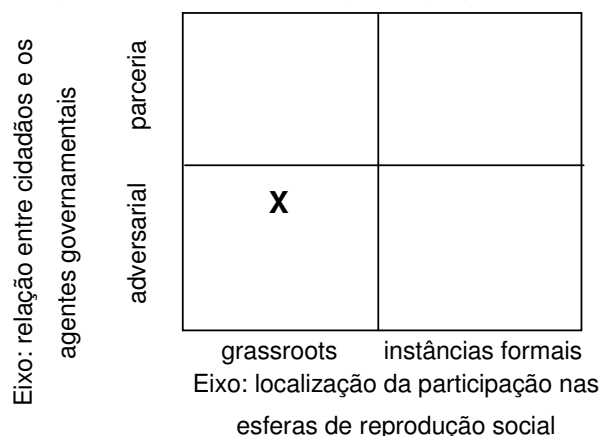
⁷⁴ A entrada neste tema demanda um esclarecimento: não se pode tratar participação, capital social e empoderamento como sinônimos ou termos intercambiáveis. Na realidade, conforme o ponto de vista que se tome, participação e capital social, como aqui definidos, são requisitos, meios, enfim, para se atingir o empoderamento, que, assim, não é um novo nome para categorias tradicionais. Entretanto, a presença daqueles só irá garantir que isso ocorra quando as pessoas e grupos considerados tiverem, de fato, poder de decisão sobre suas vidas e assuntos de seu interesse. Assim, há quem relativize a capacidade de processos de participação, mormente quando conduzidos por organizações da sociedade civil e movimentos sociais em contextos de extrema pobreza, terem como resultado um empoderamento efetivo (Bell, 2004).

entre representantes e representado, apatia política, dificuldade do cidadão médio entender o sistema e os processos políticos para além dos interesses paroquiais e assim por diante. Todas essas barreiras também foram, em alguma medida, confirmadas na pesquisa de campo.

No outro eixo, das estruturas de participação, esta pode ocorrer em dois locais: nas *grassroots*, que se referem às organizações e movimentos iniciados por cidadãos que elegem, eles próprios, os objetivos e métodos; nas instâncias *formais*, ou *com mandato governamental*, em que a participação cumpre requisitos legais que abrem aos cidadãos oportunidades de tomar parte de decisões políticas ou da operação de agências públicas. No primeiro caso a vantagem é o alto grau de autonomia, porém, faltam recursos de que dispõe o Estado para efetivar suas propostas. Pode-se dizer que o grande recurso, nesse caso, é a própria mobilização da sociedade civil que pode dar visibilidade aos sujeitos e influenciar as agendas de decisões daqueles que detêm maior poder de ação, como forma de *accountability* social. A participação com mandato governamental, a despeito de dar aos participantes poder sobre recursos e políticas, esbarra em barreiras legais e nos fatores presentes na relação da sociedade civil com o Estado, apontados no parágrafo acima.

Os modelos e a localização da participação cidadã para o empoderamento podem situar-se em um ou mais dos infinitos pontos dos quadrantes que formam a matriz das estruturas de participação. No caso das bases da Colônia dos Pescadores, a participação, quando ocorre, pode ser intuitivamente localizada no ponto indicado (x), na medida em que raramente há participação com mandato formal para além das lideranças e, nas oportunidades em que os sujeitos participam de ações coletivas, o fazem como reação a ameaça, obedecendo a um modelo adversarial⁷⁵.

⁷⁵ Detalhes podem ser vistos em 7.3.5 Aspectos Políticos, adiante.

Figura 2 - Estruturas de participação cidadã

O papel da participação no empoderamento não tem alcance ilimitado: restrições de recursos impostas pela legislação⁷⁶, imperfeições na representação (não há garantias de que os representantes da sociedade civil de fato levem a perspectiva dos representados, pois raramente a delegação ou o mandato são imperativos), conflitos de interesse são alguns dos fatores limitantes.

Parcela da literatura defende a necessidade de descentralização⁷⁷ de poderes, de governança no nível das comunidades locais, de modo que essas estejam mais próximas dos canais decisórios. Para que isso ocorra é essencial uma estrutura descentralizada legalmente estabelecida dentro da qual organizações de base comunitária possam desempenhar um papel relevante na condução das políticas (Osmani, s/d). O problema é que a descentralização pode significar, também, a redução de recursos estatais e a delegação para organizações e comunidades do enfrentamento de questões sociais. Nesse sentido, as propostas de empoderamento podem servir a projetos neoliberais.

⁷⁶ Vários são os exemplos disso. Um deles é o do Orçamento Participativo. Nos locais em que este funciona a parcela do orçamento objeto de discussão e alocação para a população é bastante reduzida em face das vinculações orçamentárias preexistentes.

⁷⁷ Osmani (s/d) desenvolve uma tipologia, segundo a qual a descentralização de poder aparece em quatro formas: desconcentração, devolução (transferência aos governos locais), delegação (transferência a agentes fora da burocracia); privatização/parceria (transferência para organizações voluntárias ou empresas privadas). No caso brasileiro, uma perspectiva para tal descentralização resultou dos compromissos gerados pela redemocratização, principalmente devido ao caráter municipalista da Constituição Federal de 1988, que prevê o envolvimento das comunidades locais no processo decisório e de controle de implementação de políticas, que teria permitido o empoderamento de segmentos da comunidade e uma maior *accountability* política (Souza, 2004). Outra perspectiva, contudo, apresenta essência neoliberal, como as que defendiam as privatizações e a passagem da regulação econômica para agências externas à órbita estatal nos anos 1990.

5.1 UM CONCEITO POLISSÊMICO

Vasta literatura alerta para a polissemia do conceito de empoderamento (Perkins, 1995; Rappaport, 1995; Romano, 2002; Antunes, 2002 e 2003; Gohn, 2004). Esta última autora, por exemplo, nota emprego do conceito para duas ações razoavelmente distintas. De um lado, as ações de impulso a grupos e comunidades na qual se busque a efetiva melhora de suas vidas, com autonomia, qualidade de vida e aumento de visão crítica da realidade social; de outro, práticas de assistência a populações carentes e excluídas que não retiram os beneficiários da relação de dependência de tais ações e que vêm sendo conduzidas por ONGs do terceiro setor mediante parcerias com o Estado.

No que concerne às organizações da sociedade civil e seu papel no empoderamento há uma tensão entre os defensores de que elas se concentrem na prestação de serviços e os que preconizam sua mobilização social. Os últimos, como Edwards (1999), Uphoff (1993) e a própria Gohn (2004) defendem que as ações mais bem sucedidas, além de auxiliar os grupos excluídos a assegurar sua sobrevivência, são aquelas que ultrapassam a assistência social e buscam a mobilização social junto a movimentos e redes mais amplas, com o objetivo de empoderá-los, procurando influenciar o processo político geral, exercendo a *advocacy* dos grupos. Desempenham, portanto, a tarefa de mediação entre os governos e outros poderes e os excluídos, devendo, apoiar as iniciativas locais sem usurpá-las (Friedmann, 1996).

A diferença percebida por Gohn (2004) é, no entanto, relativamente sutil quando comparada às definições de empoderamento de progressistas e conservadores. Nesta última acepção (segundo seus críticos, como Perkins 1995), fundada em valores neoliberais/neoconservadores, empoderamento significa o fortalecimento da esfera privada, deixando-se às associações e comunidades a resolução de seus problemas. Combate-se, desse modo, políticas e programas estatais de assistência e bem-estar social. Sob o argumento de fortalecer as comunidades, o empoderamento assoma como justificativa para redução da despesa pública, dos impostos e da regulação estatal sobre as relações econômicas.

Para os progressistas, cuja definição de empoderamento aproxima-se da exposta no início deste capítulo, há uma apropriação (indevida) do termo pelo neoliberalismo, em processo semelhante ao detectado por Dagnino (2004), abordado em capítulo anterior. No entanto, não há um monopólio semântico, que garanta o empoderamento e sua gramática como propriedade das perspectivas progressistas, havendo toda uma aplicação conservadora que designa aspectos os mais profundos e reacionários do sentido de comunidade. Não me detenho nessa perspectiva (pois assumo uma distinta, emancipatória), porém é necessário reconhecer sua existência e poder, principalmente na sociedade norte-americana atual.

Com menos contrastes, já que as perspectivas e os atores que a representam muitas vezes se entrecruzam, é a diferenciação conceitual que nasce de duas visões acerca da natureza e do papel da sociedade civil (Osmani, s/d): uma, de matriz tocquevilliana, a vê como uma esfera mais ou menos independente do Estado e pode ser encontrada nas pesquisas – como as de Narayan (2002), Krishna (2003) e Alsop e Heinsohn (2005) – e ações de organizações como agências das Nações Unidas e várias ONGs internacionais⁷⁸. Outra, de inspiração gramsciana e, mais recentemente, freireana e habermasiana, concebe a sociedade civil como espaço público de transformação de pensamentos em ação, espaço de emancipação dos grupos dominados e excluídos⁷⁹.

A primeira, do *mainstream* do desenvolvimento (Romano, 2002), seria passível de críticas pela segunda em vários pontos⁸⁰: 1) não daria o devido peso às assimetrias de recursos de poder que há na sociedade e que são responsáveis pela exclusão e a pobreza; 2) muitas vezes prefere, por razões fiscais, estratégias focalizadas de assistência social, em detrimento da busca de universalização da dimensão social dos direitos de cidadania; 3) ao sobrevalorizar a eficiência econômica dos projetos sobre outras dimensões – afetivas, psicológicas, culturais e políticas do empoderamento – não sai da órbita do modelo tradicional de

⁷⁸ No Brasil, esta visão esteve muito presente nos projetos de intervenção social e de Reforma do Estado no Governo de Fernando Henrique Cardoso e tem, entre seus defensores, Bresser Pereira (1999) e Franco (1999).

⁷⁹ Entre os favoráveis a esta posição, pode-se citar Cohen e Arato (1994), Avritzer (1998), Scherer-Warren (1996), Costa (1997), Lüchmann (2003), entre outros.

⁸⁰ Presentes em Perkins (1995), Friedmann (1996), Cornwall (2000), Souza (2001), Romano (2002) e Antunes (2002).

desenvolvimento; 5) ingenuamente acredita que mais informação e descentralização das agências governamentais é condição suficiente para empoderar os grupos, como se esses não fossem marcados pelas assimetrias tratadas em (1), numa visão tributária da teoria democrática pluralista; e, como consequência desse rol de fatores, 4) não enfatiza a mobilização política dos grupos e comunidades como estratégia de empoderamento.

Em suma, a crítica geral à perspectiva em questão é à elisão que essa promove da dominação, pela qual se ocultam as relações entre poder e desenvolvimento e entre poder e pobreza bem como as possibilidades de mudança nessas relações (Romano, 2002). Segundo este autor, ocorreria um *gattopardismo*⁸¹, pelo qual se legitimariam práticas preexistentes dos bancos, agências multilaterais e ONGs. O problema é que essas práticas pasteurizam o empoderamento ao retirar-lhe seu componente de conflito, mediante a despolitização da mudança e o controle desta pelo *status quo*.

Numa segunda perspectiva, crítica do modelo tradicional de desenvolvimento (Friedmann, 1996; Romano, 2002), o empoderamento é cingido pela questão do poder e suas relações. Os autores a ela filiados advogam a necessidade de considerar as assimetrias de recursos materiais e simbólicos, legítimos e ilegítimos, presentes na sociedade, seja na esfera pública estatal ou não estatal, seja no mercado ou no âmbito das relações familiares e comunitárias. Para Gita Sen (1997), empoderar a sociedade é equilibrar as relações de poder em favor dos que têm menos recursos, de modo que empoderamento tem relação direta com equidade.

Do ponto de vista político, o empoderamento passa pelo aprofundamento da democracia mediante ampliação da cultura política e da participação cidadã. Empoderar, aqui, significa *conquista* de vez e voz, por indivíduos, organizações e comunidades, de modo que esses tenham elevados níveis de informação, autonomia e capacidade de fazer suas próprias escolhas culturais, políticas e econômicas (Lisboa, 2000). O empoderamento, nessa perspectiva, não é uma dádiva, algo que possa ser outorgado:

⁸¹ Referência ao romance *O Leopardo (Il Gattopardo)* de Giuseppe Tomasi de Lampedusa, - transformado em filme, dirigido por Luchino Visconti -, em que a personagem Tancredi diz ao príncipe siciliano, Don Fabrizio “é preciso mudar tudo para que tudo continue como está” (“bisogna cambiare tutto per non cambiare nulla”), referindo-se ao movimento revolucionário liderado por Giuseppe Garibaldi.

Não é algo que pode ser feito a alguém por uma outra pessoa. Os agentes de mudança externos podem ser necessários como catalizadores iniciais, mas o impulso do processo se explica pela extensão e a rapidez com que as pessoas e suas organizações se mudam a si mesmas. (Romano, 2002, p. 6).

Para os representantes da perspectiva em apreço, mesmo que os projetos de empoderamento sejam inicialmente elaborados por atores externos, dadas as dificuldades para ação espontânea dos sujeitos desmobilizados, a responsabilidade maior cabe aos sujeitos por eles atingidos, que, nesse sentido, podem participar de sua elaboração.

A questão, como dito acima, é que essas perspectivas e seus atores se entrecruzam. Muitos dos que lidam com o tema do empoderamento no *mainstream* liberal do desenvolvimento já estiveram do “lado de cá”, ou seja, transitavam na sociedade civil e suas organizações e, ipso facto, acederam a postos em governos e agências internacionais. Lá chegando precisam trabalhar com condições que reduzem as possibilidades de ações mobilizadoras, com conflitualidade.

5.2 O EMPODERAMENTO COMO CATEGORIA EMPÍRICA – ALGUMAS DEFINIÇÕES OPERACIONAIS

Empoderamento é uma variável multidimensional, de escopo variável – indo desde os indivíduos até a esfera global. Não pode, portanto, ser generalizada, como algo que se tem ou não de forma absoluta. Entre esses dois extremos há uma miríade de possibilidades, enfim, de graus de empoderamento, na medida em que o mesmo pode ser dito para categorias que lhe são correlatas, como autonomia e emancipação – nunca se é totalmente autônomo ou emancipado (tampouco empoderado), pois todos os que vivem numa sociedade defrontam-se com coerções maiores ou menores. Tampouco se vive em condições de total heteronomia. A questão que normativamente se coloca é equilibrar o jogo, para que a distância entre os mais e menos poderosos se reduza. Esses esclarecimentos são fundamentais quando se quer usar o empoderamento como variável operacional em pesquisas sociais empíricas, como é o caso desta tese, em que avalio o grau de empoderamento de pescadores artesanais.

Quatro dimensões do empoderamento foram pensadas na operacionalização desta pesquisa: 1) níveis ou sujeitos de empoderamento; 2) motivações do empoderamento; 3) poderes (ou recursos do empoderamento); e, 4) modalidades de empoderamento.

5.2.1 Níveis ou Sujeitos de Empoderamento

O **empoderamento individual** ou **intrapessoal** ocorre quando indivíduos singulares *são/se autopercebem* como detentores de recursos que lhes permitem influir nos e mesmo controlar os cursos de ação que lhes afetam. Embora fortemente influenciado por fatores psicológicos – auto-estima, temperamento, traumas e experiências – o empoderamento individual é relacional, na medida em que resulta da percepção que os indivíduos têm de e em suas interações com os ambientes e as demais pessoas (Spreitzer, 1995). É, portanto, uma variável mediadora entre o indivíduo e o ambiente que o circunda, tendo antecedentes socioestruturais: “empoderamento envolve um entendimento crítico do ambiente sociopolítico, não sendo um ‘traço de personalidade estático’, mas sim um ‘construto dinâmico contextualmente orientado’” (Zimmerman, 1990).

Ocorrerá empoderamento intrapessoal se as pessoas sentirem que são competentes em uma determinada situação, que sua presença é relevante, têm mais oportunidades e recursos para agir que constrangimentos e limitações. A própria participação e o exemplo de lideranças locais que se saem bem em fóruns participativos podem constituir fontes importantes de empoderamento intrapessoal. Por outro lado, sem um grau mínimo desse nível de empoderamento, a motivação para participar ativamente de qualquer deliberação é dramaticamente reduzida (Rich et al., 1995), na medida em que já se entra num debate com sentimento de derrota. O empoderamento intrapessoal relaciona-se, portanto, à identidade pessoal e sua construção pelo próprio sujeito.

Embora essa definição valha para qualquer indivíduo, a literatura do empoderamento enfoca grupos menos empoderados, como jovens, idosos, trabalhadores marginalizados, portadores de doenças crônicas, representantes de minorias marginalizadas, dependentes de drogas, mulheres etc (Perkins e Zimmerman, 1995).

O **empoderamento organizacional** é o empoderamento gerado na e pela organização, independentemente desta ser pública ou privada, por meio de mecanismos de compartilhamento do poder decisório e da liderança, de modo que as decisões sejam mais coletivas e horizontais (Perkins e Zimmerman, 1995). É o que se poderia chamar de “democracia interna”, que reflete tendência contemporânea de algumas organizações atenuarem as hierarquias e a rígida divisão entre pensamento e execução (Spreitzer, 1995), embora também se possa considerar isso mais como uma ferramenta ideológica do que uma realidade substantiva, sobretudo na área empresarial. No caso específico da sociedade civil, o empoderamento organizacional incide quando, de forma semelhante ao que ocorre na *accountability* interna, a organização “prova do próprio veneno” e possibilita que seus membros ou público alvo participem, de forma mais ou menos direta, das decisões estratégicas e operacionais, contribuindo para a construção de uma identidade coletiva democrática.

Empoderamento comunitário é o processo pelo qual os sujeitos – individuais e coletivos – de uma comunidade, por meio da participação, constroem estratégias e ações para atingir seus objetivos coletiva e consensualmente traçados. Todavia, o consenso não é produto de uma comunidade monolítica, cujos membros têm os mesmos e harmoniosos interesses, e sim de processos às vezes exaustivos de discussão e convencimento, sendo uma resultante de tensões e conflitos por recursos. Trata-se de processo de retroalimentação pelo qual o aumento da consciência esperado como resultante da participação leva ao crescimento desta, que por sua vez contribui para a autoconstrução de identidades individuais e coletivas, cuja resultante também é o aumento da consciência e assim por diante. De todo modo, a consecução dos objetivos traçados na comunidade demanda busca e aquisição de recursos – internos ou externos –, a participação nas decisões que afetam a comunidade e o fortalecimento das organizações que fazem a mediação pela comunidade com outros atores e instituições (Perkins e Zimmerman, 1995).

Os níveis acima merecem igual atenção, pois o empoderamento é uma composição dos três e insuficiências em qualquer um deles geralmente provocam déficits nos demais. Esta recomendação parece ser endereçada especialmente a trabalhos que, sob uma perspectiva psicológica, negligenciam as transações entre pessoa e ambiente na construção das identidades e comportamentos. Há de se evitar também o outro lado da moeda: a reificação do coletivo em detrimento do

individual. Os três níveis de empoderamento em geral se cruzam na construção das identidades individuais e coletivas dos sujeitos num processo dialético em que interesses egoísticos são negociados com princípios de solidariedade, cuja constituição é condição para a realização daqueles interesses.

Nos três níveis, processos de empoderamento se distinguem de seus resultados (*outcomes*) (Perkins e Zimmerman, 1995). Os processos incluem: no nível *individual*, a participação nas organizações da comunidade; no nível *organizacional*, as decisões coletivas e a divisão da liderança; e, no nível *comunitário*, ações coletivas para acessar recursos governamentais e comunitários. No entanto, os processos, por si mesmos, não garantem o empoderamento. É necessário, então, introduzir mecanismos de avaliação do grau de empoderamento atingido (Rich et al., 1995). Os resultados, segundo Perkins e Zimmerman (1995), devem incluir: no *nível individual*, o controle percebido sobre situações específicas e habilidades na mobilização dos recursos; no *nível organizacional*, o desenvolvimento de redes, o crescimento organizacional e a alavancagem de políticas⁸²; e no *nível comunitário*, a evidência de pluralismo, a existência de coalizões organizacionais e recursos comunitários acessíveis.

5.2.2 Motivações do Empoderamento

Para Rich et al. (1995), o **empoderamento reativo** – a capacidade adquirida de reagir a uma ameaça, normalmente externa (casos de riscos ambientais o ilustram) – distingue-se do **empoderamento proativo**, aquele que facilita a busca por cursos de ação escolhidos ou desejados. Essas duas motivações para o empoderamento variam principalmente quanto aos custos enfrentados para a realização de seus objetivos, substancialmente maiores no primeiro caso, embora haja uma tendência de indivíduos e grupos, principalmente os desempoderados, se mobilizarem mais pela primeira motivação, ou seja, a reação a alguma ameaça (o que acabei por verificar no desenvolvimento da tese).

⁸² A propósito do papel das organizações em relação ao empoderamento, Zimmerman (1995) diferencia aquelas cujas ações facilitam confiança e a competência de membros individuais, daquelas que influenciam seus ambientes. Para Rich et al. (1995), as primeiras estão mais relacionadas a processos de empoderamento, as últimas, a resultados.

5.2.3 Poderes (ou Recursos do Empoderamento)

O poder também é um conceito polissêmico, cujo significado varia muito de acordo com a perspectiva que se adote. Assim, em face da necessidade de se eleger uma definição que lastreie a discussão em curso e não sendo o poder o objeto dessa tese, baseio-me em fragmentos das discussões de alguns autores para chegar a uma definição sintética. Segundo Bertrand Russel (*apud* Chazel 1996), poder é a capacidade de indivíduos ou grupos suprir desejos, vontades, objetivos, ainda que contra tais objetivos se oponham resistências de qualquer natureza (Weber, s.d.). Assim, o poder é definido relacionalmente em referência a pessoas e a objetos. Numa relação entre A e B, A será poderoso se conseguir que B aja – de maneira mais ou menos consciente e voluntária, por comissão ou omissão – para que A atinja seus intentos (Chazel, 1974). O mesmo se dá em relação ao objeto desejado – seja ele tangível ou intangível: o ator será mais ou menos poderoso, *nessa relação*, conforme esteja mais ou menos distante de conquistar o objeto desejado, qualquer que seja ele – uma posição social, um bem, um afeto.

Essas considerações são propositalmente reducionistas e visam definir minimante o que chamo de poder. Evidentemente, o fenômeno é muito mais complexo na vida social, onde inúmeros indivíduos e objetos compõem uma vasta teia de relações. O importante é reter a noção de que o poder não é um atributo natural nem absoluto. Parafraseando Rousseau (*apud* Chazel, 1996), ninguém é suficientemente poderoso a ponto de estar seguro de ser sempre o mais forte. Completaria dizendo que ninguém é completamente destituído de poder a ponto de sempre ser subordinado em qualquer relação que estabeleça. Feita essa digressão, retorno ao ponto que havia parado, ou seja, os recursos do poder que estabelecem o grau de empoderamento atingido, ou poderes, como denominam Friedmann (1996) e Antunes (2002):

- **Poderes identitários**⁸³: são os recursos responsáveis pelo aumento da auto-estima dos sujeitos e de seu auto-reconhecimento de um ponto de vista ético-cultural. Aspectos essenciais desta classe de recursos são a auto-estima, a autoconfiança, a proatividade, o sentimento de pertença e de devir, entre

⁸³ A expressão surgiu nas reuniões de orientação com a Prof. Ilse Scherer-Warren. Na realidade, a literatura costuma utilizar a categoria *recursos* ou *poderes psicológicos*. Creio, contudo, que a expressão aqui adotada, *identitários*, seja mais abrangente, aglutinando aspectos que ultrapassam questões de personalidade e a esfera individual.

outros. A idéia força aqui é a de que não bastam os demais recursos do empoderamento se os indivíduos e grupos não acreditarem que os possuem e têm plenas condições de alocá-los em suas estratégias de ação, sós ou com outros.

- ***Poderes econômicos***⁸⁴: relacionam-se ao nível de sustentabilidade material conquistada, considerada a partir da melhoria nos padrões de ocupação, renda e consumo. A importância desses recursos é evidente: eles garantem condições mínimas de sobrevivência digna, abaixo das quais a ação autônoma e a capacidade de mobilização individual e coletiva são praticamente impossíveis.
- ***Poderes sociais***: referem-se, a princípio, ao status do ator no contexto em que se encontra. No entanto, seu aspecto mais importante é o acesso a informações necessárias a decisões racionais, que coadunem, enfim, com os objetivos almejados nas ações dos atores. Classifico nessa classe de recursos a capacidade de verbalização das posições e anseios, o que Rappaport (1995) denomina narrativas, a intensidade com que a voz dos sujeitos é ouvida e legitimada (a qual tem relação direta com a visibilidade que esses adquirem) e a coesão do grupo (confiança). A efetivação desta classe de recursos muitas vezes demanda a adesão dos sujeitos às instituições e a mecanismos associativos, com a conseqüente ampliação do associativismo e participação cívica na comunidade. Nesse sentido, esse recurso tem a ver com o capital social, já discutido;
- ***Poderes políticos***: traduzem-se na participação ativa, consciente e eficaz nas decisões que afetam os indivíduos e grupos envolvidos. Além de uma cultura política democrática, informação e razoáveis níveis de sofisticação política e capital social, esses recursos são fortalecidos pela existência de um desenho institucional e uma estrutura de oportunidades políticas em que a participação cidadã não se restrinja a processos eleitorais para escolha de representantes, mas que preveja a existência de mecanismos formais de participação mais direta e contínua no controle (*accountability*), formulação e implementação de políticas.

⁸⁴ Em Friedmann (1996) e Antunes (2002), esta dimensão compõe o poder social. Prefiro desdobrá-la com o propósito de enfatizar a importância dos recursos tangíveis para o empoderamento.

A literatura politológica costuma reduzir o empoderamento a sua dimensão política, pouco considerando aspectos aparentemente distantes, como a auto-estima dos indivíduos, mas que certamente tem um peso nas atitudes políticas. Penso em duas mulheres entrevistadas que, vivendo no mesmo contexto, são muito diferentes no que toca à participação justamente porque são diferentes em temperamento e atitudes individuais – a primeira muito feliz consigo mesma, proativa e, em suas palavras, “briguenta”; a segunda com baixa auto-estima, que a levou a uma atitude de recolhimento, de não tomar parte em questões públicas.

Todos os atores detêm parcelas desses recursos e ninguém os concentra nas quantidades máximas. No entanto, sua distribuição é assimétrica e, em geral, corresponde ao grau de empoderamento: quanto maiores forem os recursos, mais empoderado será seu detentor na medida em que tem mais liberdade para elaborar ações e estratégias de aplicação de tais recursos. Por isso, numa perspectiva normativa, o empoderamento dos grupos de menor status socioeconômicos tem relação direta com uma redistribuição mais igualitária dos recursos do poder no sentido de reduzir a distância que separa os mais fracos dos estratos hegemônicos.

5.2.4 Modalidades de Empoderamento

A primeira modalidade segundo a qual o empoderamento se constitui é o **empoderamento formal**. Este ocorre quando instituições formais, como governos e empresas, propiciam mecanismos para que o público interaja com elas e influencie suas decisões (Rich et al., 1995).

A segunda modalidade é o **empoderamento instrumental**, que “se refere à capacidade real do indivíduo participar e de influenciar um processo de tomada de decisão” (Rich et al., 1995). Tal capacidade é determinada pela interação de diversos fatores: conhecimento relevante, recursos materiais, habilidade de persuasão, entre outros, combinados com oportunidades formais e reputação legal para participar.

O **empoderamento substantivo**, segundo Rich et al. (1995), “refere-se à habilidade em tomar decisões que resolvam os problemas ou produzam os resultados desejados”.

No âmbito das decisões políticas, nenhuma dessas modalidades de empoderamento é, por si só, eficaz, devendo compor-se. Para tanto, é necessário que os cidadãos e instituições e organizações formais estabeleçam parcerias.

É possível estabelecer outras dimensões do empoderamento. Nesta pesquisa, optei por essas, as quais se entrecruzam e permitem a operacionalização da categoria, mediante procedimentos de coleta e análise quantitativos e qualitativos, sendo desejável, com efeito, cruzar a maior quantidade possível de indicadores. As implicações disso são decisivas para estratégias de investigação embasadas na categoria em exame, como é o caso desta tese.

5.3 BARREIRAS, LIMITES E PONTOS CRÍTICOS DO EMPODERAMENTO

Empoderamento não é processo sem obstáculos e pontos críticos. A barreira mais evidente é a insegurança econômica, que impõe aos indivíduos a luta pela sobrevivência diária em padrões mínimos e a incerteza constante, sobrando pouca energia para ações de outro tipo (Osmani, s/d). Talvez o maior obstáculo, porém, seja a própria dificuldade dos grupos hegemônicos, vale dizer, empoderados, quererem dividir os recursos de que dispõem, principalmente em contextos de menor afluência e maior autoritarismo – um exemplo são políticos e burocratas, que, às vezes, vêm nos mecanismos de participação uma ameaça às formas legais de representação⁸⁵.

Isso traz duas conseqüências. A primeira é que os processos de descentralização e empoderamento não dependem apenas do desenho institucional do sistema político, mas também de fatores conjunturais que constituam estruturas de oportunidade. Um exemplo é o fato de políticos ou partidos mais posicionados à esquerda estarem no governo, o que normalmente facilita as coisas, pois nas democracias eleitorais a participação cidadã ampla e direta é bandeira desses partidos (Osmani, s/d; Souza 2001). Outra conseqüência é a necessidade de mobilização, de ações coletivas coordenadas e estratégicas para que as comunidades busquem aquilo que consideram como direitos seus. Aí talvez estejam os maiores desafios.

⁸⁵ Alguns estudos o exemplificam: Celina Souza (2001) mostra a oposição dos vereadores de Porto Alegre (RS) em aceitar uma experiência como o Orçamento Participativo e Pedro Jacobi et al. (2004) ressaltam as resistências opostas pelos representantes de órgãos governamentais e peritos à ampliação da participação de leigos na gestão de recursos hídricos.

A mobilização enfrenta barreiras, sobretudo em contextos hostis, em que a participação cidadã é vista como indesejada. Isso, porém, não a impede. Para Souza (2001), a maior dificuldade é convencer atores racionais a tomar parte nos processos participativos e fazer com que as decisões da população sejam executadas, pois no curto prazo é difícil enxergar resultados na participação e são elevados os custos da participação⁸⁶. O problema é maior entre os estratos mais fracos, mais necessitados e com menor habilidade para participar efetivamente da estrutura de governança local e fazer-se ouvir.

Indivíduos e grupos desempoderados raramente se empoderam espontaneamente. O auxílio de atores externos – principalmente de governos, mas também da academia, ONGs, movimentos sociais e outros – é essencial. Isso não quer dizer que o empoderamento seja um processo *top down*, em que os sujeitos simplesmente não são ouvidos (quando o é, normalmente não atinge seus objetivos). De outra parte, o empoderamento, no limite, depende dos sujeitos. Se esses resistirem às iniciativas dos agentes externos, não se obterá o empoderamento almejado, por melhores que sejam as intenções. Nesse sentido, uma postura de mediação, e não de determinação pura e simples do que deve ser feito, é mais eficaz para a consecução dos resultados pretendidos.

Assim, a mobilização social no nível das *grassroots* e mesmo a mobilização de agentes e recursos favoráveis dentro das agências fomentam a eficácia dos processos de empoderamento. Isso não quer dizer que o Estado exerça um papel secundário na formulação e condução das políticas de promoção dos direitos da cidadania. Ao contrário, a mobilização no nível das *grassroots* é pela manutenção do protagonismo estatal na promoção dos direitos e por sua própria democratização, numa relação de parceria, principalmente porque o Estado não é uma entidade abstrata – é formado por atores de carne e osso, oriundos da própria sociedade civil, em suas formas mais ou menos organizadas.

Outra limitação do empoderamento é o alcance dos projetos que visam incrementá-lo. Como aponta Perkins (1995), com base em pesquisas de avaliação de projetos desse tipo, iniciativas muito abrangentes são menos eficazes que ações pontuais, de menor alcance, de nível familiar, organizacional ou comunitário. Isso

⁸⁶ Embora isso seja visto como favorável à estabilização do sistema pelos teoria democrática elitista (ver Capítulo 3).

não quer dizer que o empoderamento seja um paliativo para os efeitos colaterais nocivos do sistema econômico, como por vezes se o acusa – às vezes, o é, como bem alerta Gohn (2004).

Numa perspectiva emancipatória, as ações de empoderamento articulam-se com reivindicações, sujeitos, organizações e movimentos de amplitude global. Na compreensão de uma infinidade de ações localizadas, vistas separadamente, são apenas isso: ações localizadas. Porém, sinergicamente articuladas numa rede complexa constituem o pólo principal de resistência e transformação da contemporaneidade.

Para o empoderamento vale o mesmo alerta feito em relação ao associativismo civil: suas ações, movimentos e organizações não detêm o monopólio do bem e estão sujeitas a cooptação por esferas mais poderosas conforme se institucionalizam. Isso é positivo, quando significa o suprimento de demandas legítimas de cidadania. O outro lado da moeda é a perda de autonomia e do vigor para a luta dos movimentos, principalmente quando se vai para o outro lado do balcão. E não há muito remédio para isso.

5.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O empoderamento é uma categoria complexa, que envolve uma multiplicidade de métodos e indicadores, os quais dificilmente podem ser universalizados (Zimmerman, 1995). Isso acarreta dificuldades para quem procura operacionalizá-la em pesquisas empíricas. Resta ao pesquisador, mantendo o diálogo com os cânones da teoria, construir instrumentos específicos para a realidade a ser investigada. Tais instrumentos seguem a complexidade do tema e pedem a conjugação de diferentes procedimentos – quantitativos e qualitativos – para que se colete o maior número possível de dados relevantes à análise.

Segundo Perkins (1995), a teoria e as pesquisas têm mais utilidade se nascem de um processo colaborativo com a comunidade e seus cidadãos. As melhores práticas de pesquisa em empoderamento são, elas mesmas, parcerias, negociações. Tenho tentado atender a essa prescrição por meio da participação na Colônia de Pescadores em constantes diálogos com seus dirigentes e demais membros. Nesse sentido, a tese em si é apenas um ponto de partida que atende

mais aos propósitos de seu autor que do grupo investigado, embora alguns frutos nascidos da relação já tenham vingado.

Perkins (1995) alerta, ainda, para a necessidade de os resultados das pesquisas sobre empoderamento cheguem aos formuladores de políticas, i.e., na medida em que o empoderamento é um processo que traz melhorias concretas, aqueles que o pesquisam devem evitar que os resultados de suas investigações fiquem abandonados em uma estante, para a crítica roedora dos ratos. Para tanto, os pesquisadores, para além de propor um rol de recomendações, devem conhecer os processos e os formuladores das agendas. Como consequência, o trabalho do pesquisador não termina necessariamente na coleta e análise de dados, podendo ele participar ativamente de todo o processo, tanto nas etapas de planejamento e avaliação, quanto na formação da agenda propriamente dita e na adoção e implementação desta ou daquela política. Nesse sentido, em pesquisas aplicadas, podem agregar, ao papel de analista, os de aprendiz e colaborador.

6 A PESCA E O PESCADOR ARTESANAL

6.1 CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA

Embora a pesca não seja em si o objeto desta tese, e sim seus praticantes na modalidade profissional artesanal, é necessário explanar alguns pontos que permitam uma compreensão, ainda que superficial, da atividade realizada pelos sujeitos investigados. Com base em literatura sobre o tema e em dados secundários, esta seção consiste na referida explanação, que se inicia uma descrição da pesca e do pescador artesanal, incluindo aspectos organizacionais e políticos, e encerra-se com breves caracterizações desses temas no litoral paranaense e de questões de gênero na pesca.

Pesca é toda ação por meio da qual se retira das águas – do mar, rios, lagos etc – animais e vegetais que nelas vivem, por meio da captura e da extração. Esta definição, simples e abrangente, está na Lei (Art. 1^o do Estatuto da Pesca – Decreto-Lei n^o 277 de 1967) e na maior parte da literatura sobre o tema, parte da qual é referenciada nessa seção. As atividades pesqueiras profissionais dividem-se em três categorias: esportiva, de subsistência, artesanal e industrial, as duas últimas com finalidade comercial (Garcezi e Sánchez-Botero, 2005).

Apesar de suas vastas extensões cobertas por águas, o Brasil é tem uma produção pesqueira modesta, muito inferior à dos maiores produtores do mundo, como China, Peru, Japão e EUA (Pierrri et al., 2006). Entre as várias razões para isso, destaca-se o fato de a costa brasileira, voltada para o leste, não ter a mesma diversidade biológica dos países banhados em sua porção ocidental, em função da distribuição dos ventos pelo planeta. Entretanto, em uma década a produção brasileira de pescados, soma da pesca extrativa e da aqüicultura, testemunhou forte avanço, saindo de pouco mais de 693 mil toneladas em 1996 para aproximadamente 1,1 milhão de toneladas em 2005, cerca de 60% provenientes do mar, possível reflexo de uma ampliação das políticas públicas para o setor, especialmente as direcionadas à pequena produção (IBAMA, 2005). Entre os estados brasileiros, Santa Catarina é o maior produtor, com 15% do total, seguido do Pará, com porcentagem semelhante, e da Bahia (pouco mais de 7%).

Pouco mais da metade da produção brasileira de pescado marinho é realizada por pescadores de pequena escala, atividade que envolve aproximadamente dois milhões de pessoas, em 381 colônias de pesca às quais são filiados cerca de 250 mil trabalhadores – a maioria absoluta, 60%, nos estados no Nordeste Brasileiro. O sul abriga pouco menos de 10% desses pescadores, sendo a região que registra o menor número deles (Pierri et al., 2006).

A legislação brasileira reconhece quatro categorias de profissionais da pesca: o empresário empregador, o empregado, o cooperado e o pescador artesanal (Garrone Neto, Cordeiro e Haddad, 2005). É na última que se enquadram os pescadores desta tese.

Além da captura, as atividades pesqueiras compreendem ainda o beneficiamento e a comercialização dos pescados. No caso da pesca comercial marítima, o beneficiamento compreende tarefas como descascar e retirar cabeças de camarões e separar os mariscos das conchas (daí porque as mulheres que desempenham essas tarefas são também conhecidas como descascadeiras e marisqueiras) além de filetar e limpar peixes de acordo com as demandas dos consumidores – embora estas últimas tarefas também costumem envolver homens.

6.2 O PESCADOR ARTESANAL

A definição de pescador artesanal⁸⁷ envolve mais de um aspecto. Do ponto de vista legal, é principalmente a legislação previdenciária que o define. Tal definição incorpora questões técnicas envolvidas na atividade, como o porte das embarcações e o tipo de pesca que se realiza. Normalmente, os pescadores artesanais usam canoas, botes de pequeno porte como meio de transporte e realizam modalidades de pesca – com redes, tarrafas, anzóis – de baixo impacto ambiental se comparado à pesca industrial (descritos na seção 6.4, adiante).

O pescador artesanal equipara-se ao pequeno agricultor familiar. Conta, por isso, com um regime previdenciário especial, pelo qual faz uma contribuição anual de 2,3% do faturamento anual estimado – cerca de R\$ 1.600,00, de modo que a contribuição fica em torno de R\$ 50,00. Para se aposentar, a idade mínima é de 60

⁸⁷ Aqui, a discussão gira quase que exclusivamente em torno da pesca no mar.

anos (homens) e 55 anos (mulheres), desde que o trabalhador tenha no mínimo 17 (homens) ou 12 (mulheres) contribuições. O valor dos proventos equivale a um salário mínimo nacional. Além disso, tem direito a receber seguro-desemprego em períodos de defeso, que são as épocas de reprodução das espécies de pescados, razão por que sua captura é proibida.

No entanto, o conceito ultrapassa a questão legal e apresenta facetas econômicas, sociais e políticas. Do ponto de vista econômico, a pesca artesanal inscreve-se na pequena produção mercantil simples (Diegues, 1983; Cunha, 2003). Entretanto, esse trabalhador tem características que o distinguem de outros, principalmente os manuais, e o aproximam do camponês tradicional. Trata-se de uma mediação direta entre a natureza primeva e o resultado do trabalho, que cria uma segunda natureza, diferentemente do que acontece em atividades produtivas urbanas, por exemplo, em que comumente se trabalha sobre materiais que já passaram por um processo de beneficiamento (Cardoso, 2001).

Devido ao contato direto com a natureza, livre e fora da terra, a pesca artesanal é representada por seus praticantes como um ofício caracterizado por elevada autonomia e que exige criatividade para lidar com a imprevisibilidade e o risco (de morte, inclusive). Diante desses fatores é o pescador que toma as decisões na água – noutras palavras, no momento da produção, conforme sejam elas demandadas, independentemente do que acontece em terra. Isso lhes dá um domínio sobre os processos de produção inusual entre os trabalhadores em geral, que constitui um imaginário sobre a liberdade em relação a outros trabalhadores (Ramalho, 2004, p. 3)⁸⁸:

Até mesmo quando o pescador não é proprietário de embarcação e rede, isso não faz com que ele deixe de dominar todas as etapas ligadas à processualidade do seu trabalho, revestindo sua atividade de uma qualidade incomum, pois o mesmo se sente sujeito ativo das decisões de seu trabalho. Ademais, a repartição do resultado do trabalho (em partes iguais, o quinhão) e o destino dado à produção pesqueira, guardando parcela para o consumo doméstico, acabam resguardando o pescador artesanal de situações mais desfavoráveis, fato inexistente em atividades produtivas assalariadas.

⁸⁸ Por essas razões, este autor, à luz de Diegues (1983), assevera existir demonstrações de resistência à proletarianização por parte dos pescadores artesanais, identificadas na pesquisa, quando pescadores entrevistados falam das vantagens da profissão em comparação, por exemplo, com o trabalho operário.

Cunha (2003) destaca que a liberdade experimentada pelos pescadores artesanais tem a ver com a questão dos tempos. Diferentemente da produção que ocorre no meio urbano-industrial, ditada pelo “tempo do relógio” (aqui o autor utiliza E. P. Thompson), o trabalho do pescador obedece a um tempo ditado pelo ritmo dos fenômenos naturais – marés, espécies, astros e atmosfera. Ao mesmo tempo em que não consegue subjugar o tempo da produção, não é por ele subjogado.

Todavia, a liberdade tem a inconstância da pesca como contraponto, o que impede os pescadores de firmar contratos regulares de fornecimento de pescado em face das dificuldades de organizar o armazenamento e a comercialização (Cardoso, 2001). A esse aspecto, inerente à pesca extrativa, somam-se os efeitos danosos da poluição das águas, com que a quantidade e o tamanho dos pescados vêm diminuindo nas últimas décadas (Garcezi e Sanchez-Botero, 2005). Isso obriga os pescadores marítimos a buscar o pescado cada vez mais longe, em locais muitas vezes perigosos, e permanecendo mais tempo no mar, agravando os riscos de acidentes de trabalho de uma profissão já caracterizada por riscos à saúde e à vida (Garrone Neto, Cordeiro e Haddad, 2005).

Um marco na constituição da identidade atual do pescador artesanal é o advento, já na década de 1930 (ao menos no sul e no sudeste brasileiros), de embarcações motorizadas. Sua importância reside no fato de que, a partir de então, houve mudanças profundas na cultura caiçara, em que a pesca ocupava apenas uma das atividades econômicas e de subsistência, juntamente com a pequena produção agrícola (roça) e o extrativismo vegetal. Os barcos de motor de centro tornaram mais rápida e produtiva a atividade da pesca, liberando os pescadores da obrigação de desempenhar outras tarefas, em algumas regiões (caso de Matinhos), com o total abandono de atividades agrícolas (Adams, 2000).

Tornar-se pescador artesanal costuma ser uma herança familiar (Garcezi e Sanchez-Botero, 2005). A maioria entra na pesca já na infância, num processo de socialização no qual o trabalho joga um papel central: “a família nuclear e extensa representa a primeira instância da formação dos pescadores. Imbricados nas relações de parentesco, meninos e meninas iniciam-se nas atividades da pesca, de

uma forma lúdica que vai dando lugar a pequenas obrigações e a um ofício incipiente”⁸⁹ (Cardoso, 2001).

O ponto que mais me chamou a atenção nos trabalhos sobre pescadores artesanais que pesquisei guarda íntima relação com a temática desta tese e foi apontado por Cardoso (2001, p. 38). Seriam esses os pescadores que se têm “levantado como sujeitos sociais, novos personagens que entram em cena, um setor da força produtiva que politiza seu movimento”. Ou seja, o autor propõe um interessante emprego de categorias, achados e discussões que Sader (1995) utiliza para compreender movimentos populares urbanos na análise de populações que em sua maioria vivem em meio distinto. Será que tal se verifica no conjunto dos pescadores associados à Colônia de Pescadores de Matinhos? Essa foi uma das principais respostas que procurei ao ir a campo observar e falar com esses atores. Antes, porém, de tentar fornecer essa resposta, trago uma discussão sobre a ação política e organizacional dos pescadores artesanais.

6.3 ASPECTOS POLÍTICOS E ORGANIZATIVOS DA PESCA ARTESANAL

O sistema de representação da categoria dos pescadores artesanais no Brasil compreende colônias de pescadores, federações estaduais e a Confederação Nacional dos Pesca e Aqüicultura – CNPA. (Para se trabalhar formalmente na atividade pesqueira e ter os direitos que lhe correspondem, o registro em uma colônia de pescadores é obrigatório.) Na formação inicial desse sistema, prevaleceu o paternalismo e o assistencialismo estatal, além do padrão autoritário que normalmente caracterizou as relações entre Estado e sociedade civil no Brasil, dentro do quadro de cidadania regulada já discutido. As primeiras colônias, em 1919, e a Confederação dos Pescadores do Brasil, em 1920, não foram estabelecidas por iniciativa dos pescadores, mas sim da Marinha de Guerra, tanto para aumentar a produção de pescado (à época quase todo importado) quanto para

⁸⁹ O DL 277/67 previa a concessão da carteira de pescador profissional e o trabalho em embarcação apenas aos 18 anos. Permitia, porém, o trabalho do maior de 14 anos, desde que autorizado por um juiz de menores. Atualmente o trabalho do menor na pesca está proibido e é objeto de fiscalização por conselhos tutelares e Ministério Público. Assim, crianças e adolescente ocupam-se de outras atividades, principalmente ajudando a colocar e a retirar os barcos do mar.

a defesa da costa. O primeiro estatuto das colônias, de 1923, também não foi obra dos pescadores, mas da mesma Marinha, havendo então um só estatuto para todas as colônias (Moraes, 2001).

Nas décadas seguintes, a organização da pesca artesanal, inclusive associativa, continuou toda a cargo do Estado, mesmo nos períodos de maior liberdade democrática, mudando somente o órgão a que estava subordinada: ora à órbita militar ora à Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, extinta na década de 1960, com a criação da Sudepe – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – que também não existe mais.

No regime militar, aumenta o controle estatal sobre a atividade pesqueira, devido tanto ao autoritarismo quanto ao incentivo que os militares deram à indústria pesqueira nacional (com a redução da fatia de recursos financeiros à pesca artesanal). É dessa época parte da legislação até hoje vigente, como o já mencionado Decreto-Lei 221. É interessante notar, todavia, que nesse período a pesca volta ao Ministério da Agricultura (de onde havia saído em 1942 em função da Segunda Guerra Mundial). Do ponto de vista político e associativo, porém, manteve-se a subordinação ao Estado, pela portaria 471, de 1973, que instituiu um novo estatuto para as colônias de pescadores (Moraes, 2001)⁹⁰.

Como ocorre com diversos outros atores e movimentos, a transição democrática finalmente trouxe ações voltadas à democratização do sistema organizacional e representativo dos pescadores. Talvez um pouco tardiamente, já que esse processo começou um pouco antes em outros campos. Em 1985, a CNPA convocou o “Movimento Constituinte da Pesca”, como resultado de sua IV Assembléia Nacional, realizada no ano anterior, e com vistas à transformação do sistema de representação da categoria⁹¹ (Moraes, 2001; Cardoso, 2001).

A Constituinte da Pesca, no marco da transição democrática, teve também como objetivo exercer *lobby* na Assembléia Nacional Constituinte de 1987-88. A principal conquista foi a possibilidade de gestão democrática das colônias, incluída no Art. 8º, por meio da expansão a elas dos princípios que regem os sindicatos,

⁹⁰ Esse autor afirma haver ainda muitas colônias em que tal estatuto ainda vige.

⁹¹ A título de exemplo, até essa época o presidente da confederação era indicado e nomeado pelo ministro da Agricultura. A possibilidade de os pescadores indicarem (embora a nomeação continuasse a cargo do referido ministro) foi uma das primeiras conquistas políticas da categoria (Cardoso, 2001).

urbanos e rurais: não interferência do poder público, autonomia e unicidade sindical. Entretanto, as organizações de pescadores artesanais em questão não constituem sindicatos e sim associações civis, não compondo, portanto, a estrutura sindical brasileira, nela incluídas as centrais.

O fim da Constituinte Federal marcou também a final da Constituinte da Pesca, o início da formação do Monape (Movimento Nacional dos Pescadores) – das reuniu várias colônias, associações e grupos de oposição em diversos estados – e a ascensão de grupos combativos na direção das colônias: “Certamente o saldo positivo desse processo (...) foi a emergência de um novo ator social, organizado em torno de propostas políticas elaboradas pelos próprios pescadores e seus organismos de apoio e que, talvez pela primeira vez, esboçaram uma abrangência nacional” (Cardoso, 2001, p. 106). Na entrevista que me concedeu, Ferreira (2007) explicou que o Monape era um movimento independente da CNPA, assim como a Pastoral da Pesca, os quais, por sua gestão, acabaram se juntando à Confederação (com a democratização desta) numa luta unificada.

O próprio Cardoso reconhece, contudo, barreiras ao processo. Por um lado, a pressão de grupos beneficiados pela situação anterior para o retorno à tutela estatal, principalmente nos setores militares. Por outro, a expansão do Monape não atingiu o sul do Brasil. O autor, em direção distinta do informante referido há pouco, atribui isso à falta de alianças com outras entidades envolvidas com a questão da pesca artesanal. Aqui, adianto um resultado da pesquisa de campo, que revelou uma certa despolitização dos pescadores estudados. Aparentemente, as colônias paranaenses mantiveram-se presas a uma lógica pouco participativa. A falta de adesão a um movimento como o Monape não seria uma das muitas causas possíveis para explicar o fenômeno? Ou esse movimento refletiria mais ações e pensamentos da liderança da categoria, que, agindo em delegação das bases, dessas diferem substancialmente no que tange a visões e comportamento no âmbito da política? Um pouco de ambas as coisas, como se verá adiante.

A emergência do pescador como sujeito político iria de encontro a visões que se criaram sobre esse ator, que, por exemplo, atribuem a sua suposta cultura individualista às dificuldades na implantação de projetos governamentais de cooperativas. Cardoso (2001) prefere afirmar que isso ocorre devido aos altos custos de infra-estrutura desses projetos bem como ao fato de eles serem impostos

de cima para baixo, muitas vezes sem a participação substantiva dos maiores interessados na formulação dos projetos.

Do ponto de vista estrutural, fato importante foi a criação do Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, pela Lei nº 7735/1989, que também extinguiu a SUDEPE (Moraes, 2001). A pesca passou, então, a vincular-se ao referido instituto, situação que perdura até hoje, com mudanças importantes no caminho: a criação, em 1998, do Departamento de Pesca e Aqüicultura – DPA, e, já no Governo Lula, de uma Secretaria Especial da Aqüicultura e da Pesca – SEAP, com status de ministério. A criação desse órgão coincide com um momento de recuperação, tanto material quanto simbólica, da pesca artesanal, presente nos relatos de pescadores pesquisados, que ressaltaram o aumento dos recursos financeiros para a atividade, os quais estariam levando os que pensaram abandonar a profissão e mesmo jovens de famílias de pescadores a se interessar pela atividade. Ademais, estar sob a abrangência de um órgão com status de ministério há de ter efeitos sobre as representações que a categoria constrói sobre seu ofício.

Retornando a trajetória política dos pescadores brasileiros, somente em 1996 a Confederação Nacional passou a ser dirigida por uma chapa majoritariamente formada por pescadores e, no ano seguinte, conseguiu autonomia de fato ao mudar o estatuto, cancelando o item que previa a nomeação de seu presidente pelo ministro. A democratização do sistema de representação, no entanto, gerou barreiras ao avanço da categoria. Cardoso (2001) dá o exemplo de uma associação de pescadores, criada em Paranaguá (PR) em oposição à Colônia de Pescadores preexistente, por um tenente reformado da Marinha, aproveitando-se da livre associação (segundo Ferreira (2007), a iniciativa não prosperou). O problema, segundo o autor, é que os atritos na representação interferem em questões de financiamento, parcerias e outras. No entanto, a conquista de representatividade abre possibilidades de participação em outras frentes:

A luta pela democratização desse sistema de representação dos trabalhadores da pesca, representa a afirmação da categoria de pescadores como sujeitos políticos inseridos no quadro mais amplo dos trabalhadores do país. Como tais, pescadores arriscam também a legitimação de seu saber para além de suas esferas profissionais. Uma delas é a esfera pública (Cardoso, 2001, p. 114).

Outro movimento recente é a criação de conselhos municipais e estaduais dedicados a questões de pesca, em que representantes de pescadores atuam. Sua presença, no entanto, não se restringe aos referidos conselhos, mas pode atingir os demais setores das políticas públicas, ligados a questões sociais que afetam diretamente a vida dessa categoria, como saneamento, saúde e educação.

Para alguns autores que se debruçam sobre o tema, embora incipiente, a ampliação de uma democracia participativa no âmbito da pesca artesanal acompanha a democratização do Estado brasileiro e implica o empoderamento dos sujeitos, à medida que eles conquistam o direito de participar das decisões que afetam sua profissão. Nessa trajetória às vezes tortuosa, de idas e vindas, “ainda que timidamente, pescadores e pescadoras mostram-se como sujeitos sociais e políticos, num caminho que parece sem volta” (Cardoso, 2001, p. 129).

Há, contudo, visões distintas, que frisam as barreiras ao processo de politização da categoria. Moraes (2001), por exemplo, para além dos aspectos institucionais, como o fato de até recentemente o estatuto das colônias ser único para o país e ditado pelo governo, aponta a renúncia ao poder, traduzida na renúncia à participação em arenas discursivas concebida por Hannah Arendt, como um limite ao aprofundamento da democracia. Relatando a situação de uma colônia localizada no Rio Grande do Norte, afirma que “uma das grandes dificuldades encontradas na colônia de pescadores do município de Rio do Fogo é a renúncia ao poder. Um grande número de pescadores isola-se, deixa de participar da vida política de sua unidade de representação, parece viver no anonimato” (Moraes, 2001, p. 5) Embora trate de apenas uma colônia singular, tal citação, como se verá adiante, poderia substituir *Rio do Fogo* por *Matinhos* sem perder muito de sua validade explicativa.

A despeito de manter sua estrutura básica, o sistema representativo da pesca e, em especial, da pesca artesanal, passou por importantes reformulações ao longo dessas nove últimas décadas. Num primeiro momento, obedeceu a imperativos de controle da atividade e de seus sujeitos pelo Estado, maior ou menor conforme variava o nível de autoritarismo. Nesse sentido, as colônias de pescadores se inseriram (e não deixaram totalmente de o fazer) no marco de uma cidadania regulada, como espaço de fruição de alguns direitos sociais, em detrimento de um papel mais politizante, de reivindicação e conquista no campo da democratização.

Não escapam, assim, da lógica que permeou os desenvolvimentos do sindicalismo no Brasil, sobretudo a partir do período estadonovista.

Contudo, malgrado as muitas ambigüidades, as idas e vindas, as últimas décadas precipitaram mudanças que sugerem possibilidades de emergência de novos papéis e, em consequência, ações coletivas no sentido de uma autonomização e constituição de instâncias e sujeitos coletivos democráticos. Isso é especialmente válido para as lideranças, principalmente nos fóruns regionais e nacionais. Infelizmente, no nível das *grassroots*, isso parece que vai demorar um pouco mais, ao menos no caso estudado.

6.4 A PESCA NO LITORAL DO PARANÁ

Com pouco mais de 90 km de mar aberto e 400 km de costa nas baías de Paranaguá, Antonina e Guaratuba, distribuídos em seis municípios, o litoral do Paraná é o segundo menor entre os estados brasileiros banhados pelo mar – à frente apenas do Piauí. Como resultado, a maior parte da população, da economia e do poder político do Estado distribui-se nas áreas de planalto a oeste da Serra do Mar. A pesca paranaense reflete tal situação, perfazendo um total de 1.995 toneladas em 2005, cerca de 0,2% do total do País (IBAMA, 2005). Os peixes respondem por 56% da produção paranaense, completada por crustáceos (43%) e moluscos (1%). Na primeira classe, as espécies de maior produção são a sardinha verdadeira, a sardinha cascuda, a palombeta e a corvina; na segunda, os camarões sete-barbas e branco.

O Paraná distingue-se pela forte presença da produção artesanal, responsável por quase todo o pescado retirado no Estado. Organizados em 25 associações, seis colônias e uma cooperativa, os 5.307 pescadores artesanais cadastrados do litoral paranaense (SEAP/IBAMA/PROZEE, 2005), em geral, inserem-se na cultura que viria a ser conhecida como *caiçara*⁹², termo tradicionalmente utilizado para designar os habitantes do litoral sul de São Paulo,

⁹² Etimologicamente, a palavra vem no tupi-guarani *caá-çara*, que eram “estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores e, mais tarde para identificar o morador de Cananéia [SP]” (Adams, 2000).

mas que atualmente também denomina indivíduos e comunidades dos litorais de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná (Diegues, 1983; Adams, 2000).

Segundo estudo sobre a pesca no litoral sul do Paraná, mas que pode ser extrapolado para a extensa faixa de praia contínua que vai de Pontal do Sul (em Pontal do Paraná) a Caiobá (em Matinhos), no tocante às embarcações utilizadas, prevalece a utilização de canoas, de madeira ou fibra-de-vidro (Chaves e Robert, 2003)⁹³. Conforme o mesmo estudo, sete tipos diferentes de artes da pesca são praticados na região estudada:

- 1 – redes de arrasto com pranchas (ou portas de madeira, quando de maior tamanho e constituídas por tábuas vazadas); malhas no ensacador variando de 1 a 6 cm entre nós opostos; puxadas pela popa ou pelo costado, sempre de fundo;
- 2 – redes de emalhe; malhas variando de 5 a 40 cm entre nós opostos, operando com algumas formas particulares: "caceio", de superfície ou de fundo, a qual fica à deriva; uma variação de caceio de fundo é o caracol, em que a rede é forçada em semicircunferência através de uma de suas extremidades presa à embarcação; e "fundeio", rede presa ao fundo por poitas de ferro; nesta modalidade, os panos, interligados, podem ultrapassar 3500 m de extensão. Uma variação de caceio relatada para os estuários foi o "lance batido", envolvendo a disposição da rede em semicircunferência havendo a produção de estímulos sonoros (remo, motor) para a movimentação dos peixes de encontro à rede;
- 3 – tarrafas; 12 diferentes tamanhos de malha, de 2 a 18 cm entre nós opostos, utilizadas sobretudo nos estuários e na boca das baías, quando da entrada de tainhas (inverno);
- 4 – gerival ou cambau; rede cônica (2,5 a 3 m de largura) arrastada por corda, manualmente ou por embarcação; malha de 2,5 ou 3 cm no ensacador; restrito aos estuários;

⁹³ Esses pesquisadores, no entanto, identificaram a utilização de sete tipos de embarcação (Chaves e Robert, 2003, p. 55):

- 1 – canoas de madeira – comprimento 6 a 10 m; motor de centro com 11 a 24 hp; monóxilas, ou seja, construídas a partir de tora única escavada, com fundo quilhado, em forma de V;
- 2 – canoas de fibra-de-vidro – 8 a 9 m; motor de centro com 11 a 24 hp; mesma forma do tipo anterior, porém fabricadas com resina sintética e fibra de vidro; fundo quilhado, em forma de V;
- 3 – botes – 7 a 10 m; motor de centro com 9 a 36 hp; confeccionados com tábuas encaixadas de forma coplanar (lisa); fundo quilhado ou chato (plano); podem possuir guincho e tangones (dois por embarcação, utilizados para tração das redes de arrasto pelo costado);
- 4 – bateirinhas; 3,5 a 5 m; propulsão a remo; fundo chato; atuam sozinhas ou auxiliam as embarcações motorizadas quando da pesca nos estuários, ou são transportadas como salva-vidas de embarcações do tipo baleeira, na pesca em plataforma;
- 5 – bateiras; >8 m; motor de centro com 11 hp ou superior; construídas com tábuas de madeira coplanares (lisas) ou imbricadas (escamadas); podem possuir guincho e tangones. A denominação bateira, como também bateirinha, advém de seu fundo chato "bater" contra as ondas;
- 6 – baleeiras; 8 a 13 m; motor de centro com 22 a 115 hp; maioria com tábuas de madeira coplanares (lisas), todas com casario, convés, tangones e guincho; muitas possuem geladeira e banheiro. Baleeiras normalmente não operam no interior dos estuários; e
- 7 – lanchas de alumínio; 1,2 m; motor de popa com 15 hp; raro registro na pesca profissional.

- 5 – espinhel; com anzóis de 7 cm, tendo como isca pequenas tainhas; pouco utilizado;
- 6 – puçá; utiliza como atrativo cabeças de peixe, sendo eficiente para captura de camarões e pequenos peixes, os quais são vendidos como isca-viva; restrito aos estuários;
- 7 – vara de molinete; pouco utilizada na pesca profissional; utiliza como isca camarões e barrigudinhos.

Nas observações e conversas na Colônia de Pescadores de Matinhos, apurei que a modalidade mais utilizada pelos pescadores dessa cidade é o caceio, com utilização de redes de emalhe. Diversos pescadores defenderam essa modalidade por sua produtividade e pelo fato de ela causar poucos danos ambientais, na medida em que o tamanho da malha é escolhido conforme a espécie a ser pescada, evitando-se que outras espécies sejam mortas, como acontece na pesca industrial de arrastão, cujas malhas são de dimensões diminutas, levando tudo o que passa por elas.

6.5 PESCA E GÊNERO

Decidi destacar a mulher na pesca artesanal após realizar a pesquisa de campo na medida em que esta confirmou o que já tinha visto tanto na literatura quanto em outras pesquisas sobre o tema: o gênero constitui clivagem importante na atividade em apreço. Posto em outros termos, na pesca as relações de gênero reproduzem, de modo mais ou menos intenso, estruturas de longa duração, constituídas por instituições fundantes patriarcais e, especialmente na sociedade brasileira, escravocratas, responsáveis pela formação de uma sociedade em que o domínio masculino e da elite banca mantém-se presente em que pesem as transformações culturais e institucionais. Com isso erguem-se barreiras de difícil superação para o conjunto das mulheres na pesca. Historicamente, pela divisão sexual do trabalho da pesca, a coleta do pescado é praticamente um privilégio masculino. As mulheres exercem diversas atividades na pesca, a maior parte das quais relacionadas ao beneficiamento primário do pescado: descascar e limpar camarões, outros crustáceos e moluscos, limpar e filetar peixes e vender os produtos em bancas nos mercados de peixe.

O discurso historicamente construído sobre a pesca é, em parte, bipolar, notadamente quando enfatiza a divisão entre os gêneros – os homens são do mar,

as mulheres da terra – sendo que nas falas dos sujeitos o primeiro espaço apresenta nítida centralidade. Como consequência, o espaço e o discurso públicos são nitidamente masculinos (Woortmann, 1992). Atividades consideradas tipicamente “femininas”, que em algumas comunidades incluem a produção agrícola, seriam desvalorizadas na percepção dos que vivem no mundo da pesca, vistas como complementares, sendo, por vezes, invisíveis⁹⁴.

A iniquidade entre os gêneros na pesca, segundo Pierri et al. (2006), é mais ou menos invariável nos países do hemisfério sul, sendo mais ou menos comprovada em outras pesquisas sobre o tema, como, por exemplo, a de Garcezi e Sanchez-Botero (2005). Estes autores informam ainda que as pescadoras gaúchas desconhecem direitos adquiridos pelos pescadores artesanais, como aposentadoria especial, auxílio maternidade e seguro-desemprego em épocas de defeso. Pelo menos nesse ponto, pude constatar o trabalho diligente da Colônia de Matinhos em registrar como pescadoras todas as mulheres que trabalham na cadeia produtiva local da pesca. Além dos direitos que tal ação acarreta, pude perceber uma gradativa mudança no quadro constatado por Pierri et al. (2006), de que pescadora é apenas a mulher que vai ao mar, com a utilização desse vocábulo para designar todas as envolvidas na atividade.

As características sexistas da pesca – seja no plano global, seja no plano local, do litoral paranaense – tem sofrido alterações, as quais se iniciaram lá nos anos 80, com as primeiras mulheres presidindo colônias e federações de pesca e participando dos fóruns da categoria (Cardoso, 2001).

Pierri et al. (2006) destacam a mobilização recente das próprias mulheres pescadoras na busca por maior representatividade e espaço, não apenas no cotidiano da profissão, mas também nas instâncias políticas da categoria – os autores citam conquistas femininas em suas participações na 1ª Conferência Nacional de Aqüicultura e Peca, realizada em 2003, e nos primeiros Encontros Estaduais e Nacional das Trabalhadoras na Aqüicultura e Pesca, realizados ao longo de 2004.

Em que pesem as supracitadas conquistas, é forçoso admitir que elas se deram de modo mais intenso no plano das lideranças – não se difundindo da mesma

⁹⁴ O que amiúde constatei em entrevistas, conversas informais e observações em campo.

forma entre as demais mulheres, ao menos na Colônia de Matinhos. Ainda que as relações de gênero não sejam mais tão desiguais como nos relatos históricos, prevalece ainda um padrão no qual às mulheres reserva-se mais espaço na esfera doméstica, como se verá nas próximas seções.

7 OS PESCADORES ARTESANAIS DE MATINHOS

7.1 O CONTEXTO - MATINHOS

A localização de Matinhos, entre o oceano e a Floresta Atlântica da Serra do Mar (em Área de Proteção Ambiental) e a pequena extensão territorial impõe barreiras a atividades industriais e agrícolas – sobressaindo como atividade econômica principal o turismo, que fomenta o setor de serviços, sobretudo o mercado imobiliário e o atendimento a veranistas. Tal conformação impõe, por um lado, uma dinâmica sazonal à cidade (durante o verão, a população da cidade aumenta dez vezes, principalmente nas festas de fim de ano e no carnaval, abrindo vagas no mercado temporário de empregos, que se fecham no restante do ano), e, por outro, gera uma forte arrecadação de tributos⁹⁵, o que possibilita um orçamento público de cerca de 41 milhões de reais atualmente, bastante robusto quando se consideram a população matinhense e a realidade das pequenas cidades brasileiras em geral.

O município testemunha expressivo crescimento demográfico nas últimas décadas e sua população residente passou de cerca de 5,6 mil, em 1980, para 35 mil habitantes em 2007 (Datusus, 2007). As principais razões desse crescimento foram o *boom* imobiliário na primeira metade do período, a permanência no município de contingentes de trabalhadores e famílias que vão buscar alternativas temporárias de trabalho e renda nas temporadas de verão e a absorção de parte do próprio aumento da Região Metropolitana de Curitiba, com a qual o litoral paranaense estabelece intensa complementaridade. Outras razões, porém, são também identificáveis, como o afluxo de pessoas de maior idade, principalmente aposentadas, e, mais recentemente, a instalação de um campus da Universidade Federal do Paraná.

Politicamente, o município segue a dinâmica das pequenas cidades brasileiras. A figura do prefeito concentra atenções e poder, cabendo aos nove

⁹⁵ Encorpada com o recebimento de royalties oriundos exploração de plataforma de petróleo localizada no mar na divisa com Santa Catarina e do serviço de balsa entre os municípios de Matinhos e Guaratuba, pagos pela Petrobras e pela empresa F. Andreiss, respectivamente.

vereadores papel subsidiário⁹⁶. A cidade é uma comarca, tendo, portanto, representação do judiciário estadual. O principal recurso de poder político é o pertencimento a famílias tradicionais (e as relações daí decorrentes), que se alternam no executivo municipal, independentemente dos partidos que seus integrantes ocupam. (Pode-se, com alguma criatividade, aplicar o conceito de elite do poder de Wright-mills, 1981). Tais famílias ligam-se às atividades econômicas principais do município.

É possível observar alguma hegemonia dos atores ligados ao comércio e às grandes imobiliárias. Esse é um detalhe importante porque atores relativamente recém-chegados na cidade e pertencentes a esses segmentos que detêm capital econômico em maior monta, em geral coligados às elites locais, têm desafiado sua hegemonia, ao estabelecer uma relação clientelística direta, tanto com a pequena classe média local e suas lideranças, quanto com os estratos de menor status socioeconômico. Numa das entrevistas que fiz, a informante, inquirida se recebera ajuda de algum político, respondeu negativamente, esclarecendo, todavia, ter sido assistida por um grande empresário, tido como alguém com nítidos interesses políticos e considerado um dos candidatos mais fortes para as próximas eleições municipais.

Nesse contexto, não se oferecem oportunidades para a participação ampliada e livre de organizações e cidadãos em geral fora das formalmente previstas. Ainda que existam diversos conselhos gestores, com a participação de representantes da sociedade civil, colhi relatos de forte prevalência do executivo municipal. A exceção fica por conta de instâncias participativas de origem no Governo do Estado, como, por exemplo, as reuniões de discussão dos planos diretores dos municípios do Litoral, iniciativa do Colit – Conselho do Litoral do Paraná. Essa realidade confirma Fox (2000), para quem a combinação de forte autonomia local do executivo com debilidade dos legislativo e alto custo dos instrumentos (formais ou não) de *checks and balances* acarretam dificuldades para a *accountability* nos níveis sub-nacionais da política no federalismo.

⁹⁶ O próprio prefeito acaba subordinando-se ao governador, passando por cima de questões partidárias, em função das necessidades de manter uma boa relação com o executivo estadual para a sobrevivência do município.

Em geral, o associativismo civil é caracterizado pela existência de poucas organizações e participantes, sobretudo ONGs nascidas na própria cidade. A Colônia de Pescadores constitui exceção de associação que reúne sujeitos populares e é por eles liderada. A organização dos coletores de material reciclável, por exemplo, é dirigida por pessoas da classe média local que nada tem a ver com a atividade.

Não se pode, contudo, falar em falta de responsividade dos poderes políticos formais e das instituições em geral, na medida em que o pequeno porte da cidade faculta um contato mais direto dos sujeitos com esses poderes. A questão é que tais contatos geralmente não se dão por vias institucionais e coletivas (ao menos fora das lideranças populares), tratando-se, mais, de relações marcadas pelos contatos pessoais e uma cultura política paroquial e súdita, em que o diálogo político entre as elites tradicionais com a população em geral, quando há, se faz com a subordinação desta por aquelas.

O vereador que entrevistei relatou que contatos de eleitores para tomar conhecimento de seus projetos – os quais podem ser considerados bastante republicanos e de interesse geral – são em muito menor número que abordagens para fazer pedidos pessoais. Para ele, esse quadro resulta de um padrão assistencialista por muito tempo vigente. No entanto, é otimista: “A política está melhorando porque está conscientizando o povo para o papel de fiscal da prefeitura e fazedor de projetos de Lei” (Nascimento, 2007).

A população, no caso, ou os sujeitos populares constituem-se em face da dinâmica econômica da cidade. Afora os pescadores e trabalhadores no pequeno comércio local, há grandes contingentes de pessoas inseridas em ocupações precárias e sazonais na construção civil e no comércio ambulante voltado ao turismo. Em geral, essas pessoas não têm oportunidades de participar da política local, senão apaticamente, não sendo a busca por direitos de cidadania o canal principal de suprimento de necessidades.

Assim, malgrado terem visibilidade, os sujeitos estão distantes dos canais decisórios do contexto político local, não se verificando uma disposição mais forte daqueles que detêm maiores recursos formais e informais de poder, principalmente os agentes governamentais, quererem dividi-los, embora haja exceções. Aparentemente (pelo menos pude testemunhar alguns eventos nesse sentido,

principalmente quando há envolvimento de pessoas da universidade) os poderosos tradicionais vêm em anseios de participação uma ameaça às formas legais de representação, praticamente monopolizadas por eles.

7.2 A COLÔNIA DE PESCADORES DE MATINHOS

Vários aspectos atraíram-me à Colônia de Pescadores Z-4⁹⁷ de Matinhos. Em primeiro lugar, seus membros compõem uma população, a princípio, homogênea (na verdade constatei que não é tanto): além de trabalharem na mesma atividade e viverem em uma cidade de pequeno porte (sendo muitos vizinhos, o que facilita os contatos e o fomento ao capital social), todos são obrigados a se associar e manter-se associados – pagar taxas em dia e se recadastrar quando solicitado – para poder exercer legalmente a pesca e usufruir benefícios específicos desta atividade e seus direitos associativos. Ou seja, trata-se de uma população em que o nível de filiação formal a pelo menos uma organização do associativismo civil é praticamente total. Se isso tem implicações no comportamento político e no empoderamento desses sujeitos é a questão que emergiu. Ademais, a colônia é uma organização emblemática para a compreensão do contexto político de uma cidade como Matinhos. Embora seus pouco mais de 270 associados pareçam pouco numerosos em face dos 35 mil habitantes da cidade, constituem um sujeito coletivo privilegiado desta.

O Mercado Municipal de Pescados é, com efeito, ponto de referência local, para onde se dirigem moradores e turistas. Trata-se de um microcosmo da população local, reunindo número expressivo de famílias que há várias gerações habitam a região, bem como forasteiros, que chegaram mais recentemente. A partir das observações e entrevistas, fica patente que, principalmente os membros de famílias tradicionais, têm profundas raízes locais e fortes conexões com outros segmentos da população, que conformam campos os mais diversos dentro da política e economia local. Adicionalmente, a colônia de pescadores é a expressão mais evidente (praticamente, a única) e de maior porte da sociedade civil organizada

⁹⁷ Cada colônia de pescadores tem uma área de abrangência, quase sempre correspondente à área de um município e é normalmente designada pela letra Z seguida de um número ordinal em função de sua fundação dentro de cada Estado da Federação.

em sua parcela mais popular. Isso para não mencionar o fato de ser provavelmente o espaço por excelência da cultura cabocla e camponesa tradicional e uma atividade fundante numa área costeira, por séculos pouco habitada e sem a complexidade do presente. Além desses aspectos, salienta-se a importância econômica do mercado de pescados haja vista que a comercialização dos produtos gera trabalho e renda para grande número de famílias.

Praticamente toda a produção pesqueira de Matinhos advém da extração, na medida em que sua costa não tem as baías e outros acidentes onde se pratica a aquicultura. Embora com menor número de pescadores que os demais municípios, detém a frota mais uniforme do litoral (SEAP/IBAMA/PROZEE, 2005), composta por canoas movidas a motor, a maioria de fibra de vidro. Esse fator é importante do ponto de vista do empoderamento dos sujeitos atuantes na atividade na medida em que se mitigam dificuldades enfrentadas por muitos pescadores nos outros municípios por conta da defasagem tecnológica.

A reunião de fundação da Colônia de Pescadores de Matinhos foi realizada em 12 de setembro de 1972, com 22 pessoas, como ápice de um movimento que se inicia com a emancipação do município, no fim da década anterior. O presidente daquela reunião, sr. Antônio Silvano, “explanou com muita propriedade a necessidade da reorganização da Colônia de Pescadores de Matinhos e detalhou os inúmeros benefícios que a mesma trará” (Anexo C). Chama a atenção, nas primeiras atas da Colônia, a presença de nomes e sobrenomes que até os dias de hoje têm proeminência na vida política tanto da organização quanto da própria cidade. Um dos fundadores da colônia, Manoel Machado – uma espécie de *founding father* da organização, dá nome ao atual mercado de pescados e é o ancestral comum de muitos dos pescadores atualmente filiados à colônia, inclusive de seu atual primeiro secretário Pedro Manoel Machado.

Atualmente, as instalações Mercado Municipal de Pescados, onde fica a sede da Colônia, ocupam meio quarteirão no centro de Matinhos, defronte à Praia. Parte das edificações que circundam o mercado encontra-se na área sob responsabilidade da Colônia, sendo alugadas para diversas finalidades (há bares, lanchonetes, peixarias, o escritório da Emater-PR, entre outras), com que a organização reforça seu orçamento. A Colônia possui um pequeno escritório dentro do prédio do Mercado. Quase toda a área deste é ocupada por espaços de venda dos produtos (o

Colônia ressentir-se, por exemplo, de um local fixo para reuniões, com conseqüências para a dinâmica participativa, conforme se verá adiante).

Durante quase toda sua história, a Colônia de Pescadores foi dirigida por pescadores nativos da cidade. A atual gestão constitui exceção, pois seu presidente é oriundo de Curitiba e é o primeiro em sua família a lidar com a pesca, embora o faça desde os dez de seus 45 anos. A análise das atas desde a fundação da colônia revela que suas reuniões – sejam assembleias gerais ou extraordinárias, sejam reuniões dos conselhos – sempre se caracterizaram pela possibilidade de os presentes tomarem a palavra e trazerem assuntos à deliberação dos presentes. Esse fato é interessante, sobretudo na primeira metade da década de 1970, quando o País encontrava-se no período de maior fechamento político do militarismo. Noutras palavras, apesar da tutela da sociedade civil, que incluía o sistema representativo da pesca, no cotidiano das organizações de base e das cidades mantiveram-se espaços de participação democrática, inclusive institucional – desde a fundação de Matinhos, em 1968, dez dias após a decretação do AI-5, todos os prefeitos foram eleitos diretamente em eleições mais ou menos livres, inclusive com vitórias da oposição.

A análise das atas traz outras revelações. Dividi-as em quatro períodos: 1972-79; 1980-89; 1990-99 e 2000-06. Não há diferenças significativas na frequência anual média de reuniões nos três primeiros intervalos, respectivamente 3,0; 3,5 e 3,3, a despeito de toda a transformação política do País ao longo desses anos. Curiosamente, no último período considerado a média cai para pouco mais de duas reuniões registradas em ata por ano. É importante assinalar, contudo, o expressivo aumento na incidência de encontros entre janeiro de 1980 e março de 1985, com alta concentração em 1983 e 84, época da vitória da oposição no Paraná e de estabelecimento de uma relação mais próxima entre o Governo do Estado com os movimentos sociais, sindicatos e outras expressões associativas, mormente na área rural.

A qualidade de redação das atas melhora sensivelmente com o tempo (menos formalismo, melhor aplicação da norma padrão e descrição mais acurada dos acontecimentos). O dado, porém, que mais chama a atenção para os propósitos desta tese é o aumento considerável de reuniões e assembleias extraordinárias com possibilidade de participação de todos os associados, enquanto nos anos 1970

havia maior proporção de reuniões de diretoria. Reuniões de eleição e posse de diretorias distribuem-se uniformemente no tempo.

Quanto às pautas debatidas, durante todo o período, elas praticamente restringiram-se a assuntos específicos da pesca e dos pescadores, sendo os mais recorrentes os horários de saídas dos barcos, questões relacionadas às normas de pesca e comercialização bem como de funcionamento e limpeza de mercado. Poucas vezes registraram-se polêmicas. As mais comuns se referem a punições a associados que descumpriram normas da Colônia. Raramente registraram-se questionamentos às gestões e presidentes. Vale a pena, todavia, transcrever trecho que refere à questão de gênero e ilustra mudanças profundas nos costumes no período relativamente curto de menos de 30 anos:

(...) posteriormente foi levantada a situação sobre mulheres de pescadores em comercializar pescados dentro do Centro Comercial do Pescado. Com a palavra o Sr. Manoel Machado que apoiado pela maioria alegou ser contrário às mulheres venderem peixes pois as mesmas não possuem carteiras profissionais e se para as mesmas for aberta execução (sic) terá que ser aberta a execução para todas as mulheres. Poderá ocorrer que pescadores trarão para o Centro Comercial do Pescado pessoas, digo mulheres de maus costumes, pois em épocas de temporadas muitos (sic) pescadores profissionais amasiavam-se com mulheres muitas vezes com doenças e se aberta a execução poderá haver com isto uma desmoralização no centro (Ata 15/12/1978).

Hoje as mulheres possuem carteira de pesca, gozam de todos os direitos correspondentes e são pelo menos a metade dos vendedores de pescado em Matinhos. E dificilmente uma fala dessas seria emitida no espaço público de uma assembléia. Daí ser preciso colocar as coisas numa perspectiva temporal mais ampla e ter paciência histórica.

Voltando a aspectos organizativos, a diretoria da Colônia é escolhida em eleições diretas em que todos os filiados podem participar de chapas e votar. Pelo estatuto em vigor o mandato da diretoria é de quatro anos. O organograma é bastante simples: há uma diretoria – composta de presidente, secretário e tesoureiro – e um conselho fiscal, cada um com três membros titulares e três suplentes, com que o corpo dirigente da Colônia tem apenas 12 membros, sendo seis executivos.

A Colônia é regida por um estatuto, vigente desde 2005. Trata-se de um estatuto genérico, fornecido pela Confederação Nacional de Pescadores. (As colônias, no entanto, têm liberdade para acrescentar o que quiserem no documento,

desde que respeitem os princípios da unicidade sindical e do sistema de representação da pesca profissional, ou seja, estejam subordinadas às respectivas federações estaduais de pescadores e à referida confederação). Na Cidade, além do estatuto, a atividade dos pescadores é organizada pelo “Regimento Interno do Mercado de Pescados de Matinhos”, que fixa as normas para comercialização do produto e garante, ao pescador artesanal, a exclusividade na ocupação das bancas de venda.

Historicamente, a Colônia de Pescadores de Matinhos teve em seu corpo dirigente pescadores com fortes vínculos com a atividade e o município, situação que perdura até os dias de hoje, pois mesmo seu presidente, oriundo de Curitiba, está na cidade há quase três décadas, sempre atuando na pesca.

O principal objetivo formal da Colônia é a “representação e a defesa dos direitos e interesses dos seus associados”, conforme o Art. 1º do estatuto. A organização, portanto, na esteira da Constituição de 1988, tem prerrogativas de sindicato (mesmo não o sendo) e representa formalmente todos os pescadores profissionais de sua área de abrangência⁹⁸, diferenciando-se, nesse aspecto, de outras formas associativas, como as ONGs, por exemplo.

O estatuto da Colônia, em seu Art. 42, prevê a possibilidade de os dirigentes que compõem a diretoria serem assalariados para desempenhar suas funções. O parágrafo 2º do mesmo artigo estabelece os valores: “12% [da arrecadação mensal] ao Presidente, 9% ao Tesoureiro e 9% ao secretário”. Eles, porém, não vêm retirando esses pró-labores. Segundo o presidente, a Colônia passa por dificuldades financeiras, com dívidas acumuladas ao longo dos anos que atingem valores muito superiores à própria arrecadação anual. A atual gestão estaria tentando equacionar o problema, de modo a regularizar a vida financeira da organização.

Há diversas vantagens em se associar à colônia. Embora haja alguns pescadores não associados no município, praticamente todos o são. A razão primordial é de natureza legal, pois o gozo das prerrogativas e benefícios (ver capítulo anterior) aos pescadores profissionais é um direito dos associados à colônias. A filiação propicia direitos associativos, dentro do sistema de

⁹⁸ Como visto no capítulo anterior, a atual Constituição Federal, no seu Art. 8º, equipara as Colônias de Pesca aos sindicatos rurais.

representação dos pescadores⁹⁹, previstos pelo próprio estatuto da organização em seu Art. 8º, que diz:

São direitos dos pescadores:

- a) Gozar de todos os benefícios e prerrogativas que são atribuídos por Lei aos pescadores profissionais;
- b) Participar de todas as Assembléias, propondo, discutindo, votando e sendo votado;
- c) Representar contra atos da diretoria e recorrer a órgãos superiores;

Segundo minhas observações e as entrevistas que realizei, os benefícios sociais e prerrogativas do pescador são a principal motivação para estes se associarem à Colônia. Motivações de cunho político são escassamente mencionadas. Pode-se, nesse sentido, dizer que parcela significativa dos pescadores usufrui parcialmente as vantagens que detêm por pertencerem a sua associação, renunciando em parte aos direitos político-associativos.

Como toda organização formal, a Colônia possui, para além da distribuição de funções e recursos declarada, relações de poder informal, não especificada em suas disposições burocráticas. Desse modo, ao mesmo tempo em que os componentes da direção exercem uma forte influência junto à base dos pescadores, há outras lideranças com ascendência sobre grupos internos. Pude localizar pelo menos duas dessas: uma compõe a chapa de situação como membro do Conselho Fiscal e outra, ex-presidente da Colônia.

A primeira acumula a presidência do Clube de Mães da Colônia. Trata-se de uma mulher cuja influência ultrapassa o cargo, sobretudo entre as mulheres. Sua atuação não se resume à fiscalização – com que também tem a prerrogativa de cuidar das questões sanitárias do Mercado de Pescados, mas, diferentemente do que ocorre com quase todos os demais pescadores, inclui a participação em Congressos e outros eventos, nos quais busca destacar as questões de gênero no universo da pesca. É possível antever, aqui, a tentativa de colocar um novo tema – a questão feminina – na agenda desses sujeitos.

⁹⁹ Formalmente, o associado é obrigado a participar, pois há uma disposição estatutária, presente no Art. 9º, f, pela qual “o associado que deixar de comparecer a 3 (três) reuniões sucessivas, sem motivo justificado, poderá ter seus direitos sociais suspensos por 180 (cento e oitenta dias)”. Aparentemente essa disposição caiu em desuso, pois uma minoria, formada sempre pelas mesmas pessoas, costuma comparecer às reuniões da Colônia.

O ex-presidente acima referido lidera todo um grupo que poderia ser considerado mais crítico à atual diretoria (a oposição não é explícita). Sua gestão não chegou a ser concluída: faltando cerca de um ano para o término do mandato, houve intervenção da Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Paraná a pedido de um grupo de pescadores. O motivo foi uma alegada falta de zelo na administração das contas. Sem entrar no mérito da questão (que não tenho elementos para analisar), isso aparentemente não implicou que a liderança em apreço tenha amealhado recursos da Colônia (ao menos não houve elevação de seu padrão de vida).

Os relatos que obtive em conversas informais dão conta que à época do mandato desse presidente havia mais atendimento às demandas pessoais dos pescadores, num padrão assistencialista, além de mais espaço para atividades lúdicas entre os membros da colônia, motivo para queixas em relação à direção atual. Deve-se acrescentar a esses fatores o maior carisma pessoal, a facilidade de conversar e seduzir com argumentos do ex-dirigente, pois, como o próprio presidente atual admite, esse é um dos atributos que vem desenvolvendo desde que assumiu o cargo. Independentemente dos fatos, o que se quer destacar aqui é a importância dos espaços informais para as relações de poder dentro de uma organização.

A sobrevivência material da organização é garantida principalmente pelas contribuições dos pescadores, seus sócios efetivos, na forma de anuidades, cujo valor atual é de cerca de 120 reais (há cerca de 250 sócios pagando esses valores). Afora contribuições, a colônia recebe taxas de comercialização daqueles que vendem produtos para a manutenção do mercado, tem a posse do próprio mercado e de uma vasta área nas cercanias de sua sede, sobre a qual há várias edificações de uso comercial cujos valores dos aluguéis reforça o caixa da organização (não tive acesso aos balanços, pois, como já dito, a entidade passa por um processo de regularização). Além de receitas próprias, o estatuto da colônia prevê outras fontes de renda, inclusive subvenções e doações. Durante a pesquisa, a organização utilizou essa possibilidade ao menos uma vez, ao receber em doação um computador da Universidade Federal do Paraná, além de buscar recursos junto a órgãos governamentais para melhorar sua condição de funcionamento, como o pleito de um veículo, que vem sendo requisitado a instâncias governamentais. Essa

questão cinge um ponto importante na vida de uma organização da sociedade civil: as parcerias que ela estabelece.

Nas minhas observações, ficou mais ou menos patente que as articulações com outros atores se fazem mais fora da sociedade civil, junto a atores e organizações dentro da esfera estatal. Exceções são datas comemorativas e eventos, quando as organizações da cidade atuam de forma mais ou menos coordenada. Não observei, contudo, ações conjuntas e permanentes com ONGs, organizações de base comunitária, sindicatos, partidos, fóruns e redes. Em síntese, a contribuição das ações da colônia para o fortalecimento do associativismo civil e o conseqüente adensamento do capital social no sentido do empoderamento comunitário tem encontrado limites.

A mobilização insuficiente acaba por atingir os membros da base, pois, como revelam dados que trago na próxima seção, não é freqüente encontrar alguém que participe de forma mais ou menos organizada do associativismo, com efeitos desfavoráveis para a obtenção de recursos sociais e políticos de empoderamento. Como resultado, o escopo das ações da colônia fica restrito aos pescadores, não alcançando a comunidade, senão indiretamente. Quando ocorrem, as ações conjuntas com outros sujeitos da sociedade civil são pontuais e dentro da institucionalidade, mediadas pelo Estado, na medida em que o presidente da Colônia toma assento em diversos conselhos gestores municipais e estaduais. O aspecto favorável é que há potencial para se abrir novas frentes de atuação, que envolvam tanto a colônia quanto (e principalmente) sua base.

Há uma forte ligação com a Prefeitura do município, mesmo porque o Mercado de Pescados foi construído pelo executivo municipal e a ele se vincula. As relações são comuns também com órgãos do Governo do Estado, mas nesse caso não seguem uma única orientação. Se a cooperação com a Emater¹⁰⁰ é intensa o mesmo não se pode dizer da relação com os órgãos ambientais. Em linhas gerais, os pescadores entrevistados reconhecem a importância de órgãos como o IAP – Instituto Ambiental do Paraná e a Polícia Florestal. No entanto, de modo recorrente, queixam-se do rigor, em seu julgamento excessivo, da fiscalização desses órgãos

¹⁰⁰ Empresa do Governo Estadual responsável pela execução dos programas estaduais de incentivo à pesca.

sobre os pescadores artesanais, o que, segundo eles, prejudicaria os rendimentos e geraria prejuízos quando há multas e apreensão de material¹⁰¹.

A despeito de a maioria não participar das questões políticas, não se pode dizer que a participação na colônia seja baixa. Um exemplo são as reuniões, das quais, desde a fundação, participam em média de 20 a 30 pessoas – público semelhante o de assembléias de categorias com número muitas vezes maior de filiados.

Pelo que pude observar, a colônia tem buscado fazer a *advocacy* dos sujeitos a que representa, defendendo seus interesses nas mais diferentes instâncias. Exemplos não faltam: além de regularizar a situação dos pescadores para que eles possam usufruir benefícios da profissão, os dirigentes da colônia buscam mediar a relação dos pescadores com órgãos governamentais e mesmo com as demais forças políticas da cidade, além de reagir às ameaças à organização e à categoria.

No recente episódio do recrudescimento da fiscalização do IAP sobre a pesca de arrasto, testemunhei ações da Colônia, como, por exemplo, tentativas de obter novas licenças de pesca, negociações de uma trégua até que a situação se regularize, consultas com advogados para estudar soluções jurídicas e até protesto na praia, com mais de uma centena de pescadores e que incluiu a queima de uma canoa de madeira (sem uso, obviamente). A principal rede de televisão do Paraná, francamente contrária à atual administração do Estado, foi chamada para cobrir o protesto.

Embora o impasse não tenha sido totalmente resolvido até a conclusão dessa tese – mesmo porque o contexto é desfavorável, pois os pescadores defrontam-se com imposições legais –, nota-se nesse exemplo que a Colônia tem agido politicamente na defesa de seus integrantes, suprindo seu objetivo formal e, nesse caso, sendo responsável à *accountability* das bases. Adicionalmente, nesse episódio é possível a utilização de estratégias de mobilização, mediatização e judicialização como mecanismos de *accountability* social que podem ou não provocar ou não outras formas e resultar em empoderamento organizacional (ainda que os efeitos disso na cultura política dos sujeitos em questão sejam de difícil apreensão).

¹⁰¹ Embora tenham dado nota alta para a Preservação Ambiental (1,3), os pescadores entrevistados foram mais rigorosos na avaliação dos órgãos ligados à área, o Ibama (nota 0,4) e o IAP (nota 0,2).

Outros exemplos são ações da direção da Colônia em respostas à iniciativa da Secretaria do Patrimônio da União – SPU, que pretende remover residências de pescadores que ficam à beira do mar para urbanizar a área. Há, entre esses moradores, quem queira permanecer. E há os que aceitam ser assentados em outra área, situada a cerca de dois quilômetros da praia, se tiverem acesso a serviços públicos. O importante, no caso, é que nos fóruns de que participa, o presidente da Colônia tem procurado defender os interesses dessas pessoas, inclusive na discussão do Plano Diretor da cidade, que ocorreu em 2006. Tive a oportunidade de entrevistar quatro pessoas que moram na área. O que pude observar foi uma atitude de espera e de “delegação” para que outras pessoas equacionem a questão, à semelhança do que costuma acontecer no campo sindical.

Em suma, há como que uma ausência de ação mobilizadora mais efetiva, de politização mesmo da categoria. Isso reflete, por um lado, uma história de não politização dos temas – o debate na Colônia praticamente restringe-se a questões da pesca; por outro, o momento de reconstrução vivido pela organização, que faz com que ela se defronte com questões mais imediatas, tendo de negligenciar as ações mais puramente organizativas do ponto de vista do empoderamento político dos pescadores. Assim, não há uma estratégia consciente e coordenada para a ampliação da participação da base em ações políticas externas e internas, com essas ocorrendo ao sabor das circunstâncias. Em função disso, a categoria não tem desempenhado papel relevante no controle da transparência e da responsividade, enfim, na *accountability* política vertical e social dos governos nos seus diferentes órgãos e níveis, sobretudo no que se refere ao poder local, da prefeitura da cidade.

Com efeito, não é intensa a vinculação da Colônia e suas ações à idéia de uma sociedade civil autônoma, cujos movimentos se constituem pelo desiderato de maior participação das bases comunitárias nas questões públicas. Pode-se mesmo falar numa certa heteronomia em face do poder político municipal, o que é compreensível: numa cidade de pequeno porte, as relações são marcadamente cordiais (todos com quem conversei conhecem o prefeito e a maioria gosta dele como pessoa). Ademais, o Mercado de Pescados está vinculado à prefeitura, o que representa um limite às possibilidades de ação autônoma por parte da Colônia e dos pescadores. Por outro lado, os pescadores contam com um vereador, por eles eleito, que representa seus interesses no plano institucional e, teoricamente, aumenta a possibilidade de eles contarem com recursos políticos de empoderamento,

sobretudo visibilidade e algum poder de influenciar agendas (embora, como se verá no próximo capítulo, esse poder sofra constrangimentos).

As ações da Colônia – sejam elas proativas ou reativas – junto aos poderes, principalmente sobre executivo e legislativo, ocorrem principalmente nos bastidores, pois há um bom trânsito da direção com atores dentro desses, buscando-se, naturalmente oficializar os resultados das ações – como quando, por exemplo, vereadores de algum modo relacionados à pesca apresentam projetos oriundos de negociações prévias. Obviamente, isso não elide as relações institucionais da organização. Ações de caráter mais oficial são endereçadas ao judiciário, quando ocorre a busca por algum direito que afete a organização ou um de seus membros. Ainda que não se possa falar em falta de transparência, pois informalmente a direção procura informar os interessados sobre tais ações, poderia haver uma preocupação maior em constituir procedimentos rotinas para informar e possibilitar a participação das bases nessas ações e, assim, aumentar o grau de responsividade. Em suma, embora a Colônia e suas ações tenham visibilidade tanto na esfera estatal quanto na sociedade em geral, a pouca frequência de ações programadas e constantes pode reduzir as possibilidades de se conquistar poder no sentido de fazer valer o que os sujeitos acreditam ser seus direitos e interesses.

Ainda no tocante à *accountability* interna da organização, embora formalmente previstos, não encontrei mecanismos regulares de prestação de contas. Segundo o presidente da Colônia, isso se deve ao fato de as contas estarem passando por uma espécie de auditoria e de organização. Está em seu planos a divulgação periódica das ações e da execução orçamentária. Aqui abro um parênteses: aparentemente este dirigente concentra atribuições, embora se trate de alguém com personalidade visivelmente democrática. Tal concentração deve-se à falta de pessoas dispostas a dividir suas funções, com prejuízos à gestão da Colônia.

A despeito das limitações na prestação de contas, pode-se observar uma razoável responsividade da organização aos seus membros, pois os dirigentes abrem-se ao diálogo e às sugestões que vêm das bases e mesmo fora delas. Para sua implementação, contudo, condições materiais e organizacionais são escassas – um dos fatores talvez seja a própria simplicidade do organograma: três diretores titulares (sendo que só um dedica-se diariamente à sua função) já têm dificuldades para desempenhar as tarefas rotineiras e operacionais (no que, friso, vêm se saindo

bem), o que praticamente inviabiliza a implementação de um plano de ações de maior alcance. Afora isso, não se observam canais institucionais com os quais os associados possam influenciar cotidianamente na formulação e aplicação de estratégias pela colônia. Isso se dá de maneira informal, pois o presidente da Colônia freqüenta diariamente os espaços da organização, mantendo um diálogo permanente com as bases na forma de conversas.

O corolário dessas considerações é que a Colônia constitui uma comunidade política que formalmente possibilita uma participação ativa de seus membros. Nesse sentido, internamente poderia ser adjetivada como democrática e participativa, porém com um sinal fraco, à medida que não há uma forte correspondência das oportunidades de participação com a participação que ocorre de fato. As ações da colônia aparentemente têm tido influência limitada sobre indicadores de participação, cultura e sofisticação políticas dos sujeitos. Estes, quando participam em suas comunidades, dificilmente o fazem no âmbito da esfera pública – em conselhos gestores, organizações da sociedade civil e fóruns, por exemplo. Tal conclusão é reforçada pelos resultados das entrevistas com os pescadores, discutidos na próxima seção. Antes, porém, para fechar esta seção sobre aspectos organizacionais, trago resultados dessas entrevistas acerca da opinião dos pescadores sobre sua colônia.

Todos os homens e quase 80% das mulheres entrevistadas afirmaram que a colônia ajuda os pescadores, e isso pelas mais diversas razões, cujas principais são: apoio financeiro, mediante a intermediação de empréstimos a juros baixos (Pronaf) e programas de benefícios à atividade (Paraná 12 meses e Panela Cheia); documentação, com que é possível pescar, acessar os referidos benefícios e receber a aposentadoria especial do pescador; e auxílio em caso de doenças, seja providenciando remédio, seja transportando pessoas a hospitais etc. Outros auxílios citados foram aposentadoria, apoio jurídico, geração de renda, formação do pescador por meio de cursos, além de apoio nos momentos de maior dificuldade financeira.

Todavia, enquanto menos de um quinto dos homens disseram que a Colônia teria pontos a melhorar, praticamente 70% das mulheres acham o mesmo. É interessante notar que as sugestões das mulheres direcionam-se, principalmente, a uma maior participação da base nas decisões. Vale transcrever um trecho bastante ilustrativo, que em parte corrobora as análises sobre esses sujeitos: “a colônia faz

muito pouco pelo poder que tem (...) o pescador não sabe o poder que tem” (Mariana). Os homens, por seu turno, pedem principalmente que a Colônia os auxilie mais no caso de danos às embarcações.

Logo a seguir, vêm algumas falas críticas em relação à credibilidade da organização na sociedade local e à necessidade de regularização contábil, aspectos que, segundo o atual presidente estariam passando por melhorias. Outros elementos, apontados como pontos a incrementar, são a redução do machismo que, segundo uma entrevistada cuja liderança é pronunciada, ainda imperaria entre os pescadores; a necessidade de valorização da colônia; a organização administrativa; e a limpeza do mercado de pescados.

Afora os dois elementos acima, a ajuda prestada pela colônia e a necessidade de melhorias, merecem relevo citações com elogios ao atual presidente (cerca de um quarto dos homens) e a importância da colônia como entidade representativa dos pescadores.

Menos freqüentes foram opiniões acerca da solidariedade que a organização promoveria entre seus integrantes e a importância da Colônia como ponto turístico de referência da cidade. Embora pouco citados, elas são importantes, pois valorizam a colônia como espaço coletivo de sociabilidade e encontro, não apenas de pessoas da cidade, mas também dos muitos visitantes.

Em linhas gerais, as opiniões dadas pelos homens tiveram conotação favorável numa freqüência substancialmente maior que as das mulheres. Essas, por seu turno, concentram a maior parte das opiniões de conotação negativa. Da análise das respostas pode-se inferir que a hegemonia masculina na condução dos assuntos da Colônia gera, em maior ou menor grau, insatisfação entre elas. Várias destas, relativamente alijadas do poder político (ou ao menos se sentindo nessa condição), ficam mais à vontade para elaborar críticas à organização, seus dirigentes e à própria dinâmica da atividade pesqueira.

Em linhas gerais, infere-se que os pescadores estão satisfeitos com sua colônia. No entanto, vêem-na mais como local de trabalho do que como instância mediadora por meio da qual pudessem vocalizar suas percepções acerca da política e mesmo participar mais ativamente da vida comunitária. Nesse sentido, diferentemente do que foi inicialmente hipotetizado, o fato de os sujeitos pesquisados comporem uma organização da sociedade civil e, assim o fazendo,

inserir-se no fenômeno associativo, tem influência insuficiente no aprofundamento da democracia, ao menos a partir dos indicadores aqui propostos, o que, de certo modo, relativiza, no caso específico de Matinhos, a assunção sugerida por Cardoso (2001) de que o pescador artesanal se estaria constituindo um sujeito coletivo nos moldes propostos por Sader (1995).

7.3 O PESCADOR ARTESANAL DE MATINHOS

7.3.1 Caracterizando o Pescador – Aspectos Demográficos

A compreensão do sujeito investigado nessa pesquisa – a pescadora e o pescador associado à Colônia de Pescadores de Matinhos – passou inicialmente por reconstituir suas características demográficas e socioeconômicas. Além disso, requereu levantar aspectos de suas relações com a política, seja no tocante à participação na própria Colônia, na comunidade e em diferentes fóruns e organizações, seja no que concerne a cultura e comportamento políticos. Com isso, foi possível avaliar o funcionamento das (e, de alguma forma, confrontar) categorias desta tese, no plano empírico dos sujeitos. Os resultados dessa avaliação compõem esta seção.

A Colônia de Pescadores de Matinhos reúne 273 filiados. Há uma forte prevalência de homens – são 205, ante 68 mulheres. A maioria dos pescadores concentra-se em faixas etárias intermediárias (Tabela 1) e cerca de 60% dos homens e das mulheres têm de 30 a 50 anos.

Tabela 1 - Pescadores artesanais de Matinhos - faixa etária

Idade	Homem		Mulher		Total	
	N	%	N	%	N	%
Até 30 anos	50	24%	18	26%	68	25%
30-40	60	29%	19	28%	79	29%
40-50	57	28%	14	22%	71	26%
50-60	36	17%	16	24%	52	19%
60 ou mais	2	1%	1	1%	3	1%
Total	205	100%	68	100%	273	100%

Fonte: Fichas cadastrais dos filiados à Colônia de Pescadores de Matinhos Z-4

Em ambos os gêneros, há também uma proporção considerável de pessoas com até 30 anos, cerca de um quarto do total. A profissão, portanto, continuaria a ter alto potencial de atratividade entre os jovens das famílias envolvidas com a pesca (quase todos os que eu entrevistei são descendentes de pescadores)¹⁰². No entanto, entrevistas e conversas informais dão conta de que esse pode ser também um fenômeno recente, ligado a programas oficiais que beneficiaram o setor, notadamente a possibilidade de financiamento a juros baixos para aquisição de embarcações, equipamentos e material.

Expressiva maioria da população pesquisada é casada¹⁰³ – quase 70% dos homens e 80% das mulheres. Quanto à filiação religiosa – dado extraído da amostra – 80% são católicos, 17% evangélicos e 3%, não têm religião, não havendo diferenças significativas entre os gêneros. Não identifiquei fiéis de outras denominações. Vale frisar que a família e a religião estão entre os aspectos mais bem aquilatados, com avaliações bastante superiores às recebidas por outras instituições, sobretudo políticas – na média, a família obteve conceito próximo de ótimo (1,7); as religiões, bom (as médias das igrejas Católica e evangélicas foram 1,3 e 1,0, respectivamente) (ver Apêndice B).

Embora Matinhos seja a origem mais comumente citada pelos entrevistados (47% dos homens e 40% das mulheres são matinhenses), não é dessa cidade que a maioria provém (Tabela 2). Somando-se os homens e as mulheres que vieram de outras localidades do Litoral do Paraná, constata-se que esta região é o berço de 60% dos pescadores. Todos os demais vieram de outras localidades, reflexo do crescimento demográfico que as cidades costeiras do Paraná vêm experimentando nos últimos anos.

¹⁰² O Fenômeno foi identificado, também, na pesquisa de Garcezi e Sánchez-Botero (2005) sobre pescadores artesanais do Rio Grande do Sul.

¹⁰³ Não distingi casamentos formais de uniões estáveis, tratando-os como sinônimos para os propósitos desta investigação.

Tabela 2 - Pescadores artesanais de Matinhos - Região de origem

Origem	Homem		Mulher		Total	
	N	%	N	%	N	%
Matinhos	97	47%	27	40%	124	45%
Paranaguá	17	8%	4	6%	21	8%
Guaratuba	8	4%	1	1%	9	3%
Outra Litoral	3	1%	4	6%	7	3%
Curitiba e RMC	19	9%	9	13%	28	10%
Interior PR*	21	10%	9	13%	30	11%
Joinville	6	3%	0	0%	6	2%
Litoral de Santa Catarina**	14	7%	1	1%	15	5%
Interior de Santa Catarina	3	1%	5	7%	8	3%
São Paulo – Capital e Litoral***	6	3%	3	4%	9	3%
Interior de São Paulo	0	0%	1	1%	1	0%
Outros estados	4	2%	3	4%	7	3%
Não informado	7	3%	1	1%	8	3%
Total	205	100%	68	100%	273	100%

Fonte: Fichas cadastrais dos filiados à Colônia de Pescadores de Matinhos Z-4

* De todas as regiões, mas principalmente das de Ponta Grossa e Centro-Sul do Estado.

** Principalmente litoral norte: são Francisco do Sul, Barra Velha, Araquari.

***Principalmente litoral sul: Santos, Cananéia, Mongaguá, Itanhaém.

De Curitiba e demais municípios da Região Metropolitana, advém cerca de metade dos “forasteiros”, sendo expressiva a parcela de oriundos de Santa Catarina, principalmente do litoral norte desse Estado, seguida pela de paulistas, também na maior parte litorâneos. Outros estados, inclusive distantes, como os do Nordeste Brasileiro, constituem a origem dos demais. Independentemente da região, a maioria dos entrevistados informou ter vindo de famílias de pescadores.

Os pescadores pesquisados, em geral, têm pouca escolaridade formal: mais de 60% das mulheres e dois terços dos homens não completaram o ensino fundamental, sendo que os percentuais dos que não chegaram a concluir a quarta série são de 46% entre elas e de 35% entre eles. Na outra ponta, não há quem tenha concluído o ensino superior (embora uma mulher, de 20 anos, e um homem, de 34, o estejam cursando).

Tabela 3 - Pescadores artesanais de Matinhos - escolaridade

Escolaridade	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Sem escolaridade	1	6%	0	0%
Até 4ª série	5	29%	6	46%
Até 7ª série	5	29%	2	15%
Fundamental completo	1	6%	1	8%
Médio incompleto	2	12%	0	0%
Médio completo	1	6%	3	23%
Superior incompleto	2	12%	1	8%
Superior completo	0	0%	0	0%
Pós-graduação	0	0%	0	0%
Total	17	100%	13	100%

Fonte: Pesquisa de campo

As razões para indicadores educacionais tão acanhados são variadas. Uma é estrutural: a incipiente rede escolar da região, ainda escassa, sobretudo nos níveis mais avançados. No entanto, para além da oferta de estrutura de ensino, alguns depoimentos que colhi apontam elementos relacionados a características específicas do grupo examinado para a baixa escolarização.

Segundo um ex-dirigente da colônia, “o pescador é uma pessoa que não vai para o estudo”, e complementa com uma fala até certo ponto desqualificante: “Vários pescadores aqui *eram inteligentes*, mas com dez filhos não dá...” (Rodolfo, grifo meu). Trata-se de declaração ao encontro de uma crença aparentemente arraigada nas camadas populares (e não só nelas) que concede à educação formal o monopólio do saber e da inteligência, o que não deixa de ser desempoderante e talvez, no caso estudado, uma das causas da baixa participação em temas mais complexos da política¹⁰⁴, como se verá adiante. Por outro lado, na mesma conversa, de que tomaram parte dois outros membros da Colônia, ouvi que a busca de melhores condições de sobrevivência, inclusive de escolarizar os filhos, provocou

¹⁰⁴ Mais de um informante afirmou não se posicionar politicamente por não ter estudo.

abrupta queda nas taxas de fecundidade entre as famílias de pescadores. Com algumas exceções, constatei-o em visitas às suas residências.

A despeito de terem os mesmos direitos formais enquanto associados da Colônia¹⁰⁵, os gêneros apresentam importantes distinções entre si no que respeita à divisão do trabalho. Em regra, as mulheres não vão para o mar para trabalhar, sendo esse um apanágio masculino¹⁰⁶. Resta a elas, então, as demais atividades relacionadas à pesca, quais sejam, o beneficiamento e a venda dos pescados.

A divisão do trabalho, contudo, não se restringe ao gênero. Entre os homens há também diferentes atividades, as quais hierarquizam os sujeitos também. Tradicionalmente, e os dados sobre a origem dos pescadores o comprovam, entra-se na pesca por meio da família. Até pouco tempo atrás, meninos de 10 ou 11 anos já acompanhavam seus pais nas canoas em alto-mar.

Atualmente, porém, por conta da legislação, a atuação dos Conselhos Tutelares tem vedado este tipo de trabalho aos menores de idade. Assim, os mais jovens iniciam-se na pesca na condição de “cambistas”, cuja função é auxiliar a colocar e tirar as embarcações da água em troca de pequenas quantidades de peixe que vendem, auferindo algum ganho. Aqueles que permanecem na atividade tornam-se aprendizes de pescador e começam a freqüentar o mar com os mais experientes, passo obrigatório para tornar-se pescador profissional.

Mesmo entre os pescadores que vão para alto-mar há pelo menos uma diferenciação relevante: entre os donos das canoas e os camaradas, que auxiliam os primeiros. Tal distinção reflete-se nos ganhos¹⁰⁷. Estes são repartidos em quatro partes, duas das quais ficam para os donos¹⁰⁸ e uma parte para cada um dos camaradas – daí porque estes são também conhecidos como quinhoeiros. Muitos donos de canoas também pescam e, portanto, ficam com uma das partes referidas,

¹⁰⁵ Embora não haja certeza disso em relação à profissão em si, razão por que os deputados federais Luci Choinacki (PT/SC) e Adão Preto (PT/RS) apresentaram projeto de Lei à Câmara Federal para equiparar formalmente as mulheres que trabalham no cultivo de pescados aos trabalhadores que os coletam no mar.

¹⁰⁶ À semelhança do observado por Woortmann (1992) em comunidades pesqueiras do nordeste.

¹⁰⁷ Com efeito, todos são de algum modo “patrões” (ou ao menos assim se concebem), na medida em que auferem rendimentos de acordo com o que produzem. Não há, em geral, relação de assalariamento, embora haja proprietários e não proprietários dos meios de produção, com reflexos na distribuição da renda da pesca e, vale dizer, do poder político dentro da Colônia – assunto não muito presente nos discursos dos pescadores.

¹⁰⁸ De onde retiram também os recursos para investimento custeio da atividade, incluindo aquisição e manutenção de embarcação e material de pesca.

de modo que obtêm ganhos significativamente superiores àqueles que não as possuem.

7.3.2 Como os Pescadores de Matinhos Percebem seu Trabalho

Nas minhas observações e conversas informais com homens e mulheres associados à Colônia, fica mais ou menos patente que as atividades tipicamente masculinas têm uma valorização maior nesse universo – ainda que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres tenha recebido avaliação positiva pelo grupo (média 1,1) e o machismo tenha sido um dos aspectos de pior nota, (-1,5). Isso se traduz, inclusive, no amplo domínio deste gênero no corpo diretivo. Entre os 12 membros dos órgãos permanentes (Diretoria e Conselho Fiscal), há apenas uma mulher, no segundo órgão, um desequilíbrio substancial em relação à proporção de associadas (um quarto do total)¹⁰⁹. Como consequência, embora a presença no cotidiano da Colônia seja expressiva para ambos os gêneros, ela é sensivelmente maior entre os homens – todos eles afirmaram participar do dia-a-dia da organização, contra cerca de 70% das mulheres (Tabela 4).

Tabela 4 - Pescadores artesanais de Matinhos – participação no dia-a-dia da Colônia de pescadores

Participa	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Sim	17	100%	9	69%
Não	0	0%	4	31%
Total	17	100%	13	100%

Fonte: Pesquisa de campo

Apesar da divisão de trabalho entre os gêneros, não há diferenças significativas no tocante ao apego à profissão. Os percentuais de homens e mulheres que afirmam não querer trocar de atividade são quase os mesmos, em torno de 70%. Esses dados são importantes no que se refere ao empoderamento, principalmente em seus recursos identitários. Se por um lado, muitas dessas pessoas adotaram a profissão por falta de alternativas na região ou por achar que

¹⁰⁹ A uma entrevistada disseram ser proibida a formação de uma chapa exclusivamente feminina para as eleições de diretoria da Colônia, o que evidentemente não é verdade (no Art. 25 do Estatuto da Colônia, que trata da composição dos órgãos, não há nenhuma norma relativa a gênero).

ela condiz com sua escolaridade/capacidade, por outro a satisfação com o próprio ofício não deixa de ser um indicador de autovalorização e auto-estima.

Entre os que trocariam de profissão, as mulheres tendem a preferir ocupações que exigem formação mais específica, em áreas como desenho industrial, magistério, enfermagem e turismo. Os homens, por seu turno, optariam por áreas como construção, administração, meio ambiente ou no funcionalismo público.

Os entrevistados, independentemente de gênero, apontaram quantidade substancialmente maior de vantagens do que de desvantagens na profissão, o que pode explicar o fato de poucos quererem mudar de ofício.

Quadro 1 - Pescadores artesanais de Matinhos - vantagens e desvantagens da profissão

Vantagens	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Econômicas	10	59%	10	77%
Relacionais e culturais	6	35%	5	38%
Liberdade/comodidade	7	41%	4	31%
Saúde (ar livre, natureza, peixe mais fresco)	4	24%	2	16%
Outras	1	6%	2	16%
Desvantagens	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Riscos	7	41%	2	15%
Econômicas	4	24%	3	23%
Sazonalidade	3	18%	2	15%
Falta de estudo	3	18%	1	8%
Outras	3	18%	0	0%

Fonte: Pesquisa de campo

A categoria de vantagens da profissão mais mencionada pelos pescadores investigados refere a fatores econômicos, para ambos os gêneros (Quadro 1). Eles e elas destacam a própria renda auferida, mas também citam outros aspectos, como apoio governamental (crédito¹¹⁰ e seguro desemprego) e o fato de os equipamentos

¹¹⁰ A partir dos depoimentos colhidos, pode-se afirmar que a inclusão da atividade pesqueira no Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) tem sido um estímulo para sua manutenção, pois todas as menções ao apoio governamental aludem a este programa, o qual não beneficia apenas aqueles que possuem embarcações, mas também os demais, ao financiar redes e outros meios de produção.

atuais propiciarem maior produtividade. Com efeito¹¹¹, a pesca garante rendimentos razoáveis, sobretudo para os proprietários das canoas e aos que vendem os pescados, embora o beneficiamento do produto, comumente exercido pelas mulheres, gere ganhos menores.

Entre os homens, a segunda categoria de aspectos favoráveis da pesca tem a ver com a liberdade que este ofício proporciona, bastante citada pelas mulheres também, ainda que com menos frequência. Essa diferenciação entre os gêneros reflete o fato de apenas os homens irem ao mar profissionalmente. Cabem às mulheres os afazeres em terra, mais repetitivos e rotineiros, ainda que uma informante enfatize a comodidade de poder trabalhar em casa descascando camarões. Não poderiam faltar comparações com a pesca industrial que, segundo alguns entrevistados, impõe um maior tempo no mar (pode ultrapassar dez dias, enquanto os pescadores artesanais despendem algumas horas em cada pescaria).

A autonomia de ação percebida pelos pescadores artesanais que vão ao mar é importante do ponto de vista do empoderamento, em seus recursos identitários e econômicos, pois os que citaram esse fator destacam o fato de não terem patrões e assim ter mais controle sobre seu trabalho bem como sobre o tempo (ainda que haja menções negativas ao fato de ser necessário acordar muito cedo). Nas palavras de um dos entrevistados, “a vantagem de ser patrão é estar sempre jogando com a sorte, na verdade, porque você nunca tem um salário fixo, você sempre tá arriscando a ganhar mais, né. Então é isso que te dá um certo vício da pescaria porque você sempre tem o risco de matar uma boa quantidade de peixe e ganhar” (Afrânio). Ou seja, além de, em grande medida, ter controle sobre sua atividade, o pescador, por isso mesmo, não desempenha atividades enfadonhas, comuns em outras ocupações predominantemente manuais:

Eu acho que perante de qualquer coisa, pode ser pedreiro, marceneiro, construtor, um... Qualquer coisa, 95% eu acho que o pescador é uma matéria boa de trabalhar, tipo assim, como “oreia seca” assim, e o cara paga pra ele 15, 10, cinco, comendo bóia fria... Prefiro ser pescador, se ele tiver uma canoa, uma embarcação, ele ganha o dia dele, não tá esquentando a cabeça, se uma semana ele vai pra fora, uma semana engrossar, ele tem uma semana, ele tem dinheiro pra comprar, ele não precisa trabalhar, sabe que o pescador tem essa parte. (Pimenta)

¹¹¹ Ver adiante seção 7.3.4 *Aspectos econômicos*.

Entre as mulheres, vantagens relativas a aspectos relacionais e culturais constituem o segundo conjunto mais referido – entre os homens, o terceiro. Aqui, enfatiza-se o costume da pesca, o saber próprio a este ofício e a tradição familiar e regional. Falas – como “eu, como já nasci nessa profissão, já meus pais, meus avós, são todos pescadores” (Carla); “Eu nasci e me criei na pesca, praticamente” (Danilo); “até hoje o ramo que eu tive na vida foi pescador, nasci pescador!” (Pimenta) – mostram tratar-se de uma profissão tradicional, em grande parte exercida por filhos, netos, bisnetos de pescadores, e na qual historicamente se começava em idade tenra. A importância disso reside na preservação de valores culturais e de coesão comunitária, que propiciam aos indivíduos uma referência ético-cultural e o sentimento de pertença a um grupo e a um lugar, fator de sociabilidade e auto-estima. Ainda dentro dessa categoria de vantagens, há menções a sentimentos e valores, tais como a amizade e a solidariedade dentro da categoria.

Outro fator a receber diversas menções favoráveis, principalmente de homens, relaciona-se à saúde. Segundo esses entrevistados, a pesca é benéfica, pois é feita ao ar livre, em contato direto com a natureza, com menor estresse em comparação com atividades realizadas em locais fechados (curioso é que, como se verá adiante, prejuízos à saúde são referidos como desvantagem). Ademais, o produto da pesca artesanal seria superior ao da pesca industrial, em qualidade e frescor, trazendo mais benefícios a seus consumidores.

Outros tipos de vantagens apontados foram: a preservação da natureza (aqui, compara-se os impactos ambientais causados pelas modalidades artesanal e industrial de pesca, muito menores no primeiro caso), citada por um homem e uma mulher; e uma valorização das mulheres dos pescadores. Esta última, embora tenha sido mencionada por apenas uma das entrevistadas, permite vislumbrar canais de empoderamento feminino neste universo de amplo domínio masculino.

Ainda que em menor número, pois vários entrevistados afirmaram não haver pontos negativos na profissão, algumas desvantagens foram apontadas (Quadro 1). A mais recorrente, entre homens e mulheres, constitui, até certo ponto, a outra face da moeda das vantagens: os riscos inerentes à profissão, principalmente financeiros, mas também à segurança do trabalhador.

Os riscos financeiros decorrem de cada um ser, com maior ou menor intensidade, patrão de si. Entre os pescadores artesanais não se estabelecem vínculos empregatícios. As relações de trabalho obedecem à regulamentação específica do setor. O que há, como dito, é uma divisão do trabalho em que cada um assume um papel e, por isso, fica com parcela dos ganhos de acordo com a valorização social da tarefa desempenhada. Desse modo, a propriedade da canoa e a venda de pescados no mercado são atividades mais valorizadas, que exigem dispêndios financeiros (para aquisição das embarcações e material e pagamento do ponto de venda) não suportados pela maioria dos pescadores. Na outra ponta, está o já comentado beneficiamento de pescados¹¹² além do trabalho de pequenos reparos em redes e outros implementos. Outros riscos de mesma ordem derivam de perdas e estragos em embarcações, motores e material de pesca, causados por intempéries, desgaste e barcos de pesca industrial que, não raro, passam sobre as redes, por vezes com danos irreversíveis. Nesse caso, resta ao pescador arcar com prejuízos.

Os riscos à segurança desse trabalhador são variados. Além do perigo de morte por afogamento, a pesca impõe o uso de força física excessiva, a qual incide principalmente sobre membros e coluna cervical, além de exposição demasiada ao sol. De acordo com as normas de segurança das embarcações, a utilização de colete salva-vidas é obrigatória, mas este parece ser um assunto tabu na comunidade. Todos com que conversei sobre isso disseram que ninguém se serve do equipamento – se o fizessem, completam, seriam objetos de chistes acerca de sua masculinidade. Nesse caso, a tradição, a herança cultural desempodera¹¹³. Igualmente incomum é o emprego de filtros solares, apesar da disseminação do uso de chapéus. Com efeito, observei que, ao mesmo tempo em que são homens que apresentam boa forma física, proporcionada pelo esforço das horas de trabalho no mar e em terra, têm epidermes e olhos como testemunhas deste esforço.

¹¹² Apesar de constituir atividade monótona e repetitiva, pelo que pude observar, os (normalmente as) que a realizam gostam. Em regra, fazem-no em grupos, conversando sobre diversos assuntos, principalmente seus problemas cotidianos.

¹¹³ Há, inclusive, registros de um pescador que morreu por não saber nadar e estar sem o equipamento e, neste ano, de uma dupla obrigada a nadar por horas em função de um naufrágio. Conversei com o irmão de um deles, que me disse que eles só sobreviveram por pensarem, constantemente, em suas famílias, uma razão ética. Lembrei-me, imediatamente, de um conto de Saint-Exupéry, no livro *Terra dos Homens*, em que o protagonista Guillaumet consegue sobreviver a uma queda de avião nos Andes chilenos e a dias de caminhada por refletir sobre as dificuldades que sua morte causaria a seus entes queridos.

A insegurança no mar também é utilizada por uma informante para defender o preço cobrado pelo pescado junto a consumidores mais exaltados: “chamavam a gente de ladrão, que a gente tava roubando porque o peixe é de graça, daí eu disse: 'mas ninguém sabe o que gasta e o sofrimento, quantas vidas já foi perdida ali'. Vi muita gente morrer e a gente não tem aquele apoio” (Severiana).

A questão do preço remete a outro ponto considerado desfavorável pelos pescadores. A segunda categoria de desvantagens tem natureza econômica. Os entrevistados queixam-se dos elevados custos da atividade em relação à rentabilidade. Reclamam, ainda, da inclusão da pesca artesanal nos períodos de defeso, alegando que o baixo impacto ambiental da atividade, na comparação com a modalidade industrial, justificaria a permissão de pesca para o ano inteiro. Criticam, ainda, o baixo valor das aposentadorias (um salário mínimo), devendo-se, nesse caso, frisar que o valor da contribuição previdenciária é significativamente menor que os de outras categorias de trabalhadores.

Em diversas conversas informais que mantive, os custos da atividade também se manifestaram como justificativa para o alto preço do produto: “às vezes o pessoal acha que o peixe é caro, mas é porque o pescador tem que estar sempre renovando o material de pesca” (Olavo). (Em minhas observações, pude constatar o permanente trabalho de montar, costurar e remendar redes.)

Um dos pescadores, também numa conversa informal, comparou a atividade pesqueira com a pecuária bovina, com vantagens para a última: enquanto nesta controla-se a produção da mercadoria em todas as fases do processo, na pesca artesanal isso não é possível, pois a pesca marítima não é uma criação e sim uma modalidade de caça, na qual a presa não obedece a um manejo, exceção feita à criação de moluscos como ostras e mariscos, de modo que muitos acasos afetam seu sucesso¹¹⁴. Em função dos altos custos da atividade, um dos informantes relatou proposta que fez de isenção tributária:

¹¹⁴ Isso talvez explique também o fato de o preço do pescado em supermercados de Curitiba que freqüente não apresentar diferenças significativas dos valores praticados no Mercado de Pescados de Matinhos. No primeiro caso, trata-se em sua maioria de produto da pesca industrial de arrastão, da qual nada que esteja passando escapa, feita por barcos com câmaras frigoríficas de alta capacidade de armazenamento. Não é o caso da pesca artesanal que, no entanto, resulta em produtos tidos como de melhores características de frescor, sabor e aparência.

Inclusive eu pedi pra um amigo meu, que é amigo de deputado, eu pedi pra ele fazer um projeto pro pescador ter material mais barato (...) o taxista vai lá compra um carro hoje, com 40% de desconto; então tipo, não podia fazer isso com o pescador? Ele não vai lá comprar o motor pra ele ficar brincando aqui; ele quer um motor novo pra trabalhar (César).

Quanto à questão do defeso, alguns informantes propõem que este só incida sobre o pescador industrial:

(...) Aí nesse defeso eles incluem o artesanal e o industrial, só que o industrial quando cai na água o que ele mata num mês eu vou levar seis anos pra conseguir (...) pra poder pegar o que ele pegou em um mês (...) o cara não vai trabalhar com oito panos como eu trabalho, oitocentos metros de comprida, o cara vai trabalhar com 10.000 metros de comprida, entende? O impacto que ele vai dar. Eu consegui pegar 200 e poucos quilos de peixe com oitocentos metros, agora você imagina um cara com 10.000 metros de rede (...) só que eu acho que, no defeso, ao invés de fazer o defeso incluindo industrial e artesanal, devia excluir o artesanal; deviam deixar o artesanal trabalhar direto (Amadeu).

O terceiro aspecto negativo da profissão mais lembrado, também independentemente de gênero, foi a sazonalidade que a caracteriza. A questão tem duas faces: uma é ditada pela dinâmica turística, já que na temporada de verão e em feriados o número de consumidores de pescados no mercado de Matinhos multiplica-se, para diminuir drasticamente no restante do ano. (Isso obriga os pescadores a buscar outros mercados, distantes, como o de Curitiba, aumentando seus custos e/ou reduzindo seu poder de barganha). A outra face é o comportamento da natureza, dos regimes de migração e reprodução das espécies, que faz com que essas sejam mais ou menos abundantes ao longo do ano, em decorrência de fatores climáticos, com implicações para a produção e a renda.

Em suma, as falas acima mostram que, com seus recursos lingüísticos, esses pescadores artesanais apresentam grande capacidade de reconhecer os limites de uma atividade extrativista, dependente de múltiplas variáveis (ambientais, climáticas, econômicas etc) para ser bem-sucedida, bem como os impactos da pesca artesanal sobre a natureza, mormente quando a comparam à modalidade industrial.

A seguir, aparece a pouca escolaridade como algo que impele o indivíduo à pesca na falta de opções profissionais supostamente melhores, fator lembrado principalmente pelos homens. Na asserção de uma das jovens pescadoras, corroborada pelos dados de educação formal previamente apresentados: "Hoje, é difícil alguém sair da pesca porque acho que a maioria das pessoas que são

pescador pararam de estudar muito cedo né, e se for procurar outro serviço, qualquer serviço que seja, o estudo está em primeiro lugar, e acho difícil um pescador que tenha o estudo completo” (Bárbara).

Trata-se de opinião elucidativa do ponto de vista dos recursos identitários de empoderamento: ao mesmo tempo em que demonstram orgulho do que fazem e de sua importância, atribuem ao ofício um desvalor, algo que independe de atributos intelectuais para ser executado. No entanto, a atividade pesqueira, principalmente na ida ao mar, na colocação e retirada de redes de pesca e na própria coleta do pescado, envolve razoável complexidade, típica em grande parte dos ofícios artesanais.

Como mencionei no capítulo anterior, o pescador deve ter controle dos tempos, ser capaz de agir e decidir com rapidez e precisão, dominar todas as etapas do ciclo produtivo da pesca. Essas habilidades envolvem conhecimentos, mais ou menos intuitivos, em diferentes domínios: geografia, meteorologia, astronomia, biologia entre outros. O pescador que vai ao mar precisa conhecer minuciosamente a região e seus acidentes geográficos, com forte noção de distância e perspectiva, o regime das marés e dos ventos, o céu e a influência dos astros, como o sol e a lua, a etologia das espécies marinhas, a interpretação do aspecto do mar, suas cores e conformação de suas ondas, as estações do ano, os fenômenos climáticos e suas consequências. A tudo isso, deve-se somar coragem e sangue-frio, pois se encaram situações desafiadoras, periclitantes, em que decisões equivocadas geram riscos de grande monta. Trata-se, portanto, de um profissional cuja preparação pode levar anos, diferentemente do que ocorre em trabalhos manuais repetitivos.

7.3.3 Como os Pescadores de Matinhos se Percebem

Conquanto sejam análogas as proporções de homens e mulheres que gostam de sua profissão, o mesmo não se pode dizer da percepção que os gêneros têm de seu papel nas relações com os outros, dentro e fora da profissão. Enquanto quase três quartos dos homens pesquisados afirmam influenciar a vida de outras pessoas, entre as mulheres tal proporção é pouco mais que a metade. Perguntei, então, como se dava esta influência (Quadro 2). A resposta da maioria foi “ajudando os outros”, principalmente no trabalho.

Quadro 2 - Pescadores artesanais de Matinhos – influência sobre outras pessoas

Como influencia	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Ajudando os outros	6	50%	3	60%
Exercendo algum tipo liderança	4	33%	2	40%
Outros	2	16%	3	60%
Por que não influencia	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Não atrapalho	4	67%	3	60%
Desinteresse dos outros/individualismo	2	33%	4	80%

Fonte: Pesquisa de campo

Obs: as porcentagens foram obtidas considerando-se o número de homens e mulheres que afirmaram influenciar outras pessoas (respectivamente 12 e oito) e não influenciar outras pessoas (cinco em ambos os gêneros).

O segundo tipo de influência mais citado (embora com quantidade bem menor de menções) foi o exercício de algum tipo de liderança. Ainda que os números sejam pouco expressivos, não deixa de chamar a atenção o fato de duas mulheres darem respostas como esta. A liderança, nesse caso, é desempenhada por meio de atuação transparente, opiniões sobre os temas que dizem respeito ao Mercado de Pescados e tentativas de convencer os outros de posições sobre os diversos assuntos que gravitam em torno do grupo.

Há ainda quem se atribua o papel de líder dos movimentos reivindicatórios da categoria e afirme influenciar mediante incentivos às pessoas, para que essas busquem seus objetivos por meio do trabalho. Isso tem implicações importantes para a discussão que proponho aqui sobre o empoderamento desse grupo de sujeitos, mormente no que toca à política, como se verá ao longo deste capítulo.

Finalmente, alguns lideram influenciando jovens. Um dos informantes, ex-usuário, procura conscientizar sobre o perigo das drogas: seu depoimento chama a atenção:

Na minha época de jovem, eu fui drogado né, eu já fui um cara drogado... Sempre trabalhei, nunca mexi em nada de ninguém, mas fui um cara que, de droga, eu já usei um monte, hoje, Graças a Deus não uso, vai fazer nove anos que eu parei de usar, então eu acho que eu influencio na vida de algumas pessoas que hoje tão... Eu tento conversar com os caras, né; quando você tá dentro disso, você não vê o mundo de fora, só vê aquilo ali, só quer ver aquela coisinha ali, entendeu? Aí que nem eu, Graças a Deus, consegui sair desse mundinho (...) na época que eu tava não sabia o que era o sofrimento, pegava meu dinheirinho... (Amadeu).

Outro entrevistado afirma influenciar jovens que, ao verem-no trabalhando em sua canoa, têm seu interesse despertado pela pesca. Trata-se, contudo, de um alerta para a dureza do ofício, dos riscos envolvidos:

Todos nós influenciamos na vida dos outros. Principalmente na vida das pessoas mais jovens. Toda criança se encanta com barco, chega na beira da praia: “ah eu quero ser pescador!”, ou então: “que barco legal, um dia eu vou comprar um barco pra mim” (...) Não é uma brincadeira, é a profissão mais perigosa do mundo, tem que gostar. Eu gosto... É uma questão de opinião. Eu quero que elas vão pra escola e estudem bastante, pensem em outras profissões, não sofra tanto fisicamente. Às vezes quando eu saio pro mar, se mexer uma folha na árvore lá fora, minha mãe fica louca enquanto eu estiver no mar, então, minha mãe, meu pai, antigamente não tinham problemas, hoje sofrem de problemas nervosos, de estresse, de saber se está bem... (Eduardo)

Aos que afirmaram não influenciar outras pessoas, perguntei as razões para isso (Quadro 2). As respostas foram classificadas em duas categorias: “não atrapalho” e “desinteresse dos outros/individualismo”. No primeiro caso, apareceram falas como “não faço mal a ninguém”, “fico no meu canto” e “só recebo ordens”; no segundo, “cada um cuida do que é seu”, entre outras. São respostas importantes para a análise em curso. O fato de um grupo de pesquisados – de maior proporção entre as mulheres – não reconhecer prováveis influências sobre outras pessoas pode, por um lado, ter efeitos desempoderantes nas diferentes arenas por que transitam seus integrantes, com efeitos inclusive sobre o comportamento político desses sujeitos. Por outro lado, no caso específico dessas mulheres, pode refletir uma certa consciência das assimetrias de poder nas relações de gênero e um desejo de empoderamento, mais ou menos oculto.

Nas entrevistas, havia um bloco de questões com que busquei levantar algumas percepções dos sujeitos sobre si como pessoas e em suas relações cotidianas com os outros. A primeira inquiria sobre como os informantes se enxergam (Quadro 3). De forma recorrente, os entrevistados vêem-se como pessoas boas, amigas, fáceis de conviver e que procuram ajudar os outros. Em um dos depoimentos, isso é lembrado como resposta às expectativas de outrem: “eu procuro fazer de tudo um pouco para que as pessoas fiquem contente com a gente. Pra você conviver numa sociedade, pra que você não seja uma pessoa mal vista, né” (Gustavo).

Outra categoria que concentra várias respostas, principalmente de homens, reúne entrevistados que se definem a partir do trabalho e enxergam-se como

“batalhadores”: “eu vejo aquele [Danilo] que levanta cedo, sai de madrugada e ir (sic) para o serviço, sem medo; um homem que vai buscar o seu sustento, e sua comida para o seu lar”. (Danilo)

Quadro 3 - Pescadores artesanais de Matinhos – Como se vêem

Respostas	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Boa pessoa	8	47%	5	39%
Trabalhador/batalhador	6	35%	3	15%
Pessoa honesta	6	36%	1	8%
Pessoa comum/humilde	5	30%	1	8%
Gosta de si	2	12%	4	30%
Quer conhecer mais/estudar	0	0%	3	23%
Pessoa difícil	2	12%	0	0%

Fonte: Pesquisa de campo

Quantidade expressiva de homens afirmou, também, enxergar-se como pessoas “comuns”, “humildes”. Vários deles ainda remetem-se a valores relacionados à honestidade e enxergam-se como indivíduos responsáveis, com credibilidade e dentro da lei. Os únicos que espontaneamente apontaram características negativas também foram homens (dois deles disseram ser pessoas nervosas, de difícil convivência).

As mulheres, por seu turno, concentraram respostas de cunho mais pessoal, reunidas em duas categorias: das que se enxergam como pessoas que gostam de si e daquelas que gostariam de conhecer mais, estudar, enfim. Nesse caso, a resposta de uma jovem sintetiza, em parte, o que sente mais de uma das entrevistadas e configura aspecto importante desta discussão, pois remete ao mencionado desejo de empoderamento:

Eu, casada, não corria atrás das coisas porque eu era muito dependente do meu marido né, agora que eu comecei a estudar, fazer faculdade, trabalhar, pra poder adquirir as coisas pro meu filho (...) agora sim eu to indo em busca de muitas coisas que eu não fui, que era pra eu ter ido há muito tempo, né. Pra falar bem a verdade, a *minha vida tá começando agora*. (Albertina, grifo meu).

Muitas respostas foram dadas à pergunta “*Do que você mais gosta em você*” (Quadro 4). Em geral, a mais recorrente, principalmente entre as mulheres, é a generosidade, a disposição em ajudar e ser amigo das pessoas. Trata-se de qualidade sobretudo relacional, estabelecida a partir do contato com os outros.

Entre os homens, sobressaem respostas relacionadas a qualidades de caráter, como sinceridade, honestidade e responsabilidade, as quais ficaram praticamente ausentes nas falas das mulheres. Eles também enfatizaram características relacionadas à laboriosidade. Repetidamente, o trabalho emerge como elemento definidor da personalidade, aqui na condição de característica mais apreciada. Essas diferenças de gênero sugerem que os homens pesquisados, num grau substancialmente maior do que as mulheres, preferem frisar qualidades mais externáveis, relacionadas à atuação profissional e pública, enquanto elas optam por sublinhar predicados mais intimistas. A divisão sexual do trabalho na pesca afetaria também na auto-imagem expressa na fala dos envolvidos, ao menos quando direcionada a um sujeito externo (o pesquisador, no caso).

Quadro 4 - Pescadores artesanais de Matinhos - do que gostam mais em si mesmos

Respostas	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Generosidade/humanidade	6	35%	4	31%
Caráter	7	42%	1	8%
Tudo	3	18%	3	23%
Laboriosidade	5	30%	0	0%
Segurança	0	0%	2	16%
Outros	0	0%	3	24%

Fonte: Pesquisa de campo

Igual número de homens e mulheres afirmou gostar de “tudo” em si próprios. Alguns, inclusive, são bastante enfáticos a respeito disso, como nesse fragmento, colhido em depoimento de uma das informantes de maior idade: “Tudo. Eu me amo (risos) do jeitinho que sou, mas eu me amo e todos me gostam assim” (Severiana).

Apenas uma mulher afirmou não haver nada de que goste em si. Embora não tão significativo do ponto de vista quantitativo, este caso chama a atenção e auxilia

na compreensão desse grupo de sujeitos como um todo – como de resto, extrapolando, de qualquer grupo. Trata-se de uma jovem, mãe muito cedo, que tem enfrentado diversas dificuldades nos últimos tempos, a maior parte proveniente de privações econômicas. Quando lhe perguntei do que menos gostava em si, deu-se o seguinte diálogo:

- Tudo (risos).
- Ah [nome da entrevistada], não faça assim!
- Não me acho feia, não me acho bonita...
- Mas você é simpática, é prestativa, deu a entrevista, ajuda as pessoas.

Minhas palavras talvez não tenham ajudado muito, principalmente por conta da conjunção adversativa (*mas*) logo após a alusão à aparência. O mais importante, entretanto, é como os acontecimentos e as condições materiais pesam sobre a auto-estima dos indivíduos, mesmo que não sejam totalmente determinantes.

Intuitivamente posso afirmar que, no caso estudado, as mulheres sujeitas a uma vida mais reclusa, dentro de suas casas e longe de interações em outros espaços, inclusive a Colônia de Pescadores, apresentam menos altivez. Nas entrelinhas, deixam entrever certa frustração, resignada, pela condição em que se encontram, com implicações importantes para suas visões de mundo em diversas dimensões, inclusive na política. Entretanto, é possível entrever aqui uma das muitas ambigüidades que marcam o grupo. Ao mesmo tempo em que apresentam essas características, as mulheres pesquisadas, independentemente de faixa etária, deixam escapar que desejam equidade e mesmo a ultrapassagem das condições em que se encontram, empoderar-se, enfim. Vale ressaltar que, quando imbuídas de um grau mais elevado de auto-estima combinado com uma participação política maior, as pescadoras radicalizam no discurso contra a iniquidade, mostrando que a ultrapassagem de barreiras sexistas pode levar a uma rápida modificação no quadro atual.

Com o relato acima, adiantei as análises das respostas à pergunta com a qual indaguei o que os entrevistados gostam menos em si próprios (Quadro 5). Não obstante ter obtido várias respostas, mais de um terço dos homens e quase um

quarto das mulheres¹¹⁵ afirmou não ter do que não gostem em si ou não soube responder, enquanto quase todos souberam apontar suas qualidades. Daí o número de respostas pouco expressivo em todas as categorias de defeitos que estabeleci.

Entre os (relativamente poucos) informantes que apontaram suas qualidades mais negativas, as falas mais recorrentes têm a mais ver com temperamento do que com atributos de caráter: semelhantes proporções de homens e mulheres revelaram ser introvertidos, tímidos ou mesmo antipáticos. Mulheres, no entanto, concentraram respostas na categoria dificuldade de convivência (dentro da qual há homens também). São pessoas que se dizem nervosas, impacientes, teimosas. Curiosamente, entre os pesquisados é maior a quantidade de homens que destacou aspectos físicos como principais defeitos, especificamente sobrepeso¹¹⁶.

Quadro 5 - Pescadores artesanais de Matinhos - do que gostam menos em si mesmos

Respostas	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Não tem/não sabe	6	35%	3	23%
Introversão	3	18%	2	16%
Aspectos físicos/aparência	3	18%	1	8%
Dificuldade de convivência	2	12%	4	32%
Passividade	2	12%	1	8%
Outros	2	12%	3	24%

Fonte: Pesquisa de campo

A seguir, inquiri como os pescadores entrevistados vêem-se nas relações com os demais (Quadro 6). Quase todos, homens e mulheres, disseram ser pessoas amigas, que se dão bem com todos e de que todos gostam. As demais respostas foram, portanto, pouco numerosas. O excerto a seguir ilustra o sentimento geral:

eu sou uma pessoa que não tem quem não goste de mim, *se não gostar de mim, é que não gosta de si próprio*, porque eu sou uma pessoa bacana, que eu ajudo; quando eu to trabalhando, tenho serviço, tem dois, três desempregados eu chamo: vamo lá, vamo trabalhar comigo! Mas não de fazer nem eu de patrão deles, nem eles

¹¹⁵ No grupo de entrevistados, elas são visivelmente mais autocríticas.

¹¹⁶ A par da maneira jocosa com que foi apresentada, a questão da forma física passou a chamar a atenção à medida que era levantada por mais de um informante, pois reporta a padrões estéticos disseminados como melhores ou corretos na mídia e nas relações cotidianas. Ademais, este resultado me surpreendeu, pois em minhas representações prévias deste universo hegemonicamente masculino imaginava homens totalmente despreocupados com a questão.

de empregado meu, é como amigo mesmo, então, ajudando; se eu for ganhar tanto, eu não vou tirar mais pra mim e pagar menos pra eles, nós vamos ganhar igual. Então eu acho que os outros não têm como reclamar de mim, da minha pessoa (Horácio, grifo meu).

Quadro 6 - Pescadores artesanais de Matinhos - como vêm-se nas relações com os outros

Respostas	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Todo mundo gosta/dá se bem com todos	12	71%	9	69%
Pessoa fechada	1	6%	2	16%
Com humildade	1	6%	1	8%
Com respeito	2	12%	0	0%
Outros	0	0%	2	16%

Fonte: Pesquisa de campo

Finalmente, fechando esse bloco de questões, perguntei como os entrevistados acreditam que outros os vêem (Quadro 7). Todos os homens e a grande maioria das mulheres afirmaram ser vistos como pessoas boas, benquistas e simpáticas. A segunda categoria de respostas mais freqüentes é a dos que dizem ser consideradas pessoas simples – quase todos são homens. Aqueles que admitem que outros os enxergam negativamente e não gostam são minoria, principalmente entre as mulheres. Nesse caso, imputaram-se adjetivos como “metido(a)”, “arrogante” e “antipático(a)”. Por fim, há outras categorias de respostas favoráveis, pelas quais os outros enxergam os respondentes como pessoas tranqüilas e/ou a quem respeitam. Aqui, como nas demais perguntas do conjunto em análise, respostas desfavoráveis foram bem mais escassas.

Quadro 7 - Pescadores artesanais de Matinhos – como acreditam que os outros os vêem

Respostas	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Como uma pessoa boa/amiga	17	100%	9	69%
Simple	9	53%	1	8%
Não gostam	6	35%	2	16%
Como uma pessoa tranqüila	7	41%	0	0%
Respeitam	5	29%	1	8%

Fonte: Pesquisa de campo

Esses resultados possibilitam algumas inferências acerca dos recursos identitários para o empoderamento dos pescadores de Matinhos¹¹⁷. O fato de essas pessoas estarem à frente de uma atividade tradicional, fortemente identificada com a região e sua cultura e que acaba por constituir uma comunidade reunida por fortes laços afetivos dá a essas pessoas uma espécie de segurança ontológica e de confiança interpessoal, expressa na forte auto-estima da maioria das pessoas do grupo. Em geral, as pessoas percebem o que fazem, sua atuação nos contatos de forma positiva, orgulhosa mesmo. Tal percepção tem no trabalho seu definidor quase absoluto, pois é essa instituição e esse espaço, em combinação com a família, que constituem praticamente todas as relações e acontecimentos vividos. É com pessoas da mesma profissão que os trabalhadores e trabalhadoras da pesca, em sua maioria, trabalham, conversam, discutem, brigam, relacionam-se afetivamente, casam etc. Isso torna difícil a separação de aspectos internos e externos ao ofício de pescador, os quais estão muito imbricados no caso estudado (razão por que decidi a posteriori expor, no mesmo espaço, dados relativos a ambos os tipos de aspecto).

Longe de constituir uma instituição total à la Goffmann, a Colônia de Pescadores tem papel preponderante na formação do ser psicológico e social das pessoas pesquisadas. E o faz positivamente, na medida em que quase todos podem ser pensados como indivíduos com elevados recursos identitários que os empoderam – quando se os considera em seu significado nesta tese, qual seja, de se darem importância no contexto em que se inserem, serem autoconfiantes e imbuídos de grande auto-estima, embora uma característica importante dessa classe de recursos de empoderamento, a proatividade, seja menos abundante, notadamente entre as mulheres e no que se refere à política mais ampla e menos local.

Trata-se, em geral, de pessoas ativas em suas interações face a face (inclusive nas entrevistas que me concederam), que não se intimidam no contato com diferentes públicos, talvez até pela experiência cotidiana de tratar com pessoas diferentes, principalmente nas temporadas de verão. Embora isso possa ser mais ou

¹¹⁷ Além de reforçar em mim a convicção, a partir dos depoimentos dos pescadores, de que não existe *gente simples* – trata-se de um eufemismo sem muita substância. Creio que no fundo, todo ser humano é igualmente complexo, em questões de auto-estima, medos, angústias, esperanças, etc, variando a forma de expressar essa complexidade.

menos generalizado, creio ser importante reafirmar a clivagem de gênero. Os homens do grupo estudado afetam maior autoconfiança e as mulheres, a despeito de demonstrar satisfação com sua inserção no meio, deixam entrever algum descontentamento pela posição que vêm ocupando.

Em suma, descontada uma tendência mais ou menos esperada de os informantes procurarem destacar suas peculiaridades edificantes, os resultados acima permitem a inferência de que há, entre os integrantes da Colônia de Pescadores de Matinhos, um forte sentimento de comunidade, de relações intensas e em geral harmoniosas. A princípio, isso parece resultar de uma combinação de elementos relacionados à profissão com a dinâmica associativa ditada pela organização, sendo difícil isolar um ou outro fator. No entanto, não se pode dizer que isso se converta necessariamente em empoderamento social e político de grau elevado, i.e., numa maior participação política ou associativa em geral, como se verá adiante. Mas o potencial para que isso ocorra existe e não é subestimável.

7.3.4 Aspectos Econômicos e de Acesso à Informação

Considerada na média, a renda familiar¹¹⁸ auferida na atividade é razoável se comparada à obtida por trabalhadores artesanais em geral, principalmente em cidades de economia pouco diversificada, como é o caso de Matinhos. Entre os informantes, ela chega a 1060 reais, pouco mais de três vezes o salário-mínimo nacional, de 350 reais na época das entrevistas¹¹⁹ (Tabela 5).

Tabela 5 – Pescadores artesanais de Matinhos – renda familiar média

Renda (R\$)	Homem			Mulher		
	N	%	Σ	N	%	Σ
Até 400	0	0%	0	1	8%	8%
400 - 850	8	47%	47%	7	54%	62%
850 - 1060	0	0%	47%	2	15%	77%
1060-1500	6	35%	82%	3	23%	23%
1500-2500	2	12%	94%	0	0%	0%
mais de 2500	1	6%	100%	0	0%	0%
Total	17	100%	---	13	100%	---

Fonte: Pesquisa de campo

¹¹⁸ Aqui, consideraram-se todos os indivíduos com renda que habitam a mesma residência.

¹¹⁹ Uma ressalva é necessária. A renda da pesca varia bastante ao longo do ano, principalmente devido à sazonalidade, sendo muito maior na temporada de verão, quando a população da cidade decuplica. A média obtida é extraída de um cálculo rápido que solicitei dos entrevistados.

Médias, contudo, às vezes confundem antes de esclarecer: a maioria ganha abaixo da média acima. Não se registrou, contudo, famílias cuja renda fosse inferior ao salário-mínimo. As mulheres entrevistadas, em geral, declararam rendas familiares menores do que a dos homens, o que se deve ao fato de algumas delas serem a única fonte de renda de suas famílias.

Em função de dificuldades financeiras, parte dos informantes (a grande maioria das mulheres) admite ter recebido ajuda para sobreviver. O auxílio provém dos governos – federal, estadual ou municipal – e de outras organizações, incluindo a própria Colônia, mas em sua maioria origina-se de programas oficiais de assistência social, como Bolsa Família (origem da ajuda de dois terços dos que receberam auxílio), Vale-gás, distribuição de cestas básicas e assim por diante¹²⁰ (Quadro 8).

Quadro 8 - Pescadores artesanais de Matinhos – fontes de recursos de auxílio à sobrevivência

Fontes	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Bolsa Família	3	75%	5	56%
Cesta Básica	1	25%	3	33%
Outras	1	25%	5	56%

Fonte: Pesquisa de campo

Obs: as porcentagens foram obtidas considerando-se o número de homens e mulheres que afirmaram ter recebido auxílio à sobrevivência, respectivamente quatro e nove.

Quantidade expressiva de entrevistados informou ter recebido cestas básicas. Outros auxílios mencionados foram Bolsa-Escola, Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Seguro-desemprego (exclusive o que se paga em função do defeso), Vale-Gás e a Pastoral da Criança (neste caso, com o fornecimento da farinha multimistura, que proporciona reforço nutricional).

¹²⁰ Não considerei o seguro-desemprego que todos os pescadores registrados recebem em períodos de defeso, quando é proibida a pesca de uma ou mais espécies, como ajuda para sobrevivência, pois se trata de uma contrapartida à obrigação de se abster, periódica e parcialmente, da atividade laboral regular.

A média de ganhos superior aos rendimentos da maioria deve-se ao fato de também haver, entre os pescadores, uma distribuição de renda desigual, embora com muito menor disparidade que no país. Assim, entre a minoria de entrevistados cuja renda familiar supera a média há valores próximos a três mil reais, invariavelmente proprietários de canoas que, em alguns casos, têm em sua família um membro que complementa os rendimentos com ganhos igualmente razoáveis dentro ou fora da pesca.

Quase 80% dos homens entrevistados compõem suas rendas familiares com recursos fora da pesca e da venda de pescados (Tabela 6). Esses rendimentos, além da atividade principal, advêm de variadas fontes: programas de assistência social, comércio de insumos para a pesca, trabalhos em outros locais etc.

**Tabela 6 – Pescadores artesanais de Matinhos –
composição da renda familiar – pessoas**

Respostas	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Mulher e homem	10	59%	6	46%
Mulher, homem e filho(s)	2	12%	4	31%
Só homem (solteiro/separado)	2	12%	0	0%
Outros	2	12%	0	0%
Só mulher (solteira/separada)	0	0%	3	23%
Só homem (casado)	1	6%	0	0%
Só mulher (casada)	0	0%	0	0%
Total	17	100%	13	100%

Fonte: Pesquisa de campo

A renda familiar da maioria dos entrevistados é composta pela esposa e o marido – sendo que pouco menos da metade das mulheres está nessa situação. Outras composições de renda receberam quantidade significativamente menor de citações. Apesar de não ser tão expressiva no geral, a proporção de mulheres solteiras ou separadas que são a única fonte de rendimentos da casa é de um quarto delas, razão que explica, como visto, sua maior necessidade de acessar programas de assistência social. Por outro lado, apenas um homem casado afirmou ser a única fonte de renda da família.

Dois outros indicadores de recursos econômicos de empoderamento foram levantados na pesquisa: o acesso a alguns bens de conforto e a percepção dos informantes sobre suas casas. O quadro 9 mostra o comportamento do primeiro indicador. Todos os entrevistados têm geladeira e televisão. Mais de 80% possuem máquina de lavar roupa, rádio, telefone celular, bicicleta e reproduzidor de DVDs. Entretanto, o acesso a bens diminui conforme aumentam seus preços e reduz-se sua utilidade imediata percebida. Assim, metade possui telefone fixo; em torno de 40%, automóvel e videocassete; e, somente 17%, computador e internet. Aliás, 2/3 dos entrevistados ainda não usaram esta tecnologia informacional¹²¹.

Quadro 9 – Pescadores artesanais de Matinhos – acesso a bens de conforto selecionados

Bens	N	%
Geladeira	30	100%
Televisão	30	100%
Máquina de Lavar roupa	26	87%
Rádio	26	87%
Bicicleta	25	83%
Telefone Celular	25	83%
Reprodutor de DVD	24	80%
Telefone Fixo	15	continuação,
Automóvel	13	43% continua
Videocassete	12	40%
Computador	5	17%
Internet	5	17%

Fonte: Pesquisa de campo

Entre os informantes que nunca acessaram a internet, a razão mais freqüente é a falta de oportunidade, seguida pelo fato de não saber usar ou não ter computador. Entre os demais motivos, encontram-se falta de estudo, falta de interesse, não gostar de tecnologia e a dificuldade de aprender. Curiosamente, alguns mencionaram filhos adolescentes cuja falta de equipamento em casa não impede o acesso à rede, pois eles a acessam em *lan houses*. Quase todos, no entanto, disseram que usariam a internet se tivessem oportunidade, refletindo um

¹²¹ Os resultados para disponibilidade de aparelhos de televisão e PCs não diferem muito daqueles encontrados em pesquisa nacional do IBGE (2006), segundo os quais, 91,4% das residências brasileiras possuem o primeiro equipamento e 18,6%, o segundo.

desejo de incluir-se nessa tecnologia de comunicação, o que abre uma interessante possibilidade de intervenção nesse grupo.

Quadro 10 - Pescadores artesanais de Matinhos – principais fontes de informação

Fontes	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Televisão	12	71%	12	92%
Jornal	6	35%	3	23%
Rádio	3	18%	4	31%
Conversas	3	18%	0	0%
Todos	1	6%	0	0%
Rádio amador	1	6%	0	0%
Livros	1	6%	0	0%

Fonte: Pesquisa de campo

A importância dos indicadores sobre computador e internet reside no fato de o equipamento ser hoje um fator importante de inclusão no mundo do trabalho e mesmo de informação, incluindo, aí, as possibilidades de *accountability* dos agentes políticos. Frise-se, ainda, que um veículo quase nada interativo como a televisão¹²² está entre os principais meios de informação, quando não o único, da imensa maioria dos entrevistados e de quase todas as mulheres (Quadro 10) – uma das quais ilustra bem o poder do veículo: “televisão é tudo, né. Ali a gente sabe de tudo” (Flora).

O jornal aparece nas respostas de um terço dos homens, contra um quarto das mulheres. As entrevistadas ouvem mais rádio: praticamente um terço delas tem neste veículo uma de suas principais fontes de informação. Diferença importante entre os gêneros são conversas com amigos, familiares e colegas de profissão, citadas apenas pelos homens. Rádio amador e livros foram citados por um apenas um informante cada.

¹²² O que implica a não possibilidade de interferência direta na produção de conteúdo e, diferentemente do jornal, o recebimento de dados sem controle dos tempos. Com isso não quero afirmar que o telespectador seja um receptáculo vazio, que absorve tudo acriticamente, tese refutada por Barbero (1997) e Canclini (1998). Apenas chamo a atenção para o fato de a televisão, sobretudo a aberta, produzir conteúdo informativo de acordo com a vontade de seus poucos proprietários e editores, enquanto meios interativos permitem, teoricamente, maiores possibilidades de escolha e até de produção de informação. Isso, porém, é uma outra discussão que foge ao foco desta tese.

As fontes de informação acabam tendo importância para a aquisição de recursos políticos de empoderamento, na medida em que a posse de informações relevantes é condição necessária para participação bem-sucedida em processos decisórios. Como se pode depreender, entre os entrevistados a televisão é a principal. Sem preconceitos contra este ou outro veículo massivo e pouco interativo, não me parece que essa seja a melhor fonte – a própria participação ativa no processo político talvez o fosse, pois a princípio é menos filtrada por atores que não o próprio sujeito¹²³.

Dentro ainda da caracterização da vida econômica dos membros da Colônia de Pescadores, levantei informações sobre condições de moradia. Quase todos os entrevistados afirmaram residir em casas próprias – os demais moram em casas alugadas ou emprestadas (Tabela 7). Quanto ao material de que se constroem as casas, a grande maioria é de alvenaria ou pré-fabricada em placas de concreto. As demais são de madeira ou mistas de madeira e alvenaria. Esses dados são importantes porque, numa região como o Litoral do Paraná, a durabilidade e o conforto das casas acabam sendo afetados por seu material de construção¹²⁴.

Tabela 7 - Pescadores artesanais de Matinhos – condição da posse da residência

Condição	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Própria	13	77%	12	92%
Alugada/emprestada	4	24%	1	8%
Total	17	100%	13	100%

Fonte: Pesquisa de campo

¹²³ Para explicá-lo, faço depoimento pessoal: na condição de filho de assessor político ou como participante e dirigente de movimentos sindicais, foi-me possível acessar informações inatingíveis por quem está mais distante dos processos, com efeito, a imensa maioria das pessoas.

¹²⁴ Trata-se de modelo arquitetônico trazido por imigrantes europeus, no século XIX, muito comum também em outros estados do Sul do Brasil. São casas de paredes constituídas por tábuas de madeiras de baixo custo, dispostas verticalmente, em cujos encontros resultam pequenas fendas recobertas por ripas conhecidas como mata-juntas. Ocorre que, ao menos no padrão em que se as constrói no Paraná, não têm equilíbrio térmico apropriado – são quentes no verão e frias no inverno – além de durarem menos, por causa da maresia e da grande quantidade de cupins (não faltou quem brincasse dizendo morar em uma casa mista... de madeira e cupim) e darem a seu morador menor *status* socioeconômico. Isso está implícito nesses excertos, um deles de alguém que gosta de sua casa: “Se eu tivesse condições hoje, eu construía uma casa de alvenaria, pra minha família” (Amadeu); “A casa é de madeira *mas* confortável” (Eduardo, grifo meu).

Deixei, no entanto, a avaliação do conforto das casas para seus próprios moradores (Tabela 8). As percepções de homens e mulheres são bastante distintas. Enquanto quase todos eles dizem viver em casas confortáveis¹²⁵, pouco menos da metade delas afirma o mesmo, ou seja, para a maioria das mulheres entrevistadas as casas onde vivem não são confortáveis. O que pude constatar, a esse respeito, é que algumas mulheres que compuseram a amostra, especialmente as jovens, vivem, de fato, maiores dificuldades econômicas no dia-a-dia e, pode parecer repetitivo, vivem essas dificuldades porque praticamente não saem de suas casas mesmo para trabalhar. Pude visitar algumas dessas moradias, onde elas apontavam as razões de seu desconforto em nelas viver.

Tabela 8 - Pescadores artesanais de Matinhos – material de construção da residência

Material	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Alvenaria/placa de concreto	12	71%	8	62%
Madeira	4	24%	4	31%
Mista (madeira e alvenaria)	1	6%	1	8%
Total	17	100%	13	100%

Fonte: Pesquisa de campo

Outra constatação é a existência de opiniões divergentes sobre casas idênticas, já que quatro entrevistados, dois homens e duas mulheres, moram em uma vila de pescadores erguida quando eles perderam suas moradias que ficavam à beira do mar por conta de uma ressaca muito forte. Enquanto uma das entrevistadas, mesmo queixando-se da distância, afirma “eu adoro a minha casinha” (Flora), outra diz: “na beira da praia eu era mais feliz, que nem diz o outro, mais feliz” (Berenice), ou seja, a percepção de conforto é algo subjetiva.

Em diversas entrevistas e conversas informais, foi-me dito que a pesca, no Brasil e na região, passa por um momento de revalorização, que se reflete na questão econômica. A par de fatos específicos à Colônia, como o resgate do crédito tanto da entidade quanto de seus associados junto ao comércio local, os principais fatores apontados são programas governamentais que vêm propiciando

¹²⁵ Um deles exclamou “Meu Deus, melhor lugar que existe!” (Rodolfo).

financiamento e facilidades para a compra de insumos e a garantia de manutenção da renda em períodos de defeso e de inviabilização da pesca (como ocorreu no vazamento de óleo de um navio chileno, o Vicunha, no Porto de Paranaguá, em 2005).

Cerca de 70% dos homens entrevistados afirmam ter recebido ajuda financeira para a pesca, entre as mulheres, menos da metade dessa porcentagem. Essa diferença deve-se ao fato de normalmente serem eles os donos de embarcações e, portanto, os destinatários mais comuns dos recursos. A fonte mais mencionada de recursos é o Pronaf. Outros programas bastante citados são o “Paraná Doze Meses” e o “Panela Cheia”. Com o primeiro é possível adquirir empréstimos para financiar a compra de embarcações e material de pesca a juros reduzidos e, com o segundo, recebem-se materiais e equipamentos para a pesca.

Todos esses resultados indicam que os pescadores têm, no seu conjunto, recursos econômicos de empoderamento, quando se considera que este tem a ver com a posse de capitais tangíveis que propiciam níveis mínimos de segurança material e certo conforto. O grau de empoderamento diminui, todavia, quando se avaliam as fontes dos rendimentos, se elas são suficientes e advêm do próprio trabalho ou de rendas financeiras ou precisam ser complementadas com outras fontes. Aqueles que se encaixam nessa situação têm podido contar com programas oficiais que complementam os rendimentos do trabalho e suprem necessidades materiais mais imediatas, o que, por um lado, constitui uma verificação *in loco* de como tais programas podem ser bem-sucedidos, mas, por outro, ilustra a dificuldade que alguns têm para atingir a sustentabilidade econômica. Às citadas fontes de rendimentos – o trabalho e programas de assistência social – deve-se somar a própria atuação da Colônia e seus diretores ou membros que, costumeiramente, auxiliam associados e familiares destes que estejam passando por dificuldades de sobrevivência e problemas de saúde.

Se não chegam a poder ser classificados, no conjunto, na classe média (embora com várias exceções observáveis) e haja casos e momentos de maior privação e dificuldades, nenhuma das famílias da comunidade pesquisada se enquadraria abaixo da linha da pobreza. A despeito desse fato, não se pode deixar de frisar que a profissão traz algumas ameaças à segurança material dos pescadores e suas famílias, tais como: incertezas em relação à produção e à colocação dos pescados no mercado, impedimentos ao trabalho em função do clima

e de acidentes ambientais, riscos de perda de material e quebra nas embarcações, restrições legais, sobretudo ambientais, à atividade.

Finalmente, cumpre assinalar que a situação do pescador artesanal de Matinhos não corresponde à do conjunto desses trabalhadores, nem no Paraná e muito menos em outras regiões do Brasil, onde, segundo pude apurar em conversas informais e em estudos (Pierri et al., 2006) a renda familiar média é bastante inferior, trazendo maiores dificuldades de sobrevivência material.

7.3.5 Aspectos Políticos

Averigüei a relação dos entrevistados com a política por meio de perguntas sobre sua participação na Colônia de Pescadores e outras organizações e formas de ação coletiva, bem como sobre suas percepções e informações sobre a temática. Uma das perguntas que fiz nesse sentido pedia para os pescadores dizerem se estão ou não presentes no cotidiano da organização. Praticamente todos responderam afirmativamente. As exceções, importantes, foram algumas mulheres que disseram não ir lá com frequência por não se sentirem bem, em função de uma diferenciação que enxergam entre as que somente beneficiam os pescados (caso delas) e as que os vendem nas bancas. Haveria, para o grupo de mulheres em apreço, uma atitude supostamente arrogante das últimas.

Pouco mais da metade dos homens e mulheres que afirmam participar do cotidiano da Colônia, para além do trabalho de pescar, beneficiar e vender o produto, disse ir regularmente às reuniões da organização, embora esse dado não corresponda às quantidades de assinaturas em atas – tais informações podem ser comparadas, pois as mesmas assinaturas costumam se repetir de uma reunião para outra.

No tocante à participação no dia-a-dia da Colônia, os comportamentos dos gêneros diferenciam-se. Conquanto praticamente três quartos dos homens afirmem tomar parte das reuniões, menos de um terço das mulheres o faz, dado agravado por elas serem numericamente minoritárias. Com efeito, nas reuniões em que estive, a presença feminina era muito reduzida. Mais dados a indicar um distanciamento delas do processo político da organização.

O simples cotejo desses resultados com os dados acerca da liberdade de que gozam os pescadores em suas atividades problematiza a predição da teoria

participativa de que um ambiente de trabalho menos hierarquizado e com maior autonomia de ação levaria o trabalhador a desenvolver uma personalidade mais democrática no sentido da participação. Poucas vezes presenciei uma atmosfera de tamanha liberdade. Aparentemente, afora questões concretas e imediatas da atividade, de natureza pragmática, temas políticos mais amplos raramente encontram canais nas bases da Colônia.

A partir de respostas à pergunta “como vê sua participação na vida da comunidade local?”, estabeleci uma escala (Tabela 9). Os resultados distribuem-se de modo bastante desigual entre os gêneros. A proporção dos que se dizem participantes ativos – aqui considerados a partir da soma da alta e da média participação – dos homens é mais que o dobro das mulheres no grupo pesquisado.

Tabela 9 - Pescadores artesanais de Matinhos - participação percebida na comunidade local

Participação	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Alta participação	7	41%	4	31%
Média participação	4	24%	0	0%
Baixa participação	6	35%	4	31%
Nenhuma participação	0	0%	4	31%
Não sabe	0	0%	1	6%
Total	17	100%	13	100%

Fonte: Pesquisa de campo

Um analista de filiação putniana, olhando superficialmente esses resultados sobre a participação dos informantes, sobretudo do gênero masculino, poderia enxergar forte densidade associativa entre os membros da Colônia e ser lavado a um otimismo quanto ao vigor do capital social no grupo retratado. Entretanto, quando se abre a questão para os tipos de atividade nos quais as pessoas tomam parte, sem fazer juízo de valor, advém a necessidade de cautela, ao menos no tocante à participação política (Quadro 11).

Quadro 11 - Pescadores artesanais de Matinhos - Atividades comunitárias de que participam

Atividade	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Igreja	7	41%	6	75%
Esportes	8	47%	1	13%
<i>Futebol</i>	6	35%	0	0%
<i>Voleibol</i>	0	0%	1	13%
<i>Surfe</i>	1	6%	0	0%
<i>Pesca submarina</i>	1	6%	0	0%
Política/associativa	2	12%	1	13%
Outras	1	6%	3	38%

Fonte: Pesquisa de campo

Obs: as porcentagens foram obtidas considerando-se o número de homens e mulheres que afirmaram participar de atividades comunitárias, respectivamente 17 e sete.

A atividade mais comum, tanto aos homens quanto às mulheres, é a freqüência a igrejas – sendo que apenas duas mulheres disseram não freqüentá-las. Em seguida, reporta-se a prática de esportes, com uma fortíssima concentração em futebol¹²⁶, atividade, no caso, eminentemente masculina. Só então aparecem atividades de natureza mais política e associativa – como ser dirigente da Colônia ou de associação de bairro, membro de conselhos estadual (Cordrap - Conselho Regional de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e do Artesanato do Litoral Paranaense) e municipal (Conselho de Desenvolvimento Social) e presidente de Clube de Mães (devendo-se, ainda, levar em conta que o atual presidente da colônia toma assento em diversos conselhos, o que torna a participação neste tipo de atividade mais tímida no conjunto dos entrevistados).

Ainda que não costumem participar de atividades associativas fora da Colônia, os pescadores entrevistados, na grande maioria, discutem política¹²⁷, o que sugere um potencial de participação. No entanto, mais uma vez se verifica uma

¹²⁶ Esporte que, à diferença do boliche, cuja prática solitária nos EUA de hoje é lamentada por Putnam como sinal de redução de ímpeto associativo, não se pode praticar sozinho ou em grupos muito pequenos. Aparentemente, a relação entre esse tipo de atividade coletiva (artística, lúdica, esportiva) por si só e o civismo não é tão forte ou não tão importante para a solidez do sistema democrático (Przeworski, Cheibub e Limongi, 2003). Perguntei aos praticantes de futebol se eles aproveitavam quando estavam reunidos para o jogo para discutir sobre diversos assuntos, inclusive política, e a maioria das respostas foi negativa.

¹²⁷ Deixei a compreensão do que isso significa a cada entrevistado, buscando respostas espontâneas. Assim, é possível haver quem disse não discutir política e o faça por outras maneiras, em conversas cotidianas, sobre temas que lhe dizem respeito – situação financeira, relações de gênero, a disponibilidade e a qualidade dos serviços públicos e assim por diante.

importante clivagem de gênero, dado que três quartos dos homens e menos da metade das mulheres o fazem. Aos que disseram não discutir política, a razão preponderante é evitar conflitos, não construir inimizades. Outras respostas foram: “só voto porque é obrigatório”, “os políticos nos esquecem”, “a política nunca vai mudar” e até questões religiosas (uma entrevistada esclareceu que sua religião não permitiria discutir política).

Parcela muito significativa dos homens (mais da metade) afirmou discutir política com correligionários, ou seja, pessoas do partido a que são filiados (12). Em seguida, vêm aqueles que discutem política com familiares, amigos e vizinhos, os quais são os principais interlocutores das mulheres que discutem política. Apenas homens disseram discutir política com políticos. Locais informais são os preferidos para as discussões, porém alguns homens dizem discutir política no local de trabalho e, principalmente, na Câmara Municipal, espaço político por excelência. Quanto aos momentos em que as discussões ocorrem, a grande maioria menciona reuniões com amigos e familiares.

Quadro 12 - Pescadores artesanais de Matinhos - com quem, onde e quando discutem política

Com quem	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Correligionários	7	54%	1	17%
Familiares e amigos	6	46%	2	33%
Políticos	3	23%	0	0%
Outros	1	8%	2	33%
Onde	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Ambientes informais	5	38%	2	33%
Local de trabalho	4	31%	0	0%
Câmara Municipal	4	31%	0	0%
Partido	1	8%	1	17%
Organizações comunitárias	0	0%	2	33%
Outros	2	15%	1	17%
Quando	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Conversas com amigos e familiares	10	77%	4	77%
Horário de trabalho	3	23%	0	0%
Outros	1	8%	2	33%

Fonte: Pesquisa de campo

Obs: as porcentagens foram obtidas considerando-se o número de homens e mulheres que afirmaram discutir política, respectivamente 13 e seis.

Todas essas informações indicam que, em regra, ainda que com importantes exceções, a discussão política nesse conjunto de sujeitos ocorre com muito maior intensidade na esfera privada do que na pública, como era de se esperar. Ademais, o cotejo desses com outros dados da pesquisa sugere que as muitas conversas tendo a política como tema não se convertem facilmente em estratégias e ações coletivas mais efetivas (embora elas aconteçam algumas vezes, como atestam exemplos citados ao longo deste relato).

Indaguei, também, se os respondentes ouviram falar da discussão do Plano Diretor do Município de Matinhos, que ocorrera ao longo do último ano e de grande importância para os destinos da cidade e dos diversos segmentos sociais que a compõem, incluindo, naturalmente, os pescadores. As audiências eram públicas, abertas a cidadãos que se inscrevessem. Nesse período, faixas foram afixadas nos pontos de maior tráfego de veículos e pessoas e carros de som circulavam pela cidade convocando todos os que quisessem participar. Entre os pesquisados, os resultados foram interessantes: pouco menos da metade disse ter ouvido falar dessa discussão, resultado puxado pelos homens, já que somente uma das mulheres respondeu afirmativamente. Ressalvo que o “ouvir falar” de quase todos apresenta o sentido mais básico da expressão, ou seja, significa saber que há um debate acontecendo, mas sem conhecer seu conteúdo, dinâmica e correlação de forças.

É ocioso dizer que os grupos mais empoderados da cidade compareceram em peso, confirmando os riscos de uma participação desigual aprofundar assimetrias, como alertam Kerstenetzky (2003) e Vita (2004). No entanto, a participação dos pescadores, a julgar pelo comportamento dos informantes desta pesquisa, está longe de ter sido modesta. Cerca de metade dos entrevistados que ouviram falar da discussão delas participaram, todos homens. A participação deu-se mediante idas às reuniões e o uso da palavra, com opiniões, críticas e sugestões. Nesse sentido, é elucidativa a fala do presidente da colônia:

Eu até questioneei a desapropriação da Orla, pelo patrimônio da União, pelo SPU, onde eles queriam colocar os pescadores longe da praia (...) não conheço ninguém a favor da retirada. Porque o que a gente quer é o seguinte: que o pescador fique perto do seu local de trabalho, porque ele tem que cuidar do material dele, da canoa, que é o bem que ele tem, para o seu trabalho, e que na verdade foram os primeiros que chegaram no município aqui e fizeram, os caras são pescadores aí na beira da praia, não é justo que o turista, por mais que tenha este privilégio, não pode colocar nós longe, perto do morro (Hanek, 2006).

Este informante posicionou-se como um delegado dos pescadores e obteve uma conquista importante: conseguiu passar proposta de que se fizesse outra vila, próxima à praia, com casas e serviços regulares de energia, água e saneamento. Frisa, porém, que defende tal construção somente para os que já residem na vila atual, e não para pescadores em geral, muitos dos quais têm suas casas em outros locais.¹²⁸

Em outro ponto, perguntei para os entrevistados se já haviam participado de ações coletivas de cunho político, inclusive campanhas eleitorais, objeto de outra questão. Pouco mais da metade dos homens responderam afirmativamente, contra menos de um quarto das mulheres. As ações mais comuns são abaixo-assinados e protestos. No primeiro caso, foram citados abaixo-assinados relacionados à pesca e à melhoria dos serviços públicos nos bairros – destaca-se que este último tópico é mais lembrado entre as poucas mulheres que disseram ter participado das ações em exame, reflexo de elas viverem mais proximamente os problemas cotidianos das comunidades onde moram.

No caso dos protestos, sobressaem reações a ameaças à atividade percebidas pelos pescadores. Para ilustrar, descrevo alguns exemplos. Em ocasião recente alguns dos pescadores puseram suas canoas, danificadas por uma ressaca, em frente à Câmara Municipal para chamar a atenção ao problema e obter ajuda para os reparos. Neste ano, pescadores queimaram uma canoa de madeira para chamar a atenção da mídia para a falta de licenças de pesca que gera, como consequência da fiscalização, apreensões de material e multas. Ambas as ações foram relativamente bem sucedidas. Registram-se, também, manifestações em prol de melhorias na praia e no mercado de pescados.

Em regra, as ações informadas têm alcance local e canalizam-se a reivindicações para a categoria ou por melhorias no bairro onde moram os participantes (somente um entrevistado relatou presença em uma ação de maior alcance, no caso, pelo Impeachment do Ex-Presidente Fernando Collor). Por outro lado, creio que os resultados seriam até menos expressivos em outros contextos,

¹²⁸ Posicionamento que gerou uma confusão, pois houve quem o interpretasse – e repassasse tal interpretação para fora da Colônia – como uma concordância com propostas que visavam à simples retirada dos pescadores da praia, o que não aconteceu.

tidos como mais “politizados”¹²⁹. Importa principalmente que, num inequívoco sinal de empoderamento, a categoria parece reagir prontamente quando se sente intimidada, como pude testemunhar em reunião na Colônia para discutir a fiscalização e a permissão de pesca, por conta das ações do IAP.

A grande maioria dos entrevistados participou ativamente de campanhas eleitorais (Quadro 13). Como nas demais questões relativas à política, os homens entrevistados são mais atuantes que as mulheres. Quase todas as campanhas referidas são de políticos locais, para cargos de nível municipal – prefeito e vereador.

Quadro 13 - Pescadores artesanais de Matinhos – razões para participar ou não de campanhas eleitorais

Por que participaram	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Em função da pessoa do político	7	54%	2	29%
Recebeu ajuda	2	15%	4	57%
Para melhorar a cidade	3	23%	0	0%
Por ser do partido	1	8%	2	29%
Oposição ao regime militar	1	8%	0	0%
Por que não participaram	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Não tem interesse/não gosta	2	50%	4	67%
Prefere ficar afastado	2	50%	1	17%
Não foi convidado(a)	0	0%	1	17%

Fonte: Pesquisa de campo

Obs: as porcentagens foram obtidas considerando-se o número de homens e mulheres que afirmaram ter participado de campanhas eleitorais, respectivamente 13 e sete.

Aqui, aparece mais uma das diversas ambigüidades que marcam o comportamento político deste grupo. Trata-se de pessoas altamente participativas em processos eleitorais, mas as razões dessa participação costumam ser mais locais, quando não paroquiais. Como era de se esperar numa cidade de pequeno

¹²⁹ Tome-se o exemplo dos professores de universidades públicas. Por diversas razões que fogem ao escopo deste trabalho, muito dificilmente seu grau de participação em assuntos atinentes à categoria chega próximo ao encontrado na Colônia. Isso para não falar na população em geral e mesmo entre sociólogos...

porte (talvez em quase qualquer comunidade do Brasil), a mais recorrente é a pessoa do candidato, principalmente devido a relações pessoais e à admiração, mas também o oposto, quando informantes disseram tomar parte na campanha adversária a de quem não gostassem. A segunda motivação mais mencionada refere a interesses marcadamente pessoais: ter recebido ajuda do político, inclusive dinheiro. Só então aparecem respostas que se poderia considerar de cunho mais republicano ou relacionadas à política mais ampla, como melhorar a cidade, ser de ou simpatizar com um partido¹³⁰ ou ter feito oposição ao regime militar.

Foi durante a entrevista de uma mulher, jovem, entretanto, que nunca participou de campanhas políticas, que vivi um dos momentos mais marcantes no campo. Perguntei-lhe por que não havia participado. Enquanto ela respondia, precisei esconder minha comoção:

Não sei, porque nunca fui convidada, nunca chamaram, [nós] é sempre os últimos. (...) A gente é sempre os último, porque a gente é pobre, a gente não pode, sabe, se ajuntar a eles. Então, ó o vereador dali, [nome do vereador], ele vinha aqui, conversava com a gente, depois que a gente votou nele e ele ganhou (...) agora se a gente for falar com ele, meu Deus, a gente foi jogada pra escanteio. Entendeu? É escolhido a turma pra falar com ele, as pessoa. Então não é qualquer um que pode chegar lá e...não é qualquer um. (...) *Mas já aconteceu com você isso, de ele se negar a conversar?* Não, mas aconteceu com a minha irmã e todo mundo tá chateado com ele. Porque a gente conversa, a gente vai conversar com ele, ele já ergue, escuro, tá escuro o vidro [do carro], ele já passa... (Thaís)

Perguntei, também, se a entrevistada ou entrevistado havia conseguido algo de algum político, para si ou outras pessoas. O resultado é interessante para o desenvolvimento desta tese na medida em 60% dos homens e mais da metade das mulheres responderam afirmativamente. E entre os que não conseguiram nada, parcela expressiva (quase metade) tentou obter algo, porém sem sucesso.

¹³⁰ Um dos informantes que assim respondeu esclareceu o funcionamento das redes de apoio que se constituem em nível local: “Infelizmente fui coordenador de campanha do presidente cassado, o Collor de Mello. A gente sempre vira cabo eleitoral de um deputado federal, deputado estadual, do próprio prefeito” (Olavo). É interessante, contudo, que duas mulheres tenham espontaneamente indicado preferência partidária como motivo para participar de campanhas eleitorais.

Quadro 14 – Pescadores artesanais de Matinhos – pedidos a políticos

Respostas	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Saúde	4	44%	3	43%
Ajuda financeira, direta ou indireta	5	56%	2	29%
Doação/regularização de terrenos	2	22%	1	14%
Melhorias para cidade/bairro	2	22%	1	14%
Melhorias para a categoria	2	22%	0	0%
Trabalho/Emprego	1	11%	1	14%

Fonte: Pesquisa de campo

Obs: as porcentagens foram obtidas considerando-se o número de homens e mulheres que afirmaram ter recebido coisas de políticos, respectivamente nove e sete.

Entre os entrevistados, enfim, é alta a probabilidade de conseguir algo de algum político. Há, no entanto, tendência à atomização na resolução dos problemas enfrentados pelos pescadores e suas famílias, uma busca de soluções individuais em detrimento de uma ação orgânica e coletiva. Talvez, assumindo-se premissas da escolha racional, porque essa saída seja mesmo mais efetiva num plano imediato e menos custosa do ponto de vista da mobilização de recursos e da busca de benefícios seletivos. Ademais, parece que as relações pessoais que caracterizam fortemente as pequenas cidades funcionam mais que a ação política.

É necessário, no entanto, pôr questão num quadro analítico mais amplo. A recente transição democrática brasileira não foi suficiente para ultrapassar as estruturas políticas oligárquicas que caracterizam a sociedade brasileira, em todos os níveis, situação aparentemente mais dramática na política local. O clientelismo configura, nesse sentido, elemento estrutural do contato da população com o poder em face da insuficiência de respostas públicas para demandas públicas de interesse, não havendo sinais suficientemente fortes de que isso venha a se alterar de modo significativo no curto prazo.

Várias coisas foram obtidas (Quadro 14) – classifiquei-as em seis categorias. As duas de respostas mais freqüentes são saúde e ajuda financeira direta ou indireta. Na primeira, incluem-se, principalmente, pedidos de remédios, mas também vagas em hospitais ou transporte para tratamento. A segunda compõe-se de

demandas as mais variadas: cestas básicas, material para conserto de canoas e até pagamento de contas de luz vencidas. Na seqüência, aparecem, empatadas em menções, respostas que se enquadram nas categorias doação ou regularização de terrenos e melhorias para a cidade ou bairro, seguidas de perto por melhorias para a categoria.

Os pedidos mais comuns, portanto, relacionam-se a interesses pessoais, particularistas, num padrão de relacionamento entre representante e representando que poderia ser considerado clientelístico e pouco legítimo do ponto de vista da fruição de direitos universais de cidadania, sobretudo na medida em que o político dificilmente atende um pleito sem pedir, velada ou explicitamente, um compromisso do apoio:

Uma vez é que, tipo assim, a minha irmã precisava muito do [nome do vereador]: “to precisando de sua ajuda que a minha luz tá pra ser cortada e eu não tenho dinheiro”. Daí fui lá, conversei com ele. E ele bem assim: então tá, pode deixar que eu pago, eu pago pra você. Sabe o que ele fez? Parcelou em um monte de vezes, falou que tinha pagado e não pagou, daí a minha luz foi cortada. *Mas ele pediu alguma coisa em troca?* Ele falou: eu preciso do teu voto e do voto de sua família. Tinha eu, tinha o meu marido, a minha irmã, a minha mãe e o meu padrasto. Eu falei: não, eu arrumo voto pra você; não precisa nem pagar é só me dar um tempo pra arrumar dinheiro, eu não tenho dinheiro (...) ele falou: não, eu pago, pago, pago, mas eu quero voto. A gente votou pra ele; ele parcelou, não falou que tinha parcelado, falou que pagou e não pagou.¹³¹ (Thaís)

A cumplicidade entre eleitor e eleito, amiúde fruto das relações pessoais e até de parentesco, gera algumas visões, a princípio, distorcidas acerca dos papéis atribuídos a este por aquele – ao menos se se consideram as atribuições institucionais do sistema político e legal. Alguns pedidos, inclusive, são de difícil atendimento, dado que se referem a condutas pouco ortodoxas:

Na hora lá, prometeram de fazer isso, de fazer aquilo, de ajudar e tal, e tal e depois que ganharam *viraram as costas...*(grifo meu) – *E você pode dizer o que você estava precisando?* – Posso. É que uma vez deu um problema na minha luz. Se uma pessoa chega ne mim e pede, eu não sei dizer não. Eu acabei dando pra um monte de pessoas e a COPEL [Companhia Paranaense de Energia] descobriu. Daí eu levei uma multa e eu precisava desse vereador pra isso. Ele não me ajudou em nada. Acabei pagando a multa sozinha. – *E você conhecia esse vereador?* Nossa!!! Até demais! – *Você já tinha prestado apoio pra ele?* – Já. A gente já tinha pedido votos pra ele, a gente votou nele, a minha família inteira, sabe? – *Quer dizer... quando*

¹³¹ Não sei de fato se realmente as coisas se deram tal como a informante me relatou, porém em sua percepção, o político a enganou, reforçando sentimentos contrários à política e seus atores.

você foi até ele, ele sabia com quem estava falando? – Sabia e mesmo assim não adiantou. (Flora)

Em face da não satisfação de seu pleito, a informante sentiu-se traída: aquele que recebeu seu voto não cumpriu sua parte no contrato e foi incapaz de atendê-la. Para ela, isso ocorre não porque se trata de um pedido, a priori, impossível de ser atendido em função de sua ilegalidade, mas da falta de vontade do vereador que talvez não possa mais contar com este apoio por melhor que seja sua atuação parlamentar nos parâmetros normalmente consagrados como corretos. Em conversa informal com o vereador que representa os pescadores e com o presidente da Federação de Pescadores do Paraná, ele mesmo ex-vereador em Paranaguá, eles queixavam-se da dificuldade de o eleitorado reconhecer sua atuação em prol da comunidade, principalmente em se tratando de demandas coletivas, afora o reduzido poder do vereador para concretizar ações. Pode-se inferir que o clientelismo, que quase sempre caracteriza as relações entre representante e representado, não pode ser todo imputado ao primeiro, como faz o senso comum sobre a política, mas distribuído em iguais parcelas de responsabilidade entre ambos os sujeitos.

Se, por um lado, na prática, a obtenção de favores por meio do clientelismo é um recurso político que empodera, na medida em que o solicitante utiliza sua visibilidade e seu potencial de voto para satisfazer necessidades (ou seja, desenvolve um curso de ação com objetivos traçados e contemplados¹³²), por outro não oferece soluções coletivas para problemas coletivos, fundadas em políticas de Estado universais, que beneficiem indistintamente o conjunto dos cidadãos. Adicionalmente, estes, na troca de favores, inserem-se numa lógica de dependência e heteronomia. Nas palavras de um pescador que já foi vereador, “o meu foco quando eu era vereador, acho que de todo vereador, era a assistência social, vira assistencialismo”.

Há que se admitir que a obtenção de favores por meio de clientelismo é menos custosa do ponto de vista da mobilização de recursos. Entretanto, a solução dos problemas via cidadania ativa poderia reduzir os custos da lógica clientelística, pois a fruição de direitos seria mais automática e menos dependente das relações. Ademais, o clientelismo autoritário é uma forma de *accountability* vertical reversa

¹³² Retorno a este tema adiante.

(Fox, 2000), na medida em que, inversamente ao que se espera, o político controla as ações do eleitor.

Receber coisas de políticos, portanto, não tem por si só maiores implicações, se não quando se considera o *quê* e *como* se obteve: na maior parte dos casos relatados trata-se do que se poderia considerar favores pessoais, alguns dos quais constituem direitos de cidadania a que se deveria acessar independentemente de quem se é, por exemplo, obtenção de remédios, parcelamento de contas de luz e transporte. Alguns são proibidos pela legislação brasileira, como receber combustível em períodos eleitorais para apoiar ou votar em determinada candidatura. E, como visto, mesmo entre os que nada obtiveram, há um percentual significativo que ao menos tentou conseguir algo, também na maior parte das vezes, favores pessoais. As demandas, todavia, não se resumem a esta classe de favores. Conforme mencionei acima, alguns entrevistados relatam solicitações suas – a políticos de diferentes cargos: prefeitos, vereadores e até ao governador do Estado – que poderiam ser considerados de interesse geral, mesmo que beneficiassem o requerente, como limpeza de ruas e melhoramentos na Colônia e na própria comunidade em que reside.

Açodadamente poder-se-ia concluir que uma lógica clientelística preside as relações entre os pescadores e os políticos. Não deixa de ser verdade, como se extrai dos parágrafos anteriores. No entanto, mesmo com essas características, tais relações mostram que o grupo estudado logra conquistar visibilidade junto àqueles que detêm o poder político, tem, enfim, algum poder de barganha. Com relação a pelo menos um aspecto essencial das ações de indivíduos (a capacidade de obter coisas), a maioria dos pescadores investigados é politicamente empoderada. A questão é se isso se replica na posse de informações, na disposição de debater política em ambientes institucionais e na capacidade, senão de participar das decisões, ao menos de influenciar as agendas dos decisores, cuja discussão encontra-se no fim do capítulo. Antes, sigo com a exposição dos resultados.

Em outra pergunta em que visava à compreensão de como os entrevistados participam em espaços e de temas políticos, perguntei-lhes se haviam ocupado cargos públicos. Parcela expressiva respondeu que sim. Os percentuais daqueles que o fizeram diferenciam-se bastante conforme o gênero, sendo de 15% entre elas e 41%, entre eles. Um desses ocupou cargo eletivo dentro da esfera estatal, como vereador do município de Matinhos. Os demais variam de função, sendo

mencionadas as seguintes: Presidente da Colônia de Pescadores (que também administra o Mercado de Pescados da cidade), Diretor de Meio Ambiente do Município, Secretário Executivo da Prefeitura, ferroviário, agente comunitária de saúde e fiscal da vigilância sanitária.

Finalmente, ainda no mapeamento da participação dos informantes em relação a assuntos políticos, indaguei-lhes acerca de sua freqüência a alguns órgãos públicos existentes no município, espaços em que se discutem e decidem, a princípio, os temas que mais interessam a cidadania em uma cidade.

Quadro 15a - Pescadores artesanais de Matinhos – para que foram à Prefeitura Municipal

Respostas	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Resolver questões burocráticas e tributárias	7	44%	9	69%
Falar com o prefeito	5	31%	1	8%
Reivindicar melhorias para a categoria ou o bairro	4	25%	3	23%
Legalizar terreno	0	0%	3	23%
Outros	5	31%	5	38%

Fonte: Pesquisa de campo

Obs: as porcentagens foram obtidas considerando-se o número de homens e mulheres que afirmaram ter ido à Prefeitura Municipal, respectivamente 16 e 13.

Praticamente todos os informantes já foram alguma vez à prefeitura municipal; só um homem disse não tê-lo feito (Quadro 15a). O motivo mais citado é resolver questões burocráticas e tributárias, como pagar tributos, emitir blocos de nota, fazer documentos e assim por diante. Quantidade expressiva de homens disse ter ido ao órgão para falar com o prefeito, quase todos conseguiram. Trata-se de dado importante, pois, em alguma medida, reflete a acessibilidade do cidadão ao agente público, aparentemente maior em uma cidade de pequeno porte como Matinhos. Na maioria dos casos, a entrevista era para fazer pedidos pessoais, nos moldes aos feitos aos vereadores. No entanto, a terceira razão mais freqüentemente citada, por semelhantes proporções de homens e mulheres, foi de caráter mais coletivo, qual seja, levar reivindicações, seja da categoria ou do bairro. Outro dado

interessante é o fato de três mulheres relatarem idas para regularização ou pedido de terreno.

Quadro 15b - Pescadores artesanais de Matinhos – para que foram à Câmara Municipal

Respostas	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Levar reivindicações	4	36%	4	57%
Não lembra para quê	3	27%	1	14%
Outros	3	27%	3	43%

Fonte: Pesquisa de campo

Obs: as porcentagens foram obtidas considerando-se o número de homens e mulheres que afirmaram ter ido à Câmara Municipal, respectivamente 11 e sete.

Cerca de dois terços dos homens e mais da metade das mulheres entrevistados já foram à Câmara Municipal (Quadro 15b). A razão mais citada, por ambos os gêneros, foi levar reivindicações, principalmente da Colônia, uma motivação de cunho mais coletivo¹³³. Dentro dessa categoria, foram relatadas audiências sobre prejuízos a canoas danificadas pela maré, protestos e pedidos de melhorias na praia, reivindicação de casas para os pescadores desabrigados por uma ressaca, entre outras. Um dado é bastante curioso: alguns foram ao parlamento municipal e não lembram para quê. Entre as demais respostas, prevalecem razões mais particulares, como vender produtos (pescados, no caso), solicitar cargo para vereador e pedir terreno. Somente um entrevistado, homem, disse ter ido à Câmara simplesmente para assistir a sessões no plenário.

Quadro 15c - Pescadores artesanais de Matinhos – para que foram ao Fórum da Comarca

Respostas	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Fazer/renovar documentos	4	28%	2	29%
Questões de família	2	14%	4	57%
Testemunha	1	7%	1	14%
Questões políticas	2	14%	0	0%
Outros	5	35%	0	0%

¹³³ Uso o advérbio de intensidade (*mais*) porque, postulo, é difícil que uma causa coletiva não atenda, também, interesses de grupos específicos.

Fonte: Pesquisa de campo

Obs: as porcentagens foram obtidas considerando-se o número de homens e mulheres que afirmaram ter ido ao Fórum, respectivamente 14 e sete.

Mais da metade das mulheres e quase todos os homens entrevistados foram ao Fórum da Comarca de Matinhos. Em geral, as razões são rotineiras e/ou pessoais (Quadro 15c). A mais recorrente é fazer ou renovar documentos, quase sempre títulos de eleitor. Em seguida, questões de família – motivação para a maioria absoluta das mulheres ir ao Fórum. Aqui, incluem-se divórcios, pensões alimentícias e processos de guarda de menores. Testemunhar e razões políticas tiveram mais de uma citação cada, sendo a última mencionada por homens.

Pedi ainda para os informantes indicarem outros órgãos a que tivessem ido. Os homens não concentraram respostas em nenhum órgão específico, mas a maioria absoluta das mulheres afirmou ter ido à Assistência Social, para buscar recursos ou tratamentos de saúde. Isso reflete uma divisão entre os gêneros pela qual cabe a elas a resolução dos problemas cotidianos por que suas famílias passam.

Ainda que, na grande maioria das vezes, as razões que levaram os informantes aos diferentes órgãos públicos passem ao largo de questões políticas de interesse coletivo, os resultados acima reforçam inferência anterior de que numa cidade pequena vive-se em maior proximidade das organizações governamentais e seus agentes. Isso proporcionaria a referida visibilidade com que contam os sujeitos para satisfazer suas demandas junto à política local, sejam estas de natureza clientelística ou não.

Perguntei aos informantes, também, se se haviam sentido lesados ou prejudicados, por quem quer que fosse. A maioria absoluta dos homens, cerca de 60%, respondeu afirmativamente, ainda que entre as mulheres o resultado tenha também sido expressivo, pois quase metade delas o fez. Em relação à natureza do prejuízo, um terço dos homens e das mulheres não informou o que aconteceu. As demais motivações são as mais heterogêneas e não foram significativamente citadas – a mais freqüente dentro deste conjunto foram problemas com a compra de mercadorias.

O interesse aqui é saber como as pessoas reagem quando se sentem lesadas e, embora a maioria nada tenha feito, é significativo que um terço dos homens e das mulheres relatem já ter ingressado na justiça. Com a ressalva de que grande parte das ações tratava de questões de família, sobretudo divórcios e separações, o dado é importante na medida em que o acesso à justiça é um direito de cidadania. Pode-se cotejar esses dados aos resultados das respostas à pergunta que fiz sobre se eles haviam recorrido ao PROCON ou a outro órgão para fazer reclamação. Novamente, quase um terço dos informantes respondeu que sim, embora estes sejam quase todos homens.

Além das considerações já feitas sobre as características da participação dos pescadores em geral, os resultados descritos e analisados ao longo desta seção permitem algumas inferências no que refere a gênero. Com poucas (porém importantes) exceções, as mulheres da população pesquisada aparentemente voltam-se mais a atividades privadas, da esfera doméstica, acumulando-as com sua jornada de trabalho e reproduzindo um padrão vigente na sociedade mais ampla. O fato de elas serem associadas a uma organização como a Colônia não estaria a alterar de modo importante tal realidade, sugerindo um viés de desempoderamento político entre elas o qual, deduzo, conjuga-se com outras características desempoderantes já discutidas, especialmente quando se compara com a situação vivida pelos homens. Por outro lado, como afirmei anteriormente, uma certa insatisfação com esse quadro representa um potencial de empoderamento também.

Quadro 16 - Pescadores artesanais de Matinhos – partidos citados

Siglas	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
PT	13	76%	6	46%
PMDB	13	76%	4	31%
PSDB	11	65%	4	31%
PL	6	35%	0	0%
PTB	3	18%	4	31%
PDT	4	24%	1	8%
PPS	4	24%	1	8%
PFL	4	24%	0	0%
Nenhum	3	18%	2	15%
Xiquinho	2	12%	2	15%
PSOL	2	12%	2	15%
PV	1	6%	3	23%

continua

continuação				
PCdoB	2	12%	0	0%
PSB	2	12%	0	0%
PP	1	6%	1	8%
Márcio	1	6%	1	8%
Requião	1	6%	1	8%
PSS (sic)	1	6%	0	0%
Prona	1	6%	0	0%

Fonte: Pesquisa de campo

As características de participação dos pescadores refletem-se na caracterização de sua cultura e comportamento políticos, cuja análise é balizada pelo conceito de sofisticação política. Nesse âmbito, um primeiro levantamento foi do conhecimento dos entrevistados sobre os partidos brasileiros¹³⁴ (Quadro 16). A sigla mais lembrada por aqueles que foram capazes de dizer o nome de algum partido foi o PT, seguido muito de perto pelo PMDB e pelo PSDB, tanto entre os homens quanto entre as mulheres. Os informantes saíram-se muito bem no geral. Mais da metade dos homens e parcela expressiva das mulheres souberam citar corretamente quatro ou mais partidos políticos (Tabela 10). Somente uma mulher não conseguiu mencionar corretamente nenhuma sigla.

Tabela 10 - Pescadores artesanais de Matinhos - número de siglas partidárias citadas corretamente

Participação	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Quatro ou mais	9	53%	5	38%
Três	4	24%	0	0%
Duas	1	6%	6	46%
Uma	3	18%	1	8%
Nenhum	0	0%	1	8%
Total	17	100%	13	100%

Fonte: Pesquisa de campo

É interessante que quando eu pedi para alguns informantes dizerem os partidos que conhecem obtive como resposta nomes de pessoas, como “Xiquinho”, “Requião” e “Márcio”. Trata-se, respectivamente, do Prefeito de Matinhos, Francisco

¹³⁴ Perquerei somente as siglas. Programas e linhas doutrinárias não fizeram parte das minhas indagações. Conhecimentos acerca desses aspectos foram buscados por meio de outras questões, principalmente sobre posicionamento político-ideológico.

Carlim dos Santos; do Governador do Paraná, Roberto Requião; e, do vereador identificado como representante dos pescadores, Márcio José do Nascimento. Respostas como essas ilustram o caráter personalista da política brasileira (de resto, da maior parte do mundo), em detrimento das organizações.

Quase três quartos dos homens e um quinto das mulheres afirmaram gostar de algum partido político. Rigorosamente metade dos que disseram gostar de algum partido disse ser filiada a este, um resultado bastante expressivo quando comparado aos baixos índices de filiação partidária dos eleitores brasileiros. Entre os filiados, quase metade está no PMDB, o partido mais forte da região e mesmo do Paraná. Os demais partidos, em números absolutos, receberam poucas menções. Foram eles: PPS, PSDB, PT e PDT. Há ainda casos singulares, sempre masculinos, de registro em partido, preferindo outro e um caso de pessoa filiada sem, no entanto, ter qualquer preferência partidária¹³⁵.

Perguntei ainda as razões para gostar de um partido específico. A resposta mais recorrente tem a ver com afinidades pessoais com as lideranças locais, sobretudo com ex-prefeitos. Nenhum informante reportou-se especificamente a ideologia ou princípios programáticos e poucos referiram a valores, como transparência, honestidade ou mesmo a luta pela redemocratização no início dos anos 1980 (fala de um simpatizante do PMDB).

Aos que disseram não gostar de nenhum partido ou não ser filiados ao partido de que gostam, indaguei se, afinal, eram registrados em algum: um terço dos homens enquadrados nesta categoria forneceu respostas afirmativas, nenhuma mulher. Esse dado é interessante, pois mostra que alguns são impelidos a uma filiação partidária sem necessariamente preferir a organização. Complementa a informação o fato de quase um quinto dos homens ter afirmado gostar de um partido, mas estar filiado a outro. Mediante pergunta aberta, busquei o porquê disso, ao que justificaram acompanhar a trajetória partidária de algum líder político local a quem se vinculam.

A participação na vida dos partidos¹³⁶, embora não seja tão alta quanto as taxas de filiação, não deixa de ser significativa. Perto de um terço dos homens

¹³⁵ Nesses casos, optei por não mencionar as siglas para preservar o anonimato da fonte.

¹³⁶ Pergunta feita a todos, independentemente de ser ou não filiados.

respondeu positivamente – nenhuma das mulheres fez o mesmo. No entanto, interrogados como se dá tal participação, disseram que ela se concentra em períodos eleitorais. Não há, em meio a este grupo de entrevistados, dirigentes de partido e são poucos os que vão regularmente a reuniões e demais eventos.

O conjunto de resultados acima sugere uma relação com os partidos quantitativamente forte, mas débil, do ponto de vista qualitativo. Tal afirmação corrobora outros resultados relativos a cultura e comportamento político deste grupo de pescadores. Não raro atribuíram os mesmos conceitos, negativos ou positivos, a coisas díspares, como ditadura e democracia, ou então, partidos e políticos de esquerda/centro-esquerda e partidos e políticos de direita/centro-direita (que receberam avaliação regular, com médias 0,3 e 0,1 respectivamente).

Entretanto, a compreensão dos temas políticos e mesmo a participação, aumentam consideravelmente conforme se vai dos temas mais abstratos da grande política ou da política nacional aos paroquiais, como a avaliação dos serviços públicos e da atuação dos governos locais. Por exemplo, todos os entrevistados, com exceção de um chegou à cidade mais recentemente, souberam dizer o nome de dois vereadores do município, embora a maioria apresentasse dificuldade na identificação dos partidos a que são filiados (em muitas ocasiões, à questão “você sabe o partido deles” a resposta imediata era Xiquinho, o prefeito da cidade, na realidade quadro do PSDB).

Em outra questão, pedi que dissessem como se definiam politicamente: se mais à esquerda, ao centro ou à direita (Tabela 11). Podia-se, ainda, optar por nenhuma dessas opções. Aqui, encontrei as maiores complicações para me explicar, sobretudo nos termos com que se convencionou localizar os espectros ideológicos¹³⁷, principalmente nos campos acadêmico e político. Em ambos os gêneros, a categoria nenhuma posição política foi a que recebeu mais menções. Entre os que se definiram, os homens com mais frequência classificaram-se como de esquerda e as mulheres, de centro. Nenhuma delas afirmou-se de esquerda.

¹³⁷ Procurei explicar, em termos que julgava compreensíveis, apenas àqueles que solicitaram e utilizei a distinção proposta por Bobbio (1995) para quem esquerda e direita não são categorias ontológicas, mas posições relativas em relação à idéia de que a igualdade entre os seres humanos é possível e desejável e de que a desigualdade é fruto das características do sistema capitalista, assumida pela primeira (enquanto a direita, segundo o autor italiano, assume a desigualdade como natural, opondo-se a mudanças significativas).

**Tabela 11 - Pescadores artesanais de Matinhos -
Posição política**

Posição	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Direita	3	18%	2	15%
Centro	2	12%	4	31%
Esquerda	5	29%	0	0%
Nenhuma	7	41%	7	54%
Total	17	100%	13	100%

Fonte: Pesquisa de campo

Aprofundando essa questão, pedi para que justificassem as respostas. A concentração, de ambos os gêneros, na categoria nenhuma posição política fez com as demais ficassem com poucas menções. Entre os que responderam não ter nenhuma posição, os homens alegaram, primeiramente, descrença na política e, em seguida, ter uma vida independente dela – resposta mais freqüente entre as mulheres (Quadro 17). O interessante é que a proporção de respondentes que afirmam não ter posição ideológica é semelhante às porcentagens de eleitores brasileiros que disseram não saber ou não responderam às questões sobre os significados de “esquerda” e “direita” (respectivamente, 36% e 34%) em pesquisa nacional realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 1997 (Carreirão, 2002), em que pesem as diferenças de metodologia e propósito entre aquele estudo e o presente. Essa correspondência verifica-se, principalmente, entre os participantes da referida pesquisa cuja escolaridade vai até o ensino fundamental, na medida em que tais porcentagens se reduzem conforme aumenta a escolaridade dos eleitores.

**Quadro 17 - Pescadores artesanais de Matinhos - razões
declaradas para posicionamentos políticos**

Nenhum	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Descrença na política	4	57%	0	0%
Neutralidade/Independência da política	2	29%	4	57%
Outros	1	14%	3	43%
Direita	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Ser de situação	2	67%	0	0%
Ser conservador(a)	1	33%	2	100%
Centro	Homem		Mulher	
	N	%	N	%

continua

continuação

Ser contra radicalismo	2	100%	0	0%
Ficar dividido(a)	0	0%	2	50%
Outros	0	0%	2	50%
Esquerda	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Quero mudanças (oposição)	2	40%	0	0%
Querer um mundo melhor	1	20%	0	0%
Ser contra a Privatização	1	20%	0	0%
Por ser obrigado a Votar	1	20%	0	0%

Fonte: pesquisa de campo

À esquerda, a resposta mais freqüente foi querer mudanças, o que, nesse caso, significa ser oposição aos governos. As mulheres que se disseram de direita apontaram como razão considerar-se conservadoras, enquanto os homens desta posição disseram apoiar os governos, principalmente o federal e o estadual. Uma fala em especial vale a pena transcrever:

Eu sou um político de direita. Porque eu acho que não se mexe, não deve se mexer no que tá dando certo, no que tá funcionando. Então eu não quero mexer naquilo ali, quero que continue... A esquerda sempre vai ser a oposição do atual, né, hoje você é direita, amanhã o teu candidato não é mais presidente da República, você vai passar a ser esquerda. Então pode ter certeza que logo você vai deixar de ser um militante de direita. Eu vejo assim: tem os dias de ser a pedra e outros de ser a vidraça. Hoje eu me enquadro como um militante de direita... Procuro participar, me integrar, eu acho que eu tô participando se eu vou buscar informações, via internet ou via outra coisa eu tô participando entendeu? (Eduardo)

No caso dos que se posicionaram à esquerda e à direita, os resultados também podem ser comparados aos da pesquisa nacional acima mencionada, com as respostas mais freqüentes referindo à posição em relação ao governo – contra=esquerda, a favor=direita –, sobretudo nos estratos menos escolarizados. Assim como os eleitores brasileiros em geral, o grupo ora pesquisado, em sua maioria, não age e pensa politicamente a partir de uma identificação ideológica pautada nos debates e conceitos da academia (como a distinção dos pólos ideológicos proposta por Bobbio (1995), por exemplo) e das instituições políticas, e sim em representações que constroem com a informação que detêm e na perseguição de benefícios seletivos e imediatos. Isso confirma, por um lado, as predições de autores dedicados aos temas da cultura e da sofisticação política e, por

outro, a necessidade de problematização dos conceitos estabelecidos nos debates acadêmicos e no âmbito das instituições políticas, na medida em que esses têm permanecido distantes dos sujeitos aliados da participação nessas arenas.

Independentemente, porém, das posições em que os entrevistaram espontaneamente se colocaram, as notas que deram a aspectos vinculados a tradicionais bandeiras de esquerda foram em geral maiores que as de direita – até porque superficialmente a adesão àquelas parece ser mais fácil. O governo ajudar os pobres praticamente empatou com a família como aspecto mais bem avaliado (média 1,6). O Presidente da República atual, tradicionalmente identificado com a esquerda, foi o agente público com melhor avaliação (1,27). O tema da igualdade, avaliado sob três prismas – racial, de gênero e social –, também recebeu boas notas (respectivamente 1,2; 1,1 e 1,07). E uma política de assistência social, como o Bolsa Família, foi igualmente bem julgada (1,1).

Temas que poderiam ser situados no espectro da direita política, por sua vez, foram avaliados de forma menos favorável. Aos grandes proprietários de terras, por exemplo, atribuiu-se média entre regular e ruim (-0,2). A privatização, normalmente defendida por políticos e partidos à direita, ficou entre os aspectos julgados como piores (-0,93), num levantamento em que o racismo teve a maior rejeição (-1,6). Alguns resultados, contudo, serviriam para refrear o otimismo de um esquerdista libertário. O MST recebeu média bastante baixa dos pescadores ouvidos, igual à atribuída à legalização do aborto (-1,1).

Nessa parte das entrevistas pedi, também, que se dessem notas à ditadura e à democracia. Aqui também houve alguma dificuldade de compreensão em relação ao que esses termos significam – mais de um entrevistado me perguntou o que eles são. Não por acaso, as avaliações sobre democracia, ditadura e partidos foram as que tiveram maior número de respondentes que não souberam opinar (Cerca de 30% não deram qualquer conceito). Alguns, com efeito, externaram não conhecer o significado da palavra, o que coloca em questão até que ponto barômetros de opinião conseguem, de fato, captar a adesão ou a não adesão dos brasileiros, no seu conjunto, a valores democráticos. De todo modo, a democracia, como mencionei há pouco, obteve uma avaliação ligeiramente mais favorável que a ditadura. A primeira foi julgada com neutralidade (0,13) e a segunda, de modo negativo (-0,5).

Os depoimentos que, por vezes, surgiram das entrevistas poderiam sugerir um resultado diferente. Alguns informantes, cujas idades são suficientes para recordarem-se do regime militar, estabelecem comparações com o atual estado de coisas percebido: “Falar uma coisa pra você: essa democracia aí ó, ela perde de 10 a 0 pro militarismo. Perde, perde, perde. No tempo do militar todo mundo tava numa boa. Só não tinha essa regalia aí né?” (Eli).

Outro entrevistado, que se posiciona à esquerda, embora considere a democracia como algo bom, vê a ditadura como ótima. Indaguei por quê. E a resposta foi bastante pragmática e saudosista: “Quando eu comecei na ferrovia, o meu patrão era o João Figueiredo. Foi um ótimo patrão pra nós. Naquele tempo não tinha tanto vandalismo como tem hoje, de menores que ficava na rua, não existia tanta droga, então é isso. O regime militar era muito bom, e é!!” (Rivaldo).

Há, também, um depoimento em que o respondente inicia com elogios à ditadura, à luz da experiência brasileira recente, mas que se modifica conforme seu emissor vai construindo seu discurso e refletindo em cima do que diz: “Ditadura? Deixa eu ver, na realidade acho que eu preferia a ditadura, porque do jeito que tá a coisa (risos) a ditadura militar pelo menos botava as coisas nos eixos... não! Não! Tá louco! É ruim, é péssimo!” (Gustavo).

São mais freqüentes, entretanto, os abonos à democracia. Um sujeito politicamente atuante – para quem “ditadura é péssimo! É péssimo, cara!” (Afrânio) – instado a avaliar a democracia, respondeu: “eu vou colocar ótimo, porque a gente pode reclamar, a gente pode falar, mesmo não sendo aceito, acho que a gente ainda tá dentro de um país que é livre, né, eu acho legal, ótimo!”. Talvez a fala que melhor sintetize o sentimento de muitos é breve e clara: “Democracia é bom, mas não *está* bom”. (Olavo, Grifos meus). O interessante deste último excerto – em que o falante emprega recurso da língua portuguesa pelo qual se distingue o que *é* do que *está*, o permanente do transitório – é que ele didaticamente alude ao profundo hiato entre a democracia idealizada (por teóricos, atores políticos e mesmo pelo “cidadão comum”) da democracia realmente existente, com suas características que muitos consideram como defeitos, sobretudo partidários de perspectivas normativas.

Em outro grupo de questões, perguntei as principais atribuições dos agentes do executivo, legislativo e judiciário em nível local, ou seja, prefeito, vereadores e juízes (Quadro 18). Um dado interessante: os respondentes aproveitaram esta parte

da entrevista para fazer críticas aos políticos em geral (a nota dada aos parlamentares, por exemplo, (-0,8) está entre as menores e é inferior às de outros agentes públicos, como juízes, Governador do Estado e Prefeito de Matinhos – respectivamente 0,8; 0,1 e -0,1).

Quadro 18 - Pescadores artesanais de Matinhos - atribuições de agentes governamentais

Prefeito	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Cuidar da cidade	11	65%	8	62%
Saneamento e limpeza	11	65%	7	54%
Promover o turismo	12	71%	1	8%
Educação	5	29%	3	23%
Saúde	5	29%	2	15%
Outras	7	41%	8	62%
Vereadores	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Olhar pela cidade/bairro/eleitores	8	47%	4	31%
Arrumar ruas/praias	5	29%	1	8%
Fiscalizar o prefeito	4	24%	1	8%
Remédio/farmácia	3	18%	2	15%
Não sabe	2	12%	3	23%
Ajudar o prefeito	2	12%	1	8%
Apreciar e votar leis e emendas	2	12%	0	0%
Outras	4	24%	2	15%
Juízes	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Não sabe	4	24%	8	62%
Julgar/fazer cumprir a Lei	8	47%	2	15%
Fiscalizar o prefeito	2	12%	1	8%
Fazer leis corretas	2	12%	0	0%
Outras	2	12%	2	15%

Fonte: Pesquisa de campo

As respostas mais freqüentes acerca do que cabe a um prefeito tiveram, em geral, relação com sua função principal, ou seja, executiva – a mais visível, diga-se, pelo “cidadão comum”. A de maior recorrência é cuidar da cidade, principalmente das praias e dos bairros, e construir e manter vias públicas. Saneamento e limpeza é a categoria com o segundo maior número de respostas. Ambos os tipos de resposta foram mencionados pela maioria dos homens e das mulheres. A promoção do turismo vem logo em seguida. Esta, com efeito, foi a categoria mais mencionada

pelos homens, foi lembrada por apenas uma mulher, porém, e tem a ver com a profissão dos informantes, numa lógica mais corporativista do que paroquial. Direitos sociais, como educação e saúde, também tiveram número expressivo de menções, registrando, curiosamente, maior percentual entre os homens entrevistados.

No tocante às atribuições dos vereadores, a única resposta que aparece com mais frequência (citada por um quarto dos homens) e aproxima-se de suas funções principais é fiscalizar o poder executivo. Uma das falas é bastante didática: “Vereador é para ser fiscal do prefeito, a favor do povo. Não legislar em causa própria como muitas vezes acontece (risos)” (Olavo). As respostas mais comuns são, todavia, um pouco vagas e inscrevem-se na categoria “olhar pela cidade/bairro/eleitores”, salvo em algumas ocasiões em que os eleitores foram identificados como sendo os próprios pescadores.

Outras incumbências tipicamente legislativas, como a apresentação, apreciação e votação de projetos de lei ficaram entre as menos votadas, muito atrás de atividades como providenciar remédios, arrumar ruas, trabalhar pela cidade e até mesmo daqueles que admitem não saber quais são as atribuições dos vereadores. Em geral, os entrevistados aproveitaram a questão para fazer críticas fortes ao legislativo municipal e seus membros. Algumas delas, hostilizam, justamente, uma das características fundamentais da democracia parlamentar, qual seja, a discussão de idéias e a existência de situação e oposição. Apareceram, inclusive propostas um tanto extravagantes:

No meu modo de pensar, vereador ganha demais, os vereadores ganham muito... o salário do vereador hoje em dia... diminua pra quatro, pra cinco¹³⁸, pega o salário desses outros vereadores e invista no asfalto da cidade. Olha rapaz, eu te garanto pra você que a cada dois meses dava pra arrumar uma rua. A cada dois meses você asfaltava uma rua na cidade de Matinhos; cada rua da cidade de Matinhos se tiver dois quilômetros é muito né; quer dizer, você tira o salário de quatro vereador, em dois meses você asfalta uma rua. Se o cara for pensar no geral, excluir um pouco do dinheiro que é gasto a toa, Matinhos era o paraíso. (César)

¹³⁸ A faixa populacional do município prevê nove vereadores. Tenho uma posição sobre isso. Sou contra qualquer redução no número de parlamentares, independentemente do nível – municipal, estadual, distrital ou federal. Normalmente, ela não é acompanhada de uma correspondente diminuição das despesas dos legislativos. Não creio que valha a pena reduzir a representatividade do voto singular, aumentando o tamanho da área de atuação dos parlamentares, os custos das campanhas, as possibilidades de corrupção e distanciando-os ainda mais da população que os elege. Ao contrário, em alguns casos (o da Câmara Federal, por exemplo) deveria haver um expressivo aumento de cadeiras, consoante ao tamanho e à população do Brasil (desde, é claro, que isso não implique maiores despêndios). Ademais, propostas de redução desvalorizam o legislativo e suas funções, tão “úteis” quanto qualquer outra prestada pelo Estado. Isso porém foge ao tema deste trabalho.

Um pescador, que já foi vereador, falou das limitações de poder dos edis. Para ele, conceder título de cidadão é o que mais faz o vereador devido a seu reduzido poder de apresentar e efetivar projetos por conta do poder que o executivo tem de fato nessa (e provavelmente em qualquer) cidade.

Se em geral, quase todos os respondentes atribuíram ao prefeito funções que lhe são típicas e um bom número deles fez o mesmo em relação aos vereadores, no que concerne aos juízes, agentes menos visíveis, surgiram algumas dificuldades, sobretudo entre as mulheres. Quase dois terços delas admitiram não saber o que faz um magistrado, enquanto entre os homens tal fração reduz-se a um quarto. Quase metade deles afirmou que aos juízes cabe julgar e fazer cumprir a Lei, o que se pode considerar uma função típica – somente duas mulheres responderam da mesma forma. Resposta dada por dois homens chama a atenção: fazer leis corretas, uma incumbência que, definitivamente, não pertence ao judiciário, seja federal ou estadual, senão de modo muito indireto quando se considera a jurisprudência como fonte das normas ou a elaboração das normas administrativas de funcionamento da instituição. Em suma, mais dados a demonstrar que, ao menos dentro do grupo estudado, os pescadores de Matinhos apresentam um maior interesse nas questões políticas mais próximas, que lhes parecem afetar de maneira mais direta.

Finalmente, perguntei-lhes quais são os seus direitos como cidadãos. O mais citado, por cerca de um terço dos homens e mulheres, foi o direito à saúde seguido de perto pelo direito de ir e vir. A respeito disso, há um depoimento interessante sobre como agentes do Estado relacionam-se com determinados segmentos sociais:

Direitos que eu tenho como cidadão? Direito de ir e vir (...) às vezes é revistado pela polícia, eu como geralmente saio de casa três horas da madrugada pra ir pescar, quantas vezes eu já fui parado, revistado, né; eu acho certo por causa da segurança; eu não acho certo o jeito que eles tratam a gente, não acho certo a abordagem deles; aborda hoje, daqui três dias vem abordar novamente a mesma pessoa e o mesmo policial, então fica um negócio chato, né, cara. Na época que eu era drogado tudo bem, hoje em dia eu não aceito me abordar e querer, que nem eu já vi, esses tempo atrás, uns dois anos atrás, os cara abordando dois filho meu, porque o piá [menino] tava indo pra escola com a mochila nas costas, quiseram tirar tudo de dentro da mochila do piá. Brincadeira! Achei um desaforo! (Amadeu)

Cerca de um quinto dos entrevistados mencionaram o direito à educação. Direitos ao respeito, de fiscalizar os políticos e reivindicar, de expressão e opinião, de ter uma rua melhor e a participar da política também foram lembrados por alguns

entrevistados, porém de modo menos recorrente. A seguinte fala sintetiza essa classe de direitos:

outra coisa que eu acho que o brasileiro deveria de ter direito era o direito de poder ir a uma prefeitura, ou então ir numa reunião da câmara, o cara vai numa reunião da câmara, pede pra falar, quando o cara vai, “mete o pau” (sic), é cortado, não deixam o cara falar. Direito a se expressar mais. Isso é um direito que é dado e negado ao mesmo tempo (...) porque você pode falar, mas quando você vai “meter o pau” (sic) você é cortado. Você pode falar pra elogiar, quando você vai “meter o cacete” (sic) nos cara, aí você é cortado, já é mandado preso porque ofendeu fulano de tal (...)” (Amadeu).

Diversos outros direitos foram lembrados. Importa mais para essa discussão dois outros resultados. Ao se classificar essas respostas em uma escala (Tabela 12), constata-se que a maioria dos informantes seja de homens ou mulheres citou um ou nenhum direito. Na outra ponta, menos de um quinto dos homens e nenhuma mulher mencionou quatro ou mais direitos, ainda que os entrevistadores insistíssemos para que eles e elas o fizessem.

Respondendo sobre a quem cabe a promoção dos direitos, mais de um terço dos homens e, praticamente, metade das mulheres a atribuiu ao prefeito (na verdade, a maioria delas admitiu não saber). Como era possível dar mais de uma resposta, também mencionou-se com razoável frequência a polícia e o delegado. Raramente se recordou dos governos e mesmo da sociedade e os próprios cidadãos. Em suma, parte dos entrevistados apresentou alguma dificuldade em reconhecer a si próprios como portadores de direitos e a quem cabe sua promoção. E, às vezes, quando identificam direitos de cidadania o fazem de forma fragmentada, raramente enxergando-os como uma unidade indissolúvel.

Tabela 12 - Pescadores artesanais de Matinhos – número de direitos de cidadania citados

Q	Homem		Mulher	
	N	%	N	%
Nenhum	3	18%	3	23%
Um	7	41%	7	54%
Dois	2	12%	2	15%
Três	2	12%	1	8%
Quatro ou mais	3	18%	0	0%
Total	17	100%	13	100%

Fonte: Pesquisa de campo

A despeito de as categorias utilizadas neste trabalho terem significados distintos no plano acadêmico e no plano empírico investigado e, na adoção de um conceito como o de sofisticação política prevalecer o primeiro, é possível afirmar que a maioria dos pescadores entrevistados apresenta pouca sofisticação no que concerne a temas políticos mais gerais e abstratos, distantes de seu cotidiano. Entretanto, esta aumenta conforme cresce a participação em suas diferentes modalidades, seja como militante da categoria, do bairro, do partido ou simplesmente como alguém que discute política.

Os dados expostos e discutidos nesta seção possibilitam diversas inferências sobre as categorias propostas à análise. Como bússola, utilizo o conceito de empoderamento, principalmente em suas dimensões social e política. Em geral, o grupo dos entrevistados é pouco participativo em atividades associativas regulares fora da Colônia de Pescadores e, quando participa, o faz na quase totalidade dos casos de duas formas: indo a cultos religiosos e praticando futebol com amigos. Atividades associativas com objetivos mais políticos são menos freqüentes, praticamente restringindo-se, quando existem, a associações de bairro. Quase inexistente participação direta em fóruns deliberativos da esfera pública, como conselhos gestores, por exemplo, embora esses existam em bom número no local (na verdade, uma pessoa concentra toda a participação deste tipo, assumindo a condição de “representante” ou “delegado” da pesca. Ademais, colhi relatos segundo os quais os conselhos municipais têm forte predomínio do executivo, tal como acontece em outras cidades¹³⁹).

A participação cresce dentro da Colônia, como se pode depreender das entrevistas, observações e atas das reuniões. Nesse sentido, ainda que os indicadores de participação sejam sensivelmente melhores que os da sociedade brasileira em geral, é temerário afirmar que o pertencimento à organização tem trazido graus elevados de empoderamento para os pescadores com recursos sociais, de fortalecimento do capital social, ou políticos, de participação e poder de agenda.

¹³⁹ Sobre o tema, ver Fuks, 2005.

Não se trata de criticar a atuação política dos sujeitos, pois é necessário reconhecer as dificuldades de participar quando se tem de lutar diária e diuturnamente pela sobrevivência. A discussão de temas políticos, porém, praticada pela maioria, sobretudo em espaços informais, poderia sugerir a constituição de arenas discursivas de formação da vontade coletiva, nos moldes propostos pela veia habermasiana das teorias deliberativas e participativas, ainda que essas propostas tenham surgindo em contextos mais afluentes e de maior solidez institucional, adaptando-se melhor a estes.

No entanto, pelo menos até o momento, é frágil a correspondência das discussões políticas de que participam os pescadores com um aumento da participação em instâncias públicas de debate e deliberação – mesmo dentro da colônia, o que dificulta falar nesse âmbito em empoderamento individual, organizacional e, mesmo, comunitário. Assim, como ocorreu nas audiências públicas de discussão do Plano Diretor de Matinhos, nos quais havia possibilidades concretas de participação direta, acaba por prevalecer uma lógica delegativa em que dirigentes e ex-dirigentes da Colônia participam dos debates sem, no entanto, haver registro de discussões prévias mais formalizadas acerca de como tal participação poderia ou deveria se dar¹⁴⁰.

A recorrente discussão de temas políticos tampouco leva a quantidades expressivas de ações coletivas, que dêem mais visibilidade à categoria dos pescadores artesanais como sujeito coletivo. Exceção feita a alguns abaixo-assinados para melhorias nos bairros, as ações em questão, quando ocorrem, são episódicas e reativas, constituindo-se como respostas a ameaças sentidas pelos pescadores – na ausência dessas, talvez a apatia política fosse maior.

Tais achados estão em contradição com outros, que dão conta das expressivas filiação a partidos e participação em campanhas eleitorais. Por um lado, a contradição pode ser aparente, pois as razões que justificam o fenômeno teriam pouco a ver com os fundamentos da democracia preconizados pelas teorias normativas e suas propostas emancipatórias. Por outro, pode revelar os limites das teorias no plano empírico, sobretudo no nível local. A participação na vida partidária cotidiana e nas instâncias decisórias dessas organizações praticamente inexistente –

¹⁴⁰ Ainda que esses dirigentes usem sua participação para defender interesses de sua categoria (como pude depreender da leitura de atas das reuniões das discussões públicas do Plano Diretor).

ela se dá em períodos eleitorais e por razões mais particularistas, embora se possa supor que a participação regular em campanhas, independentemente das motivações, ajude a naturalizar as eleições como meio legítimo de escolha dos governantes, legitimando a institucionalidade democrática. Outro dado que confirma a natureza da participação é a ausência quase total de visitas não rotineiras ou não burocráticas a órgãos públicos.

Os resultados relativos ao atendimento de solicitações a políticos, ao revelarem ranços particularistas e clientelistas nos pleitos, juntamente com as análises sobre participação, indicam a presença de traços relativamente fortes de uma cultura política paroquial e súdita e de familismo amoral (Almond e Verba, 1989), bem como níveis insuficientes de capital social, mormente no que concerne ao civismo e à institucionalização da busca de solução dos problemas mediante práticas associativas coletivas.

Em geral, os entrevistados demonstraram deter mais informação relevante sobre temas políticos locais, de maior proximidade com problemas mais concretos, apresentando menos desenvoltura nas questões mais abstratas e da política em seu alcance mais amplo, ou, o que não se pode descartar, não têm a mesma compreensão dos temas que a desenvolvida nos campos especializados da política. Assim, foram bem-sucedidos nas respostas que deram quando inqueridos sobre as atribuições do prefeito, quem são os vereadores dos municípios e quanto a alguns direitos de que são titulares. O mesmo desempenho não se repetiu nas respostas em que se pedia para avaliar a democracia e a ditadura, definir-se ideologicamente, direitos civis e políticos, atribuições de vereadores e juízes e assim por diante. Esse conjunto de questões talvez não seja suficiente para definir o nível de sofisticação política e a detenção dos recursos políticos desses atores – mesmo porque, como já frisei, a tradução de categorias analíticas para as experiências concretas do grupo não é simples – mas dá algumas pistas sobre isso.

Os pescadores entrevistados demonstram alta capacidade de aprender empiricamente, de reter aquele conhecimento que circula no cotidiano. No entanto, carecem de informação mais elaborada, por exemplo, sobre o funcionamento dos sistemas políticos, da filosofia por trás destes e assim por diante, conhecimento que, inclusive, não se adquire normalmente por meio da escolarização formal, mas mediante a participação ativa e rotineira em organizações e ações políticas, dentro ou fora da esfera estatal e desde muito cedo, como demonstram Pateman (1970) e

Macpherson (1982). A observação desta colônia e da dinâmica política na cidade de Matinhos mostra uma sociedade civil com grande margem para se fortalecer, que poderá exercer mais amíúde modalidades verticais e sociais de *accountability* (conseqüentemente provocando a *accountability* horizontal) notadamente fora dos estratos de maior status socioeconômico e cultural.

Ocorre que, além dos fatores apontados, principalmente fora da Colônia em si, o desenho institucional tampouco favorece um empoderamento da sociedade civil – poder-se-ia dizer que escasseiam estruturas de oportunidade política para o incremento do associativismo civil, seja entre os membros da Colônia de Pescadores, seja para a cidade toda (claro, aí estou fazendo uma especulação, pois não tenho dados empíricos senão os recolhidos na observação superficial, como morador). Embora integre um país democrático, só há pouco tempo a cidade tem constituído espaços de debate e deliberação cívica – como conselhos gestores, fóruns, discussões –, na esteira da democratização institucional e da descentralização trazidas pela Constituição vigente. Mesmo a Colônia de Pescadores só mais recentemente parece estar se constituindo como tal, dado que até meados dos anos 1980 tratava-se de uma atividade tutelada pelo Estado (mesmo que em seu interior sempre parece ter havido razoável nível de democracia interna) e, nesse caso, as lutas para a democratização constituíram-se a partir de fóruns nacionais, disseminando-se posteriormente para as bases. Esse quadro, com efeito, é resultante de um Estado caracterizado por elementos oligárquicos, que os diversos períodos de autoritarismo somente agravaram, dificultando a poarticpação das camadas populares nas questões públicas. A breve experiência democrática em curso não implicou ainda um afastamento significativo desse modelo.

Aos elementos acima agrega-se a inexistência de uma mídia desenvolvida e minimamente independente na cidade. Não há estações de televisão ou rádio¹⁴¹. Os pequenos jornais existentes são visivelmente panfletos dos diferentes grupos políticos que dominam a cidade (embora isso não deixe de ser interessante, na medida em que, quando um afronta outro, ao menos o embate de idéias ocorre, porém sem muito respeito à verdade factual e à sobriedade).

¹⁴¹ No caso da televisão, as estações mais próximas ficam em Curitiba. Há uma estação de rádio no município vizinho de Guaratuba, que de algum modo acaba abrindo sua programação às questões do litoral.

Dessas inferências, conclui-se que, a par de constituir uma comunidade altamente coesa, organizada e satisfeita, os pescadores pesquisados têm uma relação com a política marcada por diversas ambigüidades (sobretudo em face das teorias aqui debatidas). Ao mesmo tempo em que a maioria não costuma lançar mão de mecanismos tradicionais de *accountability* política, aciona estratégias e mecanismos de pressão que bem poderiam constituir formas de *accountability* social, mormente quando percebe ameaças a seus interesses. Ainda que não tenham domínio teórico de vários conceitos da política, obtêm em suas ações coisas dos políticos, normalmente via clientelismo e relações pessoais, porém. Entretanto, quando se comparam indicadores de participação desses informantes com os da sociedade brasileira em geral, não se pode, de modo algum, falar em apatia. As dificuldades que quase todos têm em reconhecer direitos políticos não se repetem no caso de alguns direitos civis e direitos sociais. A questão que se coloca é: malgrado o empoderamento conquistado em diversos campos, essas ambigüidades aparentemente têm representado limites ao aprofundamento da cidadania política, tanto do grupo quanto da cidade, com conseqüências talvez não muito favoráveis para a qualidade da democracia.

8 CONCLUSÃO

Os resultados e análises da pesquisa empírica permitem responder à problemática proposta, ou seja, o vínculo entre o pertencimento a uma organização do campo associativo e o comportamento de indicadores de democratização e empoderamento – nesta tese: participação, *accountability*, direitos de cidadania e cultura política.

Ao menos no caso estudado (a Colônia de Pescadores de Matinhos, Paraná), a conclusão geral aponta para a necessidade de interpretar com reservas o aumento das associações e a filiação a elas como sinais de fortalecimento da sociedade civil, defendidos em algumas perspectivas sobre o tema – penso, por exemplo, em Boschi (1987), Avritzer (1998) e, para ficar mais perto da questão da pesca, Cardoso (2001). Tais perspectivas têm grande validade no nível das organizações, redes, fóruns e lideranças. No entanto, o quadro se modifica quando se volta o olhar para as bases e o cotidiano das associações, onde os desafios são evidentemente maiores. É nesse ponto, penso eu, que a presente investigação pretende-se relevante dos pontos de vista científico e social. Ao dar voz às bases dos pescadores artesanais, creio ter logrado mostrar que, nelas, os postulados da maior parte da teoria democrática participativa em geral, e da literatura sobre pescadores, em particular, não têm a mesma força explicativa haja vista as muitas ambigüidades encontradas no plano empírico.

Em linhas gerais, a Colônia apresenta características relacionadas a seu desenho institucional, à própria atividade da pesca e à conformação das relações sociais que poderiam oferecer razoável estrutura de oportunidades políticas à participação ativa de seus membros, interna e externamente, com seu conseqüente empoderamento.

Os pescadores artesanais trabalham diariamente no espaço da organização¹⁴², têm contato direto com os dirigentes (quando não são os próprios) e não há empecilhos a que tomem parte de processos deliberativos, formais ou informais. Ao contrário, o desenho institucional prevê um instrumento de democracia

¹⁴² Os momentos de trabalho mais individualizados são as idas ao mar, ainda assim realizados por, pelo menos, duas pessoas cujas tarefas se complementam.

direta como a principal instância decisória, a assembléia geral, da qual toda a base de filiados pode participar em condições formalmente iguais. Tal condição é essencial para que a participação ocorra, mesmo em se considerando os alertas de Miguel (2005b) sobre a inibição gerada nos processos participativos diretos e o fato de alguém sempre acabar estabelecendo a agenda. Afora isso, as questões da Colônia e dos pescadores são discutidas com freqüência em espaços e conversas informais.

Os ofícios da pesca são intrinsecamente caracterizados pela autonomia de ação e pensamento, em quase todas as etapas dos ciclos de produção e comercialização. Mesmo as atividades mais repetitivas, como o beneficiamento dos pescados, são realizadas sem supervisão direta de superiores hierárquicos. Enfim, cada um dos filiados à Colônia é, em grau elevado, patrão de si próprio. A divisão entre proprietários e não proprietários dos meios de produção da pesca (as embarcações e implementos) não chega a causar profundas diferenças de ganhos e poder de comando. (Com efeito, a clivagem político-econômica maior é de gênero que, embora constitua forte barreira, não é intransponível já que, pelo menos no tocante aos direitos e obrigações dos filiados não há distinções entre homens e mulheres, elas existem mais em função de valores, reproduzindo padrões culturais da sociedade mais ampla.)

Embora não chegue a constituir uma cooperativa ou um arranjo produtivo institucionalizado, a pesca artesanal praticada em Matinhos forma uma cadeia que demanda razoável grau de cooperação¹⁴³ entre os responsáveis pelas diferentes etapas. Além disso, os pescadores compõem uma comunidade tradicional, mais ou menos homogênea, que convive diuturnamente. Conseqüentemente, esses sujeitos estabelecem, entre si, fortes vínculos afetivos e mesmo familiares. Soma-se a isso o observável desejo por parte dos dirigentes atuais para que os pescadores de Matinhos amiúde participem de sua associação, até para que haja uma divisão mais equilibrada do poder formal e a redução dos encargos atualmente assumidos pelos gestores.

Tem-se, portanto, um conjunto de elementos que, segundo a literatura de substrato normativo, fomentaria o capital social e a organização política, os quais, no

¹⁴³ A qual, diga-se, guarda relativa distância da cooperação que caracteriza o trabalho assalariado, em que há significativa distância de poder e apreensão dos resultados entre os níveis estratégico e operacional.

entanto, não são suficientes para garantir uma participação ativa dos sujeitos pesquisados na política em geral. A simples existência, portanto, de um desenho institucional caracterizado por uma estrutura de oportunidades à participação não é condição suficiente, embora necessária. Com efeito, é significativo o nível de participação nas questões que lhes afetam de modo mais imediato e visível, principalmente quando se estabelecem comparações com o apático conjunto da população brasileira. No entanto, o ativismo se reduz para questões externas à vida cotidiana e à colônia e temas mais abstratos e abrangentes da política. Por que é assim?

A questão tem mais de uma resposta. A primeira – e mais evidente – alude à escolha racional dos atores, que tendem a agir em função de benefícios seletivos, que lhe são diretos e específicos e cuja obtenção depende de sua proatividade (ao passo que, para obtenção de benefícios coletivos suas ações podem não lhes parecer ter efeito, sendo, portanto, desmotivadas). Há, porém, influência de outros fatores, ligados principalmente à cultura e à sofisticação políticas, não apenas dos pescadores pesquisados, mas de seu próprio contexto municipal.

É inegável, portanto, que considerado como movimento o sistema representativo dos pescadores e suas lideranças formam um sujeito popular coletivo, que se articula em redes mais amplas e soma-se às ações em prol da democratização da sociedade civil e da sociedade política, nos termos preditos por Cardoso (2001). Nesse sentido, o movimento dos pescadores contribui para a construção de uma esfera pública não estatal democratizada, com atores sofisticados e participativos, mesmo que não tenha como objetivo precípua a produção de uma consciência de classe entre os pescadores, senão a proteção de seus interesses corporativos. No entanto, os referidos valores democráticos não se têm pulverizado nas bases da categoria (não em Matinhos), nas quais prevalece uma cultura política paroquial, quando não súdita, resultante dos traços identificados por Baquero (2003) no que se refere ao comportamento político: individualismo, pragmatismo, clientelismo, quando não apatia e indiferença.

O problema¹⁴⁴ é que, de um modo ou de outro, os sujeitos pesquisados freqüentemente obtêm o que precisam dos agentes políticos, quando não se trata de

¹⁴⁴ É um problema para o pesquisador e os interessados no aprofundamento da democracia, obviamente.

benefícios coletivos independentes de suas ações, na forma que lhes parece menos custosa: individualmente e como favor pessoal e não como a fruição de direitos universais de cidadania. Confirmam, assim, predições das teorias democráticas realistas e até onde pude perceber, deixam suas demandas coletivas (de seu bairro, profissão etc) para as poucas pessoas que compõem a liderança formal das organizações que vocalizam tais demandas, numa lógica delegativa.

Apenas quando enfrentam ameaças mais sérias e imediatas, como ser desalojados de suas casas ou enfrentam barreiras para a realização de seu trabalho, os pescadores articulam ações políticas de caráter coletivo, a maioria das quais na forma de protestos. Sem negar a importância destes, parece-me que há certa carência de mediações institucionais de que os sujeitos interessados participem mais regularmente. Com isso, a Colônia não tem conseguido utilizar recursos de mobilização para fortalecer sua democracia interna e contribuir para a democratização de seu entorno.

Internamente, no que se refere à práxis democrática, o comportamento dos indicadores não é muito favorável. Não há uma participação dos associados ativa e regular no processo decisório, mais em função dos próprios associados que dos dirigentes que, diante disso, obrigam-se a um monopólio no estabelecimento das pautas de deliberação. Nas reuniões, é possível perceber um excesso de compartilhamento do poder decisório, que se reflete em dificuldades de condução (mais de uma pessoa fala ao mesmo tempo) para, no fim, não haver um processo organizado de produção de consensos. Não foram identificados canais institucionais permanentes que possibilitem a responsividade dos dirigentes aos anseios das bases. Os canais existentes são informais e não permitem a construção de um sistema de informações com mais organicidade.

No plano externo, em geral, as ações coletivas organizadas pela Colônia ou por pescadores não se constituem no sentido de demandas por maior transparência e responsividade dos governos em seus diferentes órgãos e níveis. Ademais, a partir dos dados recolhidos, pode-se afirmar que a Colônia e suas ações influenciam timidamente a cultura política dos sujeitos, senão dos poucos que participam dos processos políticos internos e externos, ou seja, os dirigentes. Em outros termos, a participação aqui tem as propriedades pedagógicas preditas pelas teorias participativas, ativando a esfera cognitiva dos sujeitos no sentido de sua conscientização – entendida como o processo de aquisição de conhecimentos sobre

os direitos de ter suas demandas respondidas. No entanto, esse processo vem atingindo número diminuto de pessoas. Assim, a organização pouco tem contribuído para um aumento da compreensão dos sujeitos sobre os deveres do Estado para consigo e requisitos de mínimos de *accountability* que um governo democrático deve seguir.

No limite, é difícil enxergar a contribuição na Colônia para conscientização da classe, sendo lícito indagar se a ausência da colônia afetaria tanto os indicadores de cultura política discutidos (embora se constate seu papel essencial na vocalização e mesmo como espaço de reivindicação desses sujeitos). Falar em um rompimento com a subalternidade, no sentido gramsciano, a que a maioria desses sujeitos é submetida, é ainda mais difícil, conforme se depreende da observação das relações de poder no contexto investigado.

Esses fatos ajudam na compreensão dos limites aos processos de empoderamento e seus resultados entre os pescadores artesanais de Matinhos. Os indivíduos, em geral, não participam das organizações na comunidade. Não o fazendo, não se vêem como sujeitos de direitos e co-participantes da governança em níveis local ou mais amplo. A organização, por seu turno, não logra dividir a liderança e produzir decisões horizontais e coletivas de modo organizado bem como desenvolver redes de atores da sociedade civil que tenham influência mais decisiva na definição das agendas políticas. Como resultado, a comunidade, tomada como sujeito coletivo, limita-se em sua capacidade de acessar recursos fora da pesca, resolver os problemas que ela mesma aponta e constituir uma sociedade civil local fortalecida, com um aumento quantitativo e qualitativo de suas organizações e do envolvimento dos cidadãos na condução das políticas.

Uma leitura apressada poderia pensar que essas considerações são desfavoráveis à Colônia de pescadores pesquisada e seus membros. Nada mais equivocado. Por um lado, os resultados da pesquisa mostram as limitações empíricas das prescrições normativas. Por outro lado, dão uma dimensão dos desafios a enfrentar e do potencial local para a ação coletiva. É evidente que, contemplados, os objetivos das perspectivas participativas dão qualidade à democracia. Isso não implica desconsiderar o já conquistado e talvez a grande qualidade da democracia (ou democracias) realmente existente é o potencial nela contido para que os referidos objetivos sejam buscados e, em alguma medida,

alcançados – seu maior limite aparece quando se desconsideram as assimetrias de possibilidades, não se buscando sua redução, tomando o ideal pelo real.

A literatura aqui compulsada afirma a possibilidade de empoderar os sujeitos, por meio da democratização da sociedade a partir das dimensões consideradas neste trabalho. As linhas finais desta tese são, portanto, dedicadas a sinalizações de ações nesse sentido, tendo em vista os resultados encontrados na pesquisa empírica. Parece-me que tais ações precisam combinar a via institucional com procedimentos de transformação da cultura política. É óbvio que tal processo não é um projeto de intervenção parida do campo acadêmico, sem fulcro na realidade. Mais que isso, é a tentativa de sistematização de propostas que brotaram das narrativas, frutos do próprio diálogo entre mim e os sujeitos pesquisados, sobretudo os informantes, com quem tive um contato maior.

A Colônia apresenta uma séria limitação em seu organograma, embora este seja bastante simples e horizontal. A direção executiva é formada por apenas três membros titulares, que, como visto, acabam acumulando funções. Isso aponta para a necessidade do aumento do número de pessoas que gerencia a organização em seu dia-a-dia. Além de reduzir a sobrecarga de trabalho atual, tal ação ampliaria a quantidade de pessoas com atuação política cotidiana o que, no caso estudado, é o principal fator de aquisição de recursos políticos¹⁴⁵. Há uma aparente falta de interesse de outros pescadores que não os atuais dirigentes em assumir responsabilidades desse tipo. Mesmo alguns dos membros do Conselho Fiscal admitem não participar muito ativamente da gestão e da política da organização, estando ali para se conseguir compor a chapa.

Ultrapassando a superfície das aparências, no entanto, encontrei número expressivo de potenciais lideranças, inclusive entre jovens e mulheres, atualmente sub-representados no corpo dirigente da organização. O desafio, nesse caso, é romper com persistentes traços da cultura local, os quais dificultam a participação desses sujeitos, notadamente as mulheres. Uma certa diluição do poder dos dirigentes daí resultante seria atenuada com a possibilidade de estes cumprirem, integralmente e com menor esforço, a plataforma da chapa com que se elegeram, a

¹⁴⁵ Mais do que fatores comumente apontados pela literatura sobre sofisticação política, principalmente a escolaridade.

qual inclui importantes aspectos relacionados às categorias deste trabalho. Um dos pontos é justamente a maior transparência na prestação de contas.

Em que pese o processo de regularização da vida financeira da organização, em andamento, que precede em termos de urgência a própria prestação de contas rotineira, esta é essencial para que a base dos pescadores possa acompanhar o desempenho da organização e de seus dirigentes. Para tanto, além de reuniões e contatos face a face, se usariam meios compreensíveis e de fácil visualização, como murais ou um boletim informativo, que poderia trazer, também, atividades da colônia e outras informações relevantes, como, por exemplo, os direitos que os eventuais leitores têm como cidadãos. Dentro desse tópico, pode-se pensar na constituição de canais permanentes e regulares pelos quais os pescadores e outras pessoas que circulam pela Colônia pudessem fazer sugestões e participar mais diretamente do dia-a-dia dos processos político-administrativos.

A Colônia ressenete-se da falta de um espaço de conveniência confortável, onde se pudessem organizar festividades, mas que, principalmente, recebesse as reuniões da organização – ordinárias ou extraordinárias. Atualmente, esses encontros têm sido realizados no espaço de comercialização dos pescados. Durante as reuniões, as pessoas permanecem em pé, inclusive quem conduz a reunião, com prejuízos, do ponto de vista procedimental, às discussões e deliberações e, de um ponto de vista político mais amplo, da própria participação dos pescadores. A situação aparentemente gera um efeito desmobilizante. O presidente da Colônia informou, porém, que a organização dispõe de um espaço que pode ter este uso e está em busca de recursos para dotá-lo de condições para receber as reuniões.

Malgrado encontrar nos dirigentes da organização um desejo sincero de fomentar o associativismo e a participação, seja intramuros ou externamente, bem como a conscientização em relação aos direitos e obrigações dos sujeitos como associados e cidadãos, percebi que eles têm alguma dificuldade de saber como fazer isso. Confesso que também tenho (é quase como encontrar a pedra filosofal), mas trazer essa questão à tona pode abrir possibilidades à parceria entre universidade e Colônia para pensar formas de, juntos, capacitarmo-nos para esquadrihar esta ação de fomento.

Há algumas ações de caráter mais pontual que, efetivadas, também poderiam sinalizar o empoderamento dos pescadores artesanais de Matinhos, suas famílias e

organizações. A pesquisa identificou uma infoexclusão: parcela muito pequena dos informantes já usou a internet. Projetos de inclusão digital e democratização do acesso a novas tecnologias da informação e da comunicação poderiam incluir os sujeitos pesquisados.

O ofício da pesca é cheio de riscos à saúde e à vida dos trabalhadores que, no entanto, exercem sua atividade sem tomar os devidos cuidados. A par das barreiras culturais para modificação do quadro, abre-se a perspectiva de projetos tendo como alvo a saúde do pescador, com vivências de ultrapassagem do preconceito: uso de salva-vidas, protetor solar, exercícios de alongamento, para antes e depois das atividades entre outras coisas. Questões relacionadas à saúde, diga-se, estão entre as maiores preocupações dos pescadores e constituem um dos fatores de maior dependência das relações clientelísticas com políticos locais. Olhando o assunto de um ponto de vista propositivo, visualizo aqui uma causa que pode reunir um amplo movimento dos atores da cidade: a luta por uma farmácia popular em Matinhos – por meio de fóruns, abaixo-assinados ou outras formas de ação – para reduzir a necessidade de pedir medicamentos a políticos ou à própria colônia.

Às indicações acima, mais ou menos abrangentes, acresço uma que tem relação com o incremento dos indicadores de todas as categorias aqui estudadas: a institucionalização de um Arranjo Produtivo Local da pesca. A despeito das barreiras nada menosprezáveis que atualmente se erguem diante dessa possibilidade, arroladas ao longo desses capítulos (mesmo porque os arranjos mais bem-sucedidos encontram-se em regiões de adensamento do capital social), uma iniciativa nesse sentido, originada na própria Colônia de Pescadores, pode liberar forças represadas da democratização dos sujeitos e do contexto em que eles vivem.

Para finalizar, volto-me rapidamente a meu ponto de partida, cujo núcleo é a democratização e empoderamento de sujeitos e seu contexto em uma experiência associativa. A par de suas limitações, a tese serviu para testar empiricamente as diversas teorias que a inspiraram e orientaram, além de reafirmar minha convicção de que elas são essenciais para desvelar e enxergar sentido na vida social concreta, com o que a compreensão desta é minimamente possível. Isso não implica aceitar a realidade como ela se apresenta, à moda das teorias democráticas realistas/empiristas. Se assim fosse, bastaria no caso investigado satisfazer-se com

as ambigüidades e lacunas dos processos políticos em que os sujeitos, pescadores artesanais, inserem-se. Constatá-las não significa as cancelar, muito pelo contrário.

Por outro lado, é pouco frutífero querer das teorias o que elas não podem dar, constatação particularmente válida para alguns aspectos das vertentes normativas. No caso da Colônia, isso poderia significar, por exemplo, cair na armadilha de dar sempre razão aos sujeitos, simplesmente ressaltar, enfim, supostas virtudes democráticas e participativas e dissimular limites e contradições de uma cultura popular fragmentada. A minha preferência por estas teorias é porque elas oferecem subsídios para planos de ação que, aplicados, abrem perspectivas de que outros intérpretes da mesma realidade, no futuro, encontrem vários desafios superados e outros a superar na permanente, por vezes acidentada, caminhada pela democratização e emancipação dos sujeitos.

9 REFERÊNCIAS

ADAMS, C. (2000) As populações caiçaras e o mito do bom selvagem. **Revista de antropologia**, São Paulo, USP, v. 43 n. 1.

ALMOND, G. A.; VERBA, S. (1989) **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Newberry Park (CA).

ALSOP, R.; HEINSOHN, N. (2005) **Measuring Empowerment in Practice**: Structuring Analysis and Framing Indicators. World Bank Policy Research Working Paper 3510, February 2005

ANTUNES, M. O. (2002) O caminho do empoderamento: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. In: ANTUNES M. e ROMANO, J. O. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil.

_____. (2003). **O caminho do empoderamento na superação da pobreza**: o caso das quebradeiras de coco e trabalhadores(as) rurais da área de atuação da Assema. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

ARAÚJO, M. R. M. (2006) Exclusão social e responsabilidade social empresarial. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 417-426.

AVRITZER, L. (1996) **A moralidade da democracia**. São Paulo: Perspectiva;; Belo Horizonte: Editora da UFMG.

_____. (1998), **Cultura política, associativismo e democratização: uma análise do associativismo no Brasil**. Rio de Janeiro. *Paper* disponível em <http://www.rits.org.br>

BAQUERO, M. (2001), Cultura política participativa e desconsolidação democrática – reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **S. Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 98-104.

_____. (2003). Apresentação - Dossiê cultura política, democracia e capital social, **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, 21, p. 7-11, nov. 2003.

BELL, S. (2004) Does “participatory development” encourage processes of empowerment? **Centre of Developing Areas Research (Cedar) – Research Papers**, University of London, n. 41.

BLAIKIE, N. (2000) **Designing social research**: the logic of anticipation. London: Polity.

BOBBIO, N. (1995) Direita e Esquerda. Razões e Significados de uma Distinção Política. São Paulo: Ed. UNESP.

_____.(2004) **O futuro da democracia**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra.

BODSTEIN, R. C. A. (1997) Cidadania e modernidade: emergência da questão social na agenda pública. **Cadernos de Saúde Pública** v.13 n.2 Rio de Janeiro.

BORBA, J. (2005) Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. XI, nº 1, Março, 2005, p. 147-168.

BOSCHI, R. R. (1987) **A arte da associação**: política de base e democracia no Brasil. São Paulo: Vértice.

BOURDIEU, P (1982). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva.

BRASIL (1967). Decreto-Lei n. 221, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos a pesca e da outras providências.

_____. (1989) Lei 7735 de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e da outras providências.

_____. (2002). Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Sociedade Civil**: Sua Democratização para a Reforma do Estado. In: BRESSER PEREIRA, L.C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Orgs) (1999). Sociedade e Estado em Transformação. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP.

CABRAL, M. V. (2003) O exercício da cidadania política em perspectiva histórica (Portugal e Brasil). **RBCS** Vol. 18 nº 51 fevereiro/2003

CANCLINI, N. G. (1998) **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 2. ed. São Paulo: Edusp.

CANDIDO, A (1987). **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

CARDOSO, E. S. (2001) **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CARNEIRO, C. B. L.; COSTA, B. L. D. (2001) inovação institucional e accountability: o caso dos conselhos setoriais. Congresso Internacional Del CLAD sobre la Reforma Del Estado y de la Administración Pública, VI, Buenos Aires, Argentina. **Anais...** Buenos Aires, Argentina, 5-9 Nov. 2001.

CARREIRÃO, Y. S. (2002) Identificação ideológica e voto para presidente. **Opinião Pública**, Campinas, Vol.VIII, nº 1, pp.54-79.

CASTELLS, M. (1999) **A sociedade em rede**: A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. Volume I. São Paulo: Editora Paz e Terra.

CASTRO, M.M.M. (1994) Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política. **Tese de Doutorado em Ciência Política**, IUPERJ, Rio de Janeiro.

CHAVES, P. T.; ROBERT, M. C. (2003) Embarcações, artes e procedimentos da pesca artesanal no litoral sul do Estado do Paraná, Brasil. **Atlântica**, Rio Grande, 25(1): 53-59.

CHAZEL, F. Pouvoir, cause et force, **Revue Française de Sociologie**, Paris, XV, 1974, p. 441-457.

_____. Poder. In: BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

CHEIBUB, J. A.; PRZEWORSKI, A. (1997) Democracia, eleições e responsabilidade política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 12, n. 35, São Paulo, fev.

CICONELLO, A. (2004), **Por que e como constituir uma ONG**. Disponível em <http://www.abong.org.br>. Acesso em 14 jun. 2004.

COHEN, J.; ARATO, A. (1994), **Civil Society and Political Theory**. Cambridge: M.I.T. Press.

COLIT – Conselho do Litoral do Paraná. (2006) Atas das audiências públicas de discussão do Plano Diretor do Município de Matinhos.

CORNWALL, A. (2000) **Beneficiary, consumer, citizen**: perspectives on participation for poverty reduction. Sidastudies no.2, Sweden.

COSTA, S. (1997) Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, São Paulo, fev. 1997.

COSTA, A. A. (2000) **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. NEIM/UFBA.

CUNHA, L. H. O. (2003) Saberes patrimoniais pesqueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 7, p. 69-76, Curitiba, jan./jun. 2003. Editora UFPR.

DAGNINO, E. (2004), "Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (coord.) **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110.

DAHL, R. A. (1971) **Polyarchy**: participation and opposition. New Heaven: Yale University Press.

_____. (1998) **On democracy**. Yale university Press: New Heaven; London.

DATASUS (2007). Informações de Saúde. Demográficas e socioeconômicas. Disponível em www.datasus.gov.br

DIEGUES, A. C. (1983) **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática.

DOIMO, A. M. (1995) **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume Dumará-ANPOCS.

- DOWNS, A. (1999) **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp.
- EDWARDS, M. (1999) NGO Performance – What Breeds Success? New Evidence from South Asia, **World Development**, 27(2): 361-374.
- ELIAS, N; SCOTSON, J. L. (2000). **Os estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FABIÃO, M. F. (2003) O Negócio da Ética: um estudo sobre o Terceiro Setor Empresarial. In: Instituto Ethos & Jornal Valor. (Org.). **Responsabilidade Social das Empresas**. São Paulo: Peirópolis. v. 2, p. 43-75.
- FALCÃO, J. (2004), A estatização da sociedade civil. **Folha de São Paulo**, 30 jul. 2004.
- FERNANDES, R.C. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro, Rêlume Dumará, 1994.
- FERREIRA, M. C. (1999), Associativismo e contato político nas regiões metropolitanas do Brasil – 1988-1996. Revisitando o problema da participação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, out. 1999, p. 90-102.
- FIGEIRÊDO, C. M. C. (2002) Ética na gestão pública e exercício da cidadania: o papel dos tribunais de contas brasileiros como agências de accountability. O caso do Tribunal de Contas de Pernambuco. Congreso Internacional Del CLAD sobre la Reforma Del Estado y de la Administración Pública, VII, Lisboa. **Anais...** Lisboa, Portugal, 8-11 Out. 2002.
- FISCHER, R. M. e FALCONER, A. P. (1998) Desafio da parceria governo e terceiro setor, **Revista de administração**, São Paulo: v. 33, n. 1, p. 12-19, jan./mar. 1998.
- FOUCAULT, M. (1995) O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREIFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOX, J. (2000) **Civil society and political accountability**: propositions for discussions. In: Workshop on “Institutions and Democratic Governance in Latin América”. The Helen Kellogg Institute for International Studies. University of Notre Dame. May, 8-9, 2000.
- FRANCO, A. (1999) A reforma do Estado e o terceiro setor. In: PEREIRA, L.C.B.; WILHEIM, T.; SOLA, L. (Org.) **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Unesp. p. 273 – 89.
- FREY, K. (2002), Governança eletrônica: experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento In: EISENBERG, J; CEPIK, M. (Org.). **Internet e política**: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Ed. UFMG. p. 141-163.
- FRIEDMANN, J. (1996). **Empowerment**: uma política de desenvolvimento alternativo. Celta: Oeiras.

FUKS, M. (2005) Participação e influência política no Conselho Municipal de Saúde de Curitiba. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 25, p. 47-61, nov. 2005.

GARCEZI, D. S; SÁNCHEZ-BOTERO, J. I (2005). Pescadores artesanais no Rio Grande do Sul. **Atlântica**, Rio Grande, 27 (1): 17-29.

GARRONE NETO, D; CORDEIRO, R.C.; HADDAD JR.,V. (2005) Acidentes do trabalho em pescadores artesanais da região do Médio Rio Araguaia, Tocantins, Brasil **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 21(3):795-803, mai-jun, 2005

GOHN, M. G. (2004) Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade** v.13, n.2, p.20-31.

GRYNSZPAN, M.; PANDOLFI, D. C. (2003), **ONGs, cidadania e empoderamento**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XI, Campinas. **Anais...** Campinas: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2003. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/sbs_v01/congresso.htm.

GIDDENS, A. (1986) A teoria da estruturação, pesquisa empírica e crítica social. In: _____. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes. p. 229-300.

_____. (1991) **As conseqüências da modernidade**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP.

GOSS, K.; PRUDÊNCIO, K. (2004) O conceito de movimentos sociais revisitado. **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 2 n. 1 (1), jan./jul., p. 75-91. Disponível em www.emtese.ufsc.br

HABERMAS, J. (1986) **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus.

HADDAD, S. (2002) **Mecanismos institucionais de controle das ONGs**. Disponível em www.abong.br.

HALL, S. (2000) **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A.

HEGEL, G. W. F. (1976) **Princípios da filosofia do direito**. Lisboa: Martins Fontes.

HOBSBAWM, E. (1995) **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras.

HOROCHOVSKI, R. R. (2006) Empoderamento: definições e aplicações. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, XXX, 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2006.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. (2005) **Estatística da pesca 2005**. Brasília.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. (2002) **Mapa do Estado do Paraná – Divisão Político-Administrativa**. Curitiba.

JACOBI, P. R. (1996) **Ampliação da cidadania e participação – desafios na democratização da relação poder público-sociedade civil no Brasil**. São Paulo, 1996. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

JACOBI, P.R. et al.. (2004) Capital social e desempenho institucional – reflexões teórico-metodológicas sobre estudos no comitê de bacia hidrográfica do Alto Tietê, SP. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, II, 2004, Indaiatuba (SP). **Anais...** Indaiatuba (SP), 2004.

KELSEN, H. (1998) **Teoria geral do Direito e do Estado**. São Paulo: Martins Fontes.

KERSTENETZKY, C. L. (2003), Sobre associativismo, desigualdades e democracia. **Rev. bras. Ci. Soc.**, Out 2003, v.18, n.53, p.131-142.

KINZO, M. D. G. (2001) A democratização brasileira. Um balanço político desde a transição. **São Paulo em perspectiva**, 15 (4) 2001. p. 3-12.

KRISCHKE, P. J. (2004?) Perfil da juventude brasileira: questões sobre cultura política e participação democrática. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis - PPGICH UFSC**.

KRISHNA, A. (2003) **Measuring empowerment: an analytic framework**. Washington (DC): World Bank.

LANDIM, L. (1993a). **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível**. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. (1993b) **Para além do mercado e do Estado: Filantropia e cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER.

_____. (2001) Múltiplas identidades das ONGs. In: HADDAD, S. (Org.) **ONGs e universidades**. Desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Abong; Peirópolis, p. 17-50.

LEFORT, C. (1987) **A Invenção Democrática**. 2^a ed., São Paulo: Brasiliense.

LESSA, C.; ROSSETTI, F. (2005) **O futuro da filantropia no Brasil: criando um setor mais diversificado**. Disponível em: <http://www.institutorio.org.br/artigos/artigo05.doc>

LISBOA, T. K. (2000) **Heroínas em luta na conquista de suas glórias: um estudo sobre o processo de “empoderamento” das mulheres nas comunidades de periferia de Florianópolis**. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

LUCHMANN, L. (2002) **Possibilidade e limites da democracia deliberativa: a experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre**. Campinas. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

_____. (2003), Sociedade civil, esfera pública e nova institucionalidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XI, 2003, Campinas. **Anais...** Campinas: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2003, Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/sbs_v01/congress.htm

LUCHMANN, L. H. H ; BORBA, J. (2007) Participação política e desigualdades sociais: uma análise das experiências participativas catarinenses. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007, Recife. **Anais...** XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007

MACPHERSON, C. B. (1982) **La democracia liberal y su época**. Madrid: Alianza Editorial.

MARSHALL, T. H. (1967) **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar.

MARENCO DOS SANTOS, A. (2004) Democracia e valores cívicos: uma relação necessária? **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, n° 69, p. 145-60, jul. 2004

MICHELS, R. (1982) **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília, UnB.

MIGUEL, L. F. (2005a) Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. **BIB**. S. Paulo, 1 sem. 2005, p. 5-42.

_____. (2005b). Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 25, p. 25-38, nov. 2005.

MOISÉS, J. A. (1995). **Os Brasileiros e a Democracia**. Bases Sociais da Legitimidade Democrática. São Paulo: Ática.

MONTAÑO, C. (2002), **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez.

MORAES, S. C. (2001). **Colônias de pescadores e a luta pela cidadania**. Disponível em <http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/SergioCarSbs2001.rtf>

MOSCA, G. (1992) **La clase política**. México (DF), Fondo de Cultura Económica.

NARAYAN, D. (2002) **Empowerment and poverty reduction**: a sourcebook. Washington (DC): World Bank.

NOGUEIRA, M. (2003), A. Sociedade Civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18. n. 52. jun 2003, p. 185-202.

NORTH, D. C. (1993) **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico**. México: Fondo de cultura económica.

NOBRE, M. (2004) Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. (Org.) **Participação e deliberação**: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. Ed. 34. p. 21-40.

NOGUEIRA, M. (2003), A. Sociedade Civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18. n. 52. jun, p. 185-202.

O'DONNELL, G. (1998) Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 44.

_____. (2000) **Further thoughts on horizontal accountability**. In: Workshop on "Institutions and Democratic Governance in Latin América". The Helen Kellogg Institute for International Studies. University of Notre Dame. May, 8-9, 2000.

OFFE, C. (1999) A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In: PEREIRA, L.C.B.; WILHEIM, T.; SOLA, L. (Org.) **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Unesp. p. 119-45.

OLIVEIRA, F. (2001) Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as ONGs da democratização? In: HADDAD, S. (Org.) **ONGs e universidades**. Desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Abong; Peirópolis, p. 51-62.

OLSON, M. (1999) Teorias ortodoxas dos grupos de pressão. In: _____. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Edusp. p. 125-39.

ORTIZ, R. (1994) **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense.

OSMANI, S.R. (s/d) **Participating Governance, people's empowerment and poverty reduction**. SEPEP Conference Paper Series # 7.

PATEMAN, C. (1970) **Participation and democratic theory**. Cambridge University Press.

PEREIRA, L. H. (1998) Análise de conteúdo: um *approach* do social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 87-114.

PEREIRA, J. M. (2002) Ética na gestão pública e exercício da cidadania: o papel dos tribunais de contas brasileiros como agências de accountability. O caso do Tribunal de Contas de Pernambuco. Congreso Internacional Del CLAD sobre la Reforma Del Estado y de la Administración Pública, VII, Lisboa. **Anais...** Lisboa, Portugal, 8-11 Out. 2002.

PERKINS, D. D.; ZIMMERMAN, M. A. (1995). Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings. **American Journal of Community Psychology**. Oct. v. 23. n. 5. p. 569-79.

PERKINS, D. D. (1995). Speaking truth to power: empowerment ideology as intervention and policy. **American Journal of Community Psychology**. Oct. v. 23. n. 5. p. 765-94.

PFEIFER, M.; ADAMS J. R. B. (2005) **Ampliando e (des)ampliando a cidadania**. <http://www.cce.udesc.br/cem/simposioudesc/anais/st4/st4mariana.doc>

PIERRI, N. et al.. (2006) A mulher na pesca de pequena escala no Litoral do Paraná. Pontal do Paraná: UFPR/CEM.

PINHEIRO MACHADO FILHO, C. A. (2002) **Responsabilidade social corporativa e a criação de valor para as organizações**: um estudo multicase. Tese (Doutorado em Administração), Programa de Pós-Graduação em Administração. Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo.

PRZEWORSKI, A.; CHEIBUB, J. A.; LIMONGI, F. (2003) **Democracia e cultura: uma visão não culturalista**. Lua Nova, n. 58, 2003, p. 9-35.

PUTNAM, R.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. Y. (1996) **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV.

QUEIROZ, A. (2000) A responsabilidade social das empresas no Brasil: um estudo sobre indicadores. Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, V, Santo Domingo, Rep. Dominicana. **Anais...** 24 - 27 Oct. 2000.

RAMALHO, C. W. N. (2004) A arte de fazer-se pescador artesanal. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, II, 2004, Indaiatuba (SP). **Anais...** Indaiatuba (SP), 2004.

RAPPAPORT, J. (1995). Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings. **American Journal of Community Psychology**. Oct. v. 23. n. 5. p. 795-807.

REIS, B. P. W. (2003) Capital social e confiança: questões de teoria e método. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 21, p. 35-49, nov. 2003.

REIS, F. W.; CASTRO, M. M. M. (2001) Democracia, civismo e cinismo. Um estudo empírico sobre normas e racionalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 16 no 45 fevereiro/2001

REITER, B. (2004) Sociedade civil, democratização e exclusão social no Brasil. **Caderno CRH**. Salvador, v. 17, n. 40, p. 117-118, jan/abr 2004.

RENNÓ, L. (2003) Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, 21, p. 71-82, nov. 2003.

REZENDE FILHO, C. .B.; CÂMARA NETO, I. A. (2001) A evolução do conceito de cidadania. **Revista Humanas Unitaú**. Volume 7 Número 2 – 2001.

RICH, R.C. et al. (1995). Citizen participation and empowerment. **American Journal of Community Psychology**. Oct. v. 23. n. 5. p. 657-76.

RODRIGUES, A. T. (1999) Democracia e mobilização social: participação autônoma e instituições políticas na transição brasileira. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, n. 12, p. 99-119, jun. 1999.

ROESE, M (1998). A metodologia do estudo de caso. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 189-200.

ROMANO, J. O. (2002) **Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza**. Documento de apoio apresentado no

International Workshop Empowerment and Right Based Approach in Fighting Poverty Together. 4th to 6th Sept. 2002, Rio de Janeiro, Brazil.

SADER, E. (1995) **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SALAMON, L. (1998) A emergência do terceiro setor — uma revolução associativa global, **Revista de administração**, São Paulo, v. 33, p. 5-11, jan./mar. 1998.

SANGLARD, G. (2003) Filantropia e assistencialismo no Brasil. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, vol. 10(3):1095-98.

SANTOS, B. S. (1999) Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In: PEREIRA, L.C.B.; WILHEIM, T.; SOLA, L. (Org.) **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Unesp. p. 243 – 271.

_____. (Org.). (2003) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 13-27.

SARTORI, G. (1994). **A teoria da democracia revisitada: vol. 1 - O debate contemporâneo**. São Paulo: Ática.

SCHERER-WARREN, I. (1996) **Redes de movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola.

_____. (1998) Associativismo civil em Florianópolis: evolução e tendências. **Primer Encuentro de la Red de Investigación del Tercer Sector de América Latina y el Caribe**, Rio de Janeiro, 22 a 24 de abril de 1998.

_____. (2001) Redes e sociedade civil global. In: HADDAD, S. (Org.) **ONGs e universidades**. Desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Abong; Peirópolis, p. 63-92.

_____. (2006) Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHUMACHER, A. A. (2004) Sobre moral, direito, e democracia. **Luanova** Nº 61.

SCHUMPETER, J. (1984) **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar.

SEAP, IBAMA, Fundação PROZEE. (2005) **Relatório Técnico sobre o Censo Estrutural da Pesca Artesanal Marítima e Estuarina nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul**. Itajaí.

SEN, A. K. (2000) **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras.

SEN, G. (1997) Empowerment as an Approach to Poverty. Background Paper for Human Development Report 1997. **Working Paper Series**, No. 97-07.

SILVA, D. R. (2004) Os direitos políticos no Estado democrático de direito. XXVIII Encontro anual da ANPOCSIn: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, XXVIII, 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anpocs.

SILVA, M. K. (2006). Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 156-179.

SMULOVITZ, C.; PERUZZOTTI, E. (2000a) Societal Accountability in Latin America. **Journal of Democracy**, v 1. n. 4.

_____. (2000b) **Societal and horizontal controls: two cases about fruitful relationship**. Workshop on “Institutions and Democratic Governance in Latin América”. The Helen Kellogg Institute for International Studies. University of Notre Dame. May, 8-9, 2000.

SOLOMON, B. (1976). **Black empowerment**: Social work in oppressed communities. New York: Columbia University Press.

SOUZA, C. (2001) Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo. **São Paulo em perspectiva**, 15 (4), p. 84-97.

_____(2004) Governos locais e gestão de políticas sociais universais. **São Paulo em perspectiva**, 18 (4): 27-41.

SPREITZER, G.M. (1995). An empirical test of a comprehensive model of intrapersonal empowerment in the workplace. **American Journal of Community Psychology**. Oct. v. 23. n. 5. p. 601-29.

TAPPARELLI, G. (2001) Reivindicação, cidadania e direitos humanos. **Bahia análise & dados**, Salvador - BA SEI v.11 n.1 p.111-120 Junho 2001

TATAGIBA, L. (2002) Conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, p. 47-103.

TEIXEIRA, A. C. C. (2002), “A atuação das organizações não-governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade”. In: DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, p. 105-142.

TEIXEIRA, M. B. (2002) **Empoderamento de idosos em grupos direcionados à promoção da saúde**. Dissertação. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz.

TEODÓSIO, A. S. S. (2002) Organizações Não-Governamentais entre a justiça social e a eficiência gerencial: armadilhas, perspectivas e desafios da modernização das políticas públicas locais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 3, 2002, Niterói. **Anais...** Niterói: ABCP.

TSEBELIS, G. (1998) “Em defesa do enfoque da escolha racional”. In: **Jogos ocultos**. São Paulo: Edusp.

UGARTE, P. S. (2004) Que participação para qual democracia? In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. (Org.) **Participação e deliberação**: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. Ed. 34. p. 93-106.

UNDP – United Nations Development Programme. (2006) **Human Development Report 2006** – Beyond scarcity: Power, poverty and the global water crisis. New York: UNDP.

UPHOFF, N. T. (1993) Grassroots Organizations and NGOs in Rural Development: Opportunities with Diminishing States and Expanding Markets, **World Development** 21(4): 607-622.

VIEIRA, L. (2001), **Os argonautas da cidadania**: a sociedade civil na globalização. São Paulo: Record.

VITA, A.(2004) Democracia deliberativa ou igualdade de oportunidades políticas? In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. (Org.) **Participação e deliberação**: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. Ed. 34. p. 107-30.

WEBER, M. (s.d) Classe, Estamento, Partido. Ensaio de Sociologia. In: **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar: s.d. p. 211-228.

WHITEHEAD, L. (1999) Jogando boliche no Bronx: os interstícios incivis entre a sociedade civil e a sociedade política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** Vol. 14 no 41.

WOORTMANN, E. F. (1992) Da complementariedade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 18, p. 41-61.

WRIGHT-MILLS, C. (1981) **A elite do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

ZIMMERMAN, M. A. (1990). Taking aim on empowerment research: On the distinction between individual and psychological conceptions. **American Journal of Community Psychology**, 18, 169-177.

9.1 FONTES PRIMÁRIAS

COLÔNIA de Pescadores de Matinhos, Paraná. (2005) **Estatuto**.

_____. **Atas das reuniões – 1972-2007**.

_____. **Regimento do Mercado Municipal de Pescados**.

Entrevistas semi-estruturadas com pescadores artesanais filiados à Colônia de Pescadores de Matinhos Z-4.

FERREIRA, E.M. (2007). **Entrevista com o presidente da Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Paraná, Edmir Manoel Ferreira**. Matinhos, Paraná, 12 de fevereiro de 2007.

GIACOMONI, U. (2006) **Entrevista com Umberto Giacomoni**. Matinhos, Paraná, 27 de setembro de 2006.

HANEK, M. J. (2006). **Entrevista com o presidente da Colônia de Pescadores de Matinhos Z-4, Mario Jorge Hanek**. Matinhos, Paraná, 27 de novembro de 2006.

NASCIMENTO, M. J. (2007) **Entrevista com o vereador de Matinhos (PR), Marcio José do Nascimento**, Matinhos, Paraná, 29 de março de 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	246
APÊNDICE B – NOTAS DOS ENTREVISTADOS PARA VALORES, PESSOAS, INSTITUIÇÕES ETC.....	250

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. O que você acha de ser pescador artesanal? Você gosta? Quais as vantagens? E as desvantagens?

2. Se você pudesse, trocaria de profissão? () Sim () Não
[Se a resposta for não, pular para a pergunta 4]

3. O que gostaria de ser se não fosse pescador?

4. Qual é sua opinião sobre a colônia dos pescadores? *[explorar: ela ajuda, você acha importante etc]*

5. Você participa da colônia no dia-a-dia? () Sim () Não
[Se a resposta for não, perguntar:]

5.1 Por que você não participa? *[E pular para a pergunta 6]*

[Se a resposta for sim, perguntar:]

5.2 Como você participa? *[explorar: é dirigente, vai às reuniões etc]*

6. Como você vê sua participação na vida da comunidade local?

7. Você, como pessoa, influencia na vida de outros? () Sim () Não

[Se a resposta for não, perguntar:]

7.1 Por que você acha que não influencia? *[E pular para a pergunta 8]*

[Se a resposta for sim, perguntar:]

7.2 Na vida de quem e como é essa influência?

8. Você participa de algum tipo de atividade na comunidade? () Sim () Não

[explorar, com exemplos: É membro de algum conselho? Você vai à igreja? Estuda? Canta em coral ou outra atividade artística? Participa de associação ou clube, joga futebol ou outra qualquer?]

[Se a resposta for não, perguntar:]

8.1 Por que você não participa? *[E pular para a pergunta 9]*

[Se a resposta for sim, perguntar:]

8.2 Quais são essas atividades?

9. Você discute política? () Sim () Não

[Se a resposta for não, perguntar:]

9.1 Por que você não discute? *[E pular para a pergunta 10]*

[Se a resposta for sim, perguntar:]

9.2 Quando e com quem? *[explorar: na colônia, em ambientes informais (casa, bares) etc; familiares, amigos, colegas de profissão etc]*

10. Que partidos políticos você conhece?

11. Você gosta de algum partido político? () Sim () Não

[Se a resposta for não, perguntar:]

11.1 Por que você não gosta? *[E pular para a pergunta 11.5]*

[Se a resposta for sim, perguntar:]

11.2 Qual é este partido? Por que você gosta dele?

11.3 É filiado a este partido? () Sim () Não

3 *[Se a resposta for sim, pular para a pergunta 11.7]*

3 *[Se a resposta for não, perguntar:]*

11.4 Por que não é filiado?

11.5 É filiado a algum partido?

3 *[Se a resposta for não, pular para a pergunta 11.7]* () sim () não

3 *[Se a resposta for sim, perguntar:]*

11.6 Que partido é esse?

11.7 Participa da vida partidária? () Sim () Não

[Se a resposta for não, perguntar:]

11.8 Por que não? *[E pular para a pergunta 12]*

[Se a resposta for sim, perguntar:]

11.9 Como você participa? *[explorar: é militante, membro de executiva (municipal, federal, estadual)? tem cargo eletivo (ex: vereador)?]*

12. Como você se define politicamente? *[explorar: é de Esquerda, Centro, Direita, nenhum]*

12.1 Por quê?

13. Ocupa ou já ocupou cargo(s) público(s)? *[explicar e dar exemplos]* () Sim () Não

[Se a resposta for não, pular para a pergunta 14]

[Se a resposta for sim, perguntar:]

13.1 Qual (s)?

14. Quais são suas principais fontes de informações? *[explorar: Jornal, Televisão, Rádio, Amigos/colegas/vizinhos, Colônia de pescadores, outras.]*

15. Na sua opinião:

15.1 Quais são as atribuições de um prefeito (o que ele deve fazer)?

15.2 Quais são as atribuições dos vereadores (o que eles devem fazer)?

15.3 Quais são as atribuições dos juízes (o que eles devem fazer)?

16. Quais são os direitos que você acha que tem como cidadão?

16.1 Quem tem a obrigação de promover esses direitos?

17. Você já participou mais ativamente de alguma campanha política? () Sim () Não

[Se a resposta for não, perguntar...]

17.1 Por que não participou? *[E pular para a pergunta 18]*

[Se a resposta for sim, perguntar:]

17.2 Qual (is)? De quem?

17.3 Por que participou?

18. Já conseguiu alguma coisa de algum político, para você ou outros? *[explorar pessoas, associações etc]*

() Sim () Não

[Se a resposta for não, perguntar:]

18.1 Mas já tentou? *[E pular para a pergunta 19]*

[Se a resposta for sim, perguntar:]

18.2 O que você conseguiu? Como foi? *[explorar: como chegou no político? Teve alguma contrapartida? Etc]*

19. Você saberia dizer o nome de dois vereadores do município?

[Se a resposta for não, pular para a pergunta 20]

[Se a resposta for sim, perguntar:]

19.1 Você sabe os partidos deles? São contra ou a favor do prefeito?

20. Você já ouviu falar da discussão do plano diretor do Município de Matinhos? () Sim () Não

[Se a resposta for não, pular para a pergunta 21]

[Se a resposta for sim, perguntar:]

20.1 O que você ouviu falar do plano diretor?

20.2 Você participou de algum modo das discussões? () Sim () Não

[Se a resposta for não, perguntar:]

20.3 Por que não participou? *[E pular para a pergunta 21]*

[Se a resposta for sim, perguntar]

20.4 Como?

21. Você já foi à prefeitura? () Sim () Não

[Se a resposta for não, pular para a pergunta 22]

[Se a resposta for sim, perguntar:]

21.1 Para quê?

21.2 Com que resultado?

22. Você já foi à câmara dos vereadores? () Sim () Não

[Se a resposta for não, pular para a pergunta 23]

[Se a resposta for sim, perguntar:]

22.1 Para quê?

22.2 Com que resultado?

23. Você já foi ao fórum? () Sim () Não

[Se a resposta for não, pular para a pergunta 24]

[Se a resposta for sim, perguntar:]

23.1 Para quê?

23.2 Com que resultado?

24. Você já foi a outro órgão público? () Sim () Não

[Se a resposta for não, pular para a pergunta 25]

[Se a resposta for sim, perguntar:]

24.1 Qual(is)?

Para quê?

25. Você já participou de alguma ação coletiva de cunho político? *[explicar: protestos, manifestações, abaixo-assinados, etc]* () Sim () Não

[Se a resposta for não, pular para a pergunta 26]

[Se a resposta for sim, perguntar:]

25.1 Qual(is)?

25.2 Para quê?

25.3 Como você participou?

25.4 Qual foi o resultado?

26. O que você pensa de: [fornecer o cartão com as alternativas, explicar como responder e preencher as respostas]

	péssimo	ruim	bom	ótimo	não sei
Bolsa família					
Comerciantes de Matinhos					
Democracia como valor					
Ditadura					
Entidades assistencialistas/filantrópicas					
Escola pública					
Família					
Forças Armadas					
Governador do Estado					
Governo Estadual					
Governo Federal					
Governo Municipal (Prefeitura)					
Grandes proprietários de terras					
IAP					
Ibama					
Igreja Católica					
Igrejas evangélicas					
Igualdade de oportunidades entre as raças					
Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres					
Igualdade social					
Imprensa nacional					
Imprensa regional					
Juízes					
Legalização do aborto					
Machismo					
Médias e grandes empresas privadas					
Micro e pequenas empresas privadas					
Ministério Público					
MST/Sem Terra					
O governo ajudar os pobres					
ONGs					
Parlamentares (senadores, deputados, vereadores)					
Partidos e políticos de direita/centro-direita					
Partidos e políticos de esquerda/centro-esquerda					
Pedágio nas rodovias					
Polícia					
Prefeito					
Preservação do meio ambiente					
Presidente da República					
Privatização					
Professores					
Racismo					
Saúde pública (qualidade)					
Serviço de água e esgoto (qualidade)					
Serviço de luz e energia (qualidade)					
UFPR Litoral					
Veranistas					

27. Você já recebeu ajuda financeira para pesca? () Sim () Não

[Se a resposta for não, pular para a pergunta 28]

[Se a resposta for sim, perguntar:]

27.1 De quem? [explorar: governo (federal, estadual ou municipal), empresas, colônia, ONG etc]

28. Você já recebeu ajuda financeira do governo ou de outra instituição para sobreviver? () Sim () Não

[Se a resposta for não, pular para a pergunta 29]

[Se a resposta for sim, perguntar:]

28.1 Que tipo de ajuda? [bolsa família, cesta básica, seguro etc]

29. Como você se vê, como você se enxerga?

30. Do que você mais gosta em você?

31. Do que você menos gosta em você?

32. Como você se vê na relação com as outras pessoas?

33. Como você acha que os outros vêem você?

34. Qual é a renda total de sua família? [Preencher no espaço entre parênteses o valor]

R\$ (,00) reais

34.1 Essa renda vem toda da pesca?

34.1 Quem compõe esta renda? [explorar: você, esposa/marido, filhos, outros]

35. Como você descreve sua casa? [Explorar: é própria ou alugada? De que é feita? É confortável?]

36. Você tem?

() Rádio () Televisão () Videocassete () DVD () Máquina de Lavar roupa

() Geladeira () Bicicleta () Computador () Telefone fixo

() Telefone Celular () Internet () Automóvel

37. Você já usou internet? () Sim () Não

[Se a resposta for não, perguntar:]

37.1 Por quê?

38. Você já se sentiu lesado/prejudicado por alguém? () Sim () Não

[Se a resposta for não, pular para a pergunta 39]

[Se a resposta for sim, perguntar:]

38.1 O que você fez a respeito?

39. Já entrou na justiça? [perguntar só se não tiver sido mencionado na resposta à pergunta 38]

() Sim () Não

[Se a resposta for sim, perguntar:]

39.1 Por quê?

40. Já fez alguma reclamação no Procon ou em outro lugar? [Atenção: perguntar só se não tiver sido mencionado na resposta à pergunta 38] () Sim () Não

40.1 Por quê?

41. Algumas informações suas:

41.1 Qual é a sua idade? [Preencher no espaço entre parênteses]

() Anos

41.2 Qual é sua escolaridade? [Interpretar a resposta e preencher no espaço entre parênteses]

() Nenhuma () Até 4ª série () Até 7ª série () 1º Grau completo () 2º Grau incompleto

() 2º Grau completo

() Superior incompleto – Qual (is) _____ () Superior completo – Qual (is) _____

() Pós-graduação – Qual (is) _____

41.3 Estado civil [Interpretar a resposta e preencher no espaço entre parênteses]

() Solteiro () Casado/Juntado () Separado/divorciado () Viúvo

41.4 Qual a sua religião? [Interpretar a resposta e preencher no espaço entre parênteses]

() Católica () Evangélica/protestante (Qual? _____)

() Outra (Qual? _____)

41.5 Quais são suas origens? [explorar: de onde você é, quem foram seus pais, qual é sua descendência etc]

42. Na sua casa, quem toma as decisões importante para a família? [explorar: é o homem, a mulher, pai, mãe, outros, as decisões são compartilhadas]

[Agradecer ao entrevistado pela entrevista]

[Atenção: Preencher no espaço entre parênteses o gênero do entrevistado(a)]

[() masculino]

[() feminino]

[Registrar percepções do entrevistador sobre:]

Voz do entrevistado: _____ [Firmeza/tibieza, etc]

Gestual/expressão corporal do entrevistado: _____

[Altivez, etc]

Compreensão das perguntas pelo entrevistado: () Alta () Média () Baixa

Entrevista número: _____

**APÊNDICE B – NOTAS DOS ENTREVISTADOS PARA VALORES, PESSOAS,
INSTITUIÇÕES ETC**

Aspecto	Nota média
<i>Família</i>	1,7
O governo ajudar os pobres	1,6
UFPR Litoral	1,5
Preservação do meio ambiente	1,3
Igreja Católica	1,3
Professores	1,3
Presidente da República	1,3
Igualdade de oportunidades entre as raças	1,2
Veranistas	1,2
Micro e pequenas empresas privadas	1,2
Escola pública	1,2
Bolsa Família	1,1
Entidades assistencialistas/filantrópicas	1,1
Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres	1,1
Igualdade social	1,1
Igrejas evangélicas	1,0
ONGs	0,9
Ministério público	0,9
Juízes	0,8
Governo Federal	0,7
Serviço de luz e energia (qualidade)	0,7
Comerciantes de Matinhos	0,7
Forças armadas	0,7
Médias e grandes empresas privadas	0,6
Imprensa Nacional	0,6
Ibama	0,4
Imprensa regional	0,3
Partidos e políticos de esquerda/centro esquerda	0,3
Governo Estadual	0,3
IAP	0,2
Democracia como valor	0,1
Saúde pública (qualidade)	0,1
Partidos e políticos de direita/centro direita	0,1
Governador do Estado	0,1
Polícia	0,1
Governo Municipal	0,0
Prefeito	-0,1
Grandes proprietários de terra	-0,2
Serviço de água e esgoto (qualidade)	-0,5
Ditadura	-0,5
Parlamentares	-0,8
Pedágio nas rodovias	-0,9
Privatização	-0,9
MST/Sem terra	-1,1
Legalização do aborto	-1,1
Machismo	-1,5
<i>Racismo</i>	-1,6

ANEXOS

ANEXO A – ESTATUTO DA COLÔNIA DE PESCADORES DE MATINHOS.....	252
ANEXO B – REGIMENTO INTERNO DO MERCADO DE PESCADOS DE MATINHOS	260
ANEXO C – ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COLÔNIA DE PESCADORES DE MATINHOS. REALIZADA EM 12/09/1972	264



Colônia de Pescadores Z-4 de Matinhos.

Sede: Martinho Correa nº 412. Bairro - Centro CGC: 76018050/0001-68
Cidade: Matinhos- CEP : 83.260.000 - Paraná

ESTATUTO PARA AS COLÔNIAS DE PESCADORES

Capítulo I

Da denominação, finalidade, sede, jurisdição, competência e prazo de duração.

Art. 1º - As Colônias de Pescadores são associações civis daqueles que fazem da pesca sua profissão ou meio principal de vida, criadas com prazo indeterminado de duração, com sede e foro na cidade de sua localização e ação em zonas determinadas do território nacional, tendo por finalidade a representação e a defesa dos direitos e interesses dos seus associados, subordinados às respectivas Federações Estaduais e à Confederação Nacional dos Pescadores.

§ 1º - A jurisdição territorial das Colônias de Pescadores será fixada pela Confederação Nacional dos Pescadores (C.N.P.), por indicação das respectivas Federações.

§ 2º - As Colônias de Pescadores se obrigam a estreita colaboração com as autoridades públicas, com as respectivas Federações e com a Confederação Nacional dos Pescadores.

§ 3º - As Colônias de Pescadores ficam sujeitas à fiscalização, orientação e normalização das respectivas Federações Estaduais e da Confederação Nacional dos Pescadores.

Art. 2º - A Colônia de Pescadores será constituída por deliberação de no mínimo de 100 (cem) pescadores profissionais, em determinada zona territorial, mediante decisão tomada em reunião para tanto especificamente convocada, sob a presidência de um representante da Federação ou da Confederação dos Pescadores, sendo ilimitado o número de associados.

Parágrafo Único - A Confederação Nacional dos Pescadores determinará indicação da respectiva Federação, a localização da sede de cada Colônia de Pescadores atendidos os interesses destes e o desempenho de suas atividades.

Art. 3º - As Colônias de Pescadores serão registradas na Confederação Nacional dos Pescadores, desde que apresentem os seguintes elementos:

- a) Relação nominal dos pescadores matriculados na área em que pretende se situar a colônia;
- b) Discriminação da zona de operação com referência sobre a sede, praias, ilhas, lagoas e rios e as condições disponíveis para a pesca e a venda do pescado na região;
- c) Atendimento de outros requisitos que forem exigidos pela Confederação Nacional dos Pescadores;

Art. 4º - Compete às Colônias de Pescadores:

a) Colaborar nos planos gerais sobre a atividade pesqueira, cumprindo as determinações e resoluções da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Diretoria de Portos e Costas, Confederação Nacional dos Pescadores e da Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Paraná.

b) Representar seus associados junto aos órgãos competentes e às autoridades em geral;

c) Servir de elemento de ligação, entre seus associados e instituições de Previdência Social, Educacionais e Financeiras, visando a assistência médico-medicamentosa, hospitalar, técnico-profissional e econômica;

d) Promover entre os associados, nos termos da legislação vigente, a organização de sociedades cooperativas de produção ou consumo;

e) Defender a execução das normas da legislação sobre a pesca, colaborando com as autoridades na fiscalização do uso de processos inadequados e contrários à Lei e às determinações dos órgãos competentes;

f) Pleitear para a Colônia e seus associados às concessões legais relativas a terrenos de marinha;

g) Receber subvenções de órgãos públicos, ligados ao problema, para a manutenção e execução de seus programas;

h) Destacar um percentual das rendas obtidas consignadas nas letras A e C do art. 41, a ser determinado por Portaria da Confederação em razão da situação econômico - financeira da Colônia, destinado à manutenção das respectivas Federações.



Colônia de Pescadores Z-4 de Matinhos.

Sede: Martinho Correa nº 412. Bairro – Centro CGC: 76018050/0001-68

Cidade – Matinhos- CEP : 83.260.000 – Paraná

Capítulo II

Dos associados, seus direitos e deveres.

Art. 5º - Só poderão ser sócios da colônia, os pescadores profissionais, cooperadores e sócios beneméritos.

Art. 6º - A Colônia terá três categorias de associados, são estes:

- a) Sócios efetivos, ou sejam, os pescadores profissionais;
- b) Sócios - cooperadores, ou sejam, os industriais de pesca e os pescadores armadores que exerçam a atividade pesqueira na jurisdição da Colônia;
- c) sócios beneméritos, ou sejam, qualquer cidadão que for com tal título agraciado em Assembléia Geral da associação, por serviços ou atitudes relevantes em relação à classe não implicando essa condição na outorga de direitos, vantagens ou deveres.

Art. 7º - Compete a Diretoria da Colônia aprovar as inscrições dos sócios efetivos e cooperadores, de acordo com as normas vigentes.

Art. 8º - São direitos dos sócios ativos, efetivos:

- a) Gozar de todos os benefícios e prerrogativas que são atribuídos por Lei aos pescadores profissionais;
- b) Participar de todas as Assembléias, propondo, discutindo, votando e sendo votado;
- c) Representar contra atos da diretoria e recorrer a órgãos superiores.

Art. 9º - São deveres dos associados:

- a) Cumprir e zelar pelo cumprimento das leis, regulamentos, portarias e resoluções emanadas das autoridades constituídas e dos dispositivos deste estatuto;
- b) Pagar regularmente suas mensalidades / anuidades à Colônia;
- c) Recolher uma taxa sobre o produto comercializado, que será fixada por portaria pela Confederação, desde que para tal finalidade o associado faça uso dos serviços de sua entidade, destinando-se a mesma a manutenção da Colônia e da respectiva Federação;
- d) Comparecer regularmente à Colônia, tomando parte ativa em todos os movimentos de interesse;
- e) Manter sempre atualizada a sua documentação e trazer consigo a carteira de matrícula ou documento que lhe venha a equivaler e o recibo de quitação de suas mensalidades;
- f) O associado que deixar de comparecer a 3 (três) reuniões sucessivas, sem motivo justificado, poderá ter seus direitos sociais suspensos por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 10º - A inscrição poderá ser cancelada por decisão da Assembléia Geral ou pela Confederação Nacional dos Pescadores, ouvida a respectiva Federação, quando o associado:

- a) Deixar de exercer a profissão por mais de dois (2) anos, sem motivo justificado, podendo, a critério da diretoria da Colônia, ser transferida a sua categoria social;
- b) Praticar atos contrários às leis vigentes ou dilapidar o patrimônio da Colônia. Nesta última hipótese, a falta será apurada mediante processo regular, garantido o direito de defesa;
- c) Não pagar suas contribuições por mais de 6 (seis) meses, sem motivo justificado;
- d) For condenado a pena de reclusão superior a 2 (dois) anos.

§ 1º - Ao associado excluído cabe recurso à Federação, dentro de 15(quinze) dias a contar da data punitiva e, em última instância à Confederação Nacional dos Pescadores, tendo cada instância administrativa, dez dias de prazo para julgamento dos recursos;

§ 2º - A Diretoria da Colônia comunicará a resolução da exclusão respectivamente a Federação e a Confederação Nacional dos Pescadores, anexando cópia da Ata da Assembléia, sob pena de nulidade do ato disciplinar;

§ 3º - O associado excluído poderá ser readmitido no quadro social, decorrido um ano, por deliberação da Assembléia Geral, se não for reincidente ou estiver cumprindo pena;



Colônia de Pescadores Z-4 de Matinhos.

Sede: *Martinho Correa n° 412. Bairro – Centro CGC: 76018050/0001-68*
Cidade- *Matinhos- CEP : 83.260.000 – Paraná*

Art. 11° – A Diretoria da Colônia poderá punir disciplinarmente o associado, com suspensão de um a seis meses, na incidência de falta aos deveres ou obrigações, cabendo-lhes recurso nos termos e prazo do artigo 10, § 1°, deste Estatuto.

Capítulo III Do Patrimônio

Art. 12° – Constituem o Patrimônio da Colônia os bens móveis e imóveis adquiridos pela associação ou regularmente a ela doados o acervo resultante das contribuições, doações, taxas cobradas, rendimento dos seus investimentos, contribuições dos órgãos públicos, especialmente da Confederação Nacional dos Pescadores e do Ibama.

Art. 13° - Os bens imóveis da Colônia não poderão ser alienados ou onerados sem aprovação da Assembléia Geral e autorização prévia da Confederação Nacional dos Pescadores, ouvida a respectiva Federação.

Parágrafo Único – Os bens móveis e imóveis da Colônia serão arrolados em inventário, em livro próprio atualizado a cada passagem de Diretoria e cópia do mesmo será obrigatoriamente encaminhada à Confederação Nacional dos Pescadores, para registro.

Capítulo IV Da Assembléia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal.

Art. 14° - São Órgãos de deliberação, administração e fiscalização:

- 1 - Assembléia Geral. (órgão deliberativo);
- 2 - Diretoria. (órgão executivo);
- 3 - Conselho Fiscal. (órgão fiscalizador).

Art. 15° - A Assembléia Geral é o órgão soberano da Colônia, com poderes para deliberar sobre todos os assuntos referentes a associação, eleger e empossar os associados para os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Art. 16° - Compete à Assembléia Geral:

- a) deliberar sobre prestação de contas e relatórios da Diretoria e de Conselho Fiscal;
- b) eleger e destituir membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- c) deliberar a respeito de benefícios a serem distribuídos e decidir sobre o patrimônio, seus gravames e alienação.

Parágrafo Único - Para destituição de membro da Diretoria e do Conselho Fiscal é necessário o quorum de dois terços dos associados presentes à assembléia Geral.

Art. 17° - As Assembléias Gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias e serão normalmente convocadas pelo Presidente da Colônia.

§ 1° - As convocações serão feitas sempre por editais afixados na sede da Colônia, nos locais de concentração dos associados, e outros meios de divulgação, quando possível;

§ 2° - Os editais de convocação especificarão a Ordem do Dia da Assembléia, incluindo-se na mesma, obrigatoriamente, o item a assuntos gerais;

§ 3° - As Assembléias Gerais convocadas para fins de eleições tratarão tão somente de assuntos referentes ao motivo da convocação;

§ 4° - A Assembléia Geral Extraordinária será também convocada quando ocorrer solicitação escrita, assinada por um mínimo de dez por cento dos associados e dirigida ao Presidente da Colônia. Caso este não proceda a convocação, dentro de quinze dias será o fato comunicado a Confederação, com parecer da Federação, a qual caberá determinar a realização da Assembléia, a ser presidida por associado efetivo incluído entre os solicitantes.

Art. 18° - As Assembléias Gerais deliberarão validamente:

- a) Em primeira convocação, feita com dez dias de antecedência, presente, pelo menos, a metade dos associados inscritos;
- b) Em segunda convocação, uma vez verificada a falta de quorum, uma hora após, com qualquer número.



Colônia de Pescadores Z-8 de Antonina.

Sede: Rua: XV de Novembro, 10 – Bairro: Centro. CGC. 76.022.649/0001-75.

Fones: (41) 432-2142.

Cidade: Antonina - CEP. 83.3700-000 – Paraná

Parágrafo Único - As Assembléias Gerais Extraordinárias, convocadas nos termos do § 4º do artigo 17, somente deliberarão com a presença mínima de 20% (vinte por cento) dos associados.

Art. 19 - Quinze dias antes da realização da Assembléia Geral Ordinária, a Diretoria colocará à disposição dos associados, na sede da Colônia, cópias autenticadas do balanço e da prestação de contas acompanhadas do parecer do conselho Fiscal.

Art. 20º - Somente os sócios quites com a Colônia e/ou órgãos Federais e/ou Estaduais ligados à pesca, e tendo sua documentação devidamente atualizada, poderão tomar parte nas Assembléias e assinar o livro de presença.

Parágrafo Único - Estar quites com a Colônia e/ou órgãos Federais e/ou Estaduais ligados à pesca, significa ter suas mensalidades em dia, bem como, atualizados os seus pagamentos relativos a prestações devidas por financiamento ou empréstimo com cada um dos respectivos organismos.

Art. 21º - Salvo disposição expressa em contrário, a aprovação das deliberações se dará por maioria simples de voto, tendo cada associado presente direito a um só voto.

§ 1º - O associado não poderá votar em deliberação que diretamente a ele se refira, mas não fica impedido de participar dos debates;

§ 2º - O processo de votação será determinado pela Mesa, com prévia consulta a Assembléia;

§ 3º - Nas eleições para cargos da diretoria e do Conselho Fiscal, bem como nas exclusões de associados, o voto será secreto;

§ 4º - Os associados admitidos menos de sessenta dias antes da data da convocação para a Assembléia Geral não poderão votar nessa Assembléia;

§ 5º - Não será permitido voto por procuração.

Art. 22º - Será lavrada Ata circunstanciada das ocorrências havidas nas Assembléias Gerais, assinada pelos Diretores presentes, pelos membros da mesa e pelos associados que desejarem fazê-la, devendo as cópias das referidas Atas serem enviadas à Federação e à Confederação Nacional dos Pescadores.

Art. 23º - Anualmente, no primeiro semestre e de preferência no curso do mês de junho, será realizada, obrigatoriamente, uma Assembléia Geral Ordinária para deliberar e julgar o relatório e as contas apresentadas pela Diretoria, e atinentes ao exercício anterior.

Parágrafo Único - Cópia do relatório anterior e do balanço serão enviados à Federação e Confederação Nacional dos Pescadores.

Art. 24º - A eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e seus suplentes será feita pela assembléia Geral em reunião ordinária, convocada com expressa menção dessa finalidade.

§ 1º Ao se inscrever como candidato a cargo eletivo, o associado, além do cumprimento dos termos do artigo 20 e seu parágrafo único, será obrigado a apresentar os seguintes documentos:

- Folha corrida;
- Certidão no Cartório distribuidor do fórum da comarca sede da colônia;
- Declaração de bens.

§ 2º - Sem prejuízo de outras normas neste estatuídas, o edital de convocação da Assembléia Geral a que alude este artigo será dado à publicidade com um mínimo de 60 dias de antecedência, inclusive, com sua afixação nos locais de concentração de associados;

§ 3º - O direito de ser votado pressupõe, além de outras, a condição de sócio há mais de 3 (três) anos;

§ 4º - A votação será feita por chapas devidamente registradas na Colônia até 40 (quarenta) dias de antecedência da data da Assembléia;

§ 5º - A Colônia encaminhará, com conhecimento da respectiva Federação, à Confederação Nacional dos Pescadores, até 30 (trinta) dias antes da eleição, as chapas inscritas juntamente com os documentos referidos no parágrafo 1º deste artigo e mais um relatório informativo sobre os componentes das chapas concorrentes para efeito de aprovação;



Colônia de Pescadores Z-4 de Matinhos.

Sede: Martinho Correa nº 412. Bairro – Centro CGC: 76018050/0001-68
Cidade- Antonina- CEP : 83.260.000 – Paraná

§ 6º - A eleição será feita por votação secreta, colocada a cédula em envelope rubricado pelo Presidente e por um mesário previamente escolhido, depositado aquele em urna a tanto destinada;

§ 7º - O direito de voto pressupõe quitação com a Colônia e será exercido mediante a apresentação da carteira de matrícula da mesma;

§ 8º - Cada chapa terá direito a indicar um associado para funcionar como fiscal da eleição e apuração;

§ 9º - No ato de votar o associado assinará o livro de votação, a tanto destinado, caso não saiba ou esteja impossibilitado de assinar, o votante a porá, no referido livro, sua impressão digital do polegar da mão direita;

§ 10 - Os Trabalhos de votação serão iniciados as oito e encerrados às dezesseis horas, momento em que serão distribuídas pela última vez, senha aos votantes presentes;

§ 11- Para validade da eleição será indispensável quorum mínimo de votantes equivalentes a 20% dos associados, não obtido o quorum, em duas convocações, feitas com espaço mínimo de 15 (quinze) dias, será o fato imediatamente comunicado à Confederação Nacional de Pescadores, através da Federação, pelo Presidente da Colônia, a fim de que aquela ponha esta sob regime de intervenção;

§ 12 – A apuração da votação será feita, imediatamente após a votação por comissão para tanto escolhida no ato, proclamando-se em seguida o resultado;

§ 13 - Tanto a diretoria quanto o Conselho Fiscal, serão compostos de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos em Assembléia Geral, dentre os sócios efetivos da Colônia, sendo as substituições feitas pelos suplentes mais votados, em caso de empate, pelos mais idosos;

§ 14 - Comunicada à Confederação Nacional dos Pescadores, com relatório da respectiva Federação, da impossibilidade de formação de chapa nas condições previstas no parágrafo anterior, poderá aquela autorizar que figurem na chapa sócios cooperadores, salvo para preenchimento dos cargos de Presidente de qualquer dos órgãos;

§ 15 - A posse dos novos membros da Diretoria e Conselho Fiscal dar-se-á trinta dias após as eleições, em Assembléia para tanto exclusivamente constituída;

Art. 25º – Comporão a Diretoria um Presidente, um Secretário e um tesoureiro, eleitos especificamente, podendo ser, com prévia aprovação da Confederação Nacional dos Pescadores, através da respectiva Federação, aumentando o número de componentes da Diretoria e seus suplentes.

Parágrafo Único – O mandato dos Diretores e membros do Conselho Fiscal será de quatro anos, permitida a reeleição.

Art. 26º – À Diretoria compete:

- a) Elaborar o regimento interno, a ser aprovado pela Assembléia Geral;
- b) Organizar o programa anual de trabalho da Colônia;
- c) Cumprir e zelar pelo cumprimento deste Estatuto, do Regimento Interno, das liberações dos órgãos federais, da Confederação Nacional dos Pescadores e Federação, bem como das autoridades navais;
- d) No que concerne aos assuntos inerentes ao exercício das atividades da pesca, representar perante as autoridades, os associados da Colônia, especialmente no que tange a matrícula, inscrição, licença e visto de pescador e de embarcação de pesca;
- e) Manter convênios com instituições de Previdência Social visando ao bem-estar de seus associados;
- f) Admitir e demitir os empregados da Colônia;
- g) Traçar normas para a aplicação do fundo de benefícios;
- h) Planificar e regulamentar os serviços da Colônia;
- i) Promover e coordenar festividades ao ensejo do dia 29 de junho – Dia do Pescador;
- j) De um modo geral, praticar todos os atos de gestão da Colônia.

Art. 27º – A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, em data previamente designada, e extraordinariamente, sempre que conveniente por proposta de qualquer dos seus membros.

Parágrafo Único – Serão lavradas, em livro próprio, Atas das reuniões de Diretoria.

Art. 28º – Em caso de impedimento que não ultrapasse a 90 (noventa) dias, o presidente será substituído pelo Secretário, convocando a Diretoria o 1º suplente para ocupar, nesse lapso de tempo, o cargo de Secretário.



Colônia de Pescadores Z-4 de Matinhos.

Sede: Martinho Correa nº 412. Bairro Centro CGC: 76018050/0001-68
Cidade- Antonina -CEP : 83.260.000 – Paraná

§ 1º - Em idêntico impedimento do Secretário ou Tesoureiro, proceder-se-á da mesma maneira, convocando a Diretoria um suplente para ocupar nesse lapso de tempo, o cargo;

§ 2º - Se o impedimento for superior a 90 (noventa) dias ou se ocorrer vaga a convocação do suplente será feita em caráter definitivo e na forma do presente artigo.

§ 3º - Se concomitantemente ficarem vagos os 3 (três) cargos da Diretoria o Conselho Fiscal convocará a Assembléia Geral para a eleição de nova Diretoria;

§ 4º - Somente no caso de substituição será devido pró-labore correspondente ao cargo, caso o titular o venha recebendo, correspondente ao cargo e equivalente aos dias efetivos de substituição.

Art. 29º – Os Diretores responderão pelos prejuízos que ocasionarem à Colônia na prática de seus atos de gestão, desde que hajam procedido com dolo ou fraude ou que importem em violação deste Estatuto ou de disposição regimental ou geral.

Art. 30º – Compete ao Diretor Presidente:

- a) Representar a colônia em juízo ou fora dele;
- b) Convocar, ordinária ou extraordinariamente, as Assembléias Gerais;
- c) Supervisionar os serviços da Colônia;
- d) Despachar e assinar o expediente, autorizar despesas, bem como, conceder auxílios e benefícios aos associados, observando o disposto na alínea "g" do artigo 26;
- e) Abrir, rubricar e encerrar os livros da Colônia;
- f) Verificar mensalmente, com o tesoureiro, a exatidão do saldo em caixa;
- g) Assinar, com o Tesoureiro, os cheques e instrumentos de procuração;
- h) Apresentar anualmente o relatório da Diretoria;
- i) Apresentar semestralmente à autoridade competente, uma relação nominal de todos os associados e de todas as embarcações de pesca que estacionem na zona de sua jurisdição;
- j) Providenciar para que seja aposto o visto anual nas cadernetas matrícula, a licença das embarcações dos associados, bem como, toda a sua documentação;
- l) Encaminhar às autoridades competentes as pessoas que desejarem obter matrícula de pescador;
- m) Ter sempre em dia, devidamente preenchidas, as cadernetas portuárias da Colônia;
- n) Providenciar o desembarque, ex-offício, dos pescadores que deixarem de ser vinculados à Colônia, fazendo a comunicação às autoridades competentes;
- o) Zelar para que não estacionem na zona de jurisdição da Colônia embarcações que não estejam devidamente inscritas nas repartições competentes;
- p) Comunicar às autoridades competentes toda e qualquer irregularidade verificada na zona de jurisdição da Colônia.

Art. 31º – Compete ao Diretor Secretário:

- a) Organizar e dirigir os serviços da secretaria da Colônia, inclusive no que tange aos empregados;
- b) Secretariar as reuniões de Diretoria e lavrar suas Atas;
- c) Manter sob sua guarda os livros e documentos da Colônia não atinentes a Tesouraria;
- d) Redigir e assinar a correspondência social;
- e) Exercer as funções que lhe forem delegadas pelo Presidente;

Art. 32º – Compete ao Diretor Tesoureiro:

- a) Organizar e dirigir a contabilidade da Colônia, mantendo-a rigorosamente em dia, obedecidas as normas estritamente técnicas;
- b) Manter sob sua guarda os haveres, títulos e documentos da Colônia que representem valores;
- c) Organizar e dirigir todos os serviços da Tesouraria;
- d) Abrir contas em bancos de escolha da Diretoria e em nome da Colônia;
- e) Assinar, com o Presidente, os cheques para movimentação das contas bancárias da Colônia, bem como, os instrumentos de procuração;
- f) Movimentar o caixa da Colônia, nela mantendo importância superior ao valor de dois salários mínimos vigentes na região;
- g) Efetuar pagamentos e recebimentos;
- h) Apresentar à Diretoria balancetes mensais do movimento financeiro da Colônia;
- i) Elaborar o balanço anual;
- j) Organizar, dirigir e fiscalizar o serviço de cobranças da Colônia.



Colônia de Pescadores Z-4 de Matinhos.

Sede: Martinho Correa nº 412. Bairro - Centro CGC: 76018050/0001-68
Cidade- Antonina- CEP : 83.260.000 - Paraná

Art. 33º – Ao Conselho Fiscal compete manter constante fiscalização sobre o patrimônio e o movimento financeiro da Colônia.

Art. 34º – O preenchimento de vagas e impedimentos dos membros do Conselho Fiscal será feito na forma disposta no artigo 28.

Art. 35º – O Conselho Fiscal se reunirá, por convocação de seu Presidente, ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que qualquer de seus membros o solicitar.

Art. 36º – Das reuniões do Conselho Fiscal serão lavradas Atas em livro próprio, funcionando como secretário da reunião o Conselheiro para tanto escolhido no ato.

Art. 37º – Para bem cumprir os seus encargos, o Conselho Fiscal terá amplo acesso, para exame, a todos os livros e documentos que tenham implicação direta ou indireta com o patrimônio e o movimento financeiro da colônia.

Parágrafo Único – Se entender necessário, o Conselho Fiscal poderá contratar técnicos de reconhecida idoneidade profissional, para o exame de livros e documentos referidos neste artigo.

Art. 38º – Nos casos expressamente previstos neste estatuto e sempre que isso se fizer necessário ou lhe for solicitado pela Diretoria ou pela Assembléia Geral, o Conselho Fiscal emitirá parecer sobre qualquer ato ou transação sob sua esfera de competência.

Art. 39º – Quando um motivo de extrema gravidade tornar aconselhável, o Conselho Fiscal convocará extraordinariamente a Assembléia Geral, a ela submetendo o assunto que houver dado causa à convocação.

Art. 40º – O Conselho Fiscal em sua Atuação fiscalizadora, zelará pela regularidade do programa de benefícios e sua execução.

Capítulo V Da receita da Colônia

Art. 41º – Constituem receita da Colônia:

- a) As mensalidades dos associados de no mínimo de 2% sobre o valor do maior salário mínimo regional vigente;
- b) As subvenções e doações, quer oficiais quer particulares;
- c) A renda proveniente do funcionamento e seus diferentes serviços;
- d) A renda de capital aplicado;
- e) A renda proveniente de bens móveis e imóveis;
- f) As rendas eventuais;
- g) Juros;

Art. 42º – A função dos cargos da Diretoria poderá Ter uma gratificação pró-labore de acordo com as condições financeiras da Colônia, a qual não poderá exceder de 30% sobre a arrecadação mensal, tomando-se para este cálculo tão somente o total da soma das alíneas "a", "c" e "d" do artigo anterior.

§ 1º - Essa gratificação pró-labore será distribuída da seguinte forma: 12% ao Presidente, 9% ao Tesoureiro e 9% ao secretário;

§ 2º - igual critério será adotado nos casos de interventores ou Junta Governativa.

Art. 43º – A Colônia poderá constituir um fundo especial para assistência a associados.

Parágrafo Único – A obtenção dos recursos, sua fixação e destinação serão determinados em Assembléia Geral.



Colônia de Pescadores Z-4 de Matinhos.

Sede: Martinho Correa nº 412. Bairro – Centro CGC: 76018050/0001-68
Cidade – Antonina-Matinhos CEP : 83.260.000 – Paraná

Capítulo VI Disposições Gerais

Art. 44º – A Colônia não poderá ser dividida em zonas denominadas capatazias.

Art. 45º – A Colônia poderá instituir postos ou mercados para concentração dos produtos das pescarias, para venda direta à população local e para distribuição aos centros consumidores, revertendo em benefício da Colônia o “superávit” resultante de sua exploração.

Art. 46º – Por deliberação da Assembléia Geral a Colônia poderá organizar, sob a forma de reembolsável, um serviço de venda de gêneros alimentícios, produtos farmacêuticos e material de pesca a seus associados.

Parágrafo Único – O serviço a que se refere este artigo não visará lucro, podendo, entretanto, operar de forma a ser financeira e economicamente auto-suficiente.

Art. 47º – Os empregados da Colônia estarão sujeitos à legislação privada do trabalho.

Art. 48º – A Colônia de Pescadores será designada pelo prefixo “Z” seguido do número de ordem que lhe for atribuído no Estado, pelo nome geográfico do local de sua situação e pela sigla do estado.

Art. 49º – A bandeira da Colônia será retangular, de cor branca, no canto esquerdo, o emblema da Colônia e a meio, em curva, a designação “Colônia de Pescadores Z...” por cima do nome do Estado a que a mesma pertença.

Art. 50º – O emblema da Colônia será um escudo tendo no interior sobre campo preto, o símbolo do Cruzeiro do Sul, em cima do pelo dístico “Pátria e Dever”.

Art. 51º – A Colônia enviará cópia de seus balanços e relatórios anuais à sua Federação e a Confederação Nacional dos Pescadores.

Art. 52º – Os pescadores profissionais a que se refere o artigo 1º deste Estatuto, na forma da legislação vigente, são associados das Colônias de Pescadores em cuja zona residam ou em que habitualmente estacionem as suas embarcações.

Art. 53º – Quando se fizer necessário e a juízo da Confederação Nacional de Pescadores, ouvida a respectiva Federação, será determinada por aquela a intervenção nas Colônias, pelo prazo que julgar conveniente.

Art. 54º – Os casos omissos que não possam ser resolvidos por analogia ou paridade serão submetidos à Confederação Nacional dos Pescadores.

Este Estatuto foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária no dia 27 de julho de 2005. Estando devidamente registrado no Cartório Civil de Matinhos .

REGULAMENTO INTERNO DO MERCADO DE PESCADOS DE MATINHOS

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO/SEDE/DURAÇÃO/ ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Art. I - O Grupo de usuários do Mercado de Pescados de Matinhos, são pescadores proprietários de canoas registradas na Z-4 e um grupo de no máximo 10 agricultores que atuam na área de abrangência da Emater local, associados em dia com a Colônia dos Pescadores Z-4 de Matinhos.

Parágrafo Primeiro - O grupo de usuários do Mercado Municipal de Pescados de Matinhos PR, adotará a sigla "MERCADO DE PESCADOS", e nos dispositivos que seguem passará a ser referido pela expressão "MERCADO DE PESCADOS".

Parágrafo Segundo - O grupo de agricultores supra mencionados receberão colaborações dos demais agricultores assistidos pela Emater local.

Art. II - A administração do MERCADO DE PESCADOS, é de competência da Colônia de Pescadores Z-4, eventualmente supervisionada pelo Executivo Municipal.

CAPÍTULO II

OBJETIVOS DO GRUPO DE USUÁRIOS

Art. III - O grupo de usuários do MERCADO DE PESCADOS com base na colaboração recíproca à que se destina, objetiva promover:

- a) Utilizar as estruturas, equipamentos e materiais contidos nas Instalações do mercado de Pescados, situado na sede de Matinhos;
- b) Comercializar pescados in-natura, produto transformado da pesca e da agropecuária e também produtos agrícolas, não sendo permitido a comercialização de pescados de outras localidades.
- c) O horário de funcionamento do MERCADO DE PESCADOS será da seguinte forma:

Horário de Verão - das 07:00 às 19:00 horas,

Horário de Inverno - das 07:00 às 17:00 horas.

CAPÍTULO III

ADMISSÃO/DIREITOS E DEVERES

Art. IV - O número de participantes será limitado e preferencialmente pescadores que já desenvolvia atividades no mercado antigo.

Art. V - Para participar do Grupo de Usuários do MERCADO DE PESCADOS, os interessados deverão estar em dia com a colônia Z-4 de Matinhos.

Parágrafo Primeiro - O usuário integrante do Grupo, do MERCADO DE PESCADOS pagará uma taxa de comercialização que não poderá de ultrapassar 5% do valor do produto comercializado, para manutenção do MERCADO.

Parágrafo Segundo - O pagamento da taxa de comercialização será 2% do valor do produto comercializado e o pagamento será diário, podendo ser alterado desde que aprovado pelos usuários, os recursos arrecadados serão para a manutenção do MERCADO. Esta taxa será cobrada a partir de janeiro de 1996.

Parágrafo Terceiro - O integrante que deixar de pagar a taxa de comercialização prevista no parágrafo anterior, por 3 (tres) dias consecutivos ou alternados, será proibido de comercializar no MERCADO DE PESCADOS.

Parágrafo Quarto - O integrante que deixar de pagar a taxa de comercialização por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou alternados, será eliminado do grupo, perdendo todos os direitos

Parágrafo Quinto - Os integrantes do Mercado, não poderão possuir mais de um box, bem como comercializar ou permutar os direitos adquiridos nas instalações do MERCADO DE PESCADOS.

Art. VI - São Direitos

- a) Tomar parte das Reuniões, discutindo e votando os assuntos que nela se tratarem;
- b) Apresentar a Diretoria da colônia Z-4 de Matinhos ou em reuniões, medidas de interesse do MERCADO DE PESCADOS;
- + c) Demitir-se do MERCADO DE PESCADOS, quando lhe convier, desde que esteja quites com as suas obrigações no Mercado de Pescado;
- d) Solicitar por escrito, informações sobre a contabilidade e documentos, os quais deverão estar à disposição dos Usuários do Mercado;
- e) Usufruir das instalações do MERCADO DE PESCADOS exclusivamente para a comercialização de pescado e Produtos agrícolas, conforme os objetivos do MERCADO;
- f) Comercializar seus produtos, provenientes da atividade pesqueira e da agropecuária, diretamente ao consumidor.

Art. VII - São Deveres

- a) Estar quites com a taxa de manutenção do MERCADO DE PESCADOS e com a Colônia Z-4 de Matinhos;
- b) Manter o seu box, em condições higiênicas de acordo com as normas da Saúde Pública, e não será permitida a limpeza de pescado de qualquer natureza no box de atendimento ao consumidor.;
- c) É expressamente proibido, utilizar o box ou qualquer outra área do MERCADO DE PESCADOS, para guardar materiais/equipamentos de qualquer natureza;
- d) É proibido ceder, alugar ou emprestar, por hipótese nenhuma o box para terceiros;
- e) É obrigatório nas dependências do box o uso de guarda-pó, boné, cabelos e barba cortada, unhas limpas, não sendo permitido fumar e estar em estado de embriaguez nas dependências do Mercado de Pescado.

CAPÍTULO IV

DEMISSÃO/ELIMINAÇÃO/EXCLUSÃO

Art. VIII - A demissão é efetuada à pedido do integrante requerida a diretoria da Colônia Z-4 de Matinhos, mediante requerimento por escrito.

Art. IX - A eliminação do integrante do grupo de usuário do MERCADO DE PESCADOS, é aplicado em virtude de infração deste regulamento, e é feito por decisão da Diretoria Z-4 de Matinhos, após prévia notificação ao infrator.

Parágrafo I - Além de infringência deste Regulamento os motivos a Diretoria deve eliminar o integrante que:

- a) Venha exercer qualquer atividade prejudicial ao Grupo de usuário do MERCADO DE PESCADOS ou que colidam com os objetivos sociais;
- b) levar o grupo de usuário do MERCADO DE PESCADOS a prática de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações por ele contraídas;
- c) Cometer falta grave contra o grupo de usuário do MERCADO DE PESCADOS, tentando ludibriar qualquer dos seus poderes ou manifestando-se em termos ofensivos contra o seu crédito moral e a dos que prejudiquem seu conceito público;
- d) Deixar de pagar suas mensalidades e contribuições;
- e) Prestar ao grupo de usuários do MERCADO DE PESCADOS informações não verdadeiras.

Parágrafo 2 - Os motivos que a determinam devem ser por escrito e assinado pelo Presidente da Colônia Z-4 de matinhos.

4
Art. X - A exclusão do integrante é feita por:

- a) Por dissolvissão do Grupo de usuários do MERCADO DE PESCADOS;
- b) Por morte do integrante.

Parágrafo Primeiro - A exclusão do integrante é lavrada no livro ata e comunicado por escrito ao integrante.

Art. XI - Os deveres do integrante do grupo de usuário do MERCADO DE PESCADOS, perduram para os demitidos, eliminados ou excluídos até que sejam aprovadas pela Assembléia geral, as contas do exercício que se deu o desligamento.

Parágrafo Primeiro - Para qualquer caso de demissão, eliminação e exclusão o integrante perderá seus direitos adquiridos.

CAPÍTULO V

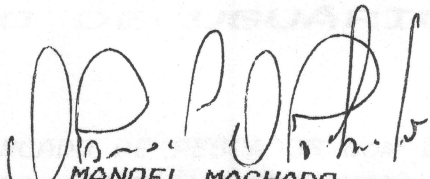
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. XII - A diretoria, "Ad referendum" do grupo de usuários do MERCADO DE PESCADOS, poderá desempenhar os serviços necessários ao melhor atendimento dos objetivos técnicos e sociais, mediante estudos de viabilidades.

Art. XIII - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as deliberações da Diretoria DA COLONIA DE PESCADORES Z-4 ad referendum da Assembléia Geral.

Art. XIV - Este regulamento foi aprovado pelos usuários do MERCADO DE PESCADOS em reunião realizada no dia 15 de fevereiro de 1996, passando a vigorar a partir do seu registro nas entidades competentes.

ACINDINO RICARDO DUARTE
Prefeito Municipal


MANOEL MACHADO
Presidente
Colônia dos Pescadores
Z-4

Ata da primeira reunião a 19 de Setembro de 1972

Nos doze dias do mez de Setembro de mil novecentos e setenta e dois; as vinte horas, nos salões do "Restaurante Amigão" - sito a rua "Prefeito Dr. Roque Vernalha" n.º 375. Com a presença dos Srs. Lindauro Alexandre Santana, Arcendino B. Duarte, Abel Flores, Manoel Machado, Alberto Flores, Manoel J. da Silva, Clivio Machado, Rubens Ramos, João de A. Correia, José S. de Oliveira, Luiz Joehinson, Antonio Silvano, Olympio Pereira, Vicente M. Machado, Eliseu J. Viana, Moisés Pereira, Francisco R. Machado, Cláudio Ramos, Erico Pereira, João J. da Silva, João P. Sabino, Alexio Batista

Para os trabalhos iniciais da reunião, assumiu a presidência o Sr. Antonio Silvano, que com sua experiencia explanou com muita propriedade a necessidade da reorganização da "Colônia de Pesca de Matinhos" e detalhou inumeros beneficios que a mesma trará ao quadro associativo. Em seguida o Sr. presidente indicou para assumir a presidência e vice presidência, no periodo de doze de Setembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, a igual data de mil novecentos e setenta e tres, os Srs. Lindauro Alexandre Santana e Alberto Flores, presidente e vice presidente do "Conselho Administrativo" respectivamente.

Tendo sido aceito por unanimidade os Srs. Lindauro Alexandre Santana para Presidente - e o Sr. Alberto Flores para vice presidente do "Conselho Administrativo", que de imediato assumiram os seus cargos, e por esse motivo receberam uma calorosa salva de palmas pelos componentes da reunião, os quais agradeceram sensibilizados.

Investido no cargo de Presidente do "Conselho administrativo", o Sr. Lindauro A. Santana, convocou para o proximo dia vinte e um de Setembro de 1972, uma "Assembleia geral", para complementação do quadro administrativo da "Colônia de pesca" e tambem a aprovação dos Estatutos da mesma. O Sr. Presidente deixou franca a palavra e não havendo quem mais quisesse fazer uso, deu por encerrada a reunião, e eu Luiz Joehinson funcionando como secretario

